ISBN

PADRE HENRIQUE

DISSIMULAÇÕES DO REGIME MILITAR DE 64

PADRE HENRIQUE

DISSIMULAÇÕES DO REGIME MILITAR DE 64

(Organizadoras)
Isairas Pereira Padovan
Terezinha de Jesus Pereira da Silva
Maria Concepta Pereira da Silva Santos
Maria José de Matos Luna

logomarca





PADRE HENRIQUE

DISSIMULAÇÕES DO REGIME MILITAR DE 64



(Organizadoras)
Isairas Pereira Padovan
Terezinha de Jesus Pereira da Silva
Maria Concepta Pereira da Silva Santos
Maria José de Matos Luna

PADRE HENRIQUE

DISSIMULAÇÕES DO REGIME MILITAR DE 64

Revisão:
Organizadoras

Capa e projeto gráfico
Sérgio Siqueira

Ficha catalografica

Retalhos de saudade

Madrugada... céu sem lua, vento frio
e a saudade, invadindo meu mundo vazio.
As estrelas que se acendem no infinito,
não entende o lamento, nem ouvem o grito...
se eu pudesse, você nunca teria ido embora!
Se eu pudesse, revivia os meus dias de outrora:
o seu beijo, sua voz, nos seus braços, abraços...
"já vou indo, meu amor" e eu ouvindo os seus passos
e mais tarde, na alegria do regressar,
eu podia, no seu ombro, dormir e sonhar.

Madrugada... céu sem lua, escuridão...
a Saudade canta as magoas do meu coração...
melodia de um passado de Felicidade...
sinfonia, nos retalhos da minha SAUDADE

ISAÍRAS, em 9/10/80, à memória de Antônio Henrique - meu filho - e José Henrique - meu marido.
Eles me amavam e partiram.

Apresentação

Esta obra foi, inicialmente, pensada por Isairas Pereira da Silva, mãe do Pe. Henrique com o intuito de ajudar a preservar a memória da História e desmascarar as DISSIMULAÇÕES DO REGIME MILITAR DE 64.

Por herança, coube-me dar continuidade aos sonhos e esperanças de minha mãe que acreditamos, agora, com a Comissão de Justiça e Verdade chegarmos ao reconhecimento e comprovação dos fatos sobre o crime do Pe.Henrique.

Não importa, se os culpados já estão mortos ou serão punidos na forma da lei. O importante é que as novas gerações, a família, e os amigos do Pe. Henrique possam testemunhar que a justiça foi feita.

E, gostaríamos de, neste momento, agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que este trabalho se realizasse, não nominaremos ninguém por ser uma lista interminável. Esta obra é para a família do Pe. Henrique e para todos os que participaram da sua vida uma homenagem ao homem-cristão-padre, mas antes de tudo, ao cidadão Antonio Henrique Pereira da Silva Neto. E como tal, a luta pelos direitos humanos que permeou toda a sua vida, não poderia ficar escondida nos arquivos ou na memória dos que já se foram ou mesmo dos que ainda a tem em mente.

Era preciso também deixar registrado o trabalho incansável de uma heroína, Isaíras Pereira da Silva cujo ideal primordial era ser mulher e mãe. Entretanto, os desígnios da vida levaram-na, não a buscar o fulgor das pedras de um anel de formatura (Bacharela em Direito); mas, por força do destino, alistar-se no Exército dos Direitos Humanos em favor da Nação Brasileira.

Nessa caminhada temos o depoimento/homenagem do Prof. Dr. Dênis Bernardes, que conheceu seu trabalho e testemunhou o trágico momento da partida do Pe. Henrique.

Outra parte significativa do trabalho constará de toda a trajetória vivenciada e percorrida por D. Isairas Pereira da Silva, José Henrique Pereira da Silva Neto e por Isaíras Pereira Padovan e os irmãos. Nesta, caro leitor, você perceberá o que significa o amor de uma mãe por seu filho lutando para ver reconhecido os autores do crime do Pe. Henrique. Linguagem simples e permeada de emoções porque de emoções foi a vida inteira desta família, desde o nascimento do seu primeiro filho até os dias atuais. As narrativas e depoimentos aqui encontrados são verídicos acompanhados, quando possível, de documentos e fotos comprobatórios em uma riquíssima fonte de pesquisa para novos trabalhos.

Em ocasião recente, participei de um programa na TV –Universitária, quando encontrei-me com o cientista político Túlio Velho Barreto. Neste momento, veio-me à mente a ideia de convidá-lo para participar deste livro. Realmente a ideia foi fortuita, pois temos um extraordinário artigo de natureza histórica e historiográfica que enriquecerá as futuras pesquisas, bem como o trabalho da própria Comissão de Justiça e Verdade do Estado de Pernambuco.

Vocês poderão observar que há um entrelaçamento entre a os fatos narrados pela família e o desenvolvimento apresentado por Barreto. Naturalmente, há documentos que só a família possuía e não consideramos, ainda, o assunto encerrado.

Esperamos que novos trabalhos possam surgir para desvendar fatos novos que, por acaso, ainda não tenham vindo à tona. Isto é de certa forma um apelo a quem tiver novas informações para que possam contatar a família no e-mail padrehenrique@outlook.com que está impresso na contra capa deste livro.

Ressaltamos que nos textos reescritos utilizamos a nova ortografia em vigor para maior facilidade de leitura.

Esta obra está sendo lançada graças a ação do Excelentísimo Sr. Ex-Deputado Estadual, Pedro Eurico através da CEPE – Companhia Estadual de Pernambuco a quem agradecemos o empenho nas pessoas da sua Presidente, Leda Alves; Ricardo Melo, Marco Polo e toda a sua equipe pela presteza no

curto prazo de realização do trabalho em função dos futuros eventos.

Um dos eventos será o translado no dia 27/08/2012, dos restos mortais do Pe. Antônio Henrique Pereira da Silva Neto por iniciativa do Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, D. Fernando Saburido, amigo de D. Hélder e de Pe. Henrique, para a Sé de Olinda. No local ficarão também os restos mortais de D. José Lamartine e de D. Hélder Câmara. Ao arcebispo D. Fernando e seu Colegiado, o agradecimento da família.

Nesta ocasião, haverá o lançamento desta obra que esperamos possa chegar a todos os que, de uma forma ou de outra, foram vítimas das dissimulações do Regime Militar.

Isairas Pereira Padovam
Maria José de Matos Luna



Sumário



ALGUMAS LEMBRANÇAS SOBRE O PE. ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO

"Parte-se dentro de mim o coração,
e se me abalaram todos os ossos.
Assemelho-me a um ébrio, qual homem prostrado pelo vinho,
Por causa do Senhor e de SUA PALAVRA SANTA"
Jeremias 23.9
A Denis do filho do Pai: a. henrique.

Estas palavras, sem local nem data e transcritas conforme estão no original manuscrito fazem parte de uma Bíblia Sagrada editada em 1965, no Brasil, pela Editora Ave Maria, a partir de uma tradução francesa dos monges de Maredsous, na Bélgica. Algo de profético estava aí registrado, conforme em conversa recente me lembrou Emília Maria Mendonça de Morais ao conversarmos sobre a vigília e sobre o enterro do padre Henrique.

Lembranças de quem veio ao Recife com uma mala na mão e a vontade de viver com muitas, muitas inquietações, vontades e desafios.

A de uma opção de vida marcada pela atração pela vida intelectual, a vontade de transformar o mundo em um mundo de mais igualdade para todos, a vontade de um mundo mais belo.

A presença já feita da política marcada por tais valores, a descoberta da história, a presença do catolicismo francês pela renovação dos padres operários, dos dominicanos franceses, de Mounier, de Charles Péguy, de Jacques e Maíssa Maritain.

A amizade pelo Pe. Henrique foi atravessada por tudo isso e pelo muito mais que foram as descobertas feitas no Recife por um jovem *meteco* vindo das Alagoas com a idade de 17 anos.

A descoberta ao mesmo tempo do terror da ditadura civil-militar que permitiu que bandidos da pior espécie calassem de forma tão brutal a uma inteligência brilhante – o termo não é apenas a criação da amizade, mas a constatação que todos partilhávamos. Todos os que com ele conviveram, recebiam suas orientações, dela discordávamos na alegria e liberdade as nossas inquietas buscas da adolescência quase recém-finda e a entrada no mundo adulto. Gente muito próxima, com quem partilhava as inquietações do tempo e da vida: Gildo Marçal, Bezerra Brandão, também vindos de Alagoas, Virgínia Collier, Emília Moraes.

Henrique promoveu em encontro no Centro Giriquiti - não uma assembleia – mas um pequeno encontro do qual lembro a participação de Gildo Marçal Brandão. Não tenho notas deste encontro, nem sei se as fiz. Já então havia um processo de destruição da memória e, para mim pouco ficou guardado, além das minhas próprias dificuldades de lembranças. Lamentei muito a destruição do Centro Giriquiti como algo que continha na memória a ser destruída. Gildo Marçal teria um belo depoimento também a dar sobre este momento, mas já não está mais entre nós. O encontro teve a presença do padre Gutierrez, seu principal representante na América Latina, mas a crise da esquerda católica já era bastante visível. As opções políticas, mais a esquerda já estavam sendo feitas.

A BIBLIOTECA

Lembro da presença de alguns livros de Arnold J. Toynbee, e dos dominicanos franceses e de outros religiosos, muitos deles membros da Escola Bíblica de Jerusalém que víamos na sua biblioteca e cujo domínio estava muito longe de nossa idade e conhecimento.

As exigências de leituras que ele nos fazia, de lermos os originais, organizando grupos de leituras, de reflexões e de culto. Uma grande preocupação com a renovação litúrgica, mas, também, com a valorização da melhor tradição da Patrística, nas edições em espanhol. Mas por seus conhecimentos de outras línguas, o acesso à cultura francesa e do conhecimento do inglês através da sua passagem pelos EUA.

Imagine tudo isso para jovens estudantes desejosos de romper as limitações da vida intelectual que a ditadura havia interrompido, invocando em seu lugar

novos e velhos intelectuais defensores do provincianismo pernambucano.

A notícia de sua morte – estava no 11º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da UFPE para assistir aulas no Departamento de História – foi um choque que jamais esqueceremos. O AI5 fazia sua ação liberando não apenas os porões da ditadura, mas todos os que a ela se aliavam de maneira mais explícita e com algum poder.

A notícia logo correu que o velório seria na matriz do Espinheiro e para lá todos corremos. Reconhecíamos amigos e víamos os inimigos, mostrando mais ou menos discretamente seus revólveres, a Igreja já cercada. Todos a dizer: sejam comportados, estamos aqui para defender a ordem, a ação do Estado e a democracia...

Lá estava presente o Arcebispo Coadjutor Dom Lamartine que encontrou forças para enfrentar o aparato repressivo e conter qualquer provocação policial que pudesse acarretar um massacre. A decisão era a de levar o corpo até ao cemitério da Várzea no qual seria enterrado.

Preservava-se também D. Hélder Câmara, tão atingido pela dor, ele que via partir um ente querido e objeto do ódio que torturou e matou seu jovem auxiliar.

Foram, o velório, a marcha para o cemitério ao longo da Avenida Caxangá, as diversas paradas para descanso e para conter a ação da polícia que exigia a retirada de cartazes, o episódio político mais dramático vivido em toda minha vida.

Com o tempo tudo isto passou a ser relatado à medida que a repressão ia sofrendo reveses e que os poucos relatos da imprensa censurada da época podia deixar ver com clareza o que se havia passado. O relato feito por Diogo Cunha, Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto é hoje peça essencial para conhecer tudo o que foi feito para esconder uma verdade de todos já sabida. A instalação da Comissão da Verdade, tanto a nacional, quanto a estadual, o livro de Lurildo Ribeiro Saraiva, Água Braba, novas revisões jurídicas, tudo indica que as responsabilidades por este crime serão conhecidas e reveladas.

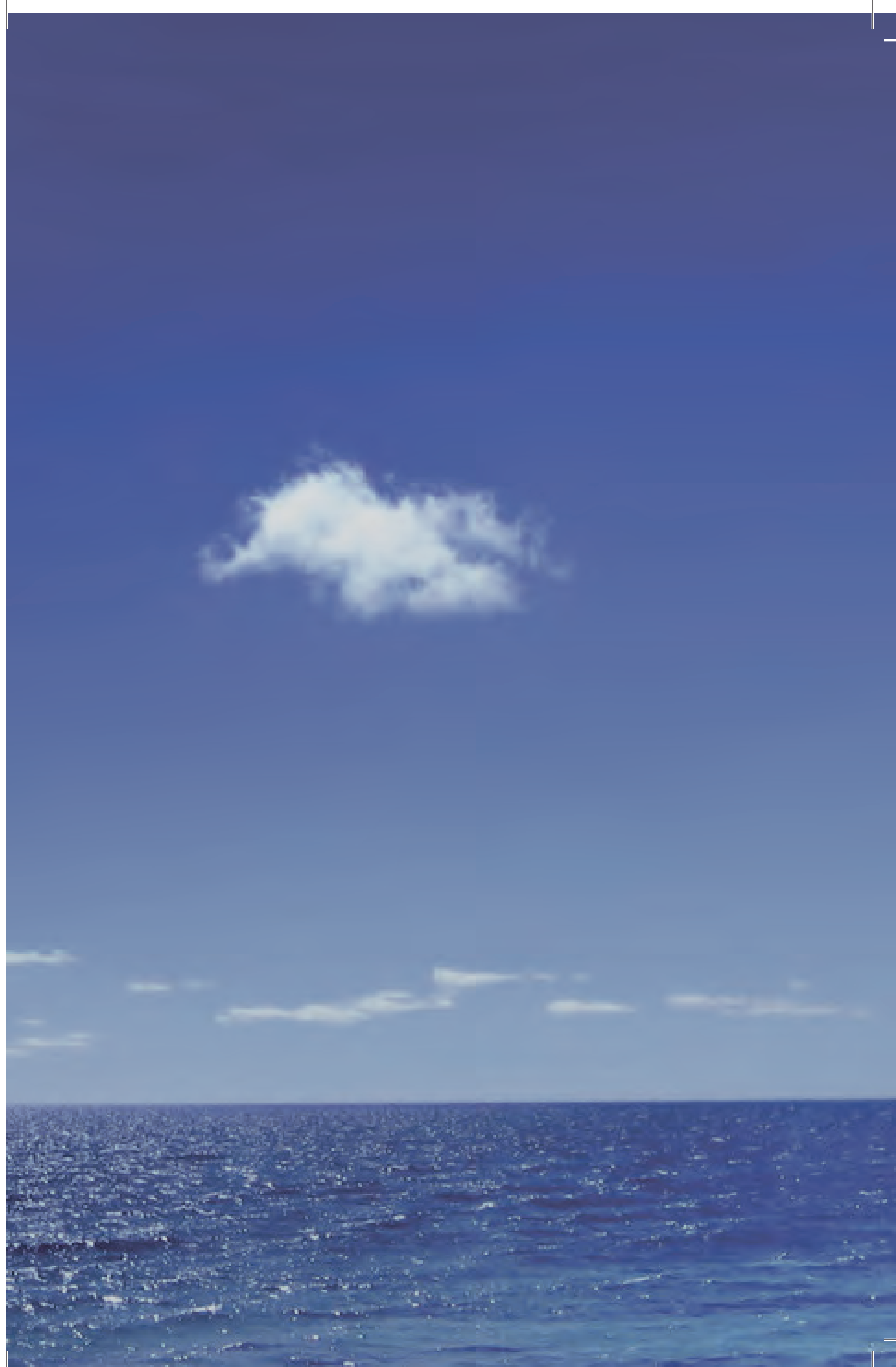
A luta de Dona Isaíras Pereira, de seu pai, de seus irmãos e, especialmente de todos os que não desistiram da busca da verdade, foram peças essenciais em uma luta para vencer o desejo de silêncio e de esquecimento da ditadura civil-militar.

A verdade existia desde muito tempo, neste e em outros episódios de tortura, dor e sangue para preservar a mentira de que a ditadura fora feita para garantir a democracia.

Ao longo de todo o percurso entre a matriz do Espinheiro e o Cemitério da Várzea, ao confrontar nossa impotência diante dos assassinos de padre Antônio Henrique Pereira Neto, que nos olhavam com desdém e desprezo pensava que haveria um dia no qual a palavra seria nossa.

Mesmo com a ausência de todos que o conheceram, o admiravam e o amavam. De seus entes de sangue mais queridos e de todos por quem deu sua vida. Para todo o sempre...

DENIS BERNARDES,
Recife, 17 de julho de 2012.





NASCIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE

No calendário, o santo do dia era São Judas Tadeu, 28 de outubro de 1940; era segunda-feira, uma manhã quente de primavera. Nasceu o primogênito de José Henrique Pereira da Silva Neto e Isairas Pereira da Silva que recebeu o nome de Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, em homenagem ao avô paterno.

Em 31 de dezembro do mesmo ano foi batizado na Igreja de Nossa Senhora de Belém, à tarde. Na ocasião, sua mãe pediu a Deus para dar-lhe a graça de vê-lo crescer e tornar-se um homem de bem, útil a Deus, à sua pátria e aos seus semelhantes.

Foi uma criança forte, saudável e feliz. Era curioso, espirituoso e queria participar de tudo o que acontecia ao seu redor. Por isso, Isairas não o largava um instante.



Aos cinco anos já estava alfabetizado, muito interessado na leitura de livros infantis e adorava ouvir histórias. Aos oito anos, já se interessava por religião e pela origem do homem. Assim, foi matriculado no catecismo da igreja Matriz da Torre, próxima à sua casa. Não deu certo. Logo no primeiro dia, uma das catequistas mandou um recado que dizia "Antônio Henrique, na

aula de catecismo, está confundindo as outras crianças com suas explicações. Ele fala de outras religiões, faz comparações e discorda de assuntos sérios. Está criando situações que as outras crianças não podem entender. Será melhor aguardar um pouco, "dar tempo ao tempo". Ele não deve estudar o catecismo aqui".

Como a religião é um ato de amor ao seu Criador, não devia ser uma ação forçada; por isso, Antônio ficou aguardando outro momento.

Em casa, sempre foi muito compreensivo com os irmãos, ajudando a tomar conta dos mesmos e sempre participava das brincadeiras, festas da época (Natal, São João, Carnaval), e de família, com muita alegria.







Foi matriculado pela primeira vez, no Grupo Escolar Martins Júnior, na Torre. Depois de submetido a um teste, ficou na terceira série, cuja professora era D. Rosa Gil Perez. Posteriormente, a D. Rosa tirou uma licença e a substituta foi D. Doralice. Na quarta série, a professora foi D. Isabel Guerra, com a qual ele também se dava muito bem.

No grupo, os filhos de pais católicos eram obrigados a assistir aulas de religião. Outra vez, não deu certo porque ele pediu a palavra e em vez de aula, houve um debate que, no final, ainda lhe deixou mais dúvidas. As explicações que lhe foram dadas, não convenceram e o padre não gostou. Tantas perguntas acabariam levando as outras crianças à confusão e à descrença. Mais uma vez, ele foi convidado a deixar o catecismo. Mas isso não o abalou. Continuou pesquisando e estudando as religiões. Numa dessas pesquisas, leu sobre a Reforma Protestante e passou a admirar, profundamente, Martinho Lutero.

Do grupo escolar foi para o Ginásio da Madalena onde cursou o primeiro grau, mantendo um desempenho excelente.



Terminado o seu curso ginasial, ele teve que se transferir para outro colégio porque no Ginásio da Madalena não havia o Curso Científico. Em 1955 ele já tinha 15 anos e já se decidira vocacionalmente. Iria ser engenheiro civil. Assim, matriculou-se no Colégio Salesiano no Curso Científico, noturno e conseguiu arranjar uma vaga de "office boy" no City Bank.

Tudo corria bem; ele trabalhava de dia e estudava à noite.

Um dia, era uma primeira quinta–feira do mês, enquanto aguardava o jantar, ele se queixou da direção do Colégio. Explicou que o padre catequista o obrigara a comparecer à missa da primeira sexta-feira e tomar parte na co-

munhão.

O padre alegava que ele não podia, sendo filho de pais católicos conservar-se apático às práticas da religião. Ele não ficou feliz com a ideia, pois achava que era "livre para escolher o caminho a seguir".

Sexta-feira, na volta do Colégio, trouxe um "santinho", um São Domingos Sávio que o padre catequista oferecera como lembrança da sua primeira comunhão.

Daí em diante, no Colégio, tudo continuou no seu ritmo normal. Ele não se queixou mais do padre catequista e começou a fazer amizade com outros padres e o rendimento escolar continuava excelente, como pode ser observado na ficha individual do ano letivo de 1956.

Colégio Salesiano do Sagrado Coração

RECIFE PERNAMBUCO

FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE 1956 2º CICLO

Curso Científico Turno Noturno Série 1ª Turma Única

1ª. ÉPOCA		Português	Latim	Grego	Francês	Inglês	Espanhol	Matemát.	Física	Química	Hist. Nat.	Historia Geral	Historia do Brasil	Geografia	Filosofia	Desenho
ARGUIÇÕES	Abril	6	-	-	9	10	10	3,5	9	7	-	8	-	8	-	6
	Maio	6	-	-	9	9	10	10	7	8	-	8	-	9,5	-	9
	Agôsto	7	-	-	9	10	10	8	5	8	-	8	-	7	-	9,5
	Setembro	7	-	-	7	10	10	10	9	8	-	9	-	10	-	10
	Outubro	8	-	-	7	10	10	10	8	6	-	9	-	10	-	10
	TOTAL	34	-	-	41	49	50	41.5	38	37	-	42	-	44.5	-	44.5
	NOTA ANUAL	6.8	-	-	8.2	9.8	10.0	8.3	7.6	7.4	-	8.4	-	8.9	-	8.9
PROVAS	1ª Parcial	6	-	-	10	7,5	4	10	7	5	-	9	-	9	-	3
	2ª Parcial	7	-	-	7	8	8,5	5,5	9	8	-	9	-	10	-	7
	PROVA FINAL	9	-	-	9	10	10	10	8	7	-	9	-	10	-	9,5
MÉDIAS PONDERADAS	Nota Anual de Exer x 2	13,6	-	-	16.4	19.6	20.0	16.6	15.2	14.8	-	16.8	-	17.8	-	17.8
	1ª Prova parcial x 2	12,0	-	-	20.0	15,0	8.0	20.0	14.0	10.0	-	18.0	-	18.0	-	6.0
	2ª Prova parcial x 3	21.0	-	-	21.0	24.0	25,5	16.5	27.0	24.0	-	27.0	-	30.0	-	21.0
	Prova final x 3	27.0	-	-	27.0	30.0	30.0	30.0	24.0	21.0	-	27.0	-	30.0	-	28.5
	TOTAL	73,6	-	-	84.4	88,6	83,5	83,1	80,2	69.8	-	88.8	-	95.8	-	73,3
NOTA FINAL		7.36	-	-	8.44	8.86	8.35	8.31	8,02	6.98	-	8.88	-	9.58	-	7.33

TOTAL 82,1 NOTA GLOBAL 8.21 RESULTADO Aprovado

APROVADO

2ª. ÉPOCA															
Prova Escrita															
Prova Oral															
MÉDIA															
Méd. 2ª Época x 5															
Nota Anual de Exer x 2															
1ª Prova x 1															
2ª Prova x 2															
TOTAL															

No dia 30 de setembro, aniversário de nascimento da mãe, surpreendeu-a com a imagem do Sagrado Coração de Jesus, em alto-relevo e, para completar a surpresa, trouxe um padre salesiano, sendo feita a "entronização" da imagem, naquele mesmo dia.

No trabalho, conquistou a confiança dos chefes que aumentaram seu salário e prometeram passá-lo, no ano seguinte, para a Carteira de Câmbio. Nos primeiros meses, com o dinheiro que recebeu, comprou uma estante e uma coleção de livros, "Tesouro da Juventude", para ele e os irmãos.

Antes mesmo de completar 16 anos, surpreendeu a família com a ideia de ser padre e entrar para o Seminário Menor, na Várzea. Todos da família acharam que era uma piada. O pai, a princípio não gostou. O avô paterno também não gostou da ideia e deu a seguinte definição de padre: - "Padre é um homem que estuda muitos anos, para depois pedir esmolas para viver". Ele achou graça na definição do velho avô, mas continuou firme na sua resolução. Apesar das boas notas no Curso Científico, conforme sua ficha individual compatíveis com o sonho do Curso de Engenharia e do sucesso no trabalho, procurou dar continuidade ao novo objetivo.

Eram as suas primeiras férias do "City Bank" e sua despedida dos colegas. Fizeram-lhe uma pequena homenagem e ele recebeu algumas lembranças que serviram para anexar ao enxoval exigido pelo Seminário Menor, da Várzea, Seminário da Imaculada Conceição, na Avenida Afonso Olindense, na Várzea, cujo reitor era o Padre Costa Pinto.

Passou muito tempo para que toda a família se acostumasse com aquela ideia. Em cada época de férias, todos esperavam que ele proclamasse a sua desistência; mas ele continuava firme.

Apesar de estar no seminário, continuava ajudando aos irmãos, dando reforço em determinadas matérias, especialmente física e matemática. Além de ir, com eles ao cinema, teatro e festas em casas de parentes e amigos. Também gostava de música, erudita e popular, artesanato local e praia.

Em 1961, deram-lhe uma bolsa de estudos para a América do Norte. Ele ficou feliz da vida.

Começou logo a intensificar o estudo do inglês. Em dois meses já treinava conversação com o pai que falava e escrevia fluentemente aquele idioma. Concomitantemente, iniciou os preparativos para o embarque. Roupas quentes e agasalhos. Empacotou livros e tirou passaporte. Em fim, quase tudo pronto. Só faltava uma carta de apresentação do Padre da Paróquia do Cordeiro, Cônego Teófilo de Souza Rocha, bairro onde morava a família. Isso é que foi difícil. A

princípio, o Sr. Vigário pôs uma série de obstáculos; mas, o pior mesmo foi quando Antônio Henrique foi pedir-lhe o documento.



Padre Teófilo (centro) e Dom Carlos Coelho, arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife (direita).Pe. Henrique, seminarista da direita para esquerda, o segundo em pé.

Como de costume, Antônio entrou na igreja e dirigiu-se a sacristia. Como a porta estava encostada, empurrou-a. Oh! Céus. O vigário ficou indignado. Estava conversando "muito particularmente" com uma jovem (não era confissão).

- Antônio Henrique, por que você não bateu à porta, antes de entrar?

- Porque a sacristia é um lugar público.

A resposta estava certa; mas o vigário vingou-se, na carta de apresentação que escreveu para o futuro reitor de Antônio Henrique, desabafando toda a sua revolta pelo "indesejável flagrante". Fechou a carta e entregou-a para que

Antônio a levasse ao reitor americano. Antônio, de nada desconfiou e, feliz da vida, voltou para casa.

- Até que enfim o Teófilo decidiu-se. Oh! Homem complicado! Disse Antônio num desabafo.

Finalmente, o dia da viagem. Era fim de agosto de 1961. Após o almoço, com toda a família, Antônio Henrique pegou o retrato do irmão caçula que na ocasião era Bruno, e colocou-o na carteira, dizendo:

- Vou mostrar aos amigos de lá, o retrato do "Colega" (era assim que ele chamava o irmão). Depois, foi ao seu quarto para ver se estava faltando alguma coisa. Estava tudo certo. Fechou a janela, olhou a estante, a mesa de estudos e entregou a chave da porta para a mãe.

Para levá-lo ao aeroporto, foram: os pais, o "Colega" de apenas três anos e alguns colegas de Seminário. Um dos colegas, Romeu, ofereceu-lhe um livro para ler durante a viagem.

"OS SANTOS VÃO PARA O INFERNO", com a seguinte dedicatória:

- Henrique, meu irmão. Não há nenhuma ligação com a sua ida. Todos os lugares podem ser inferno ou céu. Contudo, de qualquer maneira, continuarei rezando para você ser santo. Em X^{to} seu irmão Romeu.

Neste livro que leu durante a viagem aos Estados Unidos, com a letra de Antônio Henrique, está escrito: -*"Amanhã nem sempre é prudência, muitas vezes é advérbio dos covardes"*.

Depois, chegou o reitor do Seminário de Olinda, na época, Padre Marcelo Carvalheira a quem Antônio Henrique falou da carta fechada que o Pároco (Padre Teófilo) lhe entregara.

Padre Marcelo não gostou da atitude; pediu ao pai de Antônio Henrique (José Henrique que era um dos Administradores do Aeroporto Guararapes), uma sala reservada e abriu a "mensagem secreta" do vigário.

Na carta, o Padre Teófilo explicou para o futuro reitor de Antônio Henrique nos Estados Unidos, que "apesar de algumas qualidades do jovem seminarista, havia na família um fato que o impedia de ser um bom sacerdote: o pai, o Sr. José Henrique, era membro de uma loja maçônica....." e outras

coisas mais que Antônio Henrique não quis revelar.

Padre Marcelo achou uma péssima apresentação; mas ninguém podia modificar nada. Mesmo ciente do conteúdo negativo da carta, Antônio Henrique esperava que tudo fosse superado com a convivência. Esperava que o reitor americano compreendesse que o maçon era o seu pai e não ele.

Chegou a hora do embarque, chamaram os passageiros e ele partiu. O avião foi até Belém.

Lá, segundo relatos de sua primeira carta, hospedou-se na casa do Bispo. Conheceu a cidade, visitou o museu, experimentou algumas bebidas indígenas e recebeu de um amigo, uma imagem de Santa Terezinha, além das belezas de Belém do Pará. Depois, pegou outro avião, direto para Nova York.

Em Nova York, um padre brasileiro, o padre Fernando, esperava-o. Mostrou-lhe a cidade, e, depois apanharam um trem que deveria leva-los a IOWA, cidade de Dubuque, onde ficava o Seminário de S. Bernard, local em que Antônio Henrique deveria estudar.

D. Carlos Coelho, que era o Arcebispo de Recife, visitou-o lá em IOWA e levou-lhe de presente um pacote de café brasileiro.

O reitor americano, diante daquela demonstração de amizade e atenção de D. Carlos Coelho, chegou a fazer comentários, comparando a má apresentação do pároco da Paróquia do Cordeiro, com os elogios do Arcebispo. Chegando até a melhorar o tratamento com Antônio, dando-lhe mais atenção.

Mount Saint Bernard Seminary
CARTER ROAD — DUBUQUE, IOWA 28-out-1961

Caros pais e irmãos:

Esta semana que passou foi a "semana das cartas e visitas".
Recebi cartas de Pe. Marcelo, Roma, Canadá, duas daí e uma visi-
ta de D. Carlos e do Pe. Fernando anteontem.
Parabéns à Florinha e ao marido pelo nascimento do Verosinho.
Como vai o pessoal? Zito passou nos exames? Amaro vai indo
bem no emprego? Não esqueçam a matrícula no Vera Cruz.
Por aqui as coisas estão em ordem; saúde 100%, apenas
emagreci um pouco com o frio. Por falar em frio, aí o meu quadro
da roupa: 1 par de luvas (couro), 1 par de orelhas (capa que protege as
orelhas contra o frio), recebi da Titia de um colega um capote p/ frio (com-
prado in Hong Kong); hoje comprarei uma bota para neve, calças
pretas, pijamas de lã etc. Situação financeira: D. Carlos me deu
$10. (e 1 pac. de café); Pe. Fernando $140. — estou c/ 1 total de $230.
Gasto $10 por ano c/ lavagem de roupa (eu mesmo, dizzy/as
máquinas, lavo a roupa" e passo a ferro o essencial: cota
colarinhos e punhos). Um colega fez questão de cortar meu
cabelo gratuitamente. Pe. Fernando me deu uma roupa
preta (lã) e se comprometeu de me enviar, com antecedên-
cia, dinheiro para os meus futuros gastos.
Bem, isto é acidental na nossa vida — "não só de dinheiro
vive o homem, mas de coisas mais elevadas que pode-
mos levar para a Vida Eterna. Não se preocupem com isto.
Envio duas fotografias do seminário, uma delas está
assinalada com um pingo de tinta preta na janela — aí
está o meu quarto de onde contemplo todas as tardes o pôr
do sol, e os passarinhos que vão passar o inverno no sul.
Não há diferença na nossa hora aqui; é a mesma do
Brasil.
Ainda estamos na estação do "fall", folhas sêcas por
toda parte...
O inglês vai indo cada vez melhor.
(Vire)

Pe. Fernando e D. Carlos passaram 1½ dia aqui
no seminário. Explicaram ao reitor os nossos
costumes, para evitar possíveis incompreensões.
Foi bom porque ficaram muito mais interessados
não só por mim c/o também por meu colega.

+

Hoje, no dia do Apóstolo S. Tadeu, agradeci
a Deus o dom da vida; pedi pelos "velhos" que
me trouxeram a êste mundo felicidade e bençãos.
Estou certo de que êste é o meu lugar no plano de Deus. Conto com as orações de todos
para que nesta nova etapa de minha
vida possa crescer... crescer cada vez
mais em sabedoria, idade e sempre
na amizade de Deus – o que é o mais
importante, pois com Êle não somos
existências inúteis, atravessamos a vida
extasiando os homens com o espetáculo
da santidade... mas o segrêdo do nosso
triunfo está na união com Êle – é êste o
segrêdo dos santos – como Judas Tadeu,
Antonio e Terezinha... êste deve ser
também o plano de cada 1 de nós...

do filho e irmão:

a. henrique [illegible].

P.S. – Recebi os $20. thanks. Lembranças a "[illegible]"
e família. Digam aos colegas que aqui se usa "adeus de
velha".

Depois de alguns meses, embora aparentemente tudo corresse às mil maravilhas, pois Antônio Henrique já gozava da simpatia de todos da sua turma, já recebia convites das famílias dos mesmos para visitas e passeios, além de, nos dias de visitas, presentearem-no com doces, chocolates e até mesmo dólares.

De repente, o reitor americano proibiu os seminaristas de prestar-lhe qualquer tipo de ajuda.

Mesmo assim, Antônio Henrique enfrentou a situação; pois, o seu desejo era estudar, mesmo que custasse sacrifício. Ele dizia que "depois dos sacrifícios sempre acontecem as grandes compensações". Como era grande admirador da natureza, divertia-se com os esquilos e ursos que habitavam a região. Aqueles atores interagiam com tudo e com todos, fazendo um incansável show, diário e grátis. Afinal de contas, o Dono do espetáculo era o próprio Criador.

Em suas cartas, ele não cansava de repetir:

- Quando estou cansado ou com qualquer problema, é só assistir a "representação" dos esquilos que sempre mostram algo diferente. A natureza é perfeita! Também, criada por DEUS.

Chegara o Natal. Era tempo de férias no seminário de Dubuque e cada seminarista deveria passar as festas de fim de ano, com os familiares. Mesmo distante da família, Antônio Henrique divertiu-se muito. Recebeu convite para passar o Natal com uma família brasileira, do Maranhão que lhe preparou uma feijoada inesquecível, segundo os relatos dele. *"Parecia feita a rigor para um brasileiro, distante das comidas gostosas do Brasil"*. Visitou, com os colegas, os presépios públicos, admirou e fez bonecos de neve, visitou a região dos Grandes Lagos, na fronteira com o Canadá. Contou ainda, na sua longa carta acompanhada do tradicional cartão de "merry christmas", uma série de coisas boas.


PEACE






MARY'S



Terminado o tempo das férias, Antônio Henrique voltou ao seminário. Tudo estava em ordem, menos o reitor que o aconselhou a voltar para o Brasil, dizendo-lhe que achava melhor que não continuasse no seminário, alegando que filho de maçon, não tinha mesmo condições de ser um bom sacerdote.

Era janeiro de 1962.

Depois daquela carta tão alegre, descrevendo seu Natal na neve, todos ficaram surpresos com outra que dizia:

- Estou muito bem de saúde e tudo está bem; mas estou de malas prontas, de volta para o Brasil. Não se preocupe com o dinheiro da passagem. Conversaremos oportunamente.

Embora fosse desejo de Antônio Henrique ficar muito tempo nos Estados Unidos, a família ficou feliz com a notícia da volta, porque a saudade já era imensa.

Aqui no Brasil, ele conversou com o padre Marcelo Carvalheira que ainda era o reitor do Seminário Maior, e, padre Marcelo decidiu que ele continuaria como seminarista, apesar da opinião do padre Teófilo.

Como o padre Teófilo, continuava a implicar com Antônio Henrique, ele, aconselhado pelos seus superiores, desligou-se daquele padre, mesmo sendo da sua paróquia. Daí em diante, tudo caminhou na "santa paz".







Chegara finalmente, o tempo de ordenação de Antônio Henrique. Aparentemente, todas as barreiras estavam vencidas.

Primeiro, aconteceu o Diaconato, na Igreja da Sé em Olinda.



Depois, em dezembro de 1965, na tarde do dia 25, Antônio Henrique oferecia de presente ao Deus-menino, os seus serviços: como irmão, como amigo, como discípulo.



A ordenação ocorreu na Igreja da Torre. Foi uma solenidade simples, oficializada pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara.





No dia seguinte à ordenação, o Padre Henrique celebrou a sua primeira missa, na Igreja do Rosário dos Pretos, acompanhada ao som de violões.

Na residência do Padre Henrique, cujo endereço era: Rua Padre Antônio Fernandes, 109, no bairro do Cordeiro, houve uma grande comemoração, onde muitos amigos e parentes celebraram e cantaram ao som do violão: "Já chegou, já chegou/Finalmente a bonança/ Todo o mal já passou, só restou a esperança".

Aquela canção parecia feita a propósito. Todos esperavam e desejavam que Padre Henrique fosse muito feliz.

Logo após sua ordenação foi convidado para ser assessor de Dom Helder e trabalhar na Pastoral da Juventude, convite que aceitou com prazer e alegria.

Daí em diante, a maneira de viver naquela casa, onde morava com a família, modificou-se. O Padre Henrique que possuía grande facilidade de comunicação integrou-se totalmente entre os jovens. Diariamente, ele recebia muitas visitas. Não só de jovens; também os mais velhos, especialmente pais que sentiam dificuldades nos relacionamentos com seus filhos. Ele atendia a todos, procurando solucionar, dentro de suas possibilidades, tudo o que parecia ser problema. E era tão solicitado que, muitas vezes, atendia pessoas até altas horas da noite. Mesmo trabalhando muito, ficava feliz com os resultados: a PAZ e a UNIÃO, entre pais e filhos. Ele dizia que "*quando entre os pais e os filhos, existe uma "confiança limpa", tudo o mais vai bem". Principalmente, quando o jovem tinha coragem, de confessar "aos velhos" suas faltas, sem medo do que pudesse acontecer*. E quando os "velhos explodiam muito alto", Pe. Henrique costumava aconselhá-los, explicando-lhes que:

"independente do assunto ou gravidade, se conduzissem os diálogos de maneira que os jovens não ficassem amedrontados, as chances de correção seriam maiores. Caso contrário, o jovem infrator procuraria para seu desabafo, um estranho, às vezes, mais cheio de vícios que ele próprio. E, em vez de uma recuperação, conseguia adquirir outras qualidades mais negativas. E daí, a multiplicação dos vícios, numa velocidade sempre crescente, levando à marginalização total de uma pessoa. E por quê? Pela falta de apoio e compreensão da família".

Nas suas reuniões com jovens e adultos, os temas discutidos eram variados, dependendo do problema e necessidade de cada um, sem tabus. Não costumava usar batina, exceto nas cerimônias religiosas. Assim, parecia um jovem qualquer, confundindo-se com seus alunos.

Dessa forma, o Pe. Henrique, em pouco tempo, tornou-se notável como "pacificador". E como era simples, nunca o sucesso do seu trabalho modificou

sua maneira de ser. Era brincalhão e costumava chamar o amigo de "sujeito". Atendendo a todos que precisavam de sua ajuda, sem discriminação.

Adotava o sistema de fazer casamentos, batizados e celebrar missas, "de graça". Quando alguém perguntava por que procedia assim, ele explicava com o sorriso alegre que o acompanhava sempre:

"Quem tem dinheiro suficiente para pagar uma cerimônia religiosa? A palavra de Deus não tem preço". Por outro lado, muitas pessoas presenteavam-no com roupas, sapatos e outros objetos de uso pessoal. Recebia tantos presentes que raramente comprava as coisas que necessitava.









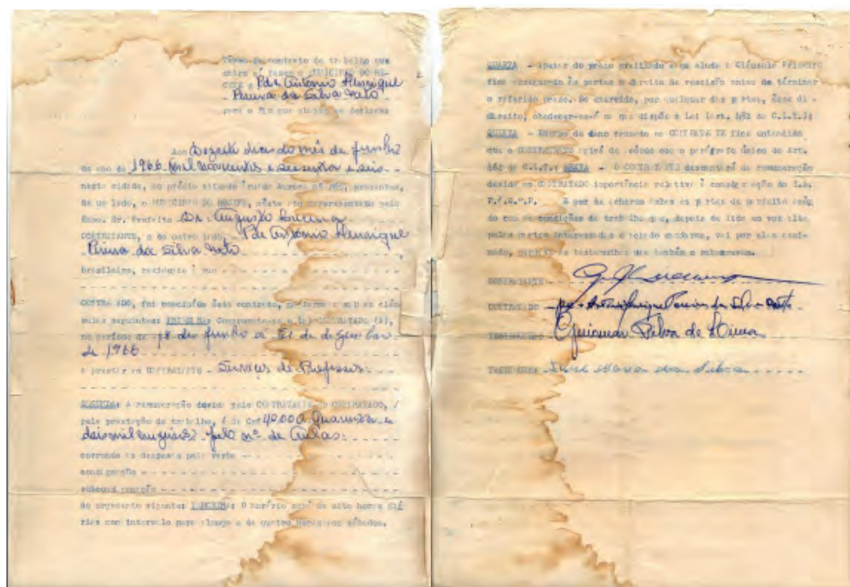
Antonio Henrique Pereira
Sacerdote

Residência
Rua Pe. Ant. Fernandes
109 Cordeiro

Rua do Giriquiti
48 - Fone 25513

Recife - Pe. - Brasil

Porém, para "ganhar a vida" ele trabalhava como professor, em três colégios da cidade. Colégio Marista, Colégio Vera Cruz e Colégio Municipal do Recife. O prefeito era o Dr. Augusto Lucena. O seu primeiro contrato assinado, como professor.



Como professor, era mais colega do que mestre. Todos os seus alunos, chamavam-no simplesmente, Henrique. Além da amizade dos alunos, fez grandes amigos entre os pais de muitos deles. Era amigos dos outros professores e do diretor do Marista, Orlando Cunha Lima, a quem considerava muito. Sempre dizia: - "É um grande sujeito o Orlando". Tinha outros amigos a quem se referia várias vezes, como Pe. Daniel, o Professor Adauto Pontes e muitos outros que deixaremos de mencionar para não ficar uma lista muito comprida.

A cada dia que passava, sua vida era vivida com mais intensidade. Fez vários cursos: Dinâmica da Arte das Comunicações, Curso de Orientação Psicológica para Executivos, Parapsicologia, etc. Também, estudou alguns idiomas; além do português, escrevia e falava fluentemente, inglês, francês e espanhol. Costumava fazer anotações em grego e hebraico.

Adorava viajar e "vibrava" quando havia alguma missão a realizar em outro estado ou mesmo em outro país. Além dos Estados Unidos, conhecia a

Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru.

1968 – Um usineiro convidou-o para celebrar uma missa de Páscoa para seus empregados. Pediu-lhe que fosse um dia antes, para preparar cristã e psicologicamente aquela gente.

Pe. Henrique conversou com os trabalhadores, com a franqueza que lhe era peculiar, e, dentro em pouco, adquiriu a confiança do grupo. Conversa vai, conversa vem, um deles queixou-se do patrão e pediu que Pe. Henrique interferisse em favor deles; pois, há três meses, os salários não lhes eram pagos. Apenas, tinham direito a "vales" que só eram aceitos no "barracão da usina".

Pe. Henrique achou aquilo um absurdo e foi ter com o usineiro. Este, sem saber o que Pe. Henrique desejava, ao avistá-lo foi dizendo:

-Então, padre, que achou da turma? Amanhã eles terão "um grande dia". Após a missa vou mandar servir-lhes um café, como eles nunca tiveram em toda vida. Até um enorme bolo-confeitado. Vai ser perfeito.

- Sou bom patrão ou não sou?

Depois de escutar aquela auto louvação, Pe. Henrique disse-lhe:

- Vamos combinar um negócio: em vez dessa solenidade que você programou, cada um tomará seu café em casa, e, para comemorar, você pagará, pelo menos um mês do salário atrasado.

O usineiro ficou sério e disse.

- Pe. Henrique, desconfio que você é SUBVERSIVO. Que lhe importa a necessidade dessa gente? O importante é que eu e você tenhamos o necessário. Eles já estão acostumados a passar fome, a viver sem dinheiro, são miseráveis.

Na volta para casa, contou o fato e o "apelido" de "subversivo" que o usineiro lhe dera.

Sua mãe, Isairas, ficou preocupada com o fato e respondeu:

- Meu filho, cuidado com esse "tipo". Ele deve ser acostumado a tratar mal aos seus servidores, porque os considera escravos, não os considera filhos de Deus. Do mesmo modo que esse usineiro classifica de "miseráveis", aquela gente que trabalha para encher-lhe os bolsos, não vai considerar o Pe. Henrique grande coisa. E esse apelido de "Pe. Subversivo?" Se pega, você vai

ter problemas. Lembre-se que desde 1964, aquele golpe cerceou a democracia e já matou muita gente. Eles não respeitam nada nem ninguém. Jovem ou adulto. Não têm coração. Lembre-se dos estudantes mortos aqui em Recife. Na ocasião, seu pai, José Henrique, também o aconselhou e recomendou que tivesse cuidado.

Ele tranquilizou os pais, dizendo:

- Não se preocupem, respondeu Pe. Henrique. Aquele homem é um refinado imbecil, de cabeça vazia, pois, se fosse verdadeiramente humano, aquela gente produziria mais e ele não teria problemas, ocasionados pelas necessidades, sofridas por aquelas pobres almas, quase santas.

A cada dia que passava, a vida de Pe. Henrique era vivida com mais intensidade.

1968, foi seu último ano completo de trabalho e realizações.

No Colégio Marista, organizou uma Primeira Comunhão diferente: cada comungando tinha seu próprio cálice com vinho, como na "Última Ceia".

No dia de seu aniversário, a "Turma Jovem" a quem ele assistia, compareceu em massa à sua residência, acompanhada dos pais. Muita gente, muita alegria e música, improvisaram uma dança que se prolongava do terraço, ao pátio, até a calçada da rua.

Nesse seu último aniversário, uma coisa muito curiosa aconteceu: quando toda aquela gente se retirou e a porta da casa já estava sendo fechada, porque já era muito tarde, apareceu um jovem estudante da Faculdade de Ciências Médicas, filho do Policial Cícero Albuquerque. Como quase todos já haviam ido dormir, pois já passava das 24 horas, Isairas (mãe) ficou acordada, para servir o lanche do moço. Ele se comportou de maneira diferente: não quis ficar na sala, alegando que desejava consultar uns livros e entrou no quarto do Pe. Henrique. Da sala escura, Isairas o observava, fingindo que estava cochilando. Pe. Henrique, pensando que ela estava cansada, resolveu ele próprio, ir buscar o lanche para o visitante. Quando o filho do policial ficou só no quarto, fechou o livro e começou a observar minuciosamente a segurança do quarto: janela, forro, etc. Isairas o observava com atenção, sem saber o motivo daquela estranha atitude. Depois do lanche ele se despediu.

Quando Isairas ficou a sós com Pé Henrique, comentou sobre aquelas coisas que ela achou estranhas. Ele achou graça e disse:

- Não sabia que você tinha vocação para detetive. Realmente, esse sujeito é um tanto estranho; mas, eu acho que é devido a problemas de família.

Mais ou menos em meados de novembro de 1968, uma noite, todos já haviam retornado à casa e foram dormir. Lá pelas 2 horas da madrugada, a voz de Pe. Henrique foi ouvida:

- Velha, velho, eu vou apanhar a lanterna e vou dar uma olhada no telhado; pois acordei com um barulho estranho, como se alguém estivesse tentando arrombar o forro (o quarto era forrado de madeira).

Henrique apanhou a lanterna e saiu. A noite estava escura e a folhagem das árvores não deixava ver direito, toda a cobertura da casa. Mesmo assim, ele olhou os oitões, o quintal e por último, foi até a rua, observar se havia alguém suspeito nas imediações. Tudo parecia normal; apenas, do muro da casa dele, Sr. Rômulo, um vizinho, acompanhava o vigia do Posto de Gasolina que, ainda hoje, fica na esquina da rua, numa estranha vigília.

No outro dia, o incidente noturno já estava esquecido. Quando passou um avião, fazendo muito barulho, José Henrique (pai do padre) saiu para olhar. Foi aí que ele viu que o quarto de Pe. Henrique, realmente estava destelhado. E a pessoa não conseguiu realizar seus intentos, porque havia o forro de madeira e Pe. Henrique acordou e chamou pelos pais em voz alta.

Quem seria? Não faltava nada no quintal.

Chegara o Natal de 1968. A família sempre comemorava, além do Nascimento de Cristo, o aniversário da ordenação de Pe. Henrique. Depois de ordenado padre, ele costumava sempre, nas datas que considerava importantes, celebrar missas em casa. Assim, durante dois Natais seguidos, ele celebrou em casa, para toda a família e amigos, à meia noite, uma missa acompanhada por violões.

Aquele Natal de 1968, Pe. Henrique não imaginava que seria seu último Natal. Entretanto, parecia tão inspirado, valorizando tão intensamente aquela comemoração. Trouxe para casa e discutiu conosco cada parágrafo da Saudação de Natal escrita por Dom Hélder Câmara, dirigida "ao clero, aos fiéis e a todos os homens de boa vontade".

De qualquer forma, o Natal sempre foi uma festa muito comemorada por toda a família. A missa do galo, rezar, cumprimentar afetuosamente a todos que cruzassem nosso caminho, a Ceia de Natal e a troca dos presentes. Foi tudo

perfeito. Podia-se sentir um verdadeiro clima de PAZ e AMOR. Realmente, foi um Natal muito feliz.

Depois, de celebrar com a família, como de costume, Pe. Henrique foi celebrar uma missa na casa do Dr. Luiz Tavares de Barros no bairro da Tamarineira. Lá, além do grupo de jovens que sempre costumava assistir sua reuniões, apresentaram-lhe uma jovem professora de violão, Risoleta Cavalcante, que depois de acompanhar ao violão, a missa, procurou sentar-se à mesa da Ceia de Natal que o Dr. Luiz oferecera aos presentes, perto do Pe. Henrique, batendo um papo demorado, procurando saber, com detalhes, das suas atividades quotidianas.

Ele não gravou o nome todo dela. Só sabia que era Risoleta Cavalcante. Comentou que ela tocava bem e que parecia muito bisbilhoteira.

Não sabia ele que aquela "bisbilhotice" estava ligada à sua profissão de informante da Organização de Extrema Direita, o Comando de Caça aos Comunistas (C.C.C.), encarregada dos primeiros contatos com os que deveriam morrer. Cândido Pinto foi o primeiro. Depois ele, o Pe. Henrique. A coruja da organização, era Risoleta.

Começara 1969. Como Pe. Henrique fazia todos os anos, programava na sua nova agenda os afazeres do ano que estava iniciando, além do seu costumeiro trabalho de professor, reuniões no Giriquiti, viagens que deveria realizar, etc.

No mês de março, com uma turma amiga, participou da Festa da Cerveja, promovida pelo Lions Clube. Embora o seu semblante continuasse aparentemente alegre, Isairas (mãe) achava que ele estava mais magro. Diversas vezes perguntou-lhe se não podia tirar férias, ao que ele respondia negativamente. Por outro lado, quase diariamente, ele perguntava por que ela não consultava um cardiologista. O que ela não sabia de fato era o motivo da preocupação dele: ele recebera ameaças de morte, assinadas com a sigla C.C.C. e tinha receios de informá-la dos terríveis acontecimentos, pensando que ela não suportaria mais, coisa daquela natureza.

Abril de 1969.

Uma noite, mais ou menos às 8 horas, chegaram à residência do Pe. Henrique, Rogério Matos do Nascimento, acompanhado dos Drs. Bóris Trindade e Urbano Vitalino. Isairas (mãe) foi atendê-los. Queriam falar com o Pe. Henrique. Depois de explicar-lhes que o Pe. Henrique não estava em casa, perguntou-lhes quem eram e o que queriam com o filho.

Dos três, só Rogério era conhecido e, como ela já sabia quem era Rogério, não ficou pensando boas coisas, a respeito dos acompanhantes. Porém, logo mudou de ideia. O Dr. Boris tomou a palavra, e disse que era advogado da Arquidiocese de Olinda e Recife. Queria saber onde Antônio costumava ir às noites e onde poderia encontrá-lo àquela hora. Ela realmente não sabia e perguntou-lhe se queria deixar recado. Dr. Boris disse que não, que o assunto era sigiloso e perguntou a que hora poderia retornar a casa, no outro dia de manhã. Isairas respondeu que poderia chegar depois das cinco. - Já pode bater que será atendido, pois costumamos levantar cedo.

Ele então marcou o encontro para às seis horas e trinta minutos da manhã. Conforme o combinado, Pe. Henrique esperou-o; esperou até às oito horas e como nenhum deles aparecesse, foi para o Marista. Na hora do almoço, em sua residência, Pe. Henrique falou sobre o assunto e disse:

- Velha (maneira de chamar a mãe), esses caras estão com alguma enrolada. Procurei saber; essa história de "advogado da Arquidiocese" é mentira.

Passaram-se dias, semanas e eles não mais procuraram Pe. Henrique.

Outro fato curioso que Isairas começou a notar naqueles dias: na rua onde moravam, um homem de cabeça raspada, vestindo roupas velhas; com uma cuia de queijo numa das mãos, sentava todas as manhãs, em frente à casa, como se fosse pedinte; mas, não pedia esmolas a ninguém, e, na hora do almoço, ia buscar comida, na feira que fica próxima à casa.

Depois de alguns dias, quando todos pensavam que o desconhecido era um ladrão, esperando por uma oportunidade, mandamos seguir o homem, para saber onde ele conseguia o alimento. Ele comprava em um bar, no pátio da feira e vinha comer, na calçada, onde dava "plantão", representando o "mendigo".

Quando comentou com o Pe. Henrique a respeito daquele homem, ele disse à mãe que aquele mesmo homem, todas as tardes, sentava na calçada em frente ao Juvenato D. Vital, na Rua do Giriquiti, onde ele trabalhava, depois da aula do Colégio Municipal. Um dia, uma pessoa amiga viu o falso mendigo e disse:

- Ah! Esse sujeito é investigador.

Associando os fatos, pela manhã em frente à casa e à tarde no Giriquiti, Isairas advertiu Pe. Henrique:

- Meu filho, tenha cuidado, esse sujeito está observando seus passos.

29 de abril de 1969.

Quando Pe. Henrique voltou do Marista, contou que o meio estudantil estava em polvorosa porque haviam baleado o estudante de engenharia, Cândido Pinto. Contou também que, depois de atirar no estudante, os bandidos haviam passado pelo Giriquiti e haviam metralhado a sala que ele, Pe. Henrique trabalhava, euforicamente, dando vivas ao C.C.C. Embora fosse tarde da noite, o fato fora presenciado por várias pessoas ali residentes, que mais tarde testemunharam na justiça.

Isairas ficou apreensiva e começou outra vez a juntar os fatos; o falso mendigo na pista do Pe. Henrique e aquela demonstração pública do famigerado C.C.C. depois de deixar Cândido Pinto paralítico para sempre, não era bom prenúncio.

Mas, como o Pe. Henrique ia para o Rio de Janeiro, passar uns dias, ela ficou mais descansada; pensando que até ele voltar, tudo já estivesse calmo. Certamente, o governo, iria tomar providência, contra o bando clandestino, o C.C.C. que atacava na calada da noite, numa rural verde e branca, com chapa fria, trafegando na contra mão. Não era possível que governantes bem intencionados, cruzassem os braços diante de um jovem estudante estupidamente inutilizado, e deixassem, os responsáveis pelo crime, sem punição.

No Rio de Janeiro, Pe. Henrique procurou um dos irmãos que morava lá, José Henrique Filho, que estava noivo, e, como quem estava adivinhando, perguntou-lhe se queria casar-se logo na igreja; pois, se não aproveitasse a ocasião, ele não poderia mais, fazer-lhe o casamento. Achava, dizia ele, que era a última vez que ia ao Rio.

José Henrique, só pretendia casar-se no dia sete de junho que era o dia do seu aniversário; mas, diante daquela conversa que no momento não dava para entender, e desejando que o irmão fosse o celebrante da cerimônia, antecipou tudo e casou-se no dia 7 de maio, na Igreja de Realengo. Foi a última cerimônia religiosa que celebrou na família.

Depois de uma simples comemoração, voltou à Igreja de Nossa Senhora de Copacabana onde estava hospedado. Na praça em frente à igreja, alguns policiais deram-lhe voz de prisão.

- *Por que vocês estão fazendo isto*? Perguntou o Pe. Henrique.

- Você é malandro e maconheiro, e nós temos ordem para prendê-lo.

Pessoas observavam da igreja, Pe. Henrique fez-lhes ver que algo errado estava acontecendo e mostrou sua carteira de identidade, provando que era religioso. Por sorte, o vigário da igreja também estava chegando e ajudou a desfazer o engano, diante dos curiosos que já se aglomeravam. Os policiais desculparam-se, apanharam a viatura e desapareceram.

No dia seguinte, 8 de maio, ele visitou uma pessoa amiga, estudante que já participara com ele, de trabalhos religiosos em grupo. Comprou presentes para a família e depois de uma semana, retornou à Recife.

Logo que regressou, sua mãe voltou a adverti-lo. E ele respondeu.

- *Velha, a polícia não é tão imbecil como se pensa. Se "tocarem num fio de cabelo de um padre", a confusão vai ser grande; o mundo inteiro protestará e eles não terão uma explicação que convença.*

Aqui em Recife, entre os estudantes, a situação era tensa. Ninguém se conformava com o atentado sofrido pelo Cândido Pinto e pretendiam protestar, fazendo passeatas. Pe. Henrique, embora solidário com os estudantes no tocante a revolta contra a barbaridade do atentado, explicou-lhes que a luta pelo direito era válida; mas, não com confusão. Aconselhou outros meios, como por exemplo, uma solicitação as autoridades, de garantias dos direitos da classe e aos senhores Ministros da Educação e da Justiça, solicitação de providências para a elucidação do caso. Entre os estudantes ouvintes, havia um, Jerônimo Gibson que não gostou das ideias de Pe. Henrique.

- Cândido Pinto, padre Henrique, procurou confusão: É "político esquerdista".

Depois da reunião, um estudante disse a Pe. Henrique:

- Jerônimo também é político da "extrema direita", e dizem que é informante secreto da polícia, ou melhor, "dedo duro".

17 de maio de 1969 – Segundo o depoimento do I*rmão Marista, Eduardo Orlando Aguiar Amorim,* chamaram o Pe. Henrique ao telefone do Colégio Marista, duas vezes, para ameaçá-lo de morte. Depois dos telefonemas, Pe. Henrique comentou com o Irmão Eduardo:

- Recebi (disse Pe. Henrique) ameaças de morte, porque estou comentando sobre a barbaridade do caso Cândido Pinto".

- As palavras foram, mais ou menos, parecidas com as das cartas anônimas e do telefonema que recebi do C.C.C., disse-lhe o Irmão Eduardo Orlando Aguiar Amorim, que havia sido colega de Pe. Henrique quando ainda cursavam o Seminário Regional e também havia recebido os mesmos tipos de ameaças. Conversaram ainda um pouco e ficaram de investigar para ver se descobririam a "fonte", isto é, os que faziam parte do C.C.C.

Com medo de abalar a tranquilidade da família, Pe. Henrique guardava para si, seu temor e sua tristeza.

No domingo, 25 de maio, ele acordou cedo; ia fazer um batizado na casa de uns amigos e lá passaria o dia.

Isairas achava que tudo parecia calmo na residência. Com a viagem de Pe. Henrique ao Rio, o falso mendigo desaparecera da rua e ela não sabia das ameaças, achava que tudo ia bem.

A festa do batizado durou o dia inteiro e, só à noite, Pe. Henrique regressou. Comentou que foi um dia maravilhoso, que lhe serviu como uma higiene mental; pois, todos os presentes eram pessoas maravilhosas. Isairas ofereceu-lhe peixe para jantar.

- Velha, eu comi tanto peixe hoje. Quero apenas um copo de leite.

E foi dormir, o seu último sono na vida. Era o seu último domingo, 25 de maio de 1969.

Domingo de festa. A festa da despedida da sua vida aqui na terra.

Segunda feira, 26 de maio. Acordou cedo, como de costume, e foi para o Marista. De lá, deu uma passadinha pelo Giriquiti. Duas moças, com farda do Colégio Eucarístico, o procuraram. Só uma delas falava. A outra, meio desconfiada, apenas acompanhava a amiga.

- Meu nome é Bete ou Bety, Pe. Henrique. E essa é minha colega e amiga. Procurei-o porque estou precisando da sua ajuda e dos seus conselhos.

Contou então ao Pe. Henrique, uma história fantástica, que namorava com um jovem, e agora, "o cara" rompera sem explicação, deixando-a tão desesperada que só via uma saída, o suicídio.

Pe. Henrique fez várias exposições, para demovê-la dos pensamentos

macabros. Inclusive, falou na possibilidade da reconciliação. Entretanto, como a jovem se mostrasse irredutível, Pe. Henrique disse-lhe:

- Já fiz minha obrigação; mas, a vida é sua e você faz dela o que quiser.

Contudo, ainda pensando em evitar uma tragédia, perguntou à jovem, o nome do namorado dela e o que o mesmo fazia; podia ser um dos seus conhecidos e o Pe. Henrique tentaria falar com ele.

- Foi aí (disse Pe. Henrique para Isairas) que uma coisa muito curiosa aconteceu: a jovem, virou-se para a amiga e perguntou-lhe:
- Como é o nome dele? Agora eu esqueci.

Pe. Henrique achou aquilo muito estranho. Como se explicava tanto amor por uma pessoa, e esquecia-se até do nome?
A outra pensou um pouco, e, meio embaraçada, disse um nome qualquer.
Pe. Henrique então, procurou despachá-las. Explicou-lhes que estava muito ocupado e já fizera o possível. Entretanto, a Bete ou Bety, insistia em voltar mais tarde. E começou a perguntar o que o Pe. Henrique pretendia fazer depois do jantar, ao que ele respondeu:

- Irei a reuniões.
- Onde serão as reuniões? Será que eu não poderia participar?
- Não, serão reuniões em casas de famílias amigas, entre jovens e os respectivos pais; portanto, não será lugar oportuno, para discutir quem quer ou não, suicidar-se.
- E depois da última reunião? Não será possível conversarmos em sua casa, Pe. Henrique?
- Não moça; a última reunião será no Parnamirim, muito distante da minha casa, que fica no Cordeiro. Terminará, mais ou menos, entre dez e dez e meia. Até pegar uma condução e chegar, em casa, lá pelas onze horas, já é tarde para conversar. Não acha?

E tratou de despedir-se das duas.

- Henrique, cuidado com essa dona. Ela é informante de polícia, filha

adotiva de um Policial da Secretaria de Segurança Pública. É uma moça perigosa. Atrai jovens para "casas suspeitas" e dá informações de pessoas para o DOPS, para ganhar dinheiro. Ela mora em Boa Viagem, perto do "Veleiro" e já é bastante conhecida pelos seus costumes pouco recomendáveis.

- *Quando ela voltar aqui, vou abrir-lhe os olhos, (falou Pe. Henrique, sem dar muita importância ao caso),* ela não pode inventar nada a meu respeito, conhecemo-nos agora e nem sequer dei-lhe meu endereço completo.

Na hora do almoço, enquanto servia a refeição ao Pe. Henrique, Isairas conversou sobre o caso de Bete ou Bety. E mais uma vez, advertiu o Filho:

- Menino, a polícia vai fazer qualquer "sujeira" com você. Lembra-se do "caso Cândido Pinto", que o metralharam e depois metralharam no Giriquiti a sala onde você trabalha? Lembre-se do falso mendigo que depois o identificamos como investigador de polícia; lembre-se que você quase já foi preso em frente à Igreja de Nossa Senhora de Copacabana, recentemente.

Pe. Henrique procurou tranquiliza-la dizendo:

- *Velha, você acha que a polícia tem coragem de "tocar num só fio de cabelo" de um padre? Se assim o fizessem, seria uma revolta que abalaria o mundo. Eles não são assim tão loucos.*

Terminou o almoço, o seu último almoço, a última vez que conversava com a mãe, a última despedida enfim. Tudo tão simples, como tudo foi simples em suas vidas.

- *Velha, já vou indo.*

- Leva tudo?

- *Ah! Ia esquecendo, quero que você me empreste cinco cruzeiros, até o dia do pagamento que já está próximo.*

- Só cinco cruzeiros vão dar para suas andanças?

- Vão sim, eu consigo "bigu" para ir até Parnamirim e na volta, pego um taxi e pago aqui.

- Tem algum recado? Cartas para os Correios?

- Não Velha, nem recado, nem cartas. Tchau, vou indo.

A tarde prosseguiu normal, como todas as outras tardes normais, sem imprevistos e sem visitas. À noite, a luz da rua não acendeu; achamos que estava queimada. José Henrique falou que no dia seguinte trocá-la-ia. Pois, sempre ele ou o vizinho do 119 o faziam, quando aquilo acontecia. Mais ou menos às 21 horas, um carro da polícia militar, estacionou na esquina da rua, cheio de soldados. José Henrique comentou com Isairas:

- Deve estar acontecendo algo especial; pois, nunca houve isso aqui na rua.

- Eu acho que eles estão espreitando alguma coisa sobre o pessoal das barracas da feira (que ficava próxima).

Vinte e duas horas, vinte e três horas, meia noite, e Pe. Henrique não chegava. Chovia muito forte.

Deixaram acesa a luz do terraço e Isairas disse para José Henrique.

- Tenho a impressão que ele dormirá na casa do Dr. Mário Bitencourt (era lá a reunião daquela noite); pois saiu sem guarda-chuva.

Fecharam a porta e foram dormir.

Lá fora, a rua escura, a chuva intensa e o carro da polícia militar estacionado na esquina, eram o prólogo da tragédia.

Seus pais acordaram várias vezes na noite. E sempre, perguntava um para o outro se Antônio Henrique havia chegado. Sua Irmã, Isairas Filha (Isa) também levantou porque estava com maus pressentimentos. Ela nem sabia das ameaças de morte contra o irmão; porém, pressentia que ele estava sendo baleado e imaginava uma cena que posteriormente, veio a confirmar pelas fotografias da polícia. Encontrou com o pai na sala, tomaram água, comentaram sobre a ausência do Padre Henrique e o pai disse que estava preocupado com a ausência do filho e aquela chuva tão forte.

Depois, resolveram rezar e voltar, cada um para seu quarto.

Sua mãe, numa das vezes que acordou, também com um mau pressentimento, pediu a Nossa Senhora das Graças que ficasse junto de Antônio e o protegesse. Depois, mais tranquila, adormeceu e só acordou às cinco e meia. Aparentemente, tudo estava calmo.

Todos acordaram, tomaram o café da manhã, ouvindo o sonho do irmão caçula que dizia haver sonhado com Nossa Senhora, num lindo jardim onde ele tentou brincar; mas, foi impedido pela Santa que lhe disse para não entrar

ali. Todos disseram que ele deveria obedecer, sempre que os adultos que ele conhecia, solicitassem qualquer coisa. Depois, todos foram trabalhar ou estudar sem nenhuma preocupação.

Isa, que nem lembrava mais da noite anterior, nem da angústia que todos sentiram pela ausência do Irmão (Pe. Henrique), foi assistir uma aula de Anatomia, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) onde ela era aluna do Curso de Biomedicina. Lá, ouviu falar que havia um homem morto, no Campus da UFPE. Apesar da vontade de ir até o local que os colegas indicavam, não foi, porque estava responsável pela gravação da aula.

Naquela manhã, depois da onze horas, várias pessoas foram até a residência dos pais de Pe. Henrique, para dar à notícia. Porém, quando eram atendidas ouviam sempre, de cada um, Isairas ou os irmãos, respostas idênticas: que ele já estava chegando, que era para entrar e esperar, e até convidava-os para o almoço. Era comum, naquela casa, visitas para às refeições, especialmente os amigos do Pe. Henrique.

Depois que Isa voltou da UFPE para sua residência, ficou estudando no terraço da casa, esperando a hora do almoço e nem lembrava mais, da notícia do homem morto, que foi encontrado no campus da UFPE.

Isairas, saindo dos seus afazeres, pediu para Isa ligar para o Colégio Marista, porque Antônio estava atrasado.

- Isa, procure ligar para Antônio. Diga-lhe que se apresse para vir almoçar; pois está atrasado para a aula do Colégio Municipal.

Antes mesmo de fazer qualquer ligação, ela teve que atender várias pessoas que paravam e perguntavam por Pe. Henrique. Mais que depressa ela respondia que ele estava chegando para almoçar e convidava quem estava procurando por ele, para entrar, esperar e almoçar. As pessoas agradeciam, respondiam que não poderiam esperar e iam embora.

O último que chegou procurando por ele foi o Irmão Marista Tadeu Colares, muito amigo dele. A pergunta foi a mesma.

- Isa, Henrique está?

Ao que ela respondeu: eu já ia ligar para o Marista. Pensei que ele havia almoçado por lá.

- Não, pela primeira vez, ele faltou à aula.

Isa convidou-o para entrar, esperar e almoçar; porém, ele agradeceu e foi embora rapidamente. Na verdade, conforme informação posterior, ele havia ido até lá para dar a notícia da morte; porém, quando conversou conosco, perdeu a coragem.

Isairas começou a ficar apreensiva. Ele não era de faltar aos compromissos.

José Henrique chegou para o almoço e procurou acalmá-la.

- Talvez, ele tenha ido almoçar na casa de alguma família amiga. Tantas pessoas almoçam em nossa casa, quase diariamente. Certamente, ele almoçou na casa de alguém.

- Não, ele não faria isso sem telefonar.

Depois que José Henrique almoçou, Isairas pediu ao marido que, por favor, fosse procurá-lo nos hospitais. Talvez tenha sido acidentado, esteja inconsciente e não tenha avisado.

Mais ou menos às três da tarde, quando José Henrique já estava saindo para procura-lo, chegou Dom Hélder Câmara.

Ao avistá-lo, antes que ele falasse, Isairas perguntou-lhe, ainda com uma sombra de esperança.

- Em que hospital Antônio está?

- Minha filha, aconteceu o pior. Seu filho foi assassinado.

- Ela pensou. Estaria acordada? Seria verdadeira aquela frase tão triste que ela não tinha bem certeza se escutara?

- Antônio assassinado? Aonde? POR QUÊ?

Como resposta, Dom Helder apenas disse:

- Minha filha, aconteceu o pior, o corpo já está no necrotério público.

- Isairas trocou de roupa, apressadamente, passou à Isa (23 anos), a missão de cuidar dos irmãos e da casa, recomendando-lhe para fechar todos os portões e foi com Dom Helder, o marido, dois filhos e outros padres, para o necrotério.

Num caixão da Caridade, com as mãos amarradas, uma grossa corda, no pescoço ferido, em duas voltas, cortes em um dos braços, no pescoço e no rosto, lá estava seu pobre filho. Seus olhos entreabertos pareciam serenos,

pareciam dizer-lhe:

- *Mãe, não chore! Agora SOU LIVRE.*

Na boca também entreaberta, uma porção de sangue já coagulado.

- Meu filho fora trucidado. Os sinais de tortura estavam à mostra.
- Quem teria cometido tanta maldade?
- Às primeiras horas, a pergunta ficou sem resposta. Ele era pobre de dinheiro, mas aparentava rico de amizades. Favorecia a ricos e a pobres, dentro de suas possibilidades. Defendia a LIBERDADE DE PENSAMENTO; mas era contrário à baderna. Defendia os INJUSTIÇADOS; mas não concordava com a VINGANÇA. POR QUE, então? Meu DEUS!

Começaram os preparativos para a necropsia. O necrotério estava repleto de padres conhecidos e desconhecidos, sobretudo de policiais. Havia muitos repórteres; mas; proibidos de fazer reportagem. Naquele ambiente trágico, as dúvidas começaram a surgir.

- Por que somente a polícia podia fazer perguntas?

José Henrique convidou um médico amigo, Dr. Abimael Rodrigues da Cruz, e, Dom Hélder, convidou Dom Basílio Penido, Abade do Mosteiro de São Bento e também médico, para assistirem à necropsia.

Quando Abimael voltou para junto de José Henrique, disse:

- Ele foi arrastado pelo pescoço com as cordas o que provocou o deslocamento de duas vértebras; mas, como ainda continuava vivo, deram-lhe três tiros na cabeça, a curta distância, pois havia esfumaçamento na pele.

Isairas procurou um repórter e falou para publicar um anúncio fúnebre. O homem, meio confuso, tentou explicar-lhe:

- Minha senhora, se fosse possível, não seria nem necessário esse seu pedido, era nossa obrigação; mas, nós temos ordens para não publicar nada a respeito desse crime, por enquanto. Por isso, peço-lhe desculpas.

Dom Hélder também tentou pagar, para publicarem nos jornais da cidade,

notas fúnebres. Na ocasião, ficou sabendo que não estava permitido divulgar, por nenhum meio de comunicação, notícias sobre a morte de Pe. Henrique.

Diante daquelas respostas, Isairas entendia menos e desconfiava mais. Até as famílias dos bandidos e ladrões tinham o direito de publicar uma nota fúnebre! Por que no caso do seu filho, um padre, não podia?

Finalmente, acabou a necropsia, chegou o caixão da Casa Mortuária, a Casa Batista, e o corpo, de acordo com as ordens de Dom Hélder, iria ser velado na Igreja do Espinheiro.

Os pais foram logo em seguida ao carro fúnebre e, por isso, evitaram a "primeira confusão". Quando passavam pelo cemitério de Santo Amaro, uns homens desconhecidos, fizeram parar o carro fúnebre e explicaram que não ia haver velório, que o corpo ia ser enterrado ali, naquele momento.

José Henrique desceu do carro em que estava e protestou.

- Por que não pode haver velório?

Não obteve resposta. Então, José Henrique falou para o motorista do carro fúnebre.

- Siga para a Igreja do Espinheiro. Foi o que combinamos com Dom Helder e, não há motivo que justifique essa mudança.

Por outro lado, enquanto os genitores de Pe. Henrique estavam resolvendo aquele tipo de problema, Isa estava em casa, preparando cada um dos irmãos para a nova realidade que teriam de conviver, com a ausência do irmão, Antônio (Pe. Henrique). Explicava-lhes o ocorrido, dizia que, daquele dia em diante, eles poderiam falar com ele, do mesmo jeito que falavam com Deus, rezando.

Cada um estava dando um depoimento a respeito do irmão. O caçula lembrou-se do sonho com Nossa Senhora e disse que o seu irmão estava naquele jardim que ele não pôde entrar. Maria Concepta, com 12 para 13 anos, reportou-se assim: "minha convivência com Antônio foi breve; pois, quando nasci ele entrou para o seminário. Nas férias e mesmo depois de ordenado, quando voltou a residir conosco, era muito atarefado; mais sempre me dedicava um tempo: (Dona Maria, ele me chamava assim). Um dos principais exemplos que ele me deixou, foi que devemos atingir nossos objetivos com nossas próprias pernas". Nesse momento, eles receberam a visita de dois homens que se diziam policiais, que precisavam entrar, para investigar a morte do Padre.

Isa atendeu e respondeu que não seria possível entrar na casa, principalmente na ausência dos pais. Um dos homens identificou-se com o nome de Rível Rocha e disse que iria entrar "na marra", porque precisava correr o quarto do Padre, para elucidar o crime.

Isa, ainda tentou argumentar com os dois. Disse-lhes que o crime havia ocorrido na rua, que eles investigassem em outro lugar e que voltassem quando os pais estivessem em casa. Como ele, Rível Rocha, se mostrava irredutível, ela que já estava triste, amedrontada e receosa que aqueles dois "plantassem provas" no quarto do irmão para incriminá-lo e depois usarem as mesmas, como justificativa para o crime, foi até o quarto dos pais, apanhou um revólver e voltou depressa, porque Rível Rocha estava tentando abrir o cadeado do portão da rua.

Gritando, para que todos os vizinhos pudessem perceber o problema, ela disse para os dois, que atiraria naquele que entrasse sem permissão.

Foi um total desespero. Todos que estavam dentro de casa, seus irmãos, com idades que variavam entre quinze e oito anos, também assustados, gritavam e choravam simultaneamente.

Rível Rocha perguntou se ela era louca, os dois disseram que ela estava atrapalhando as investigações, que eles eram "a Lei" e foram embora "xingando", dizendo que voltariam depois, quando ela estivesse calma.

Quando um dos seus irmãos retornou do necrotério, Isa relatou o ocorrido.

Finalmente, o corpo chegou à Igreja, por volta das vinte horas.

Na Igreja do Espinheiro, era grande o aglomerado de pessoas, apesar da proibição de divulgar a notícia, tanto falada quanto escrita.

Mesmo sob o rigor do silêncio da imprensa, uma grande quantidade de pessoas, já sabia do trucidamento do Pe. Henrique e divulgavam aquela barbárie, de boca em boca por toda a cidade.

Dom Hélder mandou avisar em todas as paróquias e pediu que divulgassem o máximo possível, especialmente com os amigos de Pe. Henrique.

Às 21 horas, com a igreja superlotada de gente e de policiais dos serviços de informação houve uma missa de corpo presente, concelebrada por quarenta sacerdotes, em uma igreja repleta, principalmente de jovens, onde foram lidas:

1. Nota do Governo Colegiado.

NOTA DO GOVÊRNO COLEGIADO

Na noite de terça feira, o Govêrno Colegiado divulgou uma nota de comunicaçao dos acontecimentos, a qual foi mimeografada, em vista de nao se contar, até aquêle momento, com os meios de comunicaçao social para fazê-lo. E' o seguinte o texto da NOTA DA ARQUIDIOCESE, que foi redigida e discutida na presença dos 40 sacerdotes que se encontravam na Igreja para a concelebraçao, inclusive do Coordenador do Conselho Presbiteral e que ofereceram a sua colaboraçao:

1. Cumprimos o pesaroso dever de comunicar o bárbaro trucidamento do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, cometido na noite de ontem, 26 do corrente, nesta cidade do Recife.

2. Com 28 anos de idade e 3 anos e meio de sacerdote, o Pe. Henrique dedicou a vida ao apostolado da juventude, trabalhando, sobretudo, com universitários. Até às 22,30 horas de ontem, segundo o testemunho de um grupo de casais, esteve reunido, em Parnamirim, com pais e filhos, na tentativa, que lhe era tao cara, de aproximar geraçoes.

3. O que há de particularmente grave no presente crime, além dos requintes de perversidade de que se revestiu (a vítima foi amarrada, golpeada no pescoço e recebeu 3 tiros na cabeça) é a certeza prática de que o atentado brutal se prende a uma série pré-estabelecida e objeto de ameaças e avisos.

4. Houve, primeiro, ameaças escritas em Edifícios, acompanhadas, por vêzes, de disparos de armas de fogo. O Palácio de Manguinhos recebeu numerosas inscriçoes. A Sede do Secretariado Arquidiocesano e Regional NE II foi alvejada. A residência do Arcebispo, na Igreja das Fronteiras, alvejada e pixada.

5. Vieram, depois, ameaças telefônicas, com o anúncio de que já estavam escolhidas as próximas vítimas.
A primeira foi o estudante Cândido Pinto de Melo, quartanista de Engenharia, presidente da Uniao de Estudantes de Pernambuco. Acha-se inutilizado, com a medula seccionada. A segunda foi um jovem sacerdote, cujo crime exclusivo consistiu em exercer apostolado entre os estudantes.

6. Como cristãos e, a exemplo de Cristo e do proto-mártir S.Estevam pedimos a Deus perdao para os assassinos, repetindo a palavra do Mestre: "Êles nao sabem o que fazem".
Mas julgamo-nos no direito e no dever de erguer um clamor para que ao menos, nao prossiga o trabalho sinistro dêste nôvo esquadrao da morte.

7. Que o holocausto do Padre Antônio Henrique obtenha de Deus a graça da continuaçao do trabalho pelo qual doou a vida e a conversao dos seus algozes.

Recife, 27 de maio de 1969

+ Helder, Arcebispo de Olinda e Recife
+ José Lamartine, Bispo Auxiliar e Vigário Geral
Mons. Isnaldo Fonseca, Vigário Episcopal
Mons. Arnaldo Cabral, Vigário Episcopal
Mons. Ernani Pinheiro, Vigário Episcopal









2 - Nessa ocasião, Dom Helder também leu uma lista de nomes, enviada clandestinamente, por uma organização também clandestina, das pessoas que deveriam morrer:

Primeiro Cândido Pinto.

Segundo Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, depois um estudante Marcos Burle, ...

e, por último, D. Helder.

Cândido já havia sido metralhado pelo CCC e estava preso ao leito de um hospital.

Isairas começou a entender tudo. Seu filho também fora morto pelo CCC, que metralhara aos 28 de abril de 1969, o estudante Cândido Pinto.

Agora, aos 27 de maio, um mês depois, outra vítima, o seu filho, torturado e morto, fria e covardemente.

Quando metralharam a sala onde seu filho trabalhava, no Giriquiti, já significava, nos seus macabros vivas ao CCC;

- Padre Henrique, prepare-se! Você será o próximo que irá morrer.

Após a concelebração, no velório, lá pelas vinte e três horas, Dom Hélder recebeu um telefonema anônimo: alguém dizia que iam sequestrar o corpo.

Apareceram voluntários, que permaneceram durante toda a noite, velando o corpo, para impedir que os malfeitores pudessem realizar seus intentos.

Os pais do Pe. Henrique também permaneceram na igreja, durante toda noite.

Isairas, durante a madrugada, saiu algumas vezes até o oitão da igreja e olhou o céu.

Segundo ela havia uma estrela bem maior que as outras, com um brilho excepcional.

Lembrou-se de Deus e do filho morto, olhando o brilho intenso daquela estrela.

Lembrou-se também, do batizado do Pe. Henrique, do pedido que fizera a Deus, de vê-lo crescer, um homem de bem, útil a Deus, à sua Pátria e aos seus semelhantes.

Lembrou-se também da sua ordenação. A cerimônia, os amigos, os desejos de felicidades, aquelas canções que os amigos cantaram com ele e para ele, que pareciam feitas a propósito. Todos esperavam e desejavam que Padre Henrique fosse bem feliz. Realmente, ele foi muito feliz. Apenas, uma felicidade que durou pouco, efêmera. Só três anos e cinco meses. Uma felicidade ainda criança, que mãos covardes e assassinas, roubaram com três tiros, na madrugada triste, de 27 de maio de 1969.

José Henrique não tirava os olhos do corpo do filho, porque já haviam tentado enterrá-lo sem velório e, depois do telefonema anônimo que Dom Helder recebeu, José Henrique ficou ainda mais atento. Não poderia deixar de prestar aquele tributo ao filho.

Como ele era muito devoto de Santa Terezinha, ficou rezando, chorando e, ao mesmo tempo, procurava lembrar, de todos os ensinamentos que sempre passou para os seus doze filhos: amar a Deus sobre todas as coisas, amar ao próximo, amar à Pátria, respeitar os mais velhos, respeitar os direitos humanos, respeitar as leis, a ordem, enfim, conviver urbanamente com todos, e acima de tudo, nunca perder a fé em DEUS. Já estava repetindo alguns valores e não conseguia descobrir onde ou quando ocorreu alguma falha na educação dos seus filhos, que levasse àquela situação.

E o seu filho? O Pe. Henrique? O que fazia ou fez, para receber aquele tratamento?

Ele sabia que o filho não discriminava ninguém, que executava um trabalho, cujo foco principal era de resolver e manter unidos os pais e filhos e apoiava a todos que procuravam um pouco de paz. Em casa, também ajudava na educação dos irmãos, desde bons conselhos e exemplos, até a resolução dos problemas de física e matemática. Naquela casa, não havia "tabus". Todos os temas da atualidade, ou não, eram discutidos com toda a naturalidade. Era uma filosofia da família que, qualquer assunto deveria ser discutido por todos, em casa, com os pais ou com o irmão padre. Assim, ninguém seria pego de surpresa ou enganado por pessoas inescrupulosas. E se alguém oferecesse algo considerado errado ou fora da lei, teriam a capacidade de refutar, ou mesmo ajudar algum amigo em dificuldade.

José Henrique também não escolhia a profissão de ninguém, assim como apoiava o trabalho do Pe. Henrique, também apoiou o filho Adolfo Henrique, que mesmo naquela época da DITADURA, escolheu de fazer concurso para ingressar na Polícia Militar. Quando Adolfo passou e ingressou na Polícia Militar, José Henrique parabenizou-o e desejou-lhe felicidades. Tanto José Henrique quanto Isairas achavam que, quando se desejava de verdade, qualquer coisa seria possível. Que, em qualquer profissão era possível grandes realizações. Além do mais, o tio de Adolfo Henrique, irmão de José Henrique, era major do Exército, no Rio de Janeiro e era uma excelente pessoa. Humano acima de tudo, apesar de estarmos em plena DITADURA nunca prejudicou ninguém.

E com relação à política? Ninguém concordava com as mortes e torturas que eram divulgadas nas manchetes das revistas e jornais daquela época; mas,

também não saiam empunhando nenhuma bandeira, no sentido de desperdiçar vidas, nem a liberdade de quem quer que seja; muito menos de jovens. Procurava-se analisar as situações sem comprometimento desnecessário. Achavam que, apesar da ditadura, ainda havia sobrado um "pouco de Decência, LEI e Respeito" aos direitos humanos, por parte dos governantes. E agora? O que diria aos outros filhos? Aquilo era verdade?

Terminava aquela noite de agonia, tristeza e angústia, sem que José Henrique atinasse com o que havia de errado na educação dos filhos.

Amanhecera. Era o dia 28 de maio de 1969.

Logo mais, fechar-se-ia definitivamente a tampa do caixão, e depois todos só veriam Pe. Henrique, em fotos, sonhos ou nas lembranças dos bons momentos.

Isairas, como mãe, sabia da profundidade e dor daquele pensamento. Embora achasse que não o perderia por completo, uma vez que ele continuaria vivo, na memória e no coração.

Uma última missa de corpo presente, concelebrada pelos mesmos sacerdotes da noite anterior e, também presidida por Dom Helder.

Todos os irmãos, demais parentes, amigos, os informantes disfarçados e policiais declarados, assistiram à missa e chegou a hora da partida definitiva.













Fechou-se a última porta. Isairas estava tão triste que, mesmo sendo cristã, não sabia rezar e, sendo mãe, não sabia chorar.

Uma tristeza infinita pairava no ar e lhe sufocava a alma.

Se alguém quisesse retratar a verdadeira face da tristeza, aquele instante seria perfeito, a melhor oportunidade. Até a INSENSIBILIDADE estava "tocada" com aquele momento.

A princípio, aproximadamente três mil pessoas que estavam dentro e fora da Igreja, optaram por levar o corpo, a pé, até o Cemitério da Várzea. Uma distância de aproximadamente dez quilômetros. Formaram uma grande procissão e foram todos em frente. À medida que o cortejo se deslocava, crescia o número de pessoas que, no final, estava estimado em dez mil.



O sepultamento de Padre Henrique. O crime revoltou o clero pernambucano e D. Hélder afirma que teve motivo político.



No trajeto, vários incidentes foram registrados. Na procissão, alguns estudantes portavam faixas, com frases alusivas ao crime segundo suas interpretações.




DO POVO E DA IGREJA
MATARAM



Religiosos e religiosas cantavam:
"Prova de amor maior não há,
que doar a vida pelo irmão".

Da Matriz do Espinheiro, o cortejo, seguiu pela Rua Conselheiro Portela, Avenida Rosa e Silva, Rua Amélia, Ponte da Torre e Rua Conde de Irajá. Na ponte da Torre, houve uma confusão e a polícia prendeu um estudante. No cruzamento da Conde de Irajá com a Visconde de Albuquerque, o inesperado aconteceu: surgiram diversos carros da Rádio Patrulha e, os soldados decidiram parar o enterro. Armados tinham ordens para tomar o caixão e dissolver o cortejo fúnebre que aumentava a cada instante, à medida que se deslocava pelas ruas. Muitas pessoas só tomaram conhecimento do assassinato, quando viram o cortejo e não podiam perder a oportunidade de prestar uma última homenagem.





Algumas pessoas, mais exaltadas diante daquele absurdo, gritavam.

- Atirem assassinos! Vocês já mataram o Pe. Henrique! Completem a matança.

Monsenhor Isnaldo Fonseca, para evitar maiores complicações, procurou o comandante da tropa e tentou convencê-lo do "direito de enterrar os mortos"; o comandante explicou que não se tratava de qualquer ação contra o enterro; porém, não seria permitido que os jovens portassem aquelas faixas, que já estavam sendo arrancadas, das mãos das pessoas, sob ameaças de cassetetes e armas. Monsenhor Isnaldo e todos os presentes, inspirados por Deus, sentaram no chão e começaram a cantar o Hino Nacional Brasileiro. Os soldados pararam as ameaças e ficaram perfilados. Assim, evitou-se que houvesse a "programada" pancadaria e o cortejo pôde prosseguir, até a Matriz da Torre.

Na Matriz da Torre, lugar onde se dera a ordenação do Pe. Henrique, o caixão entrou para uma pequena prece. Aqueles sinos que haviam repicado alegremente, festivos, na festa da ordenação, naquele momento, dobravam a sinfonia triste da partida, a última da vida de Pe. Henrique. Um adeus definitivo.

D. Hélder, na porta da igreja, fez ver aos acompanhantes que faltavam alguns quilômetros para chegar até a Várzea e como havia um número suficiente de carros, perguntou aos jovens se queriam continuar a pé ou preferiam pegar lugar nos carros.

A resposta foi rápida. Todos, em um grande coro, responderam.

- Seguiremos a pé. Será a nossa última despedida ao Pe. Henrique.

O cortejo continuava. O povo cantando na frente o Hino Nacional quando os soldados queriam intervir, e a tropa da Rádio Patrulha atrás, pronta para agir a qualquer momento, por mais leve que fosse o acontecimento.

Nas proximidades da Avenida Caxangá, um sargento do Corpo de Bombeiros, amigo do Pe. Henrique, resolveu pedir a Adolfo Henrique (irmão do Pe. Henrique), para segurar um pouco no caixão. Quando o comandante da Rádio Patrulha viu o sargento fardado, segurando uma das alças do caixão do Pe. Henrique deu-lhe "voz de prisão" explicando que era um desrespeito à corporação, segurar o caixão "daquele padre".

Na entrada da Cidade Universitária, prenderam o Dr. Osvaldo Lima Filho (deputado cassado), que estava em companhia da própria família, acusado de não poder acompanhar o enterro que eles consideravam uma manifestação política.

Perto da Cidade Universitária, a polícia ocupou posições que achava estratégicas: no Cemitério da Várzea, adotaram a tática de deixar metade da tropa fora, e a outra, dentro.

- Quando passávamos pela frente do pelotão, propositalmente, o comandante da tropa dizia:

- Os "políticos" estão todos dentro do cemitério; se houver discursos ou correrias, podem "baixar o pau".

Então, Dom Hélder pediu aos estudantes que ficassem calmos, obedecessem às ordens da polícia; e o Pe. Henrique, dentro daquele caixão de madeira escura, com a tampa molhada do suor daquela gente sofrida da longa caminhada, ocupou a catacumba número 1 (um) do Cemitério da Várzea, aproximadamente às treze horas e trinta minutos. Fizeram um minuto de silêncio pela PAZ, rezaram um Pai Nosso, cantaram o hino "Prova de amor maior não há, que doar a vida pelo irmão", e todos disseram um último adeus ao Pe. Henrique, acenando lenços brancos.

Dom Helder pediu a todos que saíssem em silêncio e calma, tentando evitar qualquer outro incidente.

A família de Pe. Henrique chegou, em casa, aproximadamente às quatorze horas e trinta minutos. Exaustos, física e moralmente.

Isairas estava providenciando um lanche para a família que, além de todos os atropelos e desgostos, estava sem alimentação.

Bateram à porta.

José Henrique foi atender.

A polícia veio buscá-lo.

Isairas disse-lhe para não ir. Mas, um homem que se dizia chamar Holanda e era escrivão do DOPS, sem respeitar a dor da família, falou à sua maneira:

-Zé, é melhor que você obedeça, porque se não for por bem, vai por mal. Você vai prestar declarações sobre a morte do seu filho. Voltará logo para casa.

Isairas pediu ao marido para não ir. Não tinha fundamento, ele não trazia nada escrito, nenhuma ordem, e nós éramos as vítimas.

José Henrique explicou para ela;

- Você já viu que a polícia não queria nem que enterrássemos nosso filho. Tudo é possível. Eles são grandes no "poder;" e nós, só somos grandes porque somos filhos de DEUS.

E foi entre o escrivão Holanda e um moreno, baixo e gordo, que não disse palavra; porém, parecia que não se sentia bem com a cena.

Depois de cinco horas de prisão, sem nenhuma notícia, Isairas pediu para Isa telefonar para Dom Helder que enviou um advogado até a delegacia.

Como estavam sem telefone, Isa foi telefonar da casa do vizinho e levou as chaves da casa, no bolso, deixando todos trancados.

Nesse interim, chegou um policial, Cícero Albuquerque. Isairas pediu-lhe que esperasse um pouco, explicando-lhe que sua filha havia ido telefonar, na casa do vizinho e levado as chaves no bolso, que não podia deixa-lo entrar.

Isa não demorou. Ao chegar, abriu o portão e entraram os dois; ela e o Sr. Cícero que foi logo falando:

- Minha senhora, eu não estou trabalhando. Estou em missão especial, para ajudá-los, particularmente. Infelizmente não posso dar-lhes pêsames, porque seu filho não os merece, ele foi morto por um marido traído.

- Aquelas palavras do policial Cícero Albuquerque, depois de tudo que ela havia passado, provocaram-lhe uma reação tão forte, que mal podia conservar-se sentada. Mil ideias passaram pela sua cabeça naquele momento. Era forte demais a "estupidez" daquele homem, sob o teto de uma família enlutada, e depois de tanto sofrimento.

Mas, Deus estava presente, ao lado de Isairas. Deu-lhe calma suficiente para controlar seus pensamentos, desejos e gestos.

- Sr. Cícero, o senhor deve ter uma certeza muito grande para falar dessa maneira. Explique-se; pois, agora o senhor tem para comigo, o compromisso de provar essa história que o senhor acaba de contar.

- Foi assim: (falou o senhor Cícero Albuquerque) um dos meus subalternos estava no "serviço de ronda", e ao passar pela Cidade Universitária, viu um Volkswagen parado no local onde seu filho, o Pe. Henrique foi encontrado morto, e outro carro, circulando nas ruas adjacentes, como que fazendo a "cobertura", estava entre outros ocupantes, um vizinho da senhora.

- Então Senhor Cícero, o crime já está desvendado. Diante de todas essas afirmações, não há mais o que procurar. Basta que o Sr. diga o nome do seu subalterno que viu isto que o senhor acaba de expor. E o marido traído? Quem é? O senhor que o conhece, fale por favor!

Mas o senhor Cícero, enrolou tudo, gaguejou e perguntou a Isairas.

- A senhora não desconfia de alguém aqui na vizinhança?

- Não, senhor Cícero. A monstruosidade do crime foi tamanha que eu não creio, sinceramente, que ninguém da vizinhança esteja envolvido. Mas o senhor diz que sabe. E se sabe, por favor, cumpra com o seu dever.

Antes de ir embora, Cícero disse que sua ajuda seria sigilosa, não disse mais nada, e, quando foi depor, mentiu descaradamente. A única coisa que provou nas entrelinhas do seu depoimento mentiroso e sujo, foi que realmente ele sabe quem matou o Pe. Henrique e porque o matou.

Segundo Isairas, ele é um dos que conhece a verdade do crime, desde os autores intelectuais, até os autores materiais.

Por que como bom policial que ele dizia que era, em vez de esclarecer os fatos, em vez de ajudar os ”homens de bem” que ainda existem na polícia, ele preferiu desfolhar um volume sórdido de acusações falsas, para depois, sem um epílogo que combinasse com o prólogo (um marido traído que ele, por mais que tentasse, não conseguiu engendrar)? Silenciou aparentemente, escudando-se como guarda-costas de grandes, baseado nas suas únicas qualidades, exímio atirador.

- Quem matou o Pe. Henrique?

Segundo Isairas, a resposta está com o policial Cícero Albuquerque.

Na realidade, aquele policial estava tentando arrumar um jeito de levar o motivo do crime para PASSIONAL.

Ainda no dia 28/05/69, depois da saída do policial Cicero Albuquerque a polícia chegou para dar “uma batida” no quarto do Pe. Henrique. Isairas não permitiu porque já passava das vinte e trinta, as crianças estavam dormindo e seu marido não estava em casa.

Lá pelas vinte e duas horas, foi que José Henrique foi solto e voltou para casa.

Estava mais arrasado que nunca. Depois de um banho, não quis jantar, tomou remédio para dor de cabeça e foi deitar.

Na polícia, tentaram convencê-lo que o filho morreu por culpa da igreja VERMELHA. Queriam que ele assinasse uns “papeis” que ele disse que nem leu nem assinou. Alegou que estava sem os óculos. Porém, passaram todo o tempo falando mal de Dom Helder, que ele estava prejudicando os jovens como o Pe. Henrique e depois daquele discurso tentaram, mais uma vez, fazer com que ele assinasse os tais “papéis”. Depois, quando chegou o advogado, enviado por Dom Hélder, José Henrique pediu para eles trazerem os tais “papeis”. A resposta daqueles policiais foi:

- Que já estavam satisfeitos com as respostas, que não precisava assinar NADA.

Ainda no dia 28/09/69, o Diário de Pernambuco, publicou a primeira notícia sobre o crime. A manchete dizia: Polícia quer apurar morte de sacerdote. Abaixo, vinha a seguinte reportagem:

O Diretor do Departamento de Investigações da Secretaria de Segurança Pública, Sr. Bartolomeu Gibson, ontem à noite, com referência à morte do padre Antônio Henrique Pereira Neto, declarou o seguinte:

"- Na manhã de ontem, foi encontrado numa das projetadas ruas que ladeiam a Cidade Universitária, no acostamento da pista, o cadáver de um desconhecido de côr morena, trajando esportivamente, mais tarde identificado como sendo o padre Antônio Henrique Pereira Neto, do clero pernambucano.

- Foram procedidos no local, pelo Instituto de Polícia Técnica, os exames necessários e, posteriormente, já no necrotério, pelo Instituto de Medicina Legal, o exame necroscópico.

- Continua o Departamento de Investigações através da Delegacia de Homicídios e de outros órgãos da Secretaria de Segurança, em intenso diligenciamento, visando à completa elucidação de tão lamentável ocorrência" .

No dia seguinte ao enterro, 29/05/69, pela manhã, Isairas estava servindo o café da manhã, quando recebeu a visita de Rogério Matos do Nascimento, o estudante de Economia que o Pe. Henrique ajudara, anos atrás num problema relativo ao abonamento de faltas, e no mês anterior, fora a sua casa, com os falsos advogados da Arquidiocese, Boris Trindade e Urbano Vitalino.

Rogério, ao contrário de Cícero Albuquerque, (era melhor artista) mostrava-se triste.

- D. Isairas, venho expressar-lhe meus sentimentos e oferecer-lhe ao mesmo tempo a minha ajuda para capturar os assassinos do Pe. Henrique. Ele era meu amigo e eu não posso encruzar os braços diante de tamanha crueldade. Vingarei a morte do Pe. Henrique. Não escapará um sequer. Basta que a senhora me empreste o revólver do seu marido; pois estou, no momento sem arma.

Isairas respondeu a Rogério que não desejava vingança.

- Quero que os assassinos sejam punidos, dentro das normas da lei. En-

tretanto, se você diz que é "o homem das missões impossíveis do Dr. Boris", que descobre tudo e que nada lhe é impossível, dada a sua penetração no submundo do crime que você conheceu no tempo que fumava maconha, se você conseguir os criminosos, Rogério, traga-os para uma conversa comigo.

Rogério olhou-a espantado.

- Para uma conversa? A senhora quer conversar com gente dessa espécie?

- Quero Rogério. Quero fazê-los REZAR.

- Então, D. Isairas, já que a senhora não quer que eu mate os assassinos do Pe. Henrique, empreste-me o revólver do seu marido, para um ajuste de contas que eu tenho com um policial que me prendeu injustamente, no Parque 13 de maio, acusando-me de maconheiro.

Aí, para incentivar Isairas, Rogério falou que a polícia desconfiava da família, e contou sobre as chaves que Isa levou no bolso quando foi telefonar. Isairas, respondeu:

- Rogério, não se prejudique com gente desse tipo. "Dê tempo ao tempo". Você teve a força de vontade de recuperar-se. Isso é grande. Continue a viver pelo caminho certo e deixe esse elemento injusto, de lado. Talvez seja até uma provocação, para ver se você perde a cabeça e faz alguma besteira.

Aquela conversa terminou diante da promessa de Rogério de que em poucos dias, levaria os matadores do Pe. Henrique, um por um, para rezar com ela.

Mal Rogério havia saído, Isairas providenciou pessoas de confiança, para assistirem a "batida" que a polícia queria, desde o dia do enterro, quando seu marido estava detido no DOPS. Naquela ocasião, vinte horas e trinta minutos, ela disse que era impossível porque os filhos já estavam dormindo e mandou-os embora.

Chegaram num carro, o Dr. Gibson, acompanhado de um policial de barba crescida que se apresentou como Rivel Rocha. Outro policial que vinha no veículo quis descer; mas, o Dr. Gibson não consentiu, explicando sua intromissão onde não havia sido chamado: era o policial Raimundo Ferreira.

Na casa, além dos familiares do Pe. Henrique, umas oito pessoas de inteira confiança, espalhadas em pontos estratégicos. Isairas foi avisada que era comum nas "batidas", colocarem coisas comprometedoras. Assim, a "batida"

ocorreu sem incidentes, apenas deixaram o quarto do Pe. Henrique, que mais parecia uma montanha desarrumada de livros e papéis. Na saída, Isairas falou para o Dr. Gibson:

- Dr. o Sr. viu tudo direitinho? Prometa, por favor, que vai nos deixar em paz; pois, desde que meu filho morreu, a polícia tem sido uma constante nessa casa: pedindo dinheiro para gasolina, para facilitar as diligências; pedindo para procurar no quarto do Pe. Henrique, correspondência de pessoas amigas... Já não aguento mais.

O Dr. Gibson prometeu que a polícia não viria mais à nossa casa; mas, o policial Rível Rocha, ESQUECEU os óculos escuros.

No dia 29/05/69 os jornais começaram a publicar, diariamente, artigos sobre o crime: Diário de Pernambuco uma nota que dizia –Sepultamento do padre Henrique teve cortejo do Espinheiro à Várzea. Dez mil pessoas conduziram o padre Henrique ao cemitério da Várzea.

No Diário da Noite de 29/05/69, a manchete de foi: SURGEM PISTAS SOBRE MATADORES DO PADRE. Falavam sobre a missa de corpo presente, do enterro, das diligências em outros estados e, uma foto, que mostrava a cena do crime.

No dia seguinte, recebemos à visita de um policial que era honesto e amigo de José Henrique. Aquele homem foi logo dizendo:

- Zé Henrique, você sabe que eu sou seu amigo. Amigo para o que der e vier. Vou contar uma coisa que você não poderá contar para ninguém. Porque, se alguém desconfiar que eu disse isso, eles “me matam e mandam matar toda a minha família”. Por favor, jure pela alma do seu filho.

José que já estava muito curioso, deu-lhe a “palavra de honra”, tranquilizou-o e o homem começou a exibir a fotografia que havia sido estampada no Diário da Noite do dia anterior (foto abaixo). Apontando com o dedo, foi logo dizendo:



- Zé, este homem aqui, todo sorridente e com uma pasta na mão, não vale nada. "Não vale o que o gato enterra".

E continuou:

- Sabe o que ele estava fazendo ali? Com aquela pasta? Ele estava "apagando as marcas do crime", mudando toda a cena. "Tava botando pistas novas"

para confundir qualquer investigação. O nome dele é Raimundo. Já apagou muita gente e também "tava no crime". Tenham cuidado com a polícia.

Imediatamente, voltou a pedir para ninguém mencionar que ele havia contado aquilo. Porque ninguém poderia mais, trazer o Pe. Henrique de volta; porém, ele e toda a família poderiam ser assassinados.

José e Isairas tranquilizaram o pobre homem, garantindo que não diriam nunca, o nome dele.

Também, não podiam sair dizendo aquilo, porque não poderiam provar.

Aquilo ficou amargurando todos que ouviram o relato (José Henrique, Isairas e Isa); mas não podiam fazer nada, além de tomar cuidado se aquele "Raimundo" resolvesse aparecer.

No outro dia, 30/05/69, mais ou menos às vinte e uma horas, Rível Rocha voltou à residência do Pe. Henrique, alegando "vir buscar os óculos" que esquecera, e, querendo conversar com Isairas.

Isa, apenas devolveu-lhe os óculos e lembrou-lhe a promessa do Dr. Gibson:

- A polícia não voltaria à nossa casa para nos importunar.

Rível Rocha não gostou e disse a Rogério que ficara odiando Isa; pois ela estava atrapalhando o "trabalho" dele.

O Jornal do Commercio do dia 30/05/1969 trazia uma manchete que dizia: "AUTÓPSIA DO PADRE EXPLICADA A BISPOS". No texto, estava escrito: "O secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Aloísio Lorscheider, ouviu, ontem à noite, relatório da autópsia referente ao cadáver do padre Henrique, feito pelo Abade do Mosteiro de São Bento, de Olinda, dom Basílio Penido, que é médico. Declarou o abade que todos os ferimentos no corpo do padre atingiram exclusivamente a cabeça e o pescoço".

Esta reportagem foi especialmente pensada, pela Arquidiocese, no sentido de parar com os BOATOS que a polícia já andava espalhando, na tentativa de levar o rumo do crime para o lado passional, cujo primeiro autor a externar a ideia, foi o policial Cícero Albuquerque, no dia do enterro, para Isairas, enquanto seu marido estava preso, no DOPS que tentava forjar provas contra Dom Hélder e a Igreja.

Ainda nessa mesma reportagem de 30/05/69, "Em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Aloísio Lorscheider, apresentou suas condolências ao clero local, à comunidade arquidiocesana e a família do

padre morto".

O Diário da Noite do dia 30/05/69, exibia a seguintes manchetes: Rural verde e branco é pista no massacre. JOVEM VIU SEQUESTRO DE PADRE. "o padre foi obrigado a entrar na Rural. Ao ser chamado pela jovem, respondeu: ... *os meus caminhos não são os vossos caminhos...*".

Jornal do Commercio, 31/05/69. Uma manchete dizia: Juiz preside o inquérito do sacerdote, do seguinte texto: "O tribunal de Justiça do Estado, a pedido do Governador Nilo Coelho, nomeará na próxima segunda-feira um dos titulares das Varas Criminais do Recife, para presidir o inquérito a respeito do trucidamento do padre Antônio Henrique Pereira Neto, ocorrido na última terça-feira".

Em outro parágrafo, lia-se: "O presidente do Tribunal Eclesiástico Arquidiocesano, padre Francisco Hassen, declarou ontem que os assassinos do padre Henrique Pereira, incorreram automaticamente nas penas de excomunhão, segundo estabelece o Código de Direito Canônico. Indicou, entretanto, que a Igreja inclina-se a conceder o perdão, se os culpados se arrependerem sinceramente. (Pag. 10 do Caderno I)".

Outra manchete do mesmo jornal foi:

- Ação Operária acha que morte foi uma consequência.

"Estou convencido de que a morte do padre Henrique Pereira foi consequência do seu trabalho de conscientização e evangelização da juventude estudantil na linha da Igreja em renovação". Conforme a declaração do padre Romano Zufferey. Que continuou o texto, dizendo:

"Morreu – prosseguiu – por ter anunciado um Evangelho autêntico. Foi lançada uma campanha de difamação no meio do povo, numa tentativa de matar uma segunda vez o padre Henrique Pereira, porque atingia a sua própria dignidade de homem e de sacerdote".

"O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sr. Euclides Almeida do Nascimento, disse ontem, que os que fazem aquela entidade lamentam profundamente a bárbara ação praticada contra o padre Henrique Pereira. Só sabemos atribuir à culpa àqueles que não querem a paz social nem tampouco o desenvolvimento do nosso país. Apelamos para as autoridades que sejam tomadas medidas enérgicas, para que no futuro não sejam praticados crimes semelhantes".

- "O presidente do Sindicato dos Bancários, Sr. Wilson Gomes de Moura, reportando-se ao fato, disse ser lamentável existir tanto ódio. "Deve-se construir e não destruir. As divergências existem em toda parte, mas não é com violência que se resolvem os problemas".

O Diário da Noite, também do sábado dia 31/05/69, em primeira página e letras garrafais, trazia a seguinte manchete:

"PADRE FOI TORTURADO DEVAGARINHO ANTES DAS TRÊS BALAS NA FRONTE".

No texto, uma declaração do Diretor do Instituto de Medicina Legal, Professor Persivo Cunha, onde ele afirma: "que os matadores do Padre Henrique visaram sobretudo a cabeça e a garganta da vítima, utilizando possivelmente uma faca-peixeira para torturá-lo antes de desfecharem os três tiros à queima roupa. Pistoleiro profissional ou não, o fato é que o homem que atirou possui bastante habilidade no gatilho. – Conclui o laudo pericial – pois tudo indica que, logo à primeira bala, o padre morreu, partindo então, o assassino para completar o "serviço" com toda tranquilidade".

Outra manchete do mesmo jornal:

"Chile: Cardeal pede orações – Santiago do Chile – O Cardeal chileno Raul Silva Henriquez expressou, através de telegrama, ao seu colega brasileiro Hélder Câmara, sua "profunda consternação pelo assassinato do sacerdote Henrique Pereira". O cardeal chileno pede também em seu comunicado, um pronunciamento condenatório da Celam (Conferência Episcopal Latino-Americana) pela morte do padre Pereira. Em sua mensagem, o Cardeal Silva Henriquez disse: "Seja o assassinato do padre Pereira um chamado à consciência da América Latina para construir uma sociedade baseada na justiça, na verdade e no amor a Cristo". O primado chileno ordenou, além disso, orações pelo sacerdote brasileiro em todos os templos do país amanhã (AP-AFP-UPI-DN)".

- 01/06/69 – No Diário de Pernambuco do domingo, em uma pequena manchete intitulada VERSÕES ERRÔNEAS, o Comissário Milton Marques diz que "a versão, segundo a qual o padre tenha sido trucidado por pistoleiros, não merece crédito, segundo o comissário Milton Marques, que também não aceita a hipótese de o crime ter sido perpetrado por motivos políticos".

Jornal do Commercio – Domingo, 01/06/69.

Uma pequena manchete dizia: "Tribunal escolhe amanhã juiz que vai presidir o inquérito do sacerdote"

"Dom Helder Câmara recebeu ontem do Cardeal Marty, Arcebispo de Paris, o seguinte telegrama: "sabendo comovido e penalizado da morte violenta de um padre que lhe é caro, asseguro-lhe a união fraterna e a prece fervorosa na vontade comum de viver com o único evangelho de Jesus Cristo".

03/06/69, sétimo dia da morte do Pe. Henrique. Pela manhã, havia uma reportagem no Diário de Pernambuco: "A Secretaria de Segurança Pública, não permitirá a realização de passeatas ou atos de propaganda político ideológica antes nem depois das missas que serão celebradas em todas as igrejas, à noite de hoje, em intenção da alma do padre Henrique".

A decisão do general Adeodato Mont'Alverne, na ocasião, Secretário de Segurança, estava contida em nota oficial distribuída no dia anterior. E mais adiante: "por outro lado, para evitar qualquer tentativa de manifestações, as polícias, Militar e Civil estarão de prontidão, hoje, mobilizando um total de DOIS MIL E QUINHENTOS HOMENS".

O Diário da noite trazia a seguinte reportagem: - SSP QUER ORDEM NA MISSA.

Coisa inédita e sem uma explicação lógica: 2.500 HOMENS DE PRONTIDÃO, na celebração de uma cerimônia da missa de sétimo dia de um padre.

Às dezoito horas, os sinos de todas as Igrejas e capelas da Arquidiocese de Olinda e Recife, repicaram, anunciando e convocando os fiéis para a missa de sétimo dia que iriam ser celebradas pela alma do Pe. Henrique.

A família do Pe. Henrique assistiu à missa, na Matriz de São Sebastião, no Bairro do Cordeiro. Houve uma concelebração, presidida por Monsenhor Isnaldo, com a participação de mais quatro padres. No entorno da igreja, muitos policiais estavam de plantão. Um grande aparato policial que, segundo os padres de todas as igrejas, este cenário foi constante. Todos foram contemplados com aquela "segurança".



FAMÍLIA UNIDA

A família Pereira assistiu às exéquias em sufrágio da alma do padre Antônio Henrique, na Matriz de São Sebastião, no Cordeiro

SECRETARIADO ARQUIDIOCESANO DE OLINDA E RECIFE

MISSA POR OCASIÃO DO 7º DIA

DO TRUCIDAMENTO DO PADRE ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO

CANTO DE ENTRADA: "Todos saberão que somos de Cristo se nos amarmos, se nos amarmos uns aos outros" (Campanha da Fraternidade).

SAUDAÇÃO INICIAL: Logo após o canto de entrada, o Celebrante principal dirigirá aos presentes a seguinte saudação:

Meus irmãos, há sete dias precisamente Antônio Henrique, presbítero da Igreja de Deus em Recife, foi trucidado por causa do Evangelho de Jesus Cristo. Reunidos hoje, aqui, não são pensamentos de ódio ou de vingança, não é a sede de mais sangue que nos movem e nos irmanam. São pensamentos de paz. Paz que brota da fé. Fé que fala mais alto do que a perversidade dos maus. Fé, que nos diz que Pe. Antônio Henrique está com Jesus, no reino dos vivos. Fé que nos faz apreciar a importância do seu holocausto e ouvir os apêlos de Deus a continuarmos o trabalho que Pe. Antônio Henrique começou. Imploremos a misericórdia de Deus sôbre todos nós, que vivemos esta hora triste e angustiante; sôbre a família do Pe. Antônio Henrique; sôbre o mundo que mata aquêles que lhe anunciam a verdadeira paz; sôbre os assassinos do Pe. Antônio Henrique.

Segue o canto do "Senhor, tende piedade de nós"

ORAÇÃO: Senhor Deus e Pai nosso, comemorando hoje o sétimo dia do sacrifício de teu filho Pe. Antônio Henrique, nós te bendizemos porque das trevas fazes brilhar a luz e da morte, ressurgir a vida. Seja o holocausto dêste filho teu, unido ao de Jesus Cristo, ressurreição e vida para êle e esperança de dias melhores para o mundo. Por Jesus Cristo, teu Filho e Nosso Senhor...

EPISTOLA: 2ª carta aos Coríntios, cap. 4 (todo o capítulo).

CANTO DE MEDITAÇÃO: "O vosso coração de pedra se converterá em nôvo, em nôvo coração". (C. da Fraternidade).

ACLAMAÇÃO AO EVANGELHO: "Aleluia" - música dos folhetos "Povo de Deus", nº 28, Pentecostes.

EVANGELHO: João 11, 45-53 - segue a homilia do celebrante.

ORAÇÃO DOS FIEIS:

Invitatório:- Elevemos, irmãos, nossas preces a Deus, Pai todo-poderoso, que quer a felicidade de todos os homens e faz com que tudo coopere para o bem daqueles que o amam.

Intenções: 1 - pelo mundo inteiro, dividido pelas ambições mesquinhas e sacudido pelo furor das guerras, para que a fôrça do Espírito de Deus devaste as fôrças do mal e renove a face da terra, rezemos ao Senhor.

2 - Pela nossa pátria, que vive horas de inquietação e angústias, por todos aqueles que se encontram privados de seus direitos, vítimas da prepotência e do egoísmo e impossibilitados de fazer valer os seus justos anseios, para que todos se unam na busca da verdadeira paz, rezemos ao Senhor.

3 - Pelo Padre Antônio Henrique, a fim de que tendo combatido o bom combate, mereça agora a coroa da vida e tendo sido nosso companheiro, seja agora nosso intercessor, rezemos ao Senhor.

2.

4.- Pela juventude estudantil do mundo inteiro, particularmente do Brasil e do Recife, a fim de que, com idealismo, coragem e bom senso, prossiga a obra de amor, de libertação e de paz, pela qual Pe. Antonio Henrique deu a sua vida, rezemos ao Senhor.

5 - Pelos pais e mães de família do mundo inteiro, para que façam de seus lares, o berço de um mundo nôvo, onde os homens nascem e crescem para a justiça e para o amor, rezemos ao Senhor.

6 - Pela família do Pe. Antônio Henrique e por todos nós, para que Deus renove em nossos corações a fé no Cristo Morto e Ressuscitado, nos conforte com a certeza de que seu sacrifício não foi inútil e com a esperança de reencontrá-lo na pátria dos santos e eleitos, rezemos ao Senhor.

Conclusão: Senhor Deus Tu és o autor primeiro de nossos momentos felizes e nunca faltais às nossas horas incertas. Mas que em todos os juízes em Ti confiamos, Senhor. Que a tua justiça não tarde e as maravilhas do teu amor se manifestem e toda a terra cantará os teus louvores. Por Jesus Cristo, Teu Filho e Nosso Senhor...

OFERTÓRIO: "Vou primeiro reconciliar-me com meu irmão, e depois eu farei minha oferta ao Senhor" (Campanha da Fraternidade)

ORAÇÃO SÔBRE AS OBLATAS: Com o pão e com o vinho colocamos, Senhor, sôbre o altar todo o trabalho, toda a doação e o sacrifício final do Pe. Antônio Henrique. Pela fôrça do teu Espírito reúne tudo no único Sacrifício de Jesus para tua glória e para o bem do mundo inteiro. Pelo mesmo Jesus Cristo, Teu Filho e Nosso Senhor....

PÓS-COMUNHÃO: Através dos sinais do pão e do vinho consagrados, comungamos todos nós, o' Pai, com o Corpo e o Sangue de Jesus e nossa prece se faz mais uníssona e nosso amor mais forte do que a morte. Escuta-nos quando te pedimos pela felicidade eterna do teu filho Pe. Antonio Henrique e dá-nos a fôrça de sermos seus dignos continuadores. Apressa os dias da paz para o mundo e faze que todos juntos gozemos um dia da tua felicidade na nova terra e no nôvo céu que prometeste. Pelo mesmo Jesus Cristo, Teu Filho, Nosso Senhor ....

SECRETARIADO ARQUIDIOCESANO DE OLINDA E RECIFE

HOMILIA PARA A MISSA DE SÉTIMO DIA DA MORTE DO PADRE ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO

Meus Irmãos,

Acabamos de ouvir a proclamação da Palavra de Deus. Em sua segunda carta aos Coríntios (Cap.IV), S.Paulo nos diz o quanto êle sofreu por causa de sua fidelidade ao Evangelho. E S.João nos faz assistir àquela sinistra reunião em que se decidiu a prisão e a condenação de Jesus, porque era incômodo o evangelho que Êle pregava.

Vivemos hoje, no Recife, de maneira particularmente profunda, os ensinamentos dêstes dois textos. Nosso irmão, Pe. Antônio Henrique, foi condenado à morte e assassinado, porque era incômodo e irritante para muitos egoísmos, o Evangelho que êle pregava.

MISSÃO JUNTO AOS JOVENS - Há três anos, no dia de sua ordenação sacerdotal, o Pe. Antônio Henrique recebia de seu Bispo a missão de anunciar o Evangelho não só com palavras, mas com o testemunho de sua vida. A Igreja confiou-lhe o mundo dos jovens, dos estudantes. A êstes êle devia anunciar o Evangelho. Como São Paulo nos dizia há pouco de si mesmo, responsável por essa missão, o Pe. Antônio Henrique "não fraquejou" (4,1).

Para cumprir sua missão, ia ao encontro dos jovens estudantes, secundaristas e universitários, fazia-se amigo de todos, inclusive dos mais abandonados, dos sem esperança e sem amor, dos desprezados, porque para êle ninguém era desprezível, sendo todos filhos de Deus, irmãos do Cristo.

Em frequentes reuniões, estava êle a serviço dos jovens, refletindo sôbre seus múltiplos problemas, buscando juntamente com êles, para estas dificuldades, uma porta de saída e um caminho de solução.

Uma destas dificuldades era a tensão das relações dêstes jovens com o mundo dos adultos: Pais, professôres. Neste sentido as preocupações do Padre Henrique eram de fazer destas tensões uma ocasião de verdadeiro crescimento, tanto para os adultos como para os jovens. Muitos são, hoje, pais, filhos e filhas que nos poderiam dar seu testemunho de que estas reuniões muito os ajudaram a melhor se compreenderem e mais se amarem.

Uma outra dificuldade era a inquietação pelo futuro. E' êste um problema sério: os jovens têm a vida pela frente e todos se perguntam com angústia sôbre o que lhes trará o dia de amanhã. Neste campo uma das suas preocupações constantes era despertar nestes jovens a fé, a esperança e a caridade - atitudes que, no final das contas, imprimem em nós o gôsto de viver e nos tornam capazes de avançar sem mêdo pela estrada da vida. Muitos são, hoje, os jovens que devem ao Pe. Henrique um nôvo vigor em sua vida de fé, de esperança e de caridade.

Enfim uma dificuldade, particularmente grave no contexto do tempo em que vivemos, e que é a seguinte: como os jovens assumirão a sua responsabilidade de adultos? Vivemos num momento da história em que tudo muda e os jovens se sentem esmagados por uma dupla insegurança: a da idade e a do mundo em transição que os circunda. O mundo dos adultos parece temer que êles cresçam... Uma das preocupações do Pe. Henrique era ensinar-lhes a descobrir suas responsabilidades de homens e de cristãos neste mundo e ajudá-los a tornarem-se adultos.

MISSÃO EVANGELICA - O que animava o Pe.Henrique neste trabalho não eram interesses mesquinhos como procuraram insinuar algumas alusões de mau gôsto divulgadas em boatos de rua e até pela imprensa, quando se fala de crime passional. Nem apenas motivos mais elevados de ordem política. Era principalmente seu amor aos jovens, ao Cristo que êle procurava encontrar nos jovens, pelo Evangelho.

SUA PREGAÇÃO ERA O EVANGELHO - O estudo dos evangelhos era uma de suas tarefas quotidianas. Queria conhecê-los sempre mais para transmití-los com maior fidelidade. Daí nascia sua disponibilidade quasem sem limites, o valor, por vêzes excepcional de suas reuniões; daí a originalidade, sua maneira adaptada de apresentar o evangelho aos jovens.

Esta disponibilidade, esta reflexão evangélica profunda, que atingia os jovens e os tornava fortes, incomodava, por vêzes, nosso egoísmo e exarcebou a violência daqueles que querem marginalizar a juventude.

O Evangelho não é a narração de uma história que aconteceu no passado, sem conexão com a nossa vida presente. E' o acontecimento de Jesus Cristo em nossa vida, hoje. E' a incarnação do Filho de Deus, sua vida no meio dos homens, hoje. E' sua morte e sua ressurreição que nos salvam, hoje, em nossa vida concreta.

Esta maneira encarnada, concreta, realista de pregar o Evangelho incomodava, por vêzes, aquêles que não querem que a Igreja se preocupe com a vida concreta dos homens, que querem a pregação de um evangelho sem ligação com a realidade concreta.

Êste Evangelho, êle o pregou sem usar astúcia ou artifício, sem falsificar a palavra de Deus. Como a de S.Paulo, sua preocupação primeira era manifestar a verdade. Os que conheciam Pe.Henrique sabem que êle era um homem sem malícia nem hipocrisia, com as suas riquezas e as limitações que sempre tão pontualmente estão presentes no ser humano. Pregou o Evangelho sem se preocupar com as consequências, atento sòmente à verdade. Esta maneira franca e, algumas vêzes diferente do modo comum de proclamar a verdade incomodava, por vêzes, nosso egoísmo. Tudo isto exarcebou a violência daqueles que querem tirar o sal do Evangelho para fazer dêle uma palavra sem sabor nem fôrça. Por causa de tudo isto foi morto o Pe. Henrique.

S.Paulo escrevia aos Coríntios que o Evangelho assim anunciado, permanece velado para aquêles que se perdem, para os incrédulos, para aquêles que também querem Deus e a Igreja a serviço de seus interesses. Êstes não podem então fazer outra coisa senão condenar à morte e matar as verdadeiras testemunhas do Evangelho. E sabemos que a execução desta sentença tanto se faz pela palavra de calúnia ou de insinuações malévolas, como pelo uso de armas mortíferas.

FÉ NO CRISTO RESSUSCITADO - A morte do Pe. Henrique, pela fidelidade à sua missão, deve ser para nós um apêlo. O Evangelho é claro:-

- ouvimos o Evangelho de S.João que nos narra aquela reunião dos chefes do povo judeu para decidir a morte de Jesus, porque o Evangelho que êle prega ia contra seus interesses e contra suas paixões políticas.
- ouvimos, também, S.Paulo dizendo como sofria pressão de tôdas as partes(v.8) era perseguido, esmagado(v.9), constantemente entregue à morte por causa de Jesus(v.11). Um dia, Paulo, como Jesus, é morto porque o Evangelho que êle pregava, o evangelho do Cristo incomodava os homens em seu egoísmo. Depois de Paulo foi a vez de Pedro; depois todos os apóstolos; depois os mártires. Mais perto de nós, no tempo, tem sido a sorte de numerosos cristãos, do oriente e do ocidente, na vigência de sistemas totalitários de direita ou de esquerda. E' esta também a sorte de numerosos apóstolos no Brasil, padres e leigos. Pudessem a imprensa, o rádio e a televisão falar a serviço de tôda a verdade, e nós ouviriamos melhor os gritos de todos os que sofrem. A morte do Pe.Henrique foi um grito tão próximo de nós e encontrou tal repercussão que não foi possível abafá-lo. Que êste brado possa preencher o vazio de tantos silêncios indevidos. S.Paulo dizia aos Coríntios "eu cri, por isso falei"(v.13).- Pe.Henrique creu, por isso falou. Falou sem fraqueza, apesar de sua fraqueza de homem. Falou sem medo daqueles que podiam levá-lo à morte, porque êle cria que Aquêle que ressuscitou o Senhor Jesus, o ressuscitará tambem a êle.

Hoje, o Padre Henrique nos faz três perguntas:

- primeira: Cremos também nós na fôrça do Cristo Ressuscitado? que sentimento domina em nós, hoje, neste clima em que vivemos: o mêdo? ou a fôrça que vem da fé?

- segunda: Somos nós testemunhas do Evangelho? Ou vivemos uma vida insípida, sem sal, sem sabor e sem fôrça?

- terceira: A fôrça do Evangelho em nós, nos torna capazes de,-ao invés de nos perdermos nos descaminhos do ódio e da vingança - colocarmo-nos numa atitude de revisão de vida e de perdão para aquêles que o mataram?

Nesta Santa Missa, por seu testemunho, o Pe.Henrique nos conclama a todos: Irmãos! despertai! O mundo mais do que nunca tem necessidade de verdadeiras testemunhas do Evangelho!

....

CANTO DE ENTRADA: Todos saberão que somos de Cristo se nos amarmos uns aos outros. /
1. Deus habita quem vive a caridade pois Deus é caridade.
2. O Pai nos amou com tanto amor que para nossa vida enviou seu filho amado
3. Esta é a maravilha do amor. Foi Deus que nos amou por primeiro.
4. As trevas que sofremos passarão e brilhará para todos nós a verdadeira luz.

CANTO DE MEDITAÇÃO: O vosso coração de pedra se converterá em nôvo em nôvo coração.
1. Tirarei de vosso peito vosso coração de pedra, no lugar colocarei nôvo coração de carne.
2. Dentro em vós eu plantarei, plantarei o meu espírito: Amareis os meus preceitos, seguireis o meu amor.
3. Do meio das nações, com amor vos tirarei. Qual pastor vos guiarei,para a terra a vossa Pátria.
4. Esta terra habitareis: foi presente a vossos pais. E sereis sempre o meu povo, Eu serei o vosso Deus.(Ez.36,24-38)

OFERTORIO: Vou primeiro reconciliar-me com meu irmão e depois eu farei minha oferta ao Senhor
1. Mesmo tendo minha oferta sôbre o altar, Deus não a quer se eu não perdôo a meu irmão.
2. Deixarei a minha oferta ali no altar, e vou pedir perdão ao meu irmão.
3. Ofereço ao meu Deus a minha vida e a ofereço também ao meu irmão.

COMUNHÃO:- Prova de amor maior não há que doar a vida pelo irmão.
1. Eis que eu vos dou o meu nôvo mandamento: Amai-vos uns aos outros como Eu vos tenho amado.
2. Vós sereis os meus amigos, se seguirdes meu preceito: 'Amai-vos uns aos outros como eu vos tenho amado.
3. Como o Pai sempre me ama assim também eu vos amei: Amai-vos uns aos outros, como eu vos tenho amado.
4. Permanecei em meu amor e segui meu mandamento: Amai-vos uns aos outros como eu vos tenho amado
5. E chegando a minha Páscoa, vos amei até o fim: Amai-vos uns aos outros como eu vos tenho amado
6. Nisto todos saberão que vós sois os meus discípulos: Amai-vos uns aos outros como eu vos tenho amado.


A ORAÇÃO DE MUITOS

COMERCIO - 4ª/4/6/69

Acompanhado por 19 sacerdotes, que representavam os Estados nordestinos dom Hélder Câmara concelebrou na Sé de Olinda a missa de 7º dia pela alma do padre Antônio Henrique

Dom Hélder Câmara concelebrou na Sé de Olinda, acompanhado por 19 sacerdotes.


As condolências do Papa

Cidade do Vaticano — O Papa Paulo VI enviou telegrama ao Arcebispo de Olinda e Recife, Hélder Câmara, apresentando suas condolências pelo assassinato do padre Henrique Pereira Neto, daquela Arquidiocese. O telegrama, publicado hoje pelo Vaticano, diz: "Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda-Recife, Avenida Rui Barbosa, Recife, Brasil. Recebemos com profunda emoção a dolorosa notícia da trágica morte do padre Antônio Henrique Pereira Neto. Elevamos ao Altíssimo ardentes preces em sufrágio do malogrado sacerdote e queremos participar do luto dessa Arquidiocese enviando os nossos sentidos pêsames e nossa palavra de confôrto para todos, especialmente aos parentes do morto. Pedimos aos dons divinos para superar o momento, e concedemos aos familiares, Vossa Excelência, e aos diletos filhos dessa Arquidiocese e a todo querido povo brasileiro, comovido por tão triste acontecimento, nossa propícia bênção apostólica. a) Paulo VI". (AP-AFP-UPI-DN)

Ao lado de todas as reportagens relativas às missas de sétimo dia, uma manchete, em letras garrafais do Diário de Pernambuco (03/06/69), dizia:

"Delegado admite que toxicômanos teriam assassinado o padre Antônio Henrique".

O delegado era o Sr. Artur Rodrigues que dizia que acreditava que o crime era obra do "grupo da bolinha" e não era crime político.

MENSAGENS RECEBIDAS

Logo que circulou a trágica notícia do trucidamento do Pe. Antônio Henrique, o Sr. Arcebispo tem recebido inúmeros testemunhos de solidariedade e de pesar pessoais, por telegramas e cartas de diversas partes do mundo. Muito confortadora a paternal mensagem do Santo Padre, em hora tão difícil. O Secretário de Estado, o Substituto, diversos Cardeais, a Nunciatura Apostólica, as Presidências do CELAM e da CNBB, Arcebispos, Bispos, sacerdotes, religiosas, leigos e inúmeras instituições fizeram-se presentes fraternalmente.

MENSAGEM DO SANTO PADRE -"Tomamos conhecimento profunda emoção dolorosas notícias trágica morte Padre Antônio Henrique Pereira Neto. Elevamos Altíssimo ardentes preces sufrágio malogrado sacerdote queremos compartilhar dor luto família Vossa Excelência inteira Arquidiocese. Com nossos sentidos pêsames nossa palavra confôrto para todos especialmente parentes. Penhor dons divinos para superar momento provação concedemos mesmos familiares Vossa Excelência diletos filhos dessa Arquidiocese e todo querido povo brasileiro pesaroso conosco por tão triste acontecimento nossa propiciadora bênção apostólica. Paulus PP VI".

SECRETÁRIO DE ESTADO - "Profundamente consternado fato doloroso morte Padre Antônio Henrique Pereira Neto quero tomar parte luto família apresento-lhe por Vossa Excelência sentidas condolências extensivas tôda Arquidiocese mesmo tempo eterno repouso desventurado sacerdote elevo Altíssimo ardentes preces sufrágio - Cardeal Villot".

SUBSTITUTO DO SECRETÁRIO DE ESTADO - "Informado com tristeza lutuoso acontecimento morte Padre Antônio Henrique Pereira Neto com sentidos pêsames asseguro sufrágios associo-me dor luto Vossa Excelência familiares comunidade Arquidiocese - Benneli Substituto".

PRESIDÊNCIA DO CELAM - "Presidência do Celam juntamente grupo representativo do Episcopado e Presbiterado Latino-Americano apresentam sentidos pêsames bárbaro assassinato Pe.Henrique Pereira vítima intolerância esperando autoridades competentes tomem medidas preservadoras sagrados direitos da pessoa humana. Concelebramos Santa Missa - Presidência do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)".

PRESIDÊNCIA DA CNBB - "Como Arcebispo São Paulo e Presidente Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil associo-me pesar comunidade profundamente abalada morte Padre Henrique pt Rezamos ao Senhor pedindo que êste sacrifício consiga justiça paz fraternidade povo brasileiro pt Cordiais Saudações - Cardeal Rossi".

CARDEAL JAIME CÂMARA - "Sentidas condolências sacerdote assassinado - Cardeal Câmara".

CARDEAL MARTY, PARIS - "Sabendo comovido e penalizado da morte violenta de um padre que lhe é caro asseguro-lhe união fraterna prece fervorosa vontade comum de viver o único Evangelho de Jesus Cristo - Cardeal Marty, Arcebispo de Paris."

CARDEAL SILVA HENRIQUES - "Profundamente consternados pela morte do sacerdote
Henrique Pereira aceite nossa solidariedade e ora
ção fraternal pt Seja esta morte um apêlo às consciências da América Latina pa
ra construir uma sociedade na justiça verdade e amor de Cristo pt Elevaremos
orações nossos templos domingo próximo martírio sacerdote Pereira obtenha jus
tiça e paz que anelam nossos povos pt Raul Cardeal Silva, Ismael Errazuriz Bis
po Auxiliar de Santiago do Chile".

CARDEAL HEENAN, ARCEBISPO DE WESTMINSTER -"Minha mais sentida condolência re
sarei missa por Padre Antônio Henri
que - Cardeal Heenan".

CARDEAL LEON ETIENNE DUVAL, ALGERIA - "Desde sua nomeação para Recife, sigo a
tentamente sua ação pela justiça em fa
vor dos pobres e pela verdadeira solidariedade entre os povos. O assassinato-
de seu querido colaborador, o Pe.Antônio Henrique Pereira Neto, obriga-me a
exprimir, com minhas sinceras condolências, minha união de pensamento e de co
ração com o senhor. Este crime abominável provoca a reprovação unânime de to
dos os homens de coração reto; mas, sob a luz da fé, êle evoca a 8ª Bemaventu
rança, aquela que é o coroamento de todas as outras: "Bemaventurados aqueles-
que sofrem perseguição pela justiça". - Peço ao Senhor de lhe conceder, a ale
gria de ver os frutos abundantes do seu trabalho, de sua coragem e do sacrifí
cio desta inocente vítima. Que a esperança da paz na justiça brilhe sôbre o
Brasil e todo o Terceiro Mundo! - Queira receber as homenagens de minha respei
tosa e fraternal afeição em N.S. - Léon Etienne Duval, Cardeal Arcebispo da
Algéria".

NUNCIATURA APOSTÓLICA - "Pêsames triste episódio Padre Henrique aceite ora
ções solidariedade favor transmitir família enlutada.
Mons. Tagliaferri Encarregado Negócios Nunciatura no Brasil".

"Uno-me Vossência clero fiéis Arquidiocese orações su
frágio alma Padre Henrique. Peço renovar condolências familiares querido ex
tinto - Mons. Mário Tagliaferri". (7º dia)

DOM EUGÊNIO SALES - Dom Eugênio Sales, Cardeal-Arcebispo de Salvador e Primaz
do Brasil, chegou ao Recife, na noite da quinta feira, 5
de junho, para uma visita de solidariedade ao Sr. Arcebispo, Dom Hélder Câma
ra, ao clero da Arquidiocese e à família do Pe.Antônio Henrique. Dom Eugênio,
que se encontrava em Bogotá, participando de uma reunião do CELAM, onde, segun
do declarou, a morte do Pe.Antônio Henrique encontrou grande repercussão. De
volta à Bahia, apressou-se em vir até o Recife para oferecer o testemunho fra
ternal da sua compreensão, associando-se ao pesar da Arquidiocese de Olinda-
Recife. Disse ainda o Cardeal Eugênio Sales que, nas igrejas da Arquidiocese-
de Salvador, serão celebradas Missas pelo Pe.Henrique. Na sexta feira, pela ma
nhã, S.Emcia. seguiu para a Bahia.

PRONUNCIAMENTO DO CARDEAL VICENTE SCHERER - Em sua alocução proferida quinta-
feira, 5 de junho, à multidão de
fiéis que participava da concentração de Corpus Christi, diante da Catedral
Metropolitana, entre outras coisas, teceu considerações sôbre o recente assas
sinato de um sacerdote católico em Pernambuco:- "Sentimo-nos solidários com
os irmãos na fé, hoje sintonizados na glorificação da Eucaristia, com todos
os homens em suas justas reivindicações, nas dificuldades que enfrentam, na
condenação das injustiças que sofrem, nos êxitos e nas alegrias que lhes ba
nham de sol os caminhos da vida. Exprimimos, por isto, também a nossa afetuo-
sa solidariedade com o clero e o povo de Recife e Pernambuco que assistiram ao
bárbaro trucidamento, em circunstâncias trágicas e misteriosas, de um jovem e
talentoso sacerdote, merecedor da confiança dos seus superiores e colegas, con
forme notícia ontem publicada pela imprensa. Em outra oportunidade ressaltei-
o caráter desumano, anti-social e arbitrário da execução; ao arrepio de tôdas
as normas jurídicas, de indivíduos criminosos pelos sinistros esquadrões da
morte. Mais enérgica condenação merece o assassinato de um padre na flor da
vida e a profanação de seu cadáver, quando nada está provado contra sua digni
dade e sua honra. A consciência cristã e católica do país sente-se profundamen
te chocada. Torna-se imperioso que as autoridades locais investiguem e dêem

8.

a conhecer os verdadeiros motivos do vergonhoso atentado, exclareçam e desagravem a opinião pública, que tem o direito de ser informada, apontem os desapiedados autores do covarde delito e sem acepção de pessoas, desfaçam o mistério que envolve o alarmante acontecimento. De nossa parte não tememos a verdade nem quando revelasse deficiências ou culpas em nossas fileiras". (Correio do Povo - 7.6.69).

OUTRAS PRESENÇAS - Destacamos ainda a vinda ao Recife, de enviados especiais do clero da Bahia e de Belo Horizonte, êste, Padre Tarcísio Machado Rocha, que trouxeram seu testemunho de pesar e se informaram, diretamente, dos acontecimentos. Bispos e sacerdotes, religiosas e leigos numerosos têm trazido sua solidariedade pessoal.

OUTRAS MENSAGENS POR TELEGRAMAS E CARTAS:

Arcebispos e Bispos - D.Adelmo Machado, Maceió - D.José Maria Pires, João Pessoa - D.Nivaldo Monte, Natal - D.José Távora, Aracajú - D.João Mota, São Luís - D.Alberto Ramos, Belém - D.João Rezende, Belo Horizonte - D.Eduardo F.Pironi, Secretário Geral do CELAM - D.Manuel Pereira, Campina Grande - D.Antônio Fragoso, Crateús - D.Severino Mariano, Pesqueira - D.Augusto Carvalho, Caruaru - D.Davi Picão, Santos - D.Luciano Duarte, Auxiliar de Aracaju - D.Luís Fernandes, Auxiliar de Vitória do Espírito Santo - D.Vicente Matos, Crato - D.Walfrido Vieira, Sobral - D.Benedito Zorzi, Caxias do Sul - D.Eliseu Mendes, Campo Mourão - D.José Coutinho, Estância - D.Delfim Guedes-, S.João del Rey - D.Raimundo de Castro e Silva e clero de Fortaleza - D.Th. Zwartkuis, Bispo de Haarlem - D.Manuel Tavares, Caicó - Bispos, padres e leigos intelectuais da França.

Sacerdotes e Religiosos - Mons.Francisco Sales - Mons.Arruda Câmara, Brasília Pe.Artônio Mazzoti e fiéis da Igreja da Conceição-, Niterói - Pe.Fernando Abath, João Pessoa - Padre Marçal, Rio - Cônego Alfredo Barbosa, Cabedelo - Presbíteros do Encontro do Regional Nordeste II - Clero de Fortaleza - Direção do Colégio Salesiano do Recife - Salesianos de Jaboatão - Pe.Ivanildo Cunha, Estado do Rio - Mons.Marcelo Carvalheira, Porto Alegre - Pe.Roberto Lúcio, Rio - Pe.Teodoro Huckemann, S.Catarina - Vigário e paroquianos da Lapa, SPaulo - Frei Domingos, provincial dos dominicanos de São Paulo - Pe.Raimundo Neri, Piauí - Pe.João Marques, Serra Branca, Pb - Provincial dos Maristas, Recife - Irmão Geraldo Mehlig, Alemanha - Teologado de São Leopoldo - Conselho Presbiteral de Campinas - Padres Alencar Sales, Antônio Frota, José Elênio - José Catunda - Luís Santos, Geraldo Oliveira, Alfredo Belarmino Lopes e João Bevenuto, de Crateús - Redentoristas de Juiz de Fora - Conselho Presbiteral de Santiago do Chile - Frei Marcelino, Catolé da Rocha - Comunidade Salesiana da Amazônia - Padres Mario e Danilo, Lagarto, Sergipe - Mons. Geraldo Amaral Mello, Jardim América, SP - Padres e leigos da diocese de Sorocaba, - Gustavo Gutierrez.

Religiosas - Irmãs de Sion do Rio - Beneditinas do Monte, Olinda.

Leigos - Alceu Amoroso Lima, Rio - Família Fragoso - Wilson Andrade, Recife - Magdala Melo - Rui Coutinho - Lívio Roberto - José do Carmo Filho, Goiânia - Pedro Paulo Cantalice, Recife - Maria Helena, São Paulo - Cesar Neves, Rio - José Andrade, Porto Alegre - Barreto Guimarães, Olinda - Maria de Sousa Moraes, MG -

Instituições - Pax Romana - Catholic Institute for International Relations - Londres - Universidade Católica de Santiago do Chile - Reunião do Secretariado Latino-americano da Juventude Estudantil Católica Internacional e Pax Romana, Bogotá - União Nacional dos Estudantes Católicos de Lima, Perú - Universitários Cristãos da Bahia - Vicentinos de Mandaguari, PR - Equipe Nacional de A.C.I. - Secretaria de Educação da Comissão Evangélica Latino-Americana de Educação Cristã, Rev.Jorge Oliveira Macedo - Albrecht Baecke, da Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil - Câmara Municipal de Olinda - Câmara Municipal de Campina Grande - União do Comércio Varejista de Pernambuco - Loja Maçônica, Recife - União Brasileira de Mães - Ação Católica Universitária de San Salvador - Comunidade Latino Americana de Paris - Escolas

9.

Pias da Espanha (Pe. Eduardo Bonnin) - Paróquia de São Joaquim, Lima, Peru - Santa Casa de Misericórdia do Recife - Diretor do Centro de Vocações da Arquidiocese do México (Pe. Jesus Gomez Dorantes) - Associação Comercial de Pernambuco - Câmara Municipal do Cabo, Pe. - Câmara Municipal de Campinas, S.Paulo- Câmara Municipal de Amaraji, Pernambuco. -

UMA NOTA DE PROFUNDA ESTRANHEZA

Causou muita estranheza uma notícia divulgada nesta cidade, e ainda não desmentida de público: a Polícia Federal teria declarado em Brasília, três dias após o trucidamento do Padre Antônio Henrique: "todos os indícios são de que o crime seria comum, talvez praticado por motivos passionais". Por isso, "a Polícia Federal decidiu não acompanhar as investigações sôbre o assassinato". "A direção da Polícia Federal procurou informar-se dos dados existentes, porque se a causa do assassinato fôsse política, iria, pelo menos, acompanhar de perto as investigações". (Vide "Diário da Noite", Recife, 30.5.1969 e notícias divulgadas pelo rádio e televisão).

O que causa estranheza é que tão ràpidamente aquêle órgão federal tivesse chegado a conclusões tão peremptórias quando apenas se iniciavam as investigações, no âmbito da polícia, e antes de ser designada a Comissão Judicial de Inquérito que até agora tem sido mais discreta em chegar a conclusões, a pesar dos seus grandes esforços e "as investigações maravilhosamente feitas pela polícia de Pernambuco" (Diário da Noite, ibidem).

DISTORÇÃO DO PENSAMENTO DE D. HELDER

Em editorial da primeira página de sua edição de 5.6.1969, O Globo do Rio de Janeiro comenta a chacina do Recife, fazendo referências à morte do Pe. Antônio Henrique, lamentando-a e pedindo que se apurem as suas causas. A certa altura, o editorialista faz alusões a D.Helder, incriminando-o por suas pregações e dando a entender que, fatos como estes, são fruto de suas palavras que estimulam a violência. Cita, a propósito, trechos do discurso pronunciado pelo sr. Arcebispo, na primavera de 1968, em Paris, quando D.Helder disia respeitar a opção daqueles que escolhem os caminhos da violência. E respeitar as posições dos outros, sem querer julgar as intenções, mesmo quando delas se discorda e até se lhes faz combate, é exigência do convívio humano e da ordem democrática.

Em nome dêste respeito é que não compreendemos que aquêle jornal não tenha divulgado todo o pensamento do sr. Arcebispo, naquele discurso que assim ficou truncado, o qual foi uma tomada de posição bem clara de D.Helder em favor do emprêgo de meios não violentos, como formas de chegar às transformações necessárias ao mundo de hoje.

MISSAS DE 30º DIA

No dia 27 de junho, foram celebradas numerosas Missas de 30º dia em sufrágio do Pe. Antônio Henrique, em diversas igrejas da Arquidiocese. Em princípio, foi acertado que haveria uma concelebração em uma igreja escolhida, em cada um dos setôres pastorais (13). Até o momento em que redigimos esta notícia, recebemos comunicação da celebração de missas e horários em mais de 20 igrejas e capelas da Arquidiocese. Foi preparada, pelo sr. Arcebispo, uma homilia especial para a ocasião. Não obstante o aparato policial nas proximidades dos templos, e as chuvas que caiam, houve um grande comparecimento. Os carros não tinham acesso à Matriz do Espinheiro, onde celebrou o sr. Arcebispo, que chegou à pé aquela igreja.

AGRADECIMENTOS

A família do PADRE ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO, profundamente agradecida pelas homenagens fúnebres prestadas ao seu muito querido ente, monstruosamente trucidado, vem de público testemunhar a sua gratidão à família pernambucana, ao clero secular e regular, aos cristãos de pátrias distantes, e, principalmente, à intrépida juventude pela qual êle, como "prova de amor", doou a vida.

O Arcebispo de Olinda e Recife, juntamente com o Govêrno Colegiado, o Conselho Presbiteral e o Clero da Arquidiocese de Olinda e Recife sentem-se no dever de agradecer a tôda a comunidade arquidiocesana, como também a tôdas as pessoas e instituições desta e de outras dioceses, tanto do país como do estrangeiro, que pelo comparecimento aos funerais, entêrro e Missas de 7º e 30º dias e por telegramas, cartas ou visitas pessoais, lhes apresentaram o testemunho amigo, fraternal e muito confortador da sua solidariedade e do seu pesar pelo bárbaro trucidamento de que foi vítima o caríssimo e jovem irmão no sacerdócio, PADRE ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA NETO. Ao mesmo tempo que agradecem, fazem votos de que o grande sacrifício do jovem sacerdote a todos inspire sentimentos de constante fidelidade à Igreja e de doação ao próximo,- segundo o ideial evangélico de que "prova de amor maior não há, que doar a vida pelo irmão".

DA FRANÇA: APÊLO EM FAVOR DO BRASIL.

A imprensa de Paris divulgou um apêlo em favor do Brasil que naquele momento contava com as seguintes assinaturas: Jean et Odile Bassé; José de Broucker, des Informations Catholiques Internationales; Robert Buron; Michel de Certeau S.J., des Etudes; Jacques Chatagner de Temps Présents; Marie-Dominique Chenu O.P.; Pasteur Jean Casalis et Mme.; André Cruiziat de Vie Nouvelle; Vincent Cosmao O.P.; Jean-Marie Domenach de la revue Esprit; Pierre et Bernardette Drouet; Abbé Michel Duclercq; Edouard Gueydan S.J., Aumônier National des Latino-Américains; Mgr.Pierre Haubtmann,Recteur de l'Institut Catholique de Paris; Georges Hourdin; +Gerard Huyghe, évêque d'Arras; Mgr.Bernard Lalande, Délégué National de Pax Christi; Henry Le Duan, Président de l'A.C.O.; Pasteur Lochart, de Christianisme Social; Dr.Jean Merilhou; Pasteur Richard - Molard; Pierre Monbeig; Georges Montaron, de Témoignage Chrétien; Mme.Emmanuel Mounier; La Paroisse Universitaire; Elia Perroy; Hélène Prouet; René Rémond; Bruno René-Bazin et Mme.; +Guy Riobé, évêque d'Orléans et Président du Comité Episcopal Français pour l'Amerique Latine e Pierre-Henry Simon, de l'Académie Française; Père Liégé, Père Congar; Toulat. A Communauté Catholique Latino-Américaine de Paris comunica também que outras 400 assinaturas haviam sido recebidas até o dia 9 de junho de 1969.

E' o seguinte o texto do apêlo: - "O assassinato do Pe.Antônio Henrique Pereira Neto, assistente da Juventude Católica do Recife, revela brutalmente à opinião mundial a violência dos grupos ocultos que, pelo terror,procuram matar no povo brasileiro tôda esperança de libertação. - Bispos e padres são os últimos sob o regime militar e "católico", em vigor a poder falar aos pobres. Um a um, êstes últimos defensores são reduzidos ao silência. Proclamando nossa solidariedade com - os 30 padres e leigos cujos nomes se encontram,- na mesma lista negra do Pe.Pereira Neto, assassinado; - D.Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, cuja casa já foi metralhada; - o Pe.Geraldo Bonfim, condenado, no dia 15 de maio, a um ano de prisão pela justiça militar de Fortaleza; - os Pes.Antônio Alberto Soligo e João Talpes, presos em S.Paulo; - Mário Carvalho de Jesus, o advogado dos Trabalhadores de S.Paulo, preso de 25 de abril a 10 de maio último; - os padres franceses e americanos expulsos ou acusados nestes últimos meses; - e tantos outros bispos, padres e leigos expostos às ameaças dos terroristas ou à inquisição policial; - nós pedimos,com êles,justiça para todos os brasileiros privados de seus direitos políticos,expulsos das universidades,entregues sem defesa à exploração capitalista,privados das mais elementares garantias jurídicas. - O govêrno brasileiro dispõe de um poder absoluto;nós lhe dirigimos um apêlo em nome dos princípios que êle

LINHAS TORTAS E DIREITAS

Tristão de Athayde

Não sei se o padre Hélder, isto é, Dom Hélder Câmara, sucessor e êmulo de D.Vital, na Arquidiocese de Olinda e Recife, pronunciará cada manhã as palavras do Cristo, no texto de S.Mateus: "recebei o meu jugo e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração e assim repousarão vossas almas".(Mt. 11,29). E' provável que prefira aquelas outras, na hora de sua morte: "Perdoai-lhes, Pai, porque não sabem o que fazem" (Lc.23,34).

Sejam essas, sejam outras, o que sabemos é que no coração de Hélder Câmara "maior que o mundo", como dizia Tomás Antônio Gonzaga na prisão, são palavras dêsse gênero que a estas horas de agonia lhe brotarao dos lábios, durante as longas vigílias das noites pernambucanas. Não teme a morte quem há muito já deu a vida pela Igreja e pelos pobres. Não apenas pela Igreja dos pobres. Mas pela Igreja e pelos pobres, pois a Igreja, embora seja apenas, na palavra famosa de Bossuet "a casa dos pobres, em que os ricos também podem entrar", é casa de todos, pobres e ricos. Ao passo que Hélder Câmara, desde os dias já um tanto remotos, mas sempre atuais, de sua primeira missa, ofereceu sua vida pela Igreja acima de tudo, mas ainda de modo particular pelos pobres E hoje, cada vez mais, vem sendo fiel a êsse holocausto antecipado. Por isso mesmo é que os ricos dêste mundo, ricos em penúria, ricos em poder, ricos em maldade, não lhe perdoam. Nem lhe perdoarão jamais, a não ser que tenham a fôrça bastante de se dobrarem à voz da graça divina, que é capaz de ecoar nos espíritos mais endurecidos nas suas paixões desde que tenham, por um momento que seja, a humildade de voltarem à sua própria infância.

Falo da infância espiritual, que é a única absolutamente pura. A outra, a infância biológica; já carrega consigo o pêso do mal e do pecado. E costuma até mesmo, ser cruel. "Cet âge est sans pitié". Evoquemos a nossa própria infância, quando líamos em La Fontaine a fábula do lôbo e do cordeiro e nos colocávemos mais ao lado do lôbo do que do cordeiro, pois as crianças admiram naturalmente a fôrça, a fôrço física acima de tudo. E pouco se importam com a justiça, que o lôbo dos fabulistas tão displicentemente contorna. À medida que envelhecemos, porém, se o egoísmo vai esclerosando as nossas veias e não apenas as do nosso corpo..., também vai enternecendo nosso coração. E o espetáculo da injustiça humana e da maldade que se aninha nos corações aparentemente mais bem formados, nos provoca até mesmo uma sensação de náusea. E o nojo é uma repulsa mais radical que a própria violência. Vamos sentindo uma repugnância tal pelo espetáculo da maldade e da injustiça, que não chegamos a compreender que a flor da natureza humana, a liberdade, possa abrigar tanta degradação.

Êsse nojo é que sentimos quando se nos oferece o espetáculo da transformação dos lôbos em cordeiros e da atribuição dos crimes dos lôbos à culpa dos cordeiros. Pois já nem é mesmo sôbre os antepassados dos cordeiros, que hoje em dia recaem as culpas dos lôbos.

Enquanto isso a paz habita o coração daquele sacerdote incomparável - que, no fundo do seu quarto de pobre, numa paróquia como outra qualquer, na velha capital do Capiberibe, reza pelos seus próprios algôzes, cada manha. E continua impávido o apostolado, hoje engrandecido e sobrenaturalizado pelo silêncio, mas cada vez mais repercutindo no mundo inteiro, na proporção inversa do ódio que lhe votam, pois há silêncios mais eloquentes do que tôdas as palavras dêste mundo. Enquanto isso, e para nosso bem, Deus continua a escrever direito - por linhas tortas. Cabe a nós, então decifrar essas linhas retas e tortas, e com elas escrever direito... (Jornal do Brasil, 20.6.69)

Recife, 28 de junho de 1969. -

Assessoria de Opinião Pública do
Sec. Arquidiocesano de Olinda-Recife

Coelho, tendo em vista “a gravidade e a repercussão do caso” e o fato de que “as investigações policiais, ainda não haviam progredido satisfatoriamente, assinou a nomeação dos integrantes de uma Comissão Judiciária, com a finalidade de acompanhar o inquérito policial.

E para presidir a comissão, foi designado o Juiz Aluísio de Melo Xavier, representando o Ministério Público; o Promotor, Rorenildo da Rocha Leão; um escrivão, Daniel Magalhães Nunes e o Oficial de Justiça, Eurico Costa.

O Diário de Pernambuco de 04/06/69, registra a seguinte manchete:

“Lojistas aplaudem nomeação do Juiz para apurar causas”. Acompanhando a manchete, uma pequena nota, apoiava o ato do Governador Nilo Coelho.

A sociedade, apesar de toda a DITADURA que reinava no Brasil, repudiava aqueles atos de crueldades que aqueles homens que se diziam “da lei e dos bons costumes” estavam impondo ao povo.

Por indicação do Irmão Marista, Orlando Cunha Lima, a família do Pe. Henrique constituiu os Advogados criminalistas, Dr. Fernando e Jorge Tasso de Souza. Para representar a família.... Ambos foram amigos do Pe. Henrique e professor do filho mais velho de Fernando Tasso. Os causídicos não serão remunerados, trabalhando em nome da amizade ao Pe. Henrique.

No dia 04/06/69, José Henrique entregou ao Bispo Auxiliar de Olinda e Recife, Dom José Lamartine, um material da Arquidiocese, que estava aos cuidados do seu filho, Pe. Antônio Henrique. Os documentos foram entregues mediante um recibo, que foi assinado por Dom José Lamartine, José Henrique e as testemunhas, Veronese Henrique Pereira da Silva (Irmão de José Henrique), Pe. Isnaldo Fonseca e outra pessoa que não conseguimos identificar a assinatura.

Vale salientar que este documento ficou perdido, durante muitos anos, entre os papéis de José Henrique, sendo encontrado apenas em julho de 2003.

Jornal do Commercio de 05/06/69 – As manchetes ainda continuavam falando da Comissão Judiciária onde citavam o texto do decreto que recebeu o número 1737.

“O governador do Estado, no uso de suas atribuições, resolve nomear o Juiz de Direito da 11ª. Vara da Capital, bacharel Aluísio de Melo Xavier, indicado pelo tribunal de Justiça, para presidir a Comissão Judiciária destinada a apurar os fatos delituosos ocorridos no dia 27 de maio último, nessa capital, dos quais resultou o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto”. Ainda no “mesmo texto, o governador Nilo Coelho assinou os decretos de números 1738 e 1739, nomeando o [illegible] promotor Rorenildo da

04/06/69 Diário da Noite - O governador do Estado de Pernambuco, Nilo



ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE
AVENIDA RUI BARBOSA, S/N TELEFONE 26-536
RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

Declaramos que retiramos da residência do Sr. José Henrique Pereira da Silva Neto, com a sua total concordância, para conservar sob os nossos cuidados, todo o material referente aos movimentos apostólicos de responsabilidade desta Arquidiocese que estavam confiados ao Pe. Antonio Henrique Pereira da Silva Neto e que ficarão em nosso arquivo.

Outrossim, declaramos que estamos dispostos a fornecer ao Meretíssimo Sr. Dr. Juiz Presidente da Comissão de Inquérito, todos os elementos e informações que se fizerem necessários.

Recife, 04 de junho de 1969

p/ Arquidiocese de Olinda e Recife
Bispo Auxiliar

Concordamos:

José Henrique Pereira da Silva Neto

TESTEMUNHAS

Veronese Henrique Pereira da Silva.

Rocha Leão" e "o sexto escrivão do crime Décio Magalhães Nunes e o Oficial de Justiça Eurico Costa" para integrarem a Comissão de Inquérito".

Outra manchete do mesmo jornal foi:

-Família repudia boatos sobre Henrique. No texto lia-se:

"Encontra-se nesta capital, onde veio assistir às exéquias de sétimo dia, por alma do padre Antônio Henrique Pereira Neto e bem assim participar do luto da família, o major do Exército Adolfo Henrique Pereira da Silva, atualmente à disposição do Departamento de Trânsito da Guanabara e tio paterno do sacerdote trucidado". Uma de suas sobrinhas revelou.

- O major Adolfo Henrique Pereira da Silva teria dito que, desde a sua chegada ao Recife, tem observado a existência de uma máquina de desinformações, interessada somente em denegrir a honra do padre Henrique, também em desorientar as autoridades que procuram apurar o crime.

Depois de instaurada a Comissão de Inquérito, Rogério voltou à casa de Isairas. Dessa vez, nervoso e pedindo que Isairas o livrasse das culpas que lhe estavam sendo impostas, como um dos matadores do Pe. Henrique. Ela não tinha a menor desconfiança de Rogério e procurou acalmá-lo.

- Rogério, a verdade sempre "fala mais alto" que qualquer acusação mentirosa. Fique calmo, procure provar onde você estava na noite do crime e nada lhe acontecerá.

- Realmente eu tenho uma testemunha, o investigador "X9". Na noite que mataram o Pe. Henrique, eu estava com uma menina que é minha colega de Faculdade. Havíamos estudado para uma prova, até tarde. Ao passarmos perto de um carro e perguntei-lhe as horas, ao que ele respondeu.

- Uma hora da manhã, precisamente.

- Então, Rogério, você fala com o "X9" e ele certamente servir-lhe-á de testemunha; pois a essa hora da noite, não se encontra muita gente perguntando: "que horas são"?

Rogério, voltou à casa do Pe. Henrique, pela terceira vez, depois da morte dele. Dessa vez, à meia noite. Estava acompanhado de uma jovem que apresentou com sendo a estudante que o acompanhava no dia do crime, por ocasião do seu encontro com "X9". Rogério parecia assustado e pediu com insistência, para falar com Adolfo.

- D. Isairas estou nervoso e não lhe trago boas notícias. Dr. Gibson disse

que "vai pegar Adolfo pelo pé". Vai fotografá-lo com alguém que seja maconheiro; para provar que Adolfo é maconheiro também.

Imediatamente, Isairas respondeu:

- Ah! Rogério, eu sei com quem Adolfo anda.

- Não é somente esse o motivo da minha preocupação, comentou Rogério. Quando eu me dirigia para cá, encontrei alí, no princípio da rua, um carro com cinco homens no seu interior. O carro está parado, e os homens quando me viram, esconderam-se, baixando-se dentro do carro. Seria bom se nós fossemos até lá, eu e Adolfo, para "dar uma carreira" nos caras.

Isairas lembrou-se da estória que Rogério contara minutos antes: "Dr. Gibson quer fo tografar Adolfo com alguém que seja maconheiro". Ela deu uma desculpa qualquer e não deixou que Adolfo acompanhasse Rogério até a esquina. Isa, e outro irmão, foram tomar conhecimento dos fatos. Quando Rogério percebeu que Adolfo não ia sair, resolveu ficar.

Quando Isa voltou, disse que o carro estava vazio e era o carro de um vizinho.

O Diário De Pernambuco de 06/06/69, em uma reportagem de página inteira trazia várias manchetes. Dentre elas, duas chamaram mais atenção:

1 – Morte do Padre investigada agora sob ângulo político.

No último parágrafo da manchete, lia-se: "A hipótese de crime político passou a ser investigada a fundo, desde ontem e nela se empenha toda a equipe do Sr. Bartolomeu Gibson, Diretor do Departamento de Investigações da Secretaria de Segurança Pública".

2 – BOATOS PREJUDICAM – Essa manchete veio acompanhada do seguinte texto:

"O professor Armando Samico, Diretor do IPP, disse que tem ouvido boatos acerca da morte do sacerdote, os quais fogem à verdade dos fatos".

"Declarou que recentemente ouviu uma pessoa dizer que o padre Henrique havia sido emasculado, recebera mais de dez tiros, facadas e queimaduras. Salientou que não prendeu o mentiroso em face do mesmo ter se desculpado na presença de todos os que o escutavam".

"Finalizando, afirmou que tais boatos são prejudiciais, pois, além de provocar estardalhaço, deturpando a verdade, podem acarretar problemas para a polícia".

Ainda no diário de Pernambuco de 06/06/69, a seguinte manchete:

"Cardeal trouxe pesar dos católicos da Bahia"


DIARIO DE PERNAMBUCO — SEXTA-FEIRA, 6 DE JUNHO

6/6/69

Dom Eugênio falando ao "Diário"

Cardeal trouxe pesar dos católicos da Bahia

Outras notícias sobre a visita de Dom Eugênio Sales que estava em Bogotá, participando de conferências do CELAM e da Conferência Internacional dos Bispos, quando tomou conhecimento da morte do Pe. Henrique, também foram publicadas nos demais jornais da cidade.

Diário da Noite, 08/06/69. Uma manchete – "ESTA MULHER VIU MATADORES DO PADRE". Ao lado da foto de uma jovem, segundo a reportagem, "transviada" contou uma estória mirabolante sobre um "Volks 1.88.12, dirigido por um homem alto, forte, com um defeito no olho"... .

No dia 07/06/69, o Jornal do Commercio noticiou que a instalação da Comissão Judicial de Inquérito havia ocorrido às oito horas da manhã do dia 06/06/69, no terceiro andar do Forum Paula Batista, pelo Desembargador

Natanael Marinho, presidente do Tribunal de Justiça. Também, da apresentação oficial dos advogados Fernando e Jorge Tasso, ao presidente da Comissão Judiciária de Inquérito, o juiz Aluísio de Melo Xavier. Os advogados receberam procuração do Pai de Pe. Henrique para representarem à família. Segundo a reportagem em apreço, "os dois bacharéis também representarão no inquérito o clero, o qual não podendo constituí-los oficialmente, seus advogados por não ter legítimo interesse no caso, os aceitou por indicação do pai do sacerdote assassinado. Essa anuência foi feita pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, e pelo bispo-auxiliar, Dom José Lamartine".

No mesmo jornal, havia outra manchete: "Polícia detém mulher da história do "Volks".

No texto, depois de várias explicações inexplicáveis, um parágrafo dizia: "Na tarde de ontem, outra mulher procurou a polícia, para contar uma história quase idêntica à de Lurdes Rosa Mundo apenas alegando que residia em Prazeres e que foi abordada naquele subúrbio por um homem que, também num Volks, queria pegá-la à força, e que na ocasião disse ter matado o padre. Quando a reportagem do Jornal do Commercio tentou fotografá-la, houve interferência do INVESTIGADOR Henrique Pereira, conhecido por X-9, o qual, além de colocar um papel no rosto da mulher, instruiu-a para que nada revelasse aos repórteres, negando inclusive o nome. Entretanto, o repórter ainda conseguiu ouvir o seu último nome, que é Mendes."

Diário de Pernambuco, 08/06/69. "Treze dias de buscas inúteis: mistério ronda morte do padre". No texto, com o título PRIVILÉGIO, lia-se:

"Somente cerca de quatro policiais, durante as investigações que visavam a elucidar a morte do Pe. Henrique, tinham conhecimento dos detalhes. O comissário Milton Marques, os investigadores Raimundo Ferreira, Henrique Pereira e o cabo Rocha são os únicos que têm conhecimento das investigações".

Uma outra manchete dizia: "Policiais admitem que morte do padre não será esclarecida".

Diário da noite, 10/06/69. "COMISSÃO INTERROGA TESTEMUNHAS PARA DESCOBRIR MATADOR DO PADRE". No texto, um subtítulo: NÃO FOI GANG DA BOLINHA,.... ."Conforme acentuou o informante, a polícia chegou a essa conclusão após ter ouvido em depoimento, quase uma dezena de viciados em tóxicos e entorpecentes, ...".

Jornal do Commercio, 11/06/69. "Exército quer elucidar morte do padre, diz Muricy".

"Toda a cobertura está sendo dada pelo exército, através do seu Comando em Pernambuco, para a elucidação do crime que vitimou o padre Antônio Henrique Pereira Neto, a fim de que sejam punidos seus autores".

Os dias continuavam com as mesmas confusões. Para confundir e tumultuar o processo, apareciam testemunhas vindas até de situações imaginárias, como foi o caso de uma estudante de direito, produto de uma mente doentia, como pôde ser constatado com facilidade.

Diário de Pernambuco, 11/06/69. Uma estudante de Direito, compareceu espontaneamente para depor na Comissão de Inquérito. "Depoimento da universitária não esclareceu quase nada". "Efetivamente ela compareceu, em companhia de seu advogado Severino Victor Cavalcanti para afirmar, apenas, ter sabido, através de um tirador de côco, que o sacerdote mantinha romance com uma mulher casada, também estudante de Direito. Aloísio Xavier confirmou as declarações, esclarecendo todavia que a mulher apontada pelo tirador de côco nem era casada nem conhecia o padre."

Que decepção! Na verdade, era uma "pobre velha", empregada de um padre, com idade de ser a mãe do Pe. Henrique.

Moral da estória: há anos atrás, a empregada do padre, descobrira que o tal advogado Severino, participara de negócios em sociedade com Rogério Matos do Nascimento.

Sobre a prisão de Severino Vitor, este foi preso por e condenado a cinco meses de prisão por abuso de poder e lesão corporal (Jornal Diário de Pernambuco 3/9/71)

No mesmo jornal, mais adiante, uma outra manchete dizia:

"VIDA DE PADRE HENRIQUE ERA LIMPA E ILIBADA"

"O padre Antônio Henrique Pereira Neto foi um mártir de seu apostolado e do evangelho, declarou ontem o presidente da Comissão Judiciária de Inquérito, Aluísio de Melo Xavier, asseverando que a vida daquele sacerdote era limpa e ilibada".

"Adiantou que cada vez mais tem a convicção que era um homem de caráter a toda prova, catequizador sem falhas de jovens desajustados."

"Não quero me antecipar aos fatos, porém, pelo que soube até hoje da vida do padre Henrique, só encontrei elementos que o dignificaram. Foi em vida um padre e um homem de grande utilidade para a sociedade. Pouco a pouco penetro no trabalho do sacerdote, que consistia em recuperar jovens desajustados e viciados, vencidos e sem amor próprio. A igreja perdeu um sacerdote, e a sociedade um homem de visão que queria melhorar o mundo".

Jornal do Commercio, 13/06/69. A manchete dizia. "Perícia traz reviravolta ao caso padre Henrique". "A comissão deixa transparecer que a possibilidade de fator passional no crime é já remota, isto porque a perícia tenatoscópica comprovou – através de estudos realizados em laboratórios – que não houve algumas sevícias sexuais que procedessem o ato criminoso"

"TESTEMUNHA" – O advogado da família, Jorge Tasso, afirmou que uma testemunha "declarou com toda segurança que o crime não foi praticado por viciados em psicotrópicos". Mais adiante, diz: "a Comissão Judiciária não ventila mais a possibilidade do crime ter sido praticado pela "gang da bolinha"".

Jornal do Commercio, 15/06/69. A manchete – Cardeal de Porto Alegre relembra padre Henrique.

"Em sua alocução proferida quinta feira última, a multidão de fiéis que participava da concentração do "Corpus Christi", diante da Catedral Metropolitana, o cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, teceu considerações em torno do recente assassinato de um sacerdote católico em Pernambuco". "Em outra oportunidade, ressaltei o caráter desumano, anti-social e arbitrário da execução, ao arrepio de todas as normas jurídicas, de criminosos pelos sinistros "Esquadrões da Morte". Mais enérgica condenação merece o assassinato de um padre na flor da vida e a profanação do seu cadáver, quando nada está provado contra sua dignidade e sua honra."

Diário de Pernambuco, 18/06/69. Uma manchete – "Pintor ouvido sobre trucidamento do padre já está em liberdade".

"O pintor Jorge Tavares, uma moça de nome Elizabete, e Pedro Bezerra Leite já foram liberados."

"A comissão ouviu, ontem, o depoimento do estudante Cândido Pinto, recentemente atingido por vários disparos quando se dirigia à sua residência. Ele crê no crime político, mas informou que o sacerdote não fazia política. Os familiares da vítima não crêem que um grupo de toxicômanos tenha eliminado o padre, mas acrescentaram que se a Comissão prendeu alguns, é porque tem suas razões."

"Vários padres e freiras já foram ouvidos e elogiaram a personalidade do sacerdote. O depoimento de maior valor foi o da genitora do padre Henrique, que é mantido em sigilo."

"Familiares do padre Henrique não crêem que criminosos sejam viciados".

Com o titulo – "Sofrimento de mãe transparece no diálogo com a eternidade". Seguindo-se o seguinte texto: - A mãe do padre Antônio Henrique disse que a única maneira que encontra para estar em contato mais íntimo com seu filho é escrever-lhe cartas. Ela tem um álbum com muitas que diariamente faz quando chora e lembra o filho assassinado.

- A última que escreveu para o padre Henrique data do dia 16 do corrente e tem a seguinte redação:

"Antônio:

Perdida nos caminhos das lembranças tristes, penso em você: em tempos idos, você saia e eu ficava.

As recomendações de rotina: leva dinheiro, caneta, cartas para o correio (?)

Tem algum recado a deixar?

E você saía despreocupado, deixando-me tranquila.

Um dia, entretanto, sem que me deixasse transparecer a ronda sinistra da morte, você sentado à nossa modesta mesa, participou do nosso último almoço em conjunto e, despediu-se assim:

- *Velha, já vou indo.*

E eu não percebi que você estava indo, voluntariamente, ao encontro da tragédia que lhe roubaria a vida. Se você foi avisado de que ia morrer, filho, por que não me confiou o seu segredo triste? Será que você não sabia que as mães se realizam até mesmo quando a participação é assim medonha?

Agora eu lhe visito sem que haja diálogo. Apenas uma oração imperceptível, diferente de todas até hoje já rezadas.

Eu gosto tanto de conversar e não o faço com você! Sei apenas que você escuta a oração que os outros não escutam. A porta da sua última morada hermeticamente fechada, somente se abrirá daqui há alguns anos, quando a terrível, talvez a mais terrível das leis da natureza, esteja realmente cumprida: - Nada se perde, tudo se transforma".

É a proximidade do pó.

Entretanto, há uma vantagem no pó: a possibilidade da fecundação, a leveza, a facilidade de voar nas asas do vento.

E você pousará nos livros dos jovens seus amigos, nas frontes de seus pais, dos seus irmãos, num beijo que ninguém perceberá, dada a leveza do homem pó.

Como homem pó, você baterá bem de leve, ao ombro dos "homens de cassetete" e também, tenho certeza, chamá-los-á de amigos, de colegas.

Digo colegas, porque você, despercebidamente, também foi um soldado.

A única diferença é que você obedecia ao Comandante dos comandantes. Obedecia com tanta abnegação às ordens dadas no "campo de batalha" que não recuou, mesmo sozinho, diante dos mais cruéis dos inimigos, até a morte pelo martírio.

Que o Comandante dos comandantes lhe confira, na Paz verdadeira, as honras que são dadas aos heróis.

Tenho certeza, de que ELE cobrirá sua alma de medalhas, e haverá o toque celeste da condecoração".

"Depoimento de dona Isairas foi de grande importância"

"Um dos depoimentos que mais subsídios ofereceram à Comissão para chegar aos possíveis matadores do padre Henrique, foi o da Sra. Isairas Pereira, mãe do padre Henrique, segundo anunciou ontem o juiz Alúizio Xavier".

"Durante mais de oito horas, dona Isairas relatou tudo que seu filho lhe dizia."

No mesmo jornal, há uma notícia curiosa: há dias, uma mesma Kombi de chapa 65718PE "rondava" a casa dos pais do Pe. Henrique e, também, as casas do Dr. Aluísio Xavier, do Dr. Rorenildo (o promotor) e do Dr. Fernando Tasso. Alguém que não gostou da "ronda", comunicou o fato à polícia e ficou esclarecido o mistério: a Kombi pertencia ao comissário Cícero Albuquerque, segundo o seu motorista.

- E por que você está rondando a casa dos outros?

- Estou procurando o Dr. Aluízio Xavier.

Depois desses entendimentos e explicações, a "ronda" acabou.

Enquanto isso, na casa dos pais de Pe. Henrique, a vida mudava vertiginosamente. A cada instante, uma nova notícia, ameaças de morte para Isairas, para José Henrique, tentaram sequestrar o filho caçula, os repórteres que sempre ajudaram a família avisavam das armadilhas montadas por "X9" para pegar Adolfo Henrique "pelo pé".

A PAZ, arrumou as malas e fugiu pela janela. Todos viviam tristes e apreensivos.

As noites pareciam intermináveis, prolongadas pelas lembranças tristes e pela ronda sinistra de um homem que, para amedrontar, passeava no telhado da casa, quebrando tudo.

Por outro lado, depois de toda pressão acima descrita, "apareceu um homem de bem", em nome da Aeronútica, dizendo que não era possível con-

tinuarmos vivendo naquele "inferno" e, vinha fazer uma "proposta irrecusável", que tiraria, de uma hora para outra, a família daquela confusão. Isairas, logo perguntou:

- O Senhor é Deus? Vai devolver meu filho e eu irei acordar do pesadelo?

- Não D. Isairas, eu bem que gostaria de poder realizar tal milagre; porém, se a senhora e Zé Henrique concordarem, tenho uma "proposta irrecusável".

- Estou representando meus superiores que estão "sensibilizados" com o sofrimento da família.

E qual é a proposta? Perguntaram José Henrique e Isairas.

- Vocês sabem que seu filho morreu por causa de Dom Hélder. Não Sabem?

- Vocês não precisam fazer nada difícil.

- Basta permitir que "nosso pessoal" ponha no quarto de Pe. Henrique, algumas coisas que foram "produzidas pelo próprio Dom Hélder".

- E daí? Perguntou Isairas.

Ele respondeu:

- Nós faremos isso em um dia e, no outro, voltaremos para dar "uma batida", acompanhados pela imprensa; depois, faremos uma declaração, dizendo que o material foi encontrado no quarto do Padre e vocês assinarão, confirmando. É muito fácil e vocês terão sossego. Toda a família.

Isairas, perguntou aquele "senhor".

- O SENHOR acha que somos JUDAS?

- É assim que acusam as pessoas?

- Como posso confiar em "pessoas que agem assim"? Quem matou meu filho?

Diante daquilo tudo, o "homem" foi embora. Depois, Isairas e José Henrique procuraram, por toda a sala de visitas e o banheiro, onde o "homem" estivera, se ele havia deixado algum papel ou qualquer outra coisa comprometedora.

Já estava certa a decretação da prisão de Rogério, segundo os repórteres. Um deles, perguntou a Isairas o que ela diria àquela outra mãe. A mãe do provável assassino do seu filho.

A resposta de Isairas foi uma carta aberta que foi publicada na íntegra e cujo teor foi:

"A Sra. Mãe de Rogério

Cara senhora.

Que Deus lhe dê o conforto de que a senhora necessita.

Lamento sinceramente que o seu filho esteja em semelhante situação. Contudo, para quem tem fé, a esperança não sucumbe assim facilmente. Aconselho-a a rezar. Deus que é Juiz Supremo há de ajudá-la. Espero que no caso do seu filho tudo não vá além de um pesadelo, para que a Sra. não sofra como eu que mesmo se conseguir um sonho bom, ao abrir os olhos sou obrigada a aceitar a terrível realidade que que o destino me reservou. Entretanto, cara senhora, não me entreguei ao desespero. Lá na "mansão dos justos" onde meu filho agora se encontra, ele pedirá a Deus por nós duas; porque, mesmo assim em planos diferentes, submetidas a julgamentos opostos, eu e a Sra. somos mães. Meu filho era bom até demais, para deixar que se fuja à justiça. Confiemos e esperemos sem desesperar, o final dos fatos. Se contudo houver alguma culpa no seu filho, que ele se redima e volte a ser o jovem integrante do mundo bom que o padre Antônio Henrique sempre desejou, com uma juventude esperançosa, sem incertezas ou preconceitos. Ele lá do céu o perdoará - tenho certeza.

Isairas Pereira da Silva, em 19-6-69."

Diário da Noite, de sábado 21/06/1969, publicava a manchete:

ROGÉRIO NA CELA AGUARDA VERDADE DO CRIME.

No texto, "Finalmente, após o 25 dia do bárbaro trucidamento de que foi vítima o padre Antônio Henrique, já se encontra na Casa de Detenção do Recife o primeiro suspeito com prisão preventiva decretada... .

O Diário de Pernambuco, também de 21/06/1969 trazia a manchete:

ROGÉRIO FOI RECOLHIDO À CASA DE DETENÇÃO, MAS ANTES AGRIDE ADVOGADO.

"Desde às 22 e 30 de ontem Rogério Matos do Nascimento está na Casa de Detenção e sobre ele já não pesa apenas a suspeita de haver assassinado o padre Antônio Henrique. Pesa também o crime de ter ontem, num acesso de raiva, agredido o Advogado Fernando Tasso de Souza diante da Comissão Judiciária de Inquérito, que o interrogava no Quartel do Derbi".

Diário da noite, 23/06/69, trazia a manchete:

"Fernando Tasso – Agressão foi plano maquiavélico"

"Em entrevista a este vespertino, o advogado Fernando Tasso de Souza, contratado pela família do padre Antônio Henrique para acompanhar os trabalhos da Comissão Judiciária que apura sua morte, revela que a agressão que sofreu de Rogério Matos, quando se processava a reinquirição do suspeito no Quartel do Derbi, tinha o propósito de provocar uma reação violenta das pessoas que estavam presentes o que transformaria o suspeito em vítima."

"Considera que tudo não passou de um plano maquiavélico e que foi escolhido como alvo, pela completa impossibilidade de serem atingidos os integrantes da Comissão Judiciária".

A Cúria metropolitana elaborou uma homilia especial, para ser lida em todas as igrejas, por ocasião do trigésimo dia, pela alma de Pe. Henrique.

No dia 27/05/69, a família do Pe. Henrique foi assistir à missa de trigésimo dia, na Matriz do Espinheiro. Houve uma concelebração, presidida por Dom Helder.


MISSA — Na matriz do Espinheiro, dom Hélder participa da concelebração de missa de 30º dia, na intenção da alma do padre Henrique

Mais uma vez, houve um enorme policiamento no entorno das Igrejas.

SECRETARIADO ARQUIDIOCESANO DE OLINDA E RECIFE

TEXTO DA HOMILIA DO SR. ARCEBISPO PARA A MISSA
DE 30º DIA DA MORTE DO PADRE ANTÔNIO HENRIQUE

Meus irmãos,

Que nos diria o nosso Pe.Henrique se Deus lhe permitisse que êle mesmo pregasse a homilia desta Missa? Que ponderações teria a fazer, que sugestões a apresentar, falando-nos de junto de Deus, onde nossa fé espera que êle se ache?

Salvo engano, começaria repetindo a palavra de Nosso Senhor em sua paixão: "Não choreis sôbre mim, mas sôbre vós e vossos filhos" (Lc.23,28).

1. Cristo nos convida a chorar sôbre nós e nossos filhos

O Santo Padre, na Colômbia, disse estas palavras que parecem dirigidas, diretamente, ao nosso País e ao nosso Nordeste: "Que vosso ouvido e vosso coração sejam sensíveis às vozes daquêles que pedem paz, atenção, justiça (Celebração Eucarística do Dia do Desenvolvimento). Segundo os Bispos da América Latina, reunidos em Medelin, o Papa se referia à "insensibilidade lamentável dos setôres mais favorecidos em face da miséria dos setôres marginalizados".

Medistes a gravidade desta expressão "marginalizados"? Marginalizado é quem fica à margem, quem fica de fóra. E a Hierarquia Latino-Americana denuncia o fenômeno tristíssimo de haver massas enormes (2/3 da população do nosso Continente) à margem da vida econômica, social, política e cultural dos nossos Países.

Isto não quer dizer que a Igreja sistemàticamente negue esforços que venham sendo tentatos por Governos, na América Latina, para levar nossos Países ao desenvolvimento. Isto não quer dizer que a Igreja pregue ódio e violência contra os ricos e, também, não quer dizer que a Igreja esqueça a sua parte de responsabilidade diante das estruturas injustas que temos diante de nós.

Mas é fóra de dúvida que se impõem mudanças profundas e rápidas, como exigência da paz social. Surge exatamente aqui a situação delicada para a Igreja no Nordeste. Paulo VI escreve a "Populorum Progressio" e o Mundo inteiro, com justiça, aclama a Encíclica do Santo Padre. A Hierarquia Latino-Americana se reune na Colômbia e todos aclamam a segurança, a largueza de visão e a coragem das chamadas Conclusões de Medelin.

Acontece que, vivendo em uma das áreas subdesenvolvidas mais traumatizadas do Mundo, não podemos contentar-nos em saudar a Carta do Papa e as Conclusões dos Bispos. Temos que tentar o esfôrço de levar à prática a bela doutrina da Igreja. Ora, os Bispos latino-americanos já tinham avisado: "Não é raro constatar que os grupos ou setôres privilegiados, com exceção de algumas minorias lúcidas, qualificam de ação subversiva tôda tentativa de mudar um sistema social que favorece a permanência de seus privilégios".

2. Apêlo que chega da eternidade

Temos convicção de emprestar os lábios ao Pe.Henrique, que teria vários avisos importantíssimos para nós:

- da eternidade, de junto de Deus, êle apela para todos os que acusam a Igreja no Nordeste, de subversão e comunismo. Comparem o que estamos pregando em nossa Região, com o ensino social da Igreja, ainda recentemente expresso por Paulo VI em Genebra: estamos rigorosamente dentro da "Populorum Progressio" e das Conclusões de Medelin;

- da eternidade, de junto de Deus, êle pede aos Governantes que, sem perda de tempo, partam para as reformas de base e, de modo particular, para a re

forma agrária. Mas adverte que será impossível qualquer mudança autêntica de estrutura através de reforma conduzida de cima para baixo. Ou o Povo participe como agente da mudança, ou não haverá promoção humana e social.

- da eternidade, de junto de Deus, êle pede aos Responsáveis pela ordem pública que, quanto antes, terminem as medidas de exceção que estão tornando impossível o uso de processos democráticos da parte dos cidadãos em geral, e especialmente dos estudantes, e dos trabalhadores. A situação presente cria clima propício a arbitrariedades, a abusos, a crimes (e não seria difícil apontar casos, de que são tristes exemplos os esquadrões da morte. A situação presente impele os mais impacientes para a clandestinidade, a radicalização e a violência.

3. <u>Mergulhemos na Santa Missa</u>

Se estas palavras a alguns parecerem eivadas de partidarismo e marcadas de sentido político, saibam que, de modo algum, é esta nossa intenção. - Nossa esperança está no encontro pessoal com o Cristo que, em breves instantes se realizará. Êle estará conosco, como o verdadeiro Celebrante que, em nosso nome e conosco, adora o Pai e Lhe pede perdão pelos nossos pecados. Que Cristo nos faça tirar proveito pleno da morte do Pe.Henrique e obtenha a serenidade necessária para entender a urgência de aplicar à nossa área a justiça que a Igreja exige e sem a qual não teremos paz.

SUBSIDIOS PARA A MISSA POR OCASIÃO DO 30º DIA DO TRUCIDAMENTO
DO PADRE ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO

<u>CANTO DE ENTRADA</u> - "Todos saberão que somos de Cristo se nos amarmos, se nos amarmos uns aos outros" (Campanha da Fraternidade).

<u>SAUDAÇÃO INICIAL</u> - logo após o canto de entrada, o Celebrante principal dirigirá aos presentes a seguinte saudação:

Meus Irmãos, faz 30 dias que o Pe.Antônio Henrique Pereita Neto foi bàrbaramente trucidado. Nós estamos aqui reunidos nesta noite, não apenas para os sufrágios costumeiros de uma Missa de 30º dia, para manifestar nossa repulsa e nosso público protesto, mas sobretudo para afirmar diante do mundo e dos que mataram Pe.Henrique, que "Padre Henrique está vivo!" Vive com Cristo na pátria dos viventes. Vive no meio de nós, animando-nos a continuar o trabalho que êle começou: reunir os homens na verdade, reunir os homens na justiça, reunir os homens no amor, reunir os homens em Deus. - No correr dêstes trinta dias, quantos não morreram ou estão a morrer de fome e de frio, privados de sua liberdade, torturados nas prisões, esmagados em seus direitos, massacrados pelas guerras inventadas pelas ambições mesquinhas dos homens. As mortes de todos êles, através da morte do Pe.Henrique, clamam ao Céu, clamam por nós hoje, aqui reunidos.
Peçamos perdão a Deus e ao mundo pela acomodação, pelo mêdo, pelos egoísmos todos que nos impedem de lutar pela libertação de todos os oprimidos.

Segue o canto do "Senhor, tende piedade de nós".

<u>ORAÇÃO</u> - Senhor Deus e Pai nosso, comemorando hoje o trigésimo dia do sacrifício de teu filho Pe.Antônio Henrique, nós te bendizemos porque das trevas fazes brilhar a luz e da morte ressurgir a vida. Seja o holocausto dêste filho teu, unido ao de Jesus Cristo, ressurreição e vida para êle e esperança de dias melhores para o mundo. Por Jesus Cristo teu Filho e nosso Senhor...

<u>la. leitura</u> - Atos dos Apóstolos 8,1b-8.

<u>CANTO DE MEDITAÇÃO</u> - "O vosso coração de pedra se converterá em nôvo, em nôvo coração" (Campanha da Fraternidade)

3.

ACLAMAÇÃO AO EVANGELHO - Aleluia - música do folheto "Povo de Deus", nº28, Pent.

EVANGELHO - João 15, 18-27. - Segue a homilia do Arcebispo

ORAÇÃO DOS FIEIS - Elevemos, irmãos, nossas preces a Deus, Pai todo-poderoso,- que quer a felicidade de todos os homens e faz com que tudo concorra para o bem daqueles que o amam.

- Pela Igreja de Deus espalhada pelo mundo inteiro para que denuncie corajosamente tôdas as formas de egoísmo e anuncie o Evangelho aos pobres, rezemos ao Senhor...
- Pelos cristãos do mundo inteiro, para que, com todos os homens de boa vontade, se unam na luta pela libertação dos oprimidos, rezemos ao Senhor...
- Pelos estudantes e políticos do mundo inteiro, privados injustamente de seus direitos, rezemos ao Senhor...
- Pelos operários e camponeses do Nordeste, do Brasil e do mundo, que sofrem pela violação dos seus direitos, rezemos ao Senhor...
- Por nosso Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, para que seu sangue seja semente de ressurreição para êle e de liberdade para o mundo, rezemos ao Senhor...
- Pela família do Pe. Antônio Henrique, para que continue recebendo o confôrto de nossa solidariedade e cresça na esperança do Cristo Ressuscitado, rezemos ao Senhor...
- Por todos nós reunidos hoje em tôrno da mesa de Cristo, para que fiéis ao compromisso do nosso batismo, continuemos o trabalho do Pe. Antônio Henrique - rezemos ao Senhor...

CONCLUSÃO - Senhor Deus Tu és o autor primeiro de nossos momentos felizes e nunca faltais às nossas horas incertas. Mas que em todos os juízes em Ti confiamos, Senhor. Que a tua justiça não tarde e as maravilhas do teu amor se manifestem e toda a terra cantará os teus louvores. Por Jesus Cristo, teu Filho e Nosso Senhor...

OFERTÓRIO - "Vou primeiro reconciliar-me com meu irmão, e depois eu farei minha oferta ao Senhor" (Campanha da Fraternidade).

ORAÇÃO SÔBRE AS OBLATAS - Com o pão e com o vinho colocamos, Senhor, sôbre o altar todo o trabalho, tôda a doação e o sacrifício-final do Pe. Antônio Henrique. Pela fôrça do teu Espírito reúne tudo no único Sacrifício de Jesus para tua glória e para o bem do mundo inteiro. Pelo mesmo Jesus Cristo, Teu Filho e Nosso Senhor...

CANTO DA COMUNHÃO - "Prova de amor maior não há, que doar a vida pelo irmão" - (Campanha da Fraternidade).

PÓS-COMUNHÃO - Através dos sinais do pão e do vinho consagrados, comungamos todos nós, o'Pai, com o Corpo e o Sangue de Jesus e nossa prece se faz mais unísona e nosso amor mais forte do que a morte. Escuta-nos quando te pedimos pela felicidade eterna do teu filho Pe. Antônio Henrique e dá-nos a fôrça de sermos seus dignos continuadores. Apressa os dias da paz para o mundo e faze que todos juntos gozemos um dia da tua felicidade na nova terra e no nôvo céu que prometeste. Pelo mesmo Jesus Cristo, Teu Filho, Nosso Senhor...

No Diário de Pernambuco de 28/06/69, em uma página inteira, um grande número de manchetes e textos foi publicado. Dentre os quais," Vandendolk diz que se tivesse de matar jamais seria por intermédio de terceiros"; " Ex-delegado auxiliar Álvaro da Costa Lima diz que se convidado deporá perante CJI".

Os nomes destes Senhores, andavam sendo ventilados como sendo participantes do crime.

Rogério continuava preso, os acontecimentos do seu passado não lhe davam a mínima chance de provar sua inocência. Rogério já respondera a processos por crime de sedução e já fora preso várias vezes como viciado em maconha e outros tóxicos. Uma ocasião, numa Clínica, onde fora interno para tratamento, esmurrara o pai. Só uma coisa não dava para entender: uma pessoa com todas essas qualidades negativas, como diziam, com entrada na polícia, receber ordem para andar armado, e ser acreditado para denunciar políticos.

Pelo fato de esmurrar o advogado Fernando Tasso e, no Palácio da Justiça, tumultuar o interrogatório na ocasião em que era ouvida a sua amante Elisabete Ribeiro do Nascimento. Agora, além da implicação no crime de Pe. Henrique, Rogério respondia a dois processos.

Mas, o crime não havia sido praticado por um só elemento. Quem seriam os outros?

Rogério sabia, mais não falava?

Aí, começaram as acusações injustas. Inventaram que a corda pertencia a um indivíduo que fora preso no Rio Grande do Norte, conhecido pela alcunha de Índio, cujo nome era Severino Pereira da Silva. Porém, o Índio negou sua participação. Era pescador, era pobre, mas ficou provado que não era capaz de tamanha monstruosidade.

E, quando pobre, sem advogado, livra-se de uma dessas, não resta dúvida, que era mesmo um inocente.

Era apenas um arranjo que os verdadeiros culpados, queriam fazer para dar uma desculpa à família e à sociedade que clamava por JUSTIÇA. Não era um assassinato somente: os jornais mostravam fotos e os textos diziam "Padre foi torturado devagarinho antes das 3 balas na fronte"... .

No Jornal do Comércio de 04/06/69, havia um comentário sobre o laudo médico: "Se considerar-se o fato de ter chegado a vítima com vida até aquele local (Cidade Universitária) poder-se-ia admitir a ação asfixiante da corda – que foi encontrada em seu pescoço – ainda naquela zona".

Mais adiante: "A presença de barro na calça e no joelho, indicam claramente que Pe. Henrique foi forçado a ajoelhar-se no momento da tentativa de estrangulamento".

Quanta maldade, meu Deus! Quanta covardia! Um homem de mãos amarradas, sem a mínima condição de defesa, ajoelhar-se para morrer.

- Senhor Deus, enviai o Vosso Espírito, e dai-me forças para suportar a dor que me invade a alma!

E Isairas sempre exclamava! Os integrantes do famigerado CCC mataram meu filho, mataram meu filho! Uma organização de extrema direita, célebre pelo sadismo das suas execuções. Arranjar cúmplices como Pedro Jorge Bezerra Leite, o pintor Jorge Tavares, o suíço Michel, foi para os verdadeiros culpados, muito fácil. Agora, convencer a opinião pública é que não era possível. Todo mundo sabia que a mesma organização clandestina de policiais que havia baleado o estudante de engenharia Cândido Pinto, era responsável direta pela prisão, tortura e morte do Pe. Antônio Henrique Pereira da Silva Neto.

E ela lembrou da manchete - (Jornal do Commercio de 11/06/69) – Exército quer elucidar morte do padre, diz Muricy".

Mais adiante: - A declaração foi feita na presença dos comandantes do IV Exército e da 7a. Região Militar, generais Alfredo Souto Malan e Antônio Augusto Gomes Tinoco". Duas importantes testemunhas, dois generais, dois grandes responsáveis pelo bom andamento das coisas no Brasil. Por que esses homens não exigiram do general Muricy, que sua palavra fosse cumprida? Quem os impediu? Será que até os generais, com toda a sua força, também temem o CCC?

A verdade é que nunca ninguém cuidou disso realmente, nem encontrou uma explicação para o não cumprimento da promessa do general Muricy.

Que terá acontecido "nos bastidores", para fazer calar três autoridades de uma integridade a toda prova?

Um dia o mundo saberá. Nada é eterno, "tudo muda, tudo passa nesse mundo de ilusão".

Os grandes mistérios por mais profundos que sejam, vão emergindo lentamente; e quando menos se espera, Deus os põe à tona. A hora da verdade um dia soará; e ai daqueles que trucidaram, que infamaram. Mesmo que falhe a justiça da terra, não falhará a justiça divina.

Rogério estava preso e todo mundo acreditava ser ele um dos matadores. Mas Isairas pensava diferente, não podia acreditar que, por um favor recebido, Rogério pagasse ao seu filho com uma morte tão cruel. Ela Acreditava que ele, Rogério, poderia até estar envolvido; porém, num plano secundário. Outros participaram da chacina e houve mandantes, gente de posição político-social elevada. Gente que fazia com que, até generais, faltassem com suas palavras, com suas promessas.

Quando disseram a Isairas que a mãe de Rogério, D. Zilda, estava

abatidíssima, Isairas lamentou e entendeu a situação da pobre criatura. Ela também era mãe e a sua condição, era mais triste que a de Isairas. Pe. Henrique fora trucidado; e o dela, Rogério, moralmente era um morto também. Repudiado e odiado, afastado do convívio familiar e da sociedade, para o resto da vida.

Por isso, Isairas ofereceu-lhe uma carta aberta, datada de 19/06/69, e que foi publicada no Diário de Pernambuco, no dia seguinte, 20/06/69. Isairas achava que sua carta não era muita coisa para uma pessoa que estava na situação da mãe de Rogério; mas, era um pouco do seu carinho, da sua atenção para aquela criatura que também sofria. Ela era sua "irmã em Cristo", e sentia pena da situação que a vida arranjara para a mãe dele.

Uma mãe que sofre é sempre digna de atenção, mesmo sendo mãe de um criminoso. Não foi esse o tipo de vida que ela desejou para o filho. Deus, dai a mãe de Rogério, paciência e resignação.

Enquanto essa série de coisas acontecia na "justiça", um movimento de terror foi desencadeado contra a família de Pe. Henrique. À noite, um homem entrava na casa de número 87 (vizinha) e daí, passava para a nossa casa e, quando estávamos dormindo, começava a passear e correr pelo telhado, quebrando várias telhas e acordando todos.

José Henrique também recebia ligações que diziam que iriam matar Isairas, o telhado amanhecia arrombado, causando pânico e lançando dúvidas. José Henrique que já estava muito triste, começou a perder o sono e ficar doente. Para resolver a situação, começamos a deixar um cachorro na cozinha. Passaram a queimar as plantas com ácido e jogavam pedras no telhado. No inverno de 1970, a cozinha gotejava tanto, que estragou armários e gêneros alimentícios. Um dia, o "fulano" que vivia infernizando toda noite, caiu do telhado, ficou um pouco trôpego e fugiu.

De outra feita, telefonaram para o Aeroporto, quando José Henrique estava de plantão e procuraram falar com ele. Explicaram que um homem da polícia com uma cicatriz grande no rosto, vulgo Benedito pistoleiro, estava encarregado de "acabar" com Isairas. José Henrique chegou em casa e fez-lhe inúmeras recomendações. Passados alguns dias, feriado, primeiro de maio, José Henrique e Isairas foram ao Cemitério da Várzea, visitar o túmulo do Pe. Henrique. No portão do cemitério, haviam umas pessoas sentadas no chão. Passaram, cumprimentaram aquelas pessoas e continuaram até o túmulo. Depois que puseram no jarro as flores que levaram, rezaram um pouco e José Henrique ficou conversando com um conhecido. Isairas foi com dois coveiros,

acender umas velas para os indigentes. Havia muito mato e um dos coveiros levou as velas para acender. O outro coveiro afastou-se um pouco para pegar água e, quando ela percebeu, um homem com um macacão azul, da companhia de mudanças FINK, começou a fazer perguntas pouco inteligentes.

Isairas levantou a cabeça e percebeu que ele tinha uma enorme cicatriz no rosto. O cemitério estava praticamente vazio. Isairas pediu a ajuda de Deus e chamou um dos coveiros. Pediu-lhe que esperasse um pouco, inventou uma desculpa e, mesmo com as pernas trêmulas, afastou-se daquele homem e deixou o coveiro conversando com ele. Quando chegou junto de José Henrique, contou a ele e a outra pessoa que estava com ele que o homem da cicatriz estava no cemitério. Os três foram em direção ao tal homem. O coveiro disse que, logo que Isairas foi falar com o marido, ele saiu por trás, foi embora pulando o muro. Depois daquele dia ela nunca mais o encontrou.

Com relação à justiça, só Rogerio permanecia preso. Duas testemunhas, segundo o Dr. Fernando Tasso, viram Rogério dentro da Rural que sequestrou o Pe. Henrique. O enfermeiro Ives José Siqueira Maia e um guarda de trânsito, Luís Ferreira do Nascimento. O enfermeiro vira Rogério ao lado do motorista da Rural verde e branco, estacionada na contra mão, com a frente voltada para a Avenida 17 de Agosto, na direção de Dois Irmãos. O motorista era um homem de barba crescida e, Rogério, sentado, tinha um revólver no colo.

No depoimento da amante de Rogério, ele, ao chegar em casa, de madrugada, já sabia da morte do Pe. Henrique. Ninguém sabia, só Rogério e os outros participantes, é claro.

Posteriormente, a amante de Rogério, nega o fato, conforme sua declaração para o jornal (Diário de Pernambuco de 01/07/69).

O tempo andava se arrastando em relação ao processo. Isairas ficava analisando os fatos já registrados, tentando fazer alguma nova conexão, tentando alguma explicação lógica para o ilógico.

Assim, várias vezes, repensou o que outra testemunha, a jovem Lavínia, filha do Dr. Salustiano Lins, havia declarado: "vira o Pe. Henrique entrar na referida Rural, entre dois homens; interpelado pela jovem, se aceitava carona, respondeu: "meus caminhos não são os vossos caminhos".

Será que não havia mais algum detalhe que aquela jovem tivesse esquecido?

Será que não haveria mais alguma coisa?

Isaíras continuava tentando montar aquele "quebra cabeça", tentava montar a "colcha de retalhos" com fatos reais e até mesmo com as mentiras e ilusões que os verdadeiros assassinos espalhavam para a sociedade, sobre crime passional ou "Gang da Bolinha".

Para os familiares do Pe. Henrique, a vida passava no ritmo de um turbilhão. Eram notícias e mais notícias que chegavam. Na maioria, eram boatos, ameaças, informações desencontradas e nenhuma solução ou sinal de melhorar.

No dia 01/07/69, o Diário de Pernambuco, publica a seguinte manchete: "Irmão de Pe. Henrique será incorporado à PM". De fato, antes da morte do irmão, Adolfo Henrique Pereira da Silva Sobrinho, decidiu que faria carreira militar. Inscreveu-se, e, após todas as provas, teóricas e práticas, obteve aprovação.

Ele, NUNCA havia tido, nenhum tipo de problema com a polícia ou com a justiça.

Além de inglês e francês, era muito bom em matemática e português. Certamente, faria uma boa carreira em qualquer setor da Polícia Militar. Seu sonho era ser um oficial.

Apesar de todo o problema que estava acontecendo no caso do Pe. Henrique, das estórias do tenente Ferreira que estava envolvido no caso de Cândido Pinto e, segundo corria de "boca em boca" por toda a cidade, também estava envolvido na morte de Pe. Henrique, Adolfo iniciou sua trajetória militar. Na verdade, iniciou o seu calvário. Porque ficou lotado no mesmo quartel que o Tenente Ferreira dos Anjos estava e gozava de "grande prestígio".

Entretanto, aquela notícia do jornal estava meio truncada. Quando o Pe. Henrique morreu, Adolfo já estava aprovado e já frequentava aquele Quartel.

Diário de Pernambuco (03/07/69) – Na manchete, "Relatório do inquérito sobre morte do padre". "Motivação do crime". E no texto, "Sempre houve a presunção de que o homicídio de que foi vítima o Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto tivera um motivo político, tanto que sempre foi associado ao atentado contra o estudante Cândido Pinto, ocorrido em abril deste ano. A Comissão Judiciária não se descurou desse ângulo, sempre lembrado na correspondência enviada, atendendo ao apelo feito no início dos trabalhos (fls.316 e seguintes)".

Derivando do indiciado que teve a prisão preventiva decretada, surgiu apenas uma indicação que poderia levar à área política. Rogério Matos do Nascimento declarou (fls.255), que portava dois revólveres, logo após a Revolução e, "nessa época era elemento de confiança do doutor Álvaro Gonçalves da Costa Lima, então Delegado Auxiliar, prestando serviços reservados àquela Delegacia, dando plantões, sobretudo na época carnavalesca". Estava sempre presente, quando havia passeatas ou reuniões na cidade, no centro e em Faculdades, o que naquele tempo, era muito frequente.

Era enviado aos locais de trotes estudantis, devendo frequentar também os lugares sujeitos a agitações."

"Ouvido a respeito, o doutor Álvaro Gonçalves da Costa Lima (fls. 309) que há cerca de quatro ou cinco anos fora à sua presença e ofereceu-se para dar informações sobre agitações estudantis, dizendo-se aluno de Economia de uma das Faculdades desta capital. Depois desse encontro, voltou Rogério, duas ou três vezes, trazendo informes de pouca ou nenhuma valia. A partir de então Rogério não mais o procurou. Não se recorda se forneceu qualquer carteira de investigador a Rogério, com quem apenas manteve os pequenos contatos antes mencionados."

"Tratando-se de um caso em que tudo indica tenha havido co-autoria, com prova indiciária e sem que o único indiciado haja confessado, precário se torna apontar, nessa altura das investigações, o real motivo do delito. Posteriores investigações policiais poderão facultar os meios necessários para a cabal elucidação da autoria e do motivo do homicídio. Há no inquérito depoimentos como o de Maria Helena Fagundes (fls. 291 a 293) que bem podem conduzir a uma solução definitiva do caso."

As declarações de Rogério, à justiça, Diário de Pernambuco, 10/7/69, (fls.160), diziam: "que efetivamente se ofereceu à mãe da vítima para matar o autor do crime." "Que encontrou "X9" na noite do crime à uma hora da manhã, que havia descido de um "Jeep".

Comparar esta declaração com as últimas prestadas na delegacia de homicídios (Diário de Pernambuco de 03/05/1975, onde Rogério diz textualmente:

- Oferecí toda a ajuda à D. Isairas, mas não é verdade que tenha me oferecido para matar o criminoso". E mais adiante, "Uma tarde eu vinha com uma garota Elisabete e vi que um jipi que nos seguia. Um dos homens era o investigador "X9" a quem perguntei as horas e ele me disse "uma e cinco", ou "cinco pra uma".

Quanta contradição.

Quem entende Rogério? Ele se ofereceu ou não para matar os assassinos do Pe. Henrique? Ele encontrou "X9" pela madrugada na noite do crime, ou a "uma e cinco" de uma tarde qualquer? Onde está a verdade? Nas primeiras declarações ou nas últimas?

O depoimento do Doutor Álvaro da Costa Lima, (Diário de Pernambuco – 03/06/69) fls.309 diz: "Que há cerca de quatro ou cinco anos Rogério fora

a sua presença e ofereceu-se para dar informações sobre a agitação no meio estudantil". "Que depois desse encontro, voltou Rogério, duas ou três vezes, trazendo informes de pouca ou nenhuma valia".

Afinal de contas, Rogério era ou não informante do DOPS? Quem garante que a aproximação de Rogério a nossa casa não se prendia ao seu trabalho de informações? Por que o Dr. Álvaro da Costa Lima aceitou Rogério, viciado em tóxicos para trabalho de sua confiança?

Por que se acreditava na palavra de Rogério quando se tratava de denunciar pessoas?

- Rogério estava preso; só Rogério. Boris e Urbano Vitalino na sua defesa.

Na (extinta) Casa de Detenção do Recife, a vida de Rogério para uma pessoa comum era um inferno; mas para ele, tornou-se normal. Recebia os seus "cigarros prediletos" para fumar, comida de casa, requisitou e conseguiu, de alguém, um colchão a seu gosto. Não faltava nada. A ausência de amigos não o incomodava. Em vez de se aproximar de alguém, isolou-se. Quando saia da cela, procurava brigar. Achava-se superior a todos da população carcerária. Chegou mesmo a dirigir cartas desaforadas aos diretores do presídio. Contudo, ele tinha uma retaguarda respeitável. "Casava e batizava" e tudo dava certo. Lá fora, Boris trabalhava sem cessar. Diversas vezes, impetrou sem êxito, habeas-corpus. O Dr. Urbano Vitalino, depois de um certo período, desistiu de defender Rogério, e passou a ocupar um cargo de destaque na política. Mas Boris não desistia e esperava sucesso.

O pai de Rogério, uma vez foi chamado para depor em seu favor, e negou-se. Não o condenou; mas também não o defendeu. O seu silêncio era uma acusação muda, uma espécie de desforra pelo murro que recebeu do filho? Medo?

Com Rogério preso, o processo andava vagarosamente; mas andava. Os depoimentos acumulavam-se, ouviam-se pessoas de todas as classes e nos bastidores do Palácio da Justiça, circulavam rumores de que tudo já estava praticamente descoberto. Apenas o prestígio, político-social dos autores do crime impediam a revelação em público, dos matadores e dos mandantes; Rogério, como era o menor, era o bode-expiatório.

Uma coisa não dava para convencer: dada a monstruosidade do crime, os requintes de perversidade, não convencia que um só homem pagasse por tudo. Rogério estava relativamente bem tratado e não falava. Outro fosse, no seu caso, não suportaria em silêncio os quatro longos anos. Mas Rogério, que

não é uma pessoa normal, suportou bem o cativeiro. Chegou até a escrever um folheto que para impressionar, chamou-o de "Exame de Consciência". Mas, o nome certo do folheto seria "Rogério Engana os BOBOS".

Vejamos alguns trechos do folheto para um ligeiro comentário:

"O fato de lançar ao mar um anzol com isca procurando ludibriar a boa fé de um peixinho, que desconhecendo a maldade humana e ingenuamente, pensando estar diante de um apetitoso alimento, tem sua boquinha cruelmente dilacerada e traspassada por um anzol, é corriqueiro". (pg.11 do folheto).

"Mas nem por isso deixa de encerrar falsidade e maldade de quem o pratica"

Analisando essa compaixão que Rogério manifesta do peixinho que morde a isca, que pensarmos quando Rogério se ofereceu ao Sr. Álvaro da Costa Lima para dar informações da agitação no meio estudantil? Ele mesmo contou a Isairas que quando o estudante negava-se a emprestar-lhe alguns trocados, ele, Rogério o apontava como subversivo. Que nome pode-se dar a esse tipo de pesca? Pesca humana? E o anzol empregado? Chantagem? Será que alguma vez ele sentiu falsidade ou maldade, na sua triste função de delator?

Mais adiante ele fala em figuras bíblicas, como se realmente ele houvesse lido e entendido alguma coisa da Bíblia.

Apenas, ele esqueceu-se de ler e citar que Pedro era pescador, que o próprio Cristo mandou-o lançar a rede ao mar, que o próprio Cristo distribuiu com a multidão que o seguia, pão e "peixe", "peixinho fisgado" também.

Qual será então seu julgamento para Pedro que era pescador? Pedro também dilacerou boquinhas de peixes, e nem por isso teve o seu prestígio diminuído. Pelo contrário, foi sobre ele que Cristo ergueu a sua igreja.

Em síntese, Rogério tentou e conseguiu enganar, mais uma vez a muita gente, que comprou e acreditou no seu "Exame de Consciência". Só uma coisa ficou bem clara: seu nível intelectual mostra que até como universitário ele conseguiu ludibriar a boa fé dos professores: a mistura de tratamento é gritante: tu, vós e você, às vezes na mesma frase.

E no final ele explica: "Este folheto é destituído de valor literário. Seu valor intrínseco é puramente Moral, Filosófico e Religioso".

O valor intrínseco realmente impressionou uma meia dúzia, que acreditou que a prisão havia modificado o Rogério de 27 de maio de 1969; só que logo depois volta Rogério à manchete dos jornais por ter "iscado" uma jovem que ficou presa no seu apartamento, por uma semana. Dá para entender?

Agora sabido, ele tem tentado ser, desde o início da sua apresentação à nossa casa: Primeiro, procurando pagar o favor recebido, com objetos da loja

Viana Leal de onde o pai era sócio; segundo, tentando vender a uma prova de vestibular; terceiro, pedindo emprestado o revólver de José Henrique (pai do Pe. Henrique), no dia que veio dar pêsames pela morte do Pe. Henrique e numa quarta tentativa de golpe veio a casa da família enlutada, contando que o Dr. Bartolomeu Gibson estava tentando pegar o irmão de Pe. Henrique pelo pé, fotografando-o com alguém que fosse maconheiro e, daí a poucos minutos, ele mesmo que prevenira, dá o "golpe do malandro" e convida Adolfo para ir até a esquina, enxotar uns elementos que estavam entocados no interior de um carro, para prejudicar-nos. No terreno da malícia, ele planta como ninguém, só que na hora da colheita, os frutos têm saído amargos.

Isairas fez um apelo a Rogério.

- Rogério, mesmo sabendo que você participou do crime do meu filho, como você foi vítima das promessas dos criminosos graúdos (autores intelectuais), eu peço a Deus, que lhe dê um dia a oportunidade de fazer o seu "Exame de Consciência", sem escrever, sobre peixes fisgados e animais abatidos, só você e Deus. E depois Rogério, depois do perdão de Deus, nunca mais queira escutar promessas em troco de delação, de sequestro e de miséria humana. A bondade de Deus não tem limites; mais é preciso que haja seriedade da nossa parte. Podemos enganar as criaturas; mas Deus vê e sabe tudo. O nosso irmão homem que não é peixe, merece ser tratado como Deus o chamou "a sua imagem e semelhança". Sei que para você isso é bem difícil; mas basta que seu pensamento se eleve, que você peça ajuda "do alto" e tudo ser-lhe-á melhor. Lembre-se que na hora da morte de Cristo, entre dois criminosos, Ele garantiu o céu para o que se mostrou arrependido. Nunca é tarde para o homem sair da trilha errada. E eu desejo sinceramente que você possa ser um dia outro Rogério, para a glória de Deus e alegria de seus pais.

Diário de Pernambuco, 20 de janeiro de 1971. "Juiz julga-se incompetente, no processo de Rogério Matos". "O juiz Nildo Neri dos Santos, em seu despacho, analisa com minúcias, as razões apresentadas pelo promotor José Ivens Peixoto onde o representante do Ministério Público admite que o crime de que foi vítima o padre Antônio Henrique foi um ato estúpido e cometido pela direita radical".

Ainda segundo o senhor Ivens Peixoto, "o padre Henrique pregava a igreja nova que é a maior aliada da esquerda ou do comunismo. A sua ligação com a juventude secundarista, tinha de causar atritos violentos com elementos extremados da direita, que também disputava o poder, usando os estudantes, na

prática dos mesmos métodos revolucionários." "Inteligente e culto ao ponto de conseguir não chamar a atenção dos Serviços de Segurança Nacional, sobre sua pessoa".

E mais adiante: (fls.2059) "o terrorismo da direita, atualmente menos forte, sem apoio do exterior, com ações isoladas e sem profundidade, contenta-se com o pichamento de paredes, telefonemas anônimos, cartas ameaçadoras sob a sigla do CCC. Mas, apesar dessa fraqueza, não é demais ADMITIR-SE À ESSA ORGANIZAÇÃO A VIOLÊNCIA DO ASSASSINATO DO PADRE ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA NETO".

A vítima (na maneira de entender do Sr. Ivens Peixoto) conseguiu ligar-se ao meio estudantil secundarista, sob o DISFARCE DE PROFESSOR e não como AGENTE DA SUBVERSÃO. No entanto era LIGADO A POLÍTICA ESQUERDIZANTE E AGITACIONISTA DOS SUBVERSIVOS vez que pessoalmente mantinha relações de amizade e correspondência ativa com o monsenhor Marcelo Carvalheira, preso em Porto Alegre POR ESCONDER E FACILITAR A FUGA DE TERRORISTAS. Aqui, Isairas abre um parêntese para explicar a grande amizade que o seu filho dedicava ao monsenhor Carvalheira: ele fora o seu Reitor no Seminário Maior.

É óbvio, prossegue o doutor promotor, QUEM AGE E TRABALHA AO LADO DE SUBVERSIVOS E TERRORISTAS DA ESQUERDA, NÃO PODE DEIXAR DE SER CONSIDERADO UM ILEGAL". E ISAIRAS NÃO SABE COMO, O Sr. Ivens também descobriu e afirmou que o Pe. Henrique era um PADRE SEM FÉ. (Psicólogo ou adivinho?).

E, para concluir a sua série de acusações descabidas, atacando a memória do Pe. Henrique, o promotor José Ivens Peixoto, revelou-se o PROFETA dos tempos, dizendo do FIM MELANCÓLICO que iria ter o processo.

Isairas, escreveu:

- Dr. Peixoto; eu garanto que o Sr. nem sabe o que é fé. Fé doutor, ninguém carrega à mostra. Queria que o Dr. Peixoto que fala sem pensar, dissesse quantas vezes já viu a fé de alguém.

O Doutor Fernando Tasso apresentou então ao Juiz Nildo Neri dos Santos, as razões a que chamou de "súplicas", para defender a memória do meu filho, respondendo a uma pergunta maliciosa do promotor José Ivens. Por que esse sacerdote de vida honesta e limpa teve uma morte tão cruel?

Resposta de Fernando Tasso – "Por que não lembrar na oportunidade, objetivando curar a estranha amnésia da Promotoria, os profetas do Antigo Testamento, João Batista, os Apóstolos e o mártir dos mártires, Jesus Cristo?"

"A ação educadora do Padre Henrique, inspirava-se no testemunho vivo de Cristo. Procurava ser no mundo de hoje uma presença da Igreja que não é nova nem velha, mas o fermento de sempre; desde que se defronte com situação de instalação de mediocridade e injustiça. Por isso, a Igreja, em todos os tempos, teve os seus mártires".

E o doutor Fernando ainda cita a repercussão negativa que as razões do promotor

José Ivens Peixoto tiveram no Sul do país, onde a manchete de um jornal de São Paulo tem o seguinte título: "LIBELO ACUSA PADRE MORTO".

Para concluir suas razões, o Dr. Fernando ainda comenta sobre o julgamento que o promotor Ivens faz sobre os viciados: "o destino destes jovens já está selado por Deu!" E para combatê-lo, cita São Mateus no Evangelho – "Em verdade vos digo: os publicanos e as meretrizes nos procederão no Reino de Deus".

Isairas, tomando ciência dos fatos, exclamou:

- Só uma coisa eu não entendo: um promotorzinho qualquer, para agradar amigos, ataca, agride, difama a memória da vítima. Não prova nada do que disse, porque quando atacou, agrediu e difamou, estava distorcendo os fatos, caluniando imerecidamente uma pessoa que talvez até nem tenha conhecido, e, escudado no seu canudo de papel, não sofre nem um Padre Nosso de penitência. Enquanto eu, já fui processada, já "sentei no banco dos réus", porque descobri quem mandou prender meu filho. E só não fui presa, talvez, porque provei a verdade das minhas palavras com testemunhas vivas: o padre americano Ronald Harrer que escutou a conversa do funcionário da polícia, José Miranda, que negando o que me disse, confirmou o que conversou.

Nessa altura dos acontecimentos, com meu filho acusado de subversão pelo promotor público, o Juiz Nildo Neri diz que a Justiça Estadual é incompetente para julgar delitos políticos. Só a Justiça Federal tem competência para julgar e processar tais delitos.

De acordo com muitos juízes e advogados, a Justiça Federal não aceitaria o processo. Por outro lado, disseram para Isairas: "Esse processo é como "batata quente", e pode terminar nas mãos do Supremo Tribunal Federal, tendo visto o conflito de jurisdição".

Isairas perguntou: - E nesse caso, quem do Supremo Tribunal Federal quer queimar as mãos?

Enquanto esse "jogo de empurra" ocorria, Rogério começava a acusar a polícia, principalmente o agente "X9". Dava a impressão que Rogério estava

intimamente dizendo: “Turma o jogo vai acabar, cansei de brincar só. Se não me tirarem daqui, alguém me fará companhia.” E isso começou a amedrontar a “turma culpada”. Era preciso soltar Rogério.

Também fazia parte do jogo.

Diário de Pernambuco, 15/12/1970.

“Apresentando ontem, as razões de acusação no processo referente ao assassínio do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, trucidado na noite de 27 de maio do ano passado, na cidade Universitária, o promotor José Ivens Peixoto pediu a pronúncia do acusado Rogério Matos do Nascimento e a impronúncia de Pedro Jorge Bezerra Leite, Jorge Tavares da Silva e Maurice Michel Och”.

Segundo Isairas, depois desses acontecimentos os responsáveis pela justiça estavam “cansados” e foram “dormir”; pois só muito tempo depois, dois anos, o Diário de Pernambuco de 8 de junho de 1972 trazia a manchete:

Por unanimidade de votos, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, decidiu, ontem ser da competência da Justiça Comum o julgamento dos acusados do assassínio do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto.

Segundo Isairas, passa a “batata quente“, outra vez, a outras mãos.

“O feito entrou em julgamento, 15 dias atrás, tendo o relator, desembargador Agamenon Duarte Lima feito relatório e proferido o seu voto provendo o recurso. Nesta oportunidade o desembargador Gabriel Lucena pediu vista do processo; o que motivou o adiamento da apreciação do feito que só veio a se completar à tarde de ontem quando os outros membros da 2ª Câmara criminal acolheram o voto do relator”.

Mais adiante, Agamenon diz “Se o crime foi do Comando de Caça aos Comunistas, como admite o juiz, necessário seria estabelecer a relação existente entre os acusados e aquela organização. Isso não feito nos autos”.

E ainda comenta o desembargador Agamenon: “Seria o CCC um simples grupo executivo da Central Inteligence Agency? (CIA)”.

- “Seria então a nossa popular CIA a autora do crime”?

“É uma possibilidade, mas não é certo”.

Apenas, o Dr. Agamenon esqueceu que Rogério como informante de polícia, poderia ser funcionário de qualquer sigla, bastando que o seu chefe ordenasse.

Os defensores de Rogério, Boris Trindade e José Augusto Lins e Silva não

paravam. Fizeram até o impossível para libertar o cliente.

Jornal do Commercio de 9 de setembro de 1972:

Os defensores afirmam: "o juiz pronunciou Rogério como co-autor da morte do padre; mas, não disse como ele concorreu para o crime, em que consistiu a sua co-participação nem tão pouco demonstrou com foi tal co-participação."

Mais adiante: "a pronúncia foi mais um erro do juiz Nildo Neri". "Esse não foi o primeiro erro do magistrado". "Julgou-se incompetente para julgar o caso "padre Henrique" dizendo ser a competência da Justiça Federal: voltando o Tribunal de Justiça a cassar uma nova decisão sua quanto ao "caso Rogério" através da concessão à apelação interposta pelo suplicante".

"Agora, a pronúncia sem condições mínimas de ser decretada".

"A pronúncia está fundada unicamente num juízo pessoal de valores"

Jornal do Commercio, 19 de setembro de 1972:

"Defensor de Rogério desiste do habeas-corpus".

Vinte de dezembro de 1972, Jornal do Commercio: "Rogério pede a juiz para fazer auto-defesa".

"O juiz Nildo Néri dos Santos, titular da 2ª vara do Juri, recebeu ontem do presidiário Rogério Matos do Nascimento – pronunciado como um dos participantes do trucidamento do padre Antônio Henrique, uma carta, na qual ele destitui de sua defesa seus advogados. Bóris Trindade e José Augusto Lins e Silva Pires, de todos os poderes outorgados aos mesmos por ele.

No mesmo petitório encaminhado, Rogério do Nascimento solicita do Juiz Nildo Néri que o convoque, em caso de ser aberto algum prazo para manifestação da defesa, para que ele apresente sua própria defesa. Ao que adiantou o causídico José Augusto, Rogério está decidido, caso seja possível, a ser advogado dele próprio".

Isairas ficou imaginando: qual será o golpe desta vez? Todos em pleno acordo, numa tentativa audaciosa. Por quê? Para quê?

Jornal do Commercio de sexta-feira, 22/12/72 "Lei não permite Rogério fazer auto-defesa".

"O desembargador Geraldo Campos ao receber a petição, despachou-a no sentido que a mesma fosse juntada aos autos".

E no mesmo jornal, o Doutor Fernando Tasso que já conhecia Rogério de outros processos, comenta: "Em verdade, não deixa de ser estranha esta "destituição" feita por Rogério, e exatamente dos advogados que subscreveram o Recurso interposto sendo um deles seu amigo de infância, e o outro, com a

devida vênia, seu "advogado de plantão, ainda mais quando não devidamente declarados os motivos do gesto extremo, o que, permite-me ajuizar seja mais uma manobra a esconder o verdadeiro objetivo."

"Nanja eu – como diria o inesquecível Aníbal Fernandes – que se oponha a que Rogério faça sua própria defesa desde que devidamente assistido na forma da Lei por um Advogado "de mesmo", pois até se me afigura também esse incidente um desejo ardente do acusado era falar e dizer a verdade sobre o trucidamento do padre Henrique. Cujo segredo que guarda consigo há tanto tempo, em seu próprio prejuízo, enquanto acoberta com o manto da impunidade, alguns outros que estiveram ao seu lado "mandando" ou "matando" e ainda não sofreram um "Padre Nosso" de penitência, no que pese as consciências pesadas, se é que as têm".

Agora, quem irá julgar Rogério?

Diário de Pernambuco, 27 de julho de 1973:

"O desembargador Geraldo Campos declara-se impedido para julgar recurso de Rogério Matos".

Diário de Pernambuco de 3 de agosto de 1973:

"O desembargador Nelson Arruda – sorteado relator do Recurso interposto em favor do estudante Rogério Matos do Nascimento – declarou-se ontem, impedido de atuar no processo".

Finalmente, aparece um desembargador atuante: "o desembargador Agamenon Duarte Lima foi sorteado ontem à tarde (Diário de Pernambuco, de 04/8/1973) o novo relator do recurso interposto a favor do estudante Rogério Matos do Nascimento. O sorteio foi realizado após o afastamento dos desembargadores Nélson Arruda e Geraldo Campos que se declararam impedidos de atuar no processo".

Mais adiante, "o recurso foi assinado pelo criminalista Bóris Trindade".

Agora, a sorte de Rogério estava nas mãos do desembargador Agamenon, o homem escolhido para segurar a "batata quente".

E o desembargador o fez com classe. Ele entendeu o jogo, mostrou várias falhas existentes no processo. "Disse o desembargador que o Laudo do Instituto de Polícia Técnica, por sinal bem circunstanciado, apresenta uma margem de erro quanto ao horário do crime, de cerca de duas horas, para mais ou para menos, e salientou que ocorreram tumultos processuais, com a realização de diligências após a sentença de pronúncia" (Diário de Pernambuco de 23 de agosto de 1973).

"A seguir o relator faz comentários acerca da corda usada no trucidamento do padre. Consta que parte dessa peça se encontrava numa gaveta do então

delegado de Homicídios. Disse o desembargador que o processo veio desacompanhado da corda e nem se sabe o destino que ela tomou".

Citou ainda que o assistente de acusação Fernando Tasso apontou um advogado para fazer a defesa de Rogério. Para o desembargador, tal situação não poderá ocorrer, afirmando que conhece este advogado, e sabe que o mesmo não tem condições psicológicas para defender /Rogério porque está passando por problemas de saúde e seria mais uma peça de acusação."

No mesmo jornal: "Sustentação oral"

"Fernando Tasso de Souza ofereceu sustentação oral". "Citou ainda o depoimento do chefe da garagem que recebeu ordens do delegado Bartolomeu Gibson para encher o tanque da rural na noite do crime".

No mesmo jornal: "a palavra voltou para o relator Agamenon Duarte Lima". Mais adiante: "A sessão ficou suspensa até a próxima quarta-feira por solicitação do desembargador Gabriel Cavalcanti que pediu vista do processo".

Cinco de setembro de 1973, Diário de Pernambuco: Justiça pode libertar Rogério ainda hoje. "O processo que já tem voto favorável ao despronunciamento exarado pelo relator Agamenon Duarte Lima está em poder do desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti, que há duas semanas pediu vistas dos volumes que compõem os autos".

Seis de setembro de 1973, Diário de Pernambuco: "O desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti proferiu voto na 2ª Câmara Criminal, mantendo a sentença de pronúncia exarada pelo juiz Nildo Neri contra o estudante Rogério Matos do Nascimento.

Agora a sorte de Rogério dependia do presidente Augusto Duque.

12 de setembro de 1973, Diário de Pernambuco:

"O assassínio de um religioso, a prisão de um estudante que há 4 anos e 3 meses proclama sua inocência e um tumultuado processo de 2400 páginas são os elementos um tanto novelescos, mas reais que o desembargador Augusto Duque tem em mãos para decidir se Rogério Matos do Nascimento , apontado como um dos matadores do padre Henrique, irá ou não ao júri."

20 de setembro de 1973, Diário de Pernambuco:

"Augusto Duque despronuncia Rogério Matos".

No mesmo dia, (a única coisa que aconteceu com rapidez no processo) Rogério foi posto em liberdade. Trocou de roupa e fez um apelo às autoridades. –Solicito às autoridades competentes que seja levada a sério a apuração das responsabilidades pelo homicídio do padre Henrique Pereira. Para tanto, há uma comissão encarregada do assunto".

Que comissão, meu Deus? Quem pôs na cabeça de Rogério tal idéia?

Agora, parecia que a “batata quente” fora definitivamente jogada fora.

Rogério em liberdade, desfilou, visitou amigos, acusou “X9” e Raimundo Ferreira. Foi processado por calúnia. Contratou Teócrito Guerreiro como advogado. E depois de um “balancê”, eis finalmente o homem livre.

Isairas ficou mais decepciona que nunca e exclamou:

- Agora, só há a vítima que era meu filho.

Essa foi a triste realidade. Todos deram a sua desculpa e saíram “devagar”. Sem acusados, sem advogados que tivessem interesse, o processo parou. E estava praticamente encerrado, quando Isairas que não se conformava com a injustiça, pediu ajuda a Deus, que Ele mostrasse através do seu Santo Espírito, o caminho certo. E Deus que sempre ajuda quem está só, mandou em seu auxílio um homem que diziam que era honesto e cristão. – o presidente Ernesto Geisel. Ela entendeu que seria por meio daquele homem que Deus se manifestaria, atendendo ao seu apelo nunca atendido nas outras gestões, como foi o caso do Presidente Emílio Garrastazu Medici, ao qual escreveu, mandando-lhe uma carta registrada cujo recibo guardou e exibe a seguir.


EMPRÊSA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

SERVICO REGISTRADO

N.º 017074 ESPÉCIE C

SR. EMILIO GARRASTAZU MÉDICI. PALACIO DA ALVORADA BRASILIA. DISTRITO FEDERAL

CORREIO DE DESTINO

1,40

ASSINATURA DO EMPREGADO

01 10 73 RECIFE - PE

CARIMBO

7530 - 006 - 0159

74 x 105 mm.

Agora, Isairas achava que era a oportunidade que Deus lhe concedia de conseguir que o processo do caso do seu filho fosse reaberto. Lembrando que “Deus escreve certo por linhas tortas”, ela apelou. Fez uma carta explicativa à S. Excia., o presidente Ernesto Geisel. Uma outra cópia da carta, ela encaminhou ao presidente, através de Dom Carmine Rocco e foi atendida.

Pernambuco, 9 de junho de 1974.

Exmo. Sr.
Dom Carmine Rocco

Que Deus o proteja!

Permita que me apresente: sou a mãe do padre Antônio Henrique Pereira Neto, que foi assassinado na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, em 1969. Gostaria que por intermédio de S. Revma., chegasse às mãos do senhor presidente da República, Ernesto Geisel, a carta anexa; pois, cinco / anos já passaram, sem que nenhuma providência positiva fosse tomada, acerca do caso.

Na certeza de ser atendida por S. Revma, agradeço, e, atenciosamente subscrevo-me.

Isairas Pereira da Silva
Isairas Pereira da Silva .

Obs. Meu end. é -
Rua Pe. Antônio Fernandes, 109
Cordeiro - Recife, PE.

Pernambuco, 22 de fevereiro de 1975.

Exmo. Sr. Presidente da República Brasileira
Ernesto Geisel

Não sei como agradecer o grande favor que S. Excia me fez. No grande emaranhado do processo do crime de que foi vítima o meu filho, o padre Antônio Henrique, / eu estava desorientada. Pedi a ajuda de muitos que "passaram e nem me olharam". S. Excia foi o"bom samaritano" que "parou" e sentindo que "eu tinha fome e sede de justiça", procurou saciar-me. Por isso eu o considero, admiro, e, se pudesse, diria bem alto aos brasileiros, do Amazonas ao Chuí: Agora, Gente brasileira, o sol brilha para todos nós, sem diferença de classe, ou condição social.

No Brasil de hoje, há um presidente / com P maiúsculo que está fazendo o possível para sanear o Brasil das injustiças que caracterizaram por muito tempo grupos/ clandestinos que "mataram e esfolaram" com o apoio de "poderosos chefões" policiais e políticos. Há um presidente humano e cristão que "escuta a palavra de Deus e a põe em prática. Por isso eu espero que agora a verdade sobre o crime do meu filho apareça.

Muito obrigada presidente Geisel e / que Deus o conserve sempre merecedor da nossa Esperança.

Isairas Pereira da Silva
Isairas pereira da Silva
a mãe do padre assassinado.

Tal fato foi noticiado em vários jornais, do país, e no dia 29/06/1974, o Jornal do Brasil trazia a manchete "Mãe do padre assassinado em Recife recebe carta da Presidência da República". Recife (Sucursal) – A Sra. Isairas Pereira da Silva, mãe do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, assassinado nesta Capital em 27 de maio de 1969, recebeu ontem carta da Presidência da República comunicando-lhe que o assunto "foi encaminhado, de ordem, à apreciação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco".

"A resposta da Presidência da República foi a seguinte"

"Prezada Senhora,

Acusando recebimento de sua correspondência dirigida ao Exmo. Senhor Presidente da República, comunico-lhe que o assunto foi encaminhado, de ordem, à apreciação do Exmo. Procurador-Geral da Justiça do Estado de Pernambuco. Saudações. Fernando Falcão, secretário particular".

O Sr. Presidente, através do secretário do Sr. Fernando Falcão, ministro da Justiça, respondeu a Isairas e endereçou carta à autoridades da Justiça de Pernambuco, autorizando a reabertura do processo. Tudo isso, Isairas conseguiu depois de cinco anos, em 1974.

A noticia abalou muita gente grande: isto é, grande porque tem prestígio político-social. Só por isto. Porque humanamente falando, Isairas compara os matadores do seu filho, abaixo dos vermes.

Um verdadeiro rebuliço movimenta os "bastidores". "A batata quente" movimentava-se outra vez de mão em mão, até que parou nas mãos do Secretário da Segurança que na época era o coronel Egmont Gonçalves Bastos.

Disso, Isairas foi informada pelo Dr. Fernando Mendonça, homem honesto, que se pudesse teria resolvido tudo.

Isairas pediu por escrito, uma audiência ao coronel Egmont para tratar do caso do crime de seu filho.

Da primeira vez, o coronel Egmont atendeu-a bem e prometeu que até os meados de setembro, mais ou menos, tudo estaria resolvido. Autorizou-a telefonar, para saber da sua resposta. Segundo sua promessa, se dependesse da polícia ele resolveria; pois, não acostumava encobrir coisas erradas. Entretanto, se não fosse caso de polícia, seria devolvido à justiça. Mas, de qualquer maneira, ele prometeu que daria a resposta certa, na hora certa.

Isairas confiou e esperou. No dia marcado, telefonou. Uma voz feminina atendeu, procurou saber quem queria falar com o coronel e qual o assunto. Isairas apresentou-se.

A criatura que atendia ao telefone era maravilhosa, gentil e compreensiva. Tão compreensiva, que tratou Isairas, bem, durante dias a fio. Só que, as

respostas eram indigestas para serem engolidas. As desculpas apresentadas...

- "O coronel saiu agora mesmo".
- "Telefone daqui à uma hora".
- "O coronel foi para o aeroporto".
- "O coronel não volta mais hoje".
- "O coronel hoje, não vem trabalhar porque viajou".
- "O coronel hoje, não vem trabalhar porque está gripado".

Isairas entendeu a piada e resolveu telefonar para a casa do coronel. Atendeu a empregada que na sua santa ingenuidade, falou assim:

- Se a Sra. É D. Nair, ele mandou dizer que não está.
- Não, eu sou a mãe do Pe. Henrique.
- Ah! Eu vou dar o recado pra ele.

Depois de uns minutos a ingênua empregada, voltou nervosa.

- Olhe minha senhora, o coronel está gripado, com febre, e está tão nervoso que não se pode nem passar pela porta do quarto. A senhora entende?
- Claro que entendo. Obrigada e desculpe pelo vexame que lhe causei. Você já cumpriu com a sua obrigação.

Resolveu apelar para o telegrama. Passou o primeiro; conforme cópia a seguir, e nada de resposta.

CÓPIA DO PRIMEIRO TELEGRAMA.

ECT - EMPRÊSA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA FONADO — SERVIÇOS A CRÉDITO

SÉRIE A Nº 38189

NOME DO OPERADOR DE RECEPÇÃO

272579

ISAIRAS PEREIRA DA SILVA

VALOR A FATURAR

TAXA

FNT

TOTAL CR$

ZCZC/TLF

CO

FONADO

3.ª VIA

SETOR DE COBRANÇA DA AGÊNCIA ONDE A USUÁRIA SE INSCREVEU (depois faturamento)

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS

44.

ENDEREÇO

DESTINATÁRIO: SECRETARIO DA SEGURANCA PUBLICA

RUA DA HORA 892 ESPINHEIRO

(Rua, avenida etc.) (Bairro)

CIDADE: RECIFE ESTADO: PE

(ou nome da estação móvel nos radiogramas) (ou nome da estação terrestre nos radiogramas)

HORA DA TRANSMISSÃO

INICIAIS DO OPERADOR

TEXTO E ASSINATURA

SOLICITO VOSSA EXCELENCIA VG AUDIENCIA PARA TRATA
ASSUNTO CASO ASSASSINIO PADRE HENRIQUE VG MEU FILHO PT
CASO CONCEDA VG MEU ENDERECO BIPT PADRE ANTONIO FERNAN
DES 109 CORDEIRO FONE 272579 ATENCIOSAMENTE

ISAIRAS PEREIRA DA SILVA

EXPEDIDOR: ISAIRAS PEREIRA DA SILVA 272579 TELEFONE:

RUA: PE ANTONIO FERNANDES 109 CORDEIRO BAIRRO:

MOD. 5 - SC

2251 009457

Passou o segundo telegrama.

CÓPIA DO SEGUNDO TELEGRAMA.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
RECIBO DO TELEGRAMA ABAIXO DISCRIMINADO

DESTINO
Será preenchida pelo expedidor

Espaço reservado a autenticação mecânica
272579 ISAIRAS PEREIRA DA SILVA

ECT
HORA DA TRANSMISSÃO
21,30/P
INICIAIS DO VENDEDOR

Espaço reservado a autenticação mecânica

INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADOS
51

TEXTO E ASSINATURA — ENDEREÇO

DESTINATARIO: CEL EGMONT BASTOS GONCALVES SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA RUA DA HORA 892 ESPINHEIRO (SOH DEVERAH SER ENTREGUE EM MAOS - C O N F I D E N C IAL)
Rua, Av., etc) (Bairro)
CIDADE: RECIFE ESTADO: PE
(ou nome da estação móvel, no radiograma) (ou nome da estação terrestre, no radiograma)

COMO NAO TIVE RESPOSTA TELEGRAMA TRINTA SETEMBRO VO
INSISTO PEDIR VOSSA EXCELENCIA RESPOSTA PROMETIDA CASO CI
ME PADRE HENRIQUE PT TENHO FATOS QUE MOTIVARAO REABERTUR.
PROCESSO ATENCIOSAMENTE

ISAIRAS PEREIRA DA SILVA

ISAIRAS PEREIRA DA SILVA — NOME EXPEDIDOR — 272579 TELEFONE
RUA PE ANTONIO FERNANDES 109 CORDEIRO — Rua — Bairro — Cidade
13147

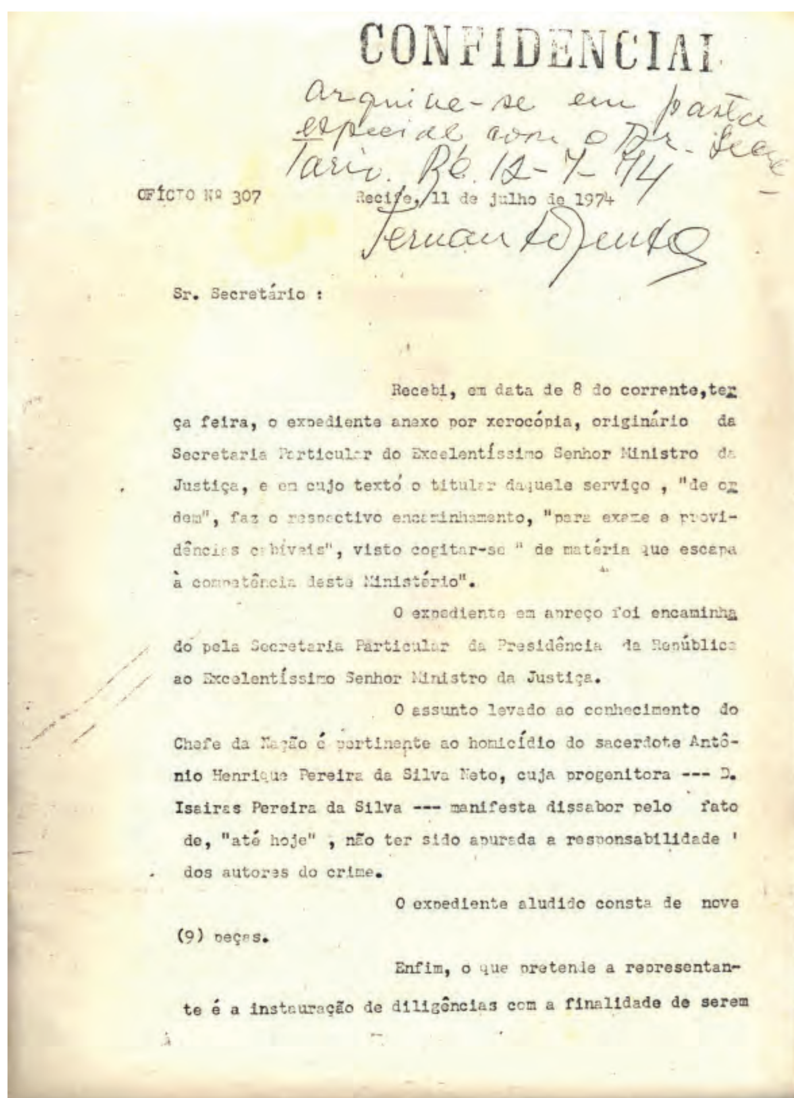
7530 - 007 - 0051 162 x 229 mm.

A mesma coisa. Isairas então foi aos correios e procurou saber quem tinha assinado o recebimento do telegrama. O empregado dos Correios, cidadão eficientíssimo, contou que o coronel, no segundo telegrama, mudara de endereço. Isaíras fez-lhe uma carta aberta pelos jornais. Mas, o coronel não respondeu.

Isairas voltou ao Dr. Fernando Mendonça e ele aconselhou que ela es-

crevesse outra carta ao Presidente e enviasse em anexo, os documentos, comprovantes do desenrolar dessa fase do processo. E deu ordem, mediante uma petição para tirar XEROX (do movimento do processo, depois que o Presidente da República autorizou a reabertura). Do seu trabalho no empenho de resolver o caso.

Abaixo, seguem os documentos em ordem cronológica e de providências.



CONFIDENCIAL

Arquive-se em pasta especial com o Dr. Secretário. 12-7-74

OFÍCIO Nº 307 Recife, 11 de julho de 1974

Sr. Secretário :

Recebi, em data de 8 do corrente, terça feira, o expediente anexo por xerocópia, originário da Secretaria Particular do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, e em cujo texto o titular daquele serviço , "de ordem", faz o respectivo encaminhamento, "para exame e providências cabíveis", visto cogitar-se " de matéria que escapa à competência deste Ministério".

O expediente em apreço foi encaminhado pela Secretaria Particular da Presidência da República ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça.

O assunto levado ao conhecimento do Chefe da Nação é pertinente ao homicídio do sacerdote Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, cuja progenitora --- D. Isairas Pereira da Silva --- manifesta dissabor pelo fato de, "até hoje" , não ter sido apurada a responsabilidade dos autores do crime.

O expediente aludido consta de nove (9) peças.

Enfim, o que pretende a representante é a instauração de diligências com a finalidade de serem

-2-

apontados à Justiça os artífices e executores do crime.

O fato, segundo é notório, repercutiu intensamente na opinião pública do país. Em tal hipótese, cabe a indicação, por parte do Egrégio Tribunal de Justiça, de um Juiz, para "presidir a realização do inquérito", mediante solicitação ao Governador do Estado. (Emenda Constitucional nº 3, de 19 de maio de 1970).

É o que, data venia, lembro a V. Exa. fazer, no devido tempo, encaminhando ao Chefe do Executivo o requisitório desta Procuradoria, com os subsídios referenciados.

Aproveito o ensejo para testemunhar, mais uma vez, a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

FERNANDO AUGUSTO DE MENDONÇA
Procurador Geral da Justiça

Exmo. Sr.
Dr. JOSÉ PAES DE ANDRADE
DD. Secretário do Interior e Justiça
N e s t a

MRM



SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

PERNAMBUCO

Recife, 19 de julho de 1974.

Ofício nº 318/74. (CONFIDENCIAL)

Senhor Procurador:

Em meu poder, o ofício de nº 307, de 11 do corrente mês, em que V.Exa. lembra a providência de o Exmo. Sr. Governador do Estado solicitar ao Tribunal de Justiça a indicação de Juiz para presidir comissão de inquérito destinado a apurar os fatos relacionados com o assassínio do Sacerdote Antônio Henrique Pereira da Silva Neto.

Entretanto, V.Exa. não justifica, data venia, em termos técnico-processuais, a necessidade da medida que apenas lembra, sabendo-se que qualquer iniciativa nesse sentido deve ser sugerida pelo representante do Ministério Público, com base em estudos realizados.

Pelo noticiário da imprensa, toma-se conhecimento que o crime já foi objeto de inquérito realizado por uma Comissão Judiciária. Foi concluído e até recebeu julgamento judicial, mas, isto cabe a V.Exa. que recebeu a incumbência de averiguar, estudar, para em seguida fazer as suas sugestões.

Exmo. Sr.
Dr. FERNANDO AUGUSTO MENDONÇA
DD. Procurador Geral da Justiça
N E S T A



SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA
PERNAMBUCO

Por estas razões, não tenho condições para sustentar com fatos e embasamento jurídico, perante S.Exa.,o Sr. Governador, a conveniência da medida.

Aguardo, por conseguinte, a volta de V.Exa. ao assunto, com todos os subsídios necessários ao esclarecimento dos fatos, a fim de que possa S.Exa., o Governador do Estado tomar uma decisão.

Aproveitando o ensejo, renovo a V.Exa. os protestos de estima e consideração.

JOSÉ PAES DE ANDRADE
Secretário do Interior e Justiça

OFÍCIO Nº 329 Recife, 24 de julho de 1974

Senhor Secretário:

Acuso recebimento de ofício confidencial de V.Exa., sob número 318/74, em resposta a ofício desta Procuradoria, sob número 307/74, pertinente à reabertura de diligências destinadas a apurar responsabilidades no homicídio que vitimou o sacerdote católico Antônio Henrique Pereira da Silva Neto.

Procurarei, na medida de minhas notórias e mais de uma vez confessadas limitações, dissipar as dúvidas que assaltaram o espírito de V. Exa., a propósito do assunto, que é dos mais delicados.

Senhor Secretário:

Quando elegi a autoridade de V. Exa. para interceder junto ao Chefe do Executivo no sentido de solicitar ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado a indicação de um Juiz que presidisse as faladas novas diligências, fi-lo com obediência a uma praxe de cujo seguimento ininterrupto não me arrependo. Enquanto o Ministério Público estiver vinculado à Secretaria da Justiça, o Procurador não da

-2-

ve nem pode ir até ao Governador do Estado em linha reta, mas por intermédio do titular daquela pasta, a menos que seja expressamente liberado nesse desiderato ético.

Alega V. Exa., inspirado, por certo, no melhor espírito público, que o titular da Procuradoria não justificou "em termos técnico-processuais, a necessidade da medida, que apenas lembra".

Peço vênia para obtemperar que o fiz sobejamente.

Parece-me de elementar princípio lógico justificar ab initio porque "apenas lembrei" a providência que se me afigura salutar. Não houve tão somente cortezia no trato de u'a matéria em que figurava como instância judicante o Governador do Estado, mas, paralelamente, observância de regra de hermenêutica.

Com efeito, não há lei alguma que obrigue a requerimento, tanto mais quanto a constituição da prefalada comissão não é atributo do Procurador Geral da Justiça, podendo ser exercitado, inclusive por qualquer do povo. Ademais, os léxicos ensinam que "lembrar" é o mesmo que sugerir, alvitrar, advertir, etc etc. Erro não houve, portanto, na escolha do modo, mas ponderação merecida a quem ostentou com sabedoria a toga de magistrado.

Exaurida a questiúncula, passo à demonstração de que fundamentei suficientemente o requisitório.

Em primeiro lugar, fundei-me num ex-

-3-

pediente originário do gabinete de S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça, expediente esse remetido a V. Exa. anexo ao ofício desta Procuradoria, sob número 307/74.

É bem certo que o Sr. Ministro não aponta a medida que deveria ser adotada. Nem poderia fazê-lo, mormente porque S. Exa. defere à Procuradoria competência para cuidar da matéria. Seja como for, entretanto, conheceu da queixa formulada pela genitora da vítima, a senhora Isairas Pereira da Silva. Há de se convir que o problema fazia jus a um especial tratamento.

Ora, a Constituição do Estado (Emenda nº 3, de 19 de maio de 1970, art. 3º, alínea "g"), estipula:

"Compete ao Tribunal de Justiça : Indicar, mediante solicitação do Governador, juiz para presidir a realização do inquérito, em caso de crime de gravidade ou repercussão excepcional".

Trata-se, como se vê, de um dispositivo incontornável, que subsiste intato.

É verdade notória que o fato já foi objeto de outras perquisições extra-judiciais e que nenhuma produziu resultado positivo no tocante à indentificação dos autores do homicídio em apreço. Entretanto, de acordo com a Lei, nem por isso, pode-se ficar indiferente ao surgimento de novos subsídios probantes.

A própria sentença de impronúncia, quando decretada por insuficiência de provas, não produz <u>coisa julgada</u>. Nesse sentido, merece destaque especial o voto paradigma do saudoso e brilhante Ministro Plinio Casado, em acór

-4-

dão do S.T.F., publicado na "Revista Forense", vol. LXIX, págs. 569/575.

A letra fria do Código de Processo Penal, no seu Art. 409, Parágrafo Único, não deixa dúvidas a respeito.

Ora, não se conhece sentença absolutória em favor de quem quer que seja, no crime enfocado. Tudo vem girando em torno da carência de provas. Logo, excluída a hipótese de extinção da punibilidade, a todo tempo é lícito instaurar a ação penal.

Se, de um lado, a sociedade tem interesse na elucidação do fato, de outro, não menor é o interesse da genitora da vítima, que bateu às portas da Presidência da República, e esta, por seu magno representante, o insigne General Geisel, não arquivou a Queixa. Ao contrário, promoveu sua tramitação.

Audiente a essa palavra de ordem, o eminente Sr. Ministro da Justiça, através de Assessor de confiança pessoal, deferiu à Procuradoria Geral da Justiça o devido encaminhamento do problema.

A Lei não diz que, frustada a primeira investigação, por parte de comissão judiciária, tal delegação não se repetirá. Ao reverso, está implícito no seu mandamento que se repetirá, contanto que surjam melhores provas ou indícios de culpabilidade.

Dir-se-á que o expediente remetido pelo Ministério da Justiça poderia ser encaminhado à Polícia.

-5-

Levando em conta, porém, a circunstância de sermos delegado de imediata confiança do Governador do Estado, cumpre-nos, como de resto a todos que participam dessa delicada condição, preservar a sua pessoa de especulações em que tem sido fértil o caso em questão . Tanto mais distanciado do lamentável affaire estiver o Chefe do Executivo, quanto mais frutífero para o seu proverbial renome. Esse resultado fecundo, necessariamente, não sobreviria, caso fosse o problema afeto a um setor diretamente subordinado a S. Exa., em que pese a honradez do seu eminente Chefe, sem nenhum favor oficial de brilhante fé de ofício.

SENHOR SECRETÁRIO :

Releve-nos a prolixidade desta exposição, ficando certo V. Exa. dos nossos bons propósitos, que são também os de V. Exa. no trato do problema. Nossa meta foi demonstrar à luz da lei e da jurisprudência que não incorremos em lapso técnico quando formulamos a postulação, consoante o exarado, em termos, no ofício de V. Exa.

Reivindicamos apenas a oficialização da recusa em se tentar a constituição de Comissão Judiciária, já porque devemos cientificar o Ministério da Justiça do ocorrido, já porque a negativa nos habilitará à escolha de outros caminhos, já porque, finalmente, se trata de matéria de ordem pública.

Aproveito o ensejo para levar a V. Exa o testemunho do nosso alto apreço e distinta consideração.

FERNANDO AUGUSTO DE MENDONÇA
Procurador Geral da Justiça

Exmo. Sr.
Dr. José Paes de Andrade

OFÍCIO Nº 384 Recife, 26 de agosto de 1974

SENHOR CORONEL SECRETÁRIO:

1 Estamos enviando a V. Exa., em xerocópia, expediente remetido a esta Procuradoria pelo Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, por sua vez instruído pelo do Exmo. Sr. Presidente da República, relativo ao homicídio do sacerdote Antônio Henrique Pereira Neto, fato notoriamente conhecido não somente aqui, como de resto em todo o país.

2 Notará V. Exa. que o material enviado a esta Procuradoria é resultado de apelo da genitora da vítima --- senhora Isairas Pereira da Silva --- ao Chefe da Nação, no sentido de serem instauradas novas diligências, inresignada com a circunstância de se não haver idenficado até hoje a autoria do crime.

3 Também notará V. Exa. que o Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, manifestando a incompetência desse Ministério para tratar da matéria, envia dito expediente à Procuradoria, "para exame e providências cabíveis".

4 Pedimos ao Exmo. Sr. Secretário do

-2-

Interior e Justiça que alvitrasse ao Exmo. Sr. Governador do Estado o envio de mensagem ao egrégio Tribunal de Justiça solicitando-lhe a indicação de um Juiz que presidisse as "novas diligências".

Assim procedendo, valiamo-nos de preceito constitucional que estabelece:

> "Compete ao Tribunal de Justiça : Indicar, mediante solicitação do Governador , Juiz para presidir a realização do inquérito, em caso de crime de gravidade ou repercussão excepcional" (Emenda nº 3, de 19/5/1970, art. 3º, alínea "g").

De outra parte, queríamos patentear a mais evidente isenção de ânimo do Governo na apuração do triste episódio, afastando desse desiderato um setor que lhe era diretamente subordinado. Neutralizadas ficariam todas as especulações em que tem sido prolífero o "caso do Padre Henrique".

5 Já defluiram cerca de quarenta (40) dias da entrega do ofício referenciado, sem que sobreviesse a desejada resposta, afora uma, que versava sobre propriedade técnica da solicitação.

Ora, ocorrendo que a iniciativa da Procuradoria não passava de um simples alvitre, que poderia ou não ser atendido, resta-lhe, apenas, precatar - se contra a pecha de procrastinatória, num assunto grave, co

-3-

mo sói ser o enfocado.

6 Em sendo assim, deliberamos ecaminhar o problema a V. Exa., para as medidas que entender ' compatíveis com a sua espécie, posto que, afastada a hipótese de se requisitar autoridade da magistratura para presidir as "novas diligências", não resta outra alternativa senão recorrer à Polícia Judiciária .

7 Dispuzesse o nosso Ministério Público das atribuições de que dispõe o de paizes como os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália, o México e outros , onde lhe cabe o munus de chefiar a Polícia Judiciária, certamente já estaríamos promovendo as medidas concernentes' ao apelo da genitora da vítima.

Todavia, o sistema processual brasileiro, nesse particular, sofre de retarde melancólico em confronto com aqueles e outros centros de cultura. O nosso Ministério Público, em verdade não passa de órgão auxiliar da Polícia Judiciária.

8 Quem no-lo diz, em lúcidos comentários insertos na revista jurídica "JUSTITIA", de S.Paulo, vol. 70, págs. 7/21, é o Dr. Hélio Ferreira Bicudo, eminente Procurador de Justiça daquele Estado. Tomamos a iniciativa de incorporar ao presente, alguns trechos do notável trabalho, a saber:

> "... Autor da Ação Penal, não dispõe o Ministério Público do instrumental indispensável para efetiva-

-4-

mente atuar como representante da sociedade que é, no plano criminal. Em especial nos grandes centros, per de o Promotor Público todo o contato com a Polícia, limitando-se a iniciar a ação penal, naqueles casos em que tenha havido, de início, uma opção da autoridade policial. Em outras palavras transforma-se no veículo usado pela polícia para concretizar, judicialmente, a pretensão punitiva do Estado. Há, na espécie, uma transferência, falta de sentido, perdendo o Ministério Público, a dimensão que deve ter, em detrimento do bom funcionamento de todo o aparelhamento judiciário.

Realmente, o número de denúncias diminui ou aumenta em função da orientação imprimida pela Polícia, num dado instante, abdicando, assim, o Ministério Público, por defeitos inerentes à própria estrutura da corporação, de suas funções específicas, anulando-se por inteiro, pois, nenhuma é sua atuação como órgão que deve apresentar, em juízo, as pro-

-5-

vas da responsabilidade criminal do réu (nosso, o grifo).

Ora, para que sobreviva como tal, o Ministério Público deverá sofrer modificação na maneira de atuar dos seus membros, abandonando a burocracia funcional, que tende a transformá-lo em órgão auxiliar da atividade policial do Estado, para chamar a si, por inteiro, a responsabilidade de que lhe impõe a qualidade de titular da ação penal pública.

Transformado em mero repetidor da prova nos pretórios, o órgão do Ministério Público não cumpre, adequadamente, as suas tarefas, dando-se à ação penal uma configuração menos fiel ao seu sentido, porque deixa de refletir, na sua pureza, a pretensão punitiva do Estado, para transformar-se em veículo das imperfeições policiais.

(omissis)

É evidente que a solução está em entregar-se a colheita das provas e a sua prévia aferição ao Ministério Público. Este órgão deveria ter conhecimento das infrações cometidas,

-6-

para indicar os elementos indispensáveis à propositura da ação. Mediante supervisão direta dos atos policiais dirigidos à produção da prova (nosso, o grifo).

(omissis)

As reformas fundamentais não se fazem, senão com coragem e espírito público. A que agora se propõe efetivamente irá encontrar dificuldades e oposições".

Tivemos em mira, fazendo tão longas e fastidiosas considerações, ressalvar a posição da Procuradoria Geral da Justiça no ainda rumoroso caso, esclarecendo leigos, conjurando a malícia de alguns eruditos e indo ao encontro dos homens de boa fé. Não houve, portanto, veleidade à sabença fátua.

Queira, portanto, Senhor Coronel Secretário, relevar-nos a prolixidade, emprestando-lhe o seu verdadeiro sentido, que é, unicamente, servir à causa da Justiça. Receba os nossos protestos de estima, consideração e respeito.

FERNANDO AUGUSTO DE MENDONÇA
Procurador Geral da Justiça

Exmo. Sr.
Coronel EGMONT BASTOS GONÇALVES
DD. Secretário da Segurança Pública
Nesta
MRM

Isairas constatou o quanto se esforçara o Dr. Fernando Mendonça e seguiu seus sábios conselhos.

Isairas fez outra carta ao Presidente Ernesto Geisel, anexou xerox do andamento do trabalho do Dr Fernando Mendonça (cartas ao Secretário da Segurança, ao Secretário do Interior e Justiça). Explicou ao Presidente Geisel que os HOMENS DO PODER ESTAVAM EMBARAÇADOS, e pediu, outra vez sua ajuda.

1975 – Foi nomeado para presidir a investigação do caso, o promotor Nélson Souto que junto ao Delegado de Homicídios, Dr. Tércio Soares de Aquino, começou, de acordo com o estudo que fizeram do processo, nova fase de interrogatórios. Isairas que já fora chamada uma vez pela Comissão Judiciária de Inquérito, outra vez na Justiça pelo juiz Nildo Néri, mais outra vez, "interrogada a domicílio" pelo Delegado Severino Galindo, mais um Dr. Wilson, um escrivão e mais dois "de quebra" que literalmente, quebraram duas cadeiras do terraço. Isairas estava sendo chamada outra vez. O doutor Nelson Souto (o promotor), acompanhado do escrivão Caselli, do Delegado de Homicídios Dr. Tércio, queriam que ela dissesse, mais uma vez, tudo que ela sabia a respeito do crime. O depoimento ocorreu na Secretaria de Segurança Pública, com a presença de repórteres de emissoras de rádio, televisão, jornais, revistas e durou aproximadamente, 5 horas, no dia 28 de janeiro de 1975.

-"Não posso provar quem matou ou mandou matar meu filho".

- "Disse-lhes: no entanto, quem mandou prender poderá contar o restante dos acontecimentos".

- Disse-lhes ainda que, se assim o afirmava, fazia com base nas revelações de José Miranda, que veio à minha casa num domingo à noite e contou que ouvira quando o Delegado do DOPS, Dr. Moacir Sales dera ordens ao Comissário Varejão para mandar o investigador "X9" abastecer a rural e sair para prender o padre Henrique. Chegou-me aos ouvidos, esse fato, porque a esposa do José Miranda, em conversa com os vizinhos e parentes, dizia que seu marido sabia quem mandou prender o padre.

Isairas tinha quase certeza, que se um dia precisasse da confirmação das palavras do José Miranda, ele negaria. Por isso, Isairas convidou o padre americano Ronald Raymond Harrer para escutar a conversa, por trás de uma porta entreaberta, a porta do quarto de Pe. Henrique.

Disse o José Miranda que por ocasião da ordem dada por Moacir Sales ao comissário Varejão, Moacir alegava que o padre Henrique deveria ser preso de

qualquer maneira; pois ele precisava "ter uma conversa" com o padre Henrique.

Isairas relata que, depois da prisão, a única certeza, a mais triste certeza de sua vida é que seu filho foi encontrado morto, com visíveis sinais de tortura, e sem nada que o identificasse. Não fosse um rapaz que já trabalhara com ele no Giriquití, seu pobre filho teria sido enterrado como a "vítima desconhecida". E talvez até hoje ninguém soubesse da triste verdade.

Agora restava ao promotor Nelson Souto de Araujo, chamar o investigador José Miranda para confirmar ou negar o que dissera.

Como era quase certeza, José Miranda negou tudo e o padre Ronald afirmou. A acareação entre os dois fazia-se necessária e deveria ser na delegacia.

Entretanto, numa tarde de fevereiro, quando Isairas menos esperava, chegou uma enorme comitiva à sua casa: promotor, escrivão, repórteres, o padre Ronald e o célebre José Miranda, para a acareação.

José Miranda, previamente preparado pela polícia, na sua "santa ignorância", trocou até o lugar que sentara no dia das célebres revelações. Mas, o ar que circula, até mesmo quando a polícia não quer, favoreceu a experiência do Dr. Nélson Souto. José Miranda, no diálogo sugerido pelo promotor para a reconstituição dos fatos, procurou falar o mais baixo possível. Mesmo assim, com todos os truques do Miranda, o promotor convenceu-se da verdade.

José Miranda revelara mesmo a conversa do Delegado Moacir Sales. Do quarto do padre Henrique, dava de fato para escutar a conversa.

- Sr. José Miranda, o senhor não quer processar o padre Ronald? (Perguntou-lhe o Dr. Nélson Souto).

O José respondeu negativamente.

- Sr. José Miranda, o padre Ronald é seu inimigo?

Outra resposta negativa do José.

Na saída, Isa (irmã do Pe. Henrique) perguntou ao José Miranda, porque negara o fato.

- Eu sou besta de falar mal da polícia?

Sobre o depoimento do Dr. Moacir Sales.

- Tenho pena de D. Isaira , disse o Dr. Moacir Sales, Isairas não sabia como explicar "a pena" que aquele homem dizia sentir.

O ilustre delegado, do Departamento de ORDEM POLÍTICO-SOCIAL ,

começou a acusar, fora de hora, um outro filho de D. Isairas, Adolfo: Segundo o Dr. Moacir, há muitos anos passados, o Adolfo tentara matar um homem a golpes de cano de ferro, porque o homem o chamara "maconheiro". Na sua acusação leviana, o Dr. Moacir dizia que sabia dessa história através do Dr. Haroldo Colares que também é delegado.

A resposta ao Dr. Haroldo, Isairas deu na hora.

Interpelada por um repórter de uma emissora local, sobre a sua opinião, a respeito do que dizia o Dr. Colares, ela respondeu:

- Não entendo, como o Dr. Haroldo Colares que sabia ser a minha casa, casa de maconheiros, deixava seu filho o Haroldinho, quando o meu filho, o Pe. Henrique era vivo, era uma constante na nossa casa, tomando café, almoçando, e jantando, queixando-se a todo instante do nervosismo do pai.

Em seguida, Isairas diz: - para o Dr. Moacir Sales, a minha resposta vai agora:

- Suas acusações são inoportunas, pois ninguém estava perguntando pelos costumes do filho Adolfo. Não tem sentido: Adolfo, antes de assassinarem o irmão, inscreveu-se num "curso de Oficiais da Polícia Militar". Apresentou documentos, entre eles, folha corrida da polícia e fez exame médico, no quartel, por médicos acreditados.

Quando assassinaram o irmão, o padre Henrique, transferiram Adolfo para a Polícia Rodoviária, onde o mesmo serviu como soldado, pois não consentiram que ele continuasse no curso de oficiais. Saiu depois de algum tempo, sem manchas na sua conduta. Entretanto, depois da morte do irmão vivia sempre de castigo, e o comandante, cada vez alegava uma desculpa. Notávamos que ele estava, cada vez mais, definhando. Um dia, o comandante disse que ele estava de castigo porque estava "brincando de roleta russa".

Sem saber o que estavam fazendo com seu outro filho, Isairas pediu ao comandante que o dispensasse, tendo em vista a impossibilidade de promoção, ela também sabia que o quartel onde seu filho estava era o mesmo que o Tenente Ferreira habitava, o mesmo Tenente que atirou em Cândido Pinto e que também diziam estar no caso de Pe. Henrique.

E Isairas continuou. – Só resta agora o Dr. Moacir, dizer que folha corrida não tem valor e que os médicos da Polícia Militar, não sabem desempenhar suas funções.

Há anos atrás, quando o processo rolava de mão em mão, Isairas procurou

falar com "alguém" para tirar fotocópias; esse "alguém" que dizia ser aliado dela arranjou uma série de empecilhos, tais como a escassez de dinheiro. Segundo o personagem, o custo seria a princípio 2.000 cruzeiros, que correu rapidamente, juros até 3.000 e como ela não desistia, o ilustre "alguém" apelou para o seu sentimento de mãe:

- D, Isairas, a senhora já sofre tanto. Para que guardar coisas tão tristes?
- As coisas tristes, doutor Fulano, a gente guarda na memória, e, nem o tempo consegue apagá-las.
- Está bem D. Isairas, quando sair das mãos de – inventava sempre um nome poderoso – a senhora poderá conseguir fotocópias.

Afinal, o volumoso processo chega às mãos do Dr. Nélson Souto.

A filha de Isairas, Isa, depois de explicar o que a mãe desejava, obteve do Dr. Nélson o consentimento "nunca dantes" permitido. Isairas fez um listão dos nomes que interessavam e conseguiu ler os depoimentos. Foi então que compreendeu, porque estava "proibida" de ler as "coisas" que lá estavam anotadas: Muita gente que depôs, só disse mentiras em benefício próprio. Outros, os que disseram as duras verdades, ficaram com suas revelações sérias, talvez, por muito tempo ainda, só no papel. Mas, Jesus prometeu, no Sermão da Montanha, que todo aquele que tivesse fome e sede de justiça, seria saciado. E a promessa de Jesus continua firme. E disse: - Eu confio e espero!

Mas, vejamos como foram alguns depoimentos:

Senhor José Coimbra de Araujo, paraibano, casado, com 67 anos de idade, garageiro da Secretaria de Segurança Pública, diz, num trecho do seu depoimento: "a polícia possui catorze rurais e uma delas é de cor verde-escura e branca; que na época, isto é, em maio de 1969, a referida rural se achava a disposição da Delegacia de Investigações e atualmente está na Delegacia de Homicídios; que na dita época, entre outros, dirigiam a Rural, Rível Rocha, Benedito Pistoleiro, o investigador Humberto e um outro cujo nome lhe foge à memória. "Que acontece as vezes que um carro usa em um mês, três e quatro placas diferentes". "Que essas placas ficam reservadas para essas emergências, como ocorreu com o Dr. Trindade Henriques que se sentia ameaçado quando desvendou o crime de Alfredo Cantalice".

Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson, pernambucano, casado, com 47 anos de idade, promotor público exercendo em comissão o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÕES DA SECRETARIA DE

SEGURANÇA PÚBLICA, fala, no seu depoimento que "ele depoente tem um primo em segundo grau de nome Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, o qual mora com a avó, na Rua do Giriquití". "Que houve uma falta de colaboração total da família e mesmo da cúria". "Que conhece o policial Humberto Amaro de Souza, o qual está lotado na Delegacia de roubos e furtos, existindo também um arquivista de nome Humberto". Que ele depoente, só veio tomar conhecimento da existência do padre Henrique depois do homicídio do mesmo, "Que nunca tomou conhecimento que a polícia estivesse interessada em prendê-lo". "Que ele declarante ficou surpreso quando D. Isairas afirmou que ele declarante tivesse ameaçado ou acobertado em relação ao crime". "Que conhece o Tenente Ferreira há pouco tempo e ao que parece ele foi indiciado no processo de Cândido". "Quando Delegado de Roubos e Furtos apreendeu, ou melhor, encaminhou ao Secretário, um revólver que estava no cofre do carro de Rogério, o qual alegou que tinha um cartão de Malembranche para usar arma". "Que Raimundo não era investigador e sim motorista da Secretaria, e ele não teve nenhuma interferência na sua devolução à Assembleia; que ele declarante considera Raimundo, um trapalhão". "Que ele declarante SABE que houve algo sobre um problema de corrução de menor contra um irmão da vítima residente no Rio, fato ocorrido há cerca de 2 meses, mas que a parte interessada NÃO OFERECEU REPRESENTAÇÃO". "Que como investigador de polícia ele conhece Benedito Rodrigues que tem uma cicatriz no rosto". "Que conhece um ladrão com uma cicatriz no rosto de nome Luiz Felipe, não tendo nenhuma amizade com o mesmo, pelo contrário foi ele declarante que o denunciou e o mesmo fugiu da Casa de Detenção".

MARIA HELENA FAGUNDES, pernambucana, com 37 anos de idade, casada.

"Que na quarta-feira, 28 de maio, o seu marido Dr. Emídio Fagundes não estava passando bem de saúde e ela depoente saiu de automóvel para a cidade de Olinda cerca das 21 horas, juntamente com uma filha". "Que tanto na ida como na volta teve a atenção despertada para inscrições feitas em paredes e muros nas proximidades do IATE CLUBE, da rua Amélia e da rua Conde de Irajá". "Que de volta de Olinda aproximadamente 23 e meia horas, notaram, ela depoente e o seu marido que as inscrições antes mencionadas tinham sido cobertas com tinta preta e fresca; que no trecho após o cruzamento da rua Conde de Irajá, com a rua José Bonifácio, depois de uma farmácia, notou a depoente que seguiam em frente uma pick-up, caçamba aberta com tonéis e uma rural que parecia comandar a operação". "Que pouco adiante, o seu marido ascendeu à

luz forte do automóvel e verificou que uma das referidas viaturas, pelo menos, tinha chapa branca". "Que era na sexta-feira seguinte, 30 de maio saiu de casa pela manhã e ao retornar mais ou menos às 12 horas foi cientificada por uma doméstica que houvera 3 chamadas telefônicas indagando-se por ela depoente ou pelo seu marido; que as 14 horas daquele dia recebeu o primeiro telefonema quando uma voz masculina disse que era alguém que estava de passagem por esta cidade e que pretendia falar com o marido dela depoente". "Que a pessoa perguntou quem falava e ela identificou-se como a esposa do Dr. Emídio". "Que a pessoa referiu o encontro dela depoente na quarta-feira anterior com as duas viaturas". "Que estava ela depoente SENDO PREVENIDA, assim como HAVIAM TAMBÉM PREVENIDO o PADRE ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA NETO". "A pessoa que telefonou disse que o que dissera ERA SIMPLESMENTE A TÍTULO DE AVISO".

Cícero Albuquerque, pernambucano, 48 anos. Testemunha advertida, pelo Dr. Juiz, do efeito penal do depoimento falso, e juramentada, inquirida sobre os fatos, declarou entre outras coisas que "durante suas DILIGÊNCIAS visitou umas 3 vezes a casa dos genitores da vítima; que na sua primeira visita, precisamente no dia do enterro e cerca das 19 horas, o depoente teve que esperar um pouco em frente a casa dos genitores da vítima, visto que uma irmã desta saíra com a chave do portão, no momento fechado; que segundo informação da genitora da vítima, essa jovem tinha ido telefonar em uma casa da frente; que esse fato não foi levado em consideração pelo depoente, não se lembrando de ter comentado com alguém; que não conhece o indiciado Rogério e nunca chegou a falar-lhe pessoalmente". "Que ainda na primeira visita que fez o depoente disse a mãe da vítima o seguinte: - eu me ponho a disposição, como policial profissional que sou, para ajudar no esclarecimento do crime. Quando for descoberto o criminoso, voltarei para apresentar os pêsames". "Que nessa ocasião a mãe da vítima QUIS ATÉ OFERECER-LHE UMA MEDALHA OU ESCAPULÁRIO PERTENCENTE À VÍTIMA".

Agenor Rodrigues da Silva, pernambucano, com 46 anos de idade, bacharel em Direito e tenente coronel da Aeronáutica da Reserva disse no seu depoimento: "que ele depoente confirma as palavras de Dona Isairas, quando ela declarou perante esse Juizo que no princípio de junho de 1969 esteve na residência dela Dona Isairas, o rapaz de nome Gerônimo Gibson, acompanhado da avó e de uma tia, tendo ele Gerônimo realmente dito a Dona Isairas que ou ela se calava ou acabava levando um tiro pelas costas; que Dona Isairas indagou quem era que iria dar o tiro tendo ele Gerônimo respondido

que não sabia; que Gerônimo efetivamente afirmou para Dona Isairas que ele desmentiria na hipótese dela transmitir o seu aviso para outrem".

José Ferreira dos Anjos, pernambucano, solteiro, 25 anos de idade, 1º. Tenente da Polícia Militar de Pernambuco, ex-seminarista do Seminário da Imaculada Conceição, na várzea, onde cursou nos anos de 1960, e 1961 disse: "que não conheceu o Padre Henrique, pelo menos não se recorda de tê-lo visto em qualquer época". "Que não conhecia Rogério, vendo-o pela primeira vez nesta audiência". "Que só conheceu Risolêta Cavalcanti, apresentada que lhe fora por elementos da 2ª. Secção afim dela apontar e ser presos alguns estudantes".

Rizoleta Cavalcanti Pereira de Souza – com 19 anos, solteira, professora de música disse entre outras coisas: "QUE NÃO CONHECIA a vítima PADRE ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA NETO". "QUE NUNCA ESTEVE NO JUVENATO DOM VITAL; NEM SEQUER SABENDO ONDE É LOCALIZADO". "QUE PRESTOU SERVIÇO A 2ª. SECÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO, OS QUAIS CONSISTIAM EM PRESTAR INFORMAÇÕES AO MAJOR PITÁGORAS A RESPEITO DA MOVIMENTAÇÃO DE PASSEATAS NO MEIO ESTUDANTIL". "Que no dia 28 de ABRIL DE 1969 às 13 horas recebeu em sua residência, a visita do tenente Ferreira provavelmente JOSÉ FERREIRA DOS ANJOS DA POLÍCIA MILITAR DESTE ESTADO". "QUE O REFERIDO POLICIAL conversou com ela declarante e disse QUE ESTAVA APERRIADO, PRECISAVA LOCALIZAR O PARADEIRO DO ESTUDANTE CÂNDIDO, CUJA PRISÃO SE FAZIA NECESSÁRIA". "QUE A DEPOENTE AO NOTAR A PREOCUPAÇÃO DO TENENTE FERREIRA, OFERECEU-SE PARA AUXILIÁ-LO". "QUE A DECLARANTE COMO PROFESSORA DE MÚSICA QUE É, IMAGINOU UM PLANO QUE MAIS FACILMENTE LHE PROPORCIONASSE O ACESSO À CASA DE CÂNDIDO, TENDO ENTÃO COMPARECIDO ALI A PRETESTO DE CONSEGUIR A COLABORAÇÃO DO REFERIDO ESTUDANTE NUM FESTIVAL DE MÚSICA A REALIZAR-SE "NA ESCOLA DE BELAS ARTES", ONDE ELA DECLARANTE ESTUDARIA". "QUE A GENITORA DE CÂNDIDO RECEBEU-A E AO TOMAR CONHECIMENTO DO QUE ELA DEPOENTE ALEGAVA, RESPONDEU-LHE QUE SEU FILHO NÃO SE ENCONTRAVA EM CASA, TENDO SIDO ESTA REVISTADA POR ELEMENTOS DA POLÍCIA E DO EXÉRCITO, SEM QUE ENCONTRASSE CÂNDIDO". "QUE CONDUZIA NAQUELA OCASIÃO, PARA QUE A GENITORA DE CÂNDIDO VISSE, PARTITURAS E LIVROS

DE MÚSICA". "QUE SUA INTENÇÃO ERA APENAS ESCLARECER SE CÂNDIDO ESTAVA EFETIVAMENTE EM CASA, E TRANSMITIR A NOTÍCIA AO TENENTE FERREIRA". "QUE NO DIA 29 DE ABRIL, CERCA DAS 10 HORAS, TELEFONEOU PARA O ESTADO MAIOR DA POLÍCIA MILITAR, A FIM DE CONTAR AO CORONEL EXPEDITO A SUA TAREFA DO DIA ANTERIOR E, NESSA OCASIÃO, O MENCIONADO OFICIAL COMUNICOU-LHE QUE CÂNDIDO HAVIA SIDO BALEADO". "QUE CÂNDIDO NÃO PRECISAVA MAIS SER PROCURADO". "QUE O CORONEL EXPEDITO, A TÍTULO DE BRINCADEIRA, PERGUNTOU A ELA DEPOENTE QUEM HAVIA BALEADO O CÂNDIDO". "QUE DEPOIS DA MORTE DO PADRE ANTONIO HENRIQUE AO VER NO JORNAL A NOTÍCIA DA SUA VISITA À CASA DE CÂNDIDO, FICOU APAVORADA". "QUE CONTINUOU APAVORADA E TENDO CONVERSADO COM O DR. EUDES OLAVO DA SENA COSTA, ESTE A TRANQUILIZOU, DIZENDO-LHE QUE SE FOSSE PROCURADA, PRESTASSE O SEU DEPOIMENTO, ASSIM COMO APROVEITASSE ALGUMA OPORTUNIDADE PARA VIAJAR AO INTERIOR, O QUE A DEPOENTE VEIO A FAZER, PRESUMIVELMENTE, UMA SEMANA APÓS A MORTE DA VÍTIMA PADRE ANTONIO HENRIQUE, POIS SEGUIU PARA ALIANÇA, ONDE SE DEMOROU NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE UMA QUINTA-FEIRA E A SEGUNDA-FEIRA SEGUINTE". "QUE NÃO TEM A MENOR IDÉIA A RESPEITO DA AUTORIA DA AGRESSÃO À CÂNDIDO E DO HOMICÍDIO DE QUE FOI VÍTIMA O PADRE ANTONIO HENRIQUE". "QUE NUNCA VIU O PADRE ANTONIO HENRIQUE". E também não conhece Cândido.

Lendo cuidadosamente estes depoimentos, muita coisa Isairas não entendeu; pensemos juntos:

No depoimento do garagista, o Sr. Coimbra, ele fala que um carro muda de placa três e até quatro vezes no mês. Se ninguém pode licitamente fazer isso, por que a Polícia, um órgão encarregado de corrigir os erros, assim o faz? Ele diz o nome dos motoristas costumeiros da rural verde e branco. No depoimento Dr. Gibson a constante é o uso das duplas: um Humberto policial e um Humberto arquivista; um investigador Benedito pistoleiro com uma cicatriz no rosto e um ladrão Luiz Felipe com uma cicatriz no rosto também. Parece que usando a dupla melhora o disfarce. Enquanto a desclassificação de Raimundo é de admirar que no "caso Cantalice", Raimundo foi policial atuante e digno de elogios. Só no "caso Pe. Henrique" é que a Polícia descobriu que o

Raimundo estava fazendo o "serviço errado" (estava incomodando os grandes), que Raimundo não era policial. Como os cargos na Polícia, são instáveis.

No depoimento da Maria Helena Fagundes, somente porque ela viu gente do carro chapa branca cobrindo as frases que os estudantes fizeram nas paredes durante o enterro, a Maria Helena recebeu ameaças e foi PREVENIDA assim como FOI PREVENIDO o Pe. Antonio Henrique. Ora, depois de uma confissão tão pública dos matadores, por que admitiram entre os indiciados, durante tanto tempo, viciados? Por que tentando manchar o bom nome do Pe. Henrique escutaram a conversa da estudante, bolada pelo Dr. Severino Victor e Companhia Ltda? Falta de coragem? Escrúpulo de denunciar amigos? Viciados não dispõem de carro chapa branca. Pelo amor de Deus! Vamos ser menos ingênuos e mais objetivos. No depoimento do Cícero Albuquerque nota-se o poder da adivinhação que Rogério possui e ninguém sabia: Rogério adivinhou o acontecimento da chave no bolso de Isa e mais adiante, na hora que o Sr. Cícero estava depondo, de olhos abertos, ele sonhou que Isairas lhe oferecera uma medalha ou um escapulário; porque os objetos do Padre Henrique, Isairas os conserva; até as sandálias, até a pasta de dente e a escova que ele usava. Não dei aos amigos. Porque ela iria oferecê-los à Polícia? E sem querer, Sr. Cícero diz que só dará pêsames quando descobrirem o criminoso, quer dizer que aí é que o Sr. Cícero vai ficar triste. Tremenda confissão.

No depoimento do tenente coronel da Aeronáutica, Agenor Rodrigues da Silva, nota-se a retaguarda forte dos criminosos: um tenente coronel confirma que ouviu e viu quando Gerônimo Gibson disse que se eu não me calasse acabaria levando um tiro pelas costas. Gerônimo foi chamado, disse que era mentira e o caso foi "abafado". Por que Gerônimo não foi acareado?

No depoimento do Tenente Ferreira, tão acusado no "caso Cândido Pinto" por sua vez tão semelhante ao "caso Padre Henrique" ninguém perguntou nada. Será que o silêncio era o medo da verdade? Se conversassem direito com ele, muita coisa teria sido esclarecida.

No depoimento do Álvaro da Costa Lima, vemos um Rogério bem diferente, dando informações sobre agitações. O Rogério que agita a sociedade e é aceito para corrigi-la. Como pode?

No depoimento do Dr. Teócrito Guerreiro, há uma confissão mais detalhada, confirmando a verdade do depoimento da D. Maria Helena Fagundes (a Sra. que foi ameaçada porque viu a "manobra preta" do "carro chapa branca"). A confissão do investigador Umberto Amaro. Que falta mais para descobrir os criminosos do caso Padre Henrique?

No depoimento de Raimundo Ferreira vê-se a ligação entre Rogério e o cabo Rocha e dá também para notar que Rogério, pelos serviços prestados ao DOPS goza de um certo prestígio do qual "usa e abusa".

O depoimento do investigador Luiz Cavalcanti Cerqueira pode ser chamado à acusação gritante do IRMÃO DO PADRE. Em seguida aparece a "santa inocência" do Luiz Cerqueira: não conheço nenhum investigador chamado Umberto, nem se recorda do investigador Benedito pistoleiro que tem uma cicatriz no rosto. E dando uma de "balconista de embalagem", "enrolou bem" a história do retrato de Adolfo, que foi outra, bem diferente da que ele contou. Depois vai combinar com o Dr. Fernando Tasso para ocultar o nome da testemunha que acusava o meu filho Adolfo, sem notar que o Dr. Fernando Tasso era advogado de acusação.

No depoimento de Rizoleta Cavalcanti, ela revela claramente os segredos do CCC. Revela nomes. Por que esses não contam a turma do "caso Padre Henrique"? Isairas acha que numa sociedade não deve haver segredos entre os sócios. E ainda mais, (Isairas não sabe porque) Rizoleta mentiu. Rizoleta conhecia o Padre Henrique: tocou violão na missa do último Natal que Padre Henrique celebrou na casa do Dr. Luiz Tavares de Barros, no bairro da Tamarineira. Há testemunhas: as pessoas que assistiram à missa.

Concluamos: Cícero pela história da chave conversou com Rogério ou algum seu amigo; Rogério, amigo do cabo Rocha e amigo do Dr. Gibson que queria pegar o filho de Isairas, Adolfo. Luiz Cerqueira ajudando o Dr. Gibson tira uma fotografia de Adolfo e dá depoimento do princípio ao fim com a psicose do "irmão do padre fez, o irmão do padre aconteceu". Moacir Sales, não encontrando "justa causa" para botar Adolfo na questão (pois as acusações do Cerqueira, já haviam ido "água abaixo"), criou, de parceria com o delegado Haroldo Colares, um maconheiro agressor e batizou – esse é Adolfo. Do José Miranda, o homem que acusou, o Moacir Sales nada disse. Rogério, informante, a serviço de Álvaro da Costa Lima. Tenente Ferreira e Rizoleta, no "mesmo barco" também cuidando de denunciar cercar e prender estudantes.

Logo, Cícero Albuquerque, Rogério, Álvaro da Costa Lima, Bartolomeu Gibson, cabo Rocha (cujo nome é Rível), Luiz Cerqueira, Moacir Sales, Haroldo Colares, tenente Ferreira e Rizoleta são sócios da mesma firma.

O Pe. Henrique foi ameaçado e morto pelo CCC que baleou o Cândido Pinto e ameaçou a D. Maria Helena Fagundes porque D. Maria Helena Fagundes viu os elementos do CCC, num carro chapa branca comandando a "operação picha muro".

Já dá para entender quase tudo. Só não dá para crer é que de tudo tão claro, depois do Sr. Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão ordenar que se trabalhe para a elucidação do crime, ainda apareça gente falando em "conto do maconheiro" para "cobrir o sol com a peneira".

Agora o que é preciso é a intervenção de alguém maios forte que o CCC para garantir a vida do homem ou dos homens que tiverem a CORAGEM de denunciar os cúmplices do trucidamento do Pe. Antonio Henrique Pereira da Silva Neto.

Agora, o balanço dos acontecimentos (até 1976) na família, depois do dia 27 de maio de 1969: o pai, Sr. José Henrique Pereira da Silva Neto, vendo o filho torturado e morto, começou a morrer um pouco a cada dia que passava; se é que se podia chamar "dia" as vinte e quatro horas das nossas vidas. Eram como se fossem verdadeiros bombardeios de confusões, as mais absurdas possíveis. Nas horas de trégua, quase todos aproveitavam para relaxar, um pouco; menos José Henrique. Ele adoeceu. Uma tristeza e preocupação infinita favoreceram o aparecimento de uma úlcera gástrica que não o deixava dormir nem alimentar-se direito. Fez duas viagens a Manaus para tentar recuperar-se longe das confusões. Nos últimos meses da sua vida, evitava-se contar coisas que se relacionassem com os problemas que se tornaram rotineiros. Quando a coisa era mais grave, Isairas e sua filha Isa, a mais velha das três, resolviam tudo em silêncio.

Aquela casa era frequentada por uma grande quantidade de pessoas que traziam e levavam informações. Entretanto, uma "freira" norte-americana, chamada irmã Terezinha, primeiro apareceu na UFPE, como pesquisadora; depois, resolveu comparecer à residência dos pais de Pe. Henrique, com o intuito de espionar a família. Muitos amigos, padres e até o pessoal da UFPE diziam que ela era agente da CIA. Isairas dizia: - Não temos nada para esconder, permitindo que ela frequentasse a casa. Um dia, ela foi com Isa a um Congresso no Paraná. Isairas ficou muito preocupada, especialmente quando aquela irmã resolveu ficar hospedada no mesmo lugar que Isa. Depois, ela desapareceu, da mesma maneira misteriosa que apareceu.

Em 1971 apesar dos cuidados especiais que Isairas, Isa e toda a família dedicavam a José Henrique, ele quis e participou da troca de túmulo do filho, Pe. Henrique.

O caixão saiu do local onde estava, Túmulo Nº 1, uma "gaveta" no muro, do lado direito de quem entra no cemitério, para um túmulo, cujo terreno foi doado por várias pessoas amigas cuja apresenta-se acima. lista segue abaixo.

PADRE ANTONIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA NETO

Aquisição de terreno, projeto e construção do túmulo.

CONTRIBUIRAM:

Tereza Souto Lavrado	Pg.	25,00
Carolina Salazar	Pg.	25,00
Agenor e Lourdes Bittencourt	Pg.	25,00
Mário e Hilda Bittencourt	Pg.	25,00
Romero e Lea Brandão	Pg.	25,00
Galdino e Lélia Loreto	Pg.	25,00
Salustiano e Lúcia Gomes Lins	Pg.	25,00
Renato e Rita Maia	Pg.	25,00
José e Lenore Leal de Farias	Pg.	25,00
Ivone A. Mimenes	Pg.	25,00
SOMA PARCIAL:		250,00
Francisco Bezerra da Carvalho Neto	Pg.	20,00
Celina Cavalcanti	Pg.	20,00
Lourdes Moraes e Teresinha Gesteira	Pg.	20,00
Plínio e Suzana:	Pg.	20,00
João Bosco Gomes:	Pg.	20,00
Maria José Bezerra Baltar	Pg.	20,00
Lila Wollach	Pg.	30,00
João da Costa Azevedo	Pg.	50,00
Giovana C. Lima da Rocha	Pg.	25,00
Olívia Teixeira	Pg.	15,00
Maria Izabel	Pg.	10,00
SOMA PARCIAL:		500,00
Família Pais Barreto	Pg.	75,00
Solange Costa Lima	Pg.	25,00
Dulce de Queiroz Campos Dantas	Pg.	50,00
TRANSPORTAR:		650,00

TRANSPORTADA:		650,00
José e Caronita Brito	Pg.	20,00
Lúcia Lacerda	Pg.	20,00
Colégio Regina Pacis	Pg.	20,00
Lauro Oliveira e família	Pg.	30,00
Antônio Aquilino	Pg.	10,00
Aluísio Morais	Pg.	10,00
Anônima	Pg.	10,00
Família Gregório Pereira de Alencar	Pg.	35,00
Anônima	Pg.	15,00
Maria Antonia Amazonas Mac Dowell	Pg.	30,00
SOMA PARCIAL:		850,00
Geraldo e Carmen Corrêa Lima	Pg.	20,00
Gilda Gesteira Cabral da Costa	Pg.	20,00
Anônimo	Pg.	50,00
Elza Silveira Barros	Pg.	20,00
Maria da Graça de Lyra Rabello	Pg.	50,00
Irmãs Doroteias:	Pg.	20,00
Ana Maria Antunes		10,00
Arquidiocese de Olinda e Recife	Pg.	170,00
		1210,00
Aquisição do terreno, em 20 de janeiro de 1971, conforme recibo, digo comprovante anexado:		1.209,60

A construção ficou a cargo de José Raimundo Oliva que era padre e engenheiro.

Foi uma cerimônia simples e tocante, onde participaram, além da família, Dom Helder Câmara, alguns padres e amigos leigos. Todos rezaram e disseram, mais uma vez, ADEUS ao Pe. Henrique.

O Túmulo onde ele estava foi aberto, o caixão que estava intacto e em bom estado de conservação, foi retirado daquela gaveta e colocado no chão. Em seguida, o padre Ronald abriu a tampa do mesmo e todos tiveram uma visão do esqueleto do Pe. Henrique.

Diante daquela cena, ninguém pôde conter as lágrimas.


PADRE ANTONIO HENRIQUE
DA ETERNIDADE
TE AGRADECE A VISITA
TE OFERECE SAUDADE
✱ 28.10.1940
† 27.5.1969


























PADRE ANTONIO HENRIQUE
DA ETERNIDADE
TE AGRADECE A VISITA
TE OFERECE SAUDADE
* 28 10 1940
† 27 5 1969





Num dia de fevereiro de 1972, um vizinho informante da secção da polícia que assassinou o padre Henrique e que encobria diariamente o homem

que passeava no telhado da casa da família enviou através de um advogado uma intimação judicial para José Henrique pagar Cr$14.600,00 (quatorze mil e seiscentos cruzeiros), como indenização dos prejuízos causados ao dito vizinho por um galho de uma goiabeira da nossa causa.

Ao ler o documento José Henrique sentiu-se mal. Um médico amigo nosso levou-o para a sua casa na intenção de fazê-lo esquecer o problema. Isairas foi conversar com o advogado de Gabriel Petrício (era esse o nome do vizinho queixoso). Para Isairas estava tudo resolvido; mas, José Henrique na noite desse mesmo dia, começou a vomitar sangue. Isairas levou-o para o hospital; mas a hemorragia não parava.

E, no dia 27 de fevereiro de 1972, sábado às 12:30 horas José Henrique deixava essa vida. Houve um velório em nossa casa, uma missa de corpo presente celebrada por Dom Hélder e mais dois padres amigos da família.



Agora, eram dois, os lugares vazios à mesa de Isairas.

E os outros onze filhos de Isairas; também sofreram sanções pelo fato da família estar tentando justiça para o "caso Pe. Henrique". José Henrique

P. da S. Filho, casado, morava no Rio de Janeiro e prometiam que se voltasse a Recife seria preso. Adolfo vivia sempre em sobressalto com o pessoal da polícia tentando arrumar-lhe armadilhas; várias vezes foi preso acusado de roubar imagens sacras de igrejas. Um outro filho, também foi preso no Rio de Janeiro acusado de subversão. Posteriormente, foi liberado porque conseguiu provar que estava ministrando aula de francês para a esposa de um delegado no momento em que ocorreu a "baderna".

Tadeu Henrique, outro filho também casado, no ano de 1968, passou em um

Concurso Público efetuado pelo DASP. Foi admitido no dia 1º de abril do mesmo ano pela SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE) no cargo de Artífice D. Depois do crime, no dia seguinte ao enterro, quando foi trabalhar, o chefe dele, Sr. IVONE, chamou-o e informou que ele estava proibido de falar sobre o crime, com os colegas de trabalho.

Dois meses depois, o Coronel LYRA, Diretor da CONESG, órgão que dava apoio logístico ao Departamento em que Tadeu trabalhava convocou-o para uma reunião na presença de um delegado da Polícia Federal e ameaçou-o. Disse-lhe que ele estava sendo vigiado e estavam esperando uma oportunidade para pegá-lo e que ele não teria a mínima chance de fazer carreira na SUDENE. Daí, ele passou a ser perseguido pelo chefe, Sr. Ivone, o Coronel Lyra e outros que sempre apareciam para fazer ameaças, que COMUNISTA não tinha vez, alí na SUDENE. Assim, no dia 27 de maio de 1970, foi forçado a pedir demissão. Daquele dia em diante, não conseguiu mais durar muito tempo nos empregos que arrumava. Sempre aparecia alguém avisava ao chefe dele que o "elemento era perigoso" e ele perdia o emprego. Para sobreviver, teve que viver viajando com mulher e filhos, por São Paulo, Pará e Fortaleza, durante anos e anos.

Os demais filhos, sendo menores de idade, eram poupados o máximo possível, daquelas confusões; porém, já não tinham mais, a mesma liberdade de ir e vir, como antigamente.

E a vida de Isairas continuava a mesma, do ponto de vista de falta de tranquilidade e sossego. As ameaças para ela e para os filhos, telefonemas misteriosos, cartas anônimas, visitas inoportunas contando histórias novelescas, entre outras, eram muito frequentes. E dessa forma, transcorreram os anos seguintes.

Em 1974, Isa, que era a filha mais velha e que ajudava a mãe na resolução dos problemas da família, fez seleção para um Mestrado, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto São Paulo (USP), e foi aprovada. Ela já estava concursada, era Professora do Departamento de Histologia e Embriologia da

UFPE e o governo exigia uma melhor qualificação dos professores. Assim, no início de Fevereiro de 1975, viajou para realizar o curso escolhido, na área de MORFOLOGIA, BIOLOGIA CELULAR.

Dessa forma, Isairas ficou com Deus, os filhos e os amigos para continuar aquela guerra.

O Diário de Pernambuco de segunda-feira, 09 de junho de 1975 diz: "O Sr. Fernando Gibson, novo delegado de homicídios informou que as novas diligências para elucidação da morte do Pe. Henrique não foram interrompidas". "Estamos esperando o pronunciamento do promotor Nélson Souto de Araújo, no momento assoberbado de trabalho, para continuarmos o processo, talvez dentro de quinze dias".

É trégua no campo de luta de Isairas. É tempo de expectativa. Que será que os agentes do mal estão tramando?

Naquela guerra, o tempo da trégua era pior do que o tempo de ação.

Princípio de agosto de 1975. O Sr. Fernando Gibson já foi destituído do seu posto de delegado de homicídios. Por que? Ninguém sabe. Dizem até que ele ia muito bem, em seu trabalho. E as faladas "diligências para elucidação da morte do Pe. Henrique"? Muitos "quinze dias" já passaram. Será que o delegado não teve tempo enquanto estava no cargo? Nesse dia, Isairas fez a seguinte prece:

- Senhor Deus todo poderoso, você que é o advogado dos humildes, dos fracos, dos pequenos, tome conta desta minha questão. Ilumine com a luz do Seu Espirito os pontos obscurecidos pelo prestigio dos "poderosos chefões", e, dê-me com a Sua infinita misericórdia, PACIÊNCIA e RESIGNAÇÂO. Deus, eu não tenho ajuda nesse caso; mas, a Sua ajuda vale mais que a ajuda de multidões. Por isso, meu Deus, eu ESPERO que você se manifeste na pessoa de alguém de boa vontade e de coragem e que resolva tudo para mim. Muito obrigada, SENHOR.

Mais uma vez, o processo dormia numa gaveta qualquer. Por isso Isairas resolveu escrever outra carta ao Presidente Ernesto Geisel. Era preciso que ele soubesse que mesmo como chefe supremo do Brasil, nesse caso, as "ordens dadas" não eram executadas. Mencionei os nomes dos que se esforçavam para elucidar o crime; mas disse também, das grandes dificuldades que superavam seus esforços.

Agora que eu já fizera o possível, só me restava esperar com paciência e enquanto esperava o ambiente era desanimador. Um movimento deflagrado, ninguém sabia ao certo por quem, difamava a torto e direito os padres, acusando-os de vendedores de imagens e, objetos sacros. Nas ruas de nossa

cidade, sem que ninguém proibisse, distribuía-se panfletos alusivos a padres que na calada da noite faziam o papel de “lobisomens”.

A mulher de um ladrão de imagens detido pela polícia procurava entrar em contato comigo (Isairas), alegando assunto sério a tratar.

Era tudo tão estranho. Que estaria acontecendo nos bastidores da polícia? Para evitar que a dita mulher me envolvesse em “embrulhada”, procurei telefonar para muitas pessoas conhecidas, contando o que ela me dissera e, como meu telefone era “censurado”, graças a Deus, mudaram de ideia e a madame “peixe” desistiu da “jogada” ou da “fisgada”.

20 de agosto de 1975. Parece que Deus ouviu minha prece. Exclamou Isairas. Há nos jornais as seguintes manchetes: “Morte do Pe. Henrique é investigada outra vez”. “Pedido reinício de ação no caso Pe. Henrique”. Era o promotor Nélson Souto, oficiando ao novo delegado de homicídios, Abel David, que se reiniciasse as diligências. E o promotor falava no empenho da justiça na total apuração do bárbaro homicídio e dizia também que o caso merecia o emprenho da polícia. Que o caso merecia o empenho da polícia é um fato; mas se a polícia vai se empenhar é que é difícil. Seria colega prendendo colega! Será que pode?

O Diário de Pernambuco, ilustrando a nota, mostra, num círculo, uma foto do Pe. Henrique ajudando o enviado do Papa em 1965, Dom Antonio Samoré, numa solenidade religiosa.

Ninguém sabe se o pedido do promotor será ouvido e se o reinício será breve. Pode ser outra vez “daqui a quinze dias”. O que importa é que, mais uma vez entre muitas, o processo acordou, nem que seja para uma desculpa. E todo mundo que acompanha o caso, nota que apesar dos entraves, ainda resta uma esperança. OBRIGADA PELA SUA AJUDA, MEU DEUS!

Sábado, 23 de agosto de 1975, Diário de Pernambuco. “Delegado recebe ofício”. Com esse título, num cantinho do jornal, havia a nota de recebimento do ofício enviado pelo promotor Nélson Souto ao delegado de homicídios, Abel David. Prometeu o delegado tomar providências: “imediatamente, o titular da especializada reuniu-se com o delegado adjunto, Augusto Diniz, e outros auxiliares para estudar o inquérito e hoje manterá contato pessoal com o autor da Solicitação, afirmando que possivelmente, na próxima semana, os trabalhos recomeçarão com a intimação de testemunhas”.

Sábado, 06 de setembro de 1975. Um carro da rádio patrulha para à porta da casa de Isairas, descem todos os seus ocupantes e um deles bate palmas. Uma das filhas atende.

- Moça, nós queremos saber onde fica a Rua Carlos Alves. Nessa altura dos acontecimentos, havia expectativa geral: vizinhos, pessoas que passavam para a feira, todos pararam para observar o estranho acontecimento.

Sábado, 13 de setembro de 1975. Casualmente, Isairas encontrou o Dr. Nélson Souto no supermercado Bompreço, no bairro da Iputinga. Ele não se mostrava muito animado, chegando a falar em entregar o "caso Pe. Henrique" a Justiça Federal. Também pudera! Toda vez que o caso bate na mão da policia, de nada valem as promessas dos delegados porque o destino da papelada é "dormir" para o bem de muitos. Contudo, o Dr. Nélson Souto ainda deu uma pequena esperança para Isairas. E ele merece fé. Até parece que foi Deus que providenciou as nossas idas ao supermercado, à mesma hora. Falei-lhe do meu desejo de conversar com o Presidente Ernesto Geisel e pedi ao Dr. Nélson Souto que me ajudasse. Pois a quase um mês que prometeram reiniciar as diligencias "na próxima semana"; quando a coisa é comprometedora para eles. Isairas exclamou: só uma coisa me anima: uma tarde, lembro-me bem, na famosa Delegacia de Homicídios o Dr. Nélson dizer "D. Isairas agora que a senhora já disse tudo que sabia, deixe-me trabalhar, que eu prometo que não desistirei, irei até o fim".

Contudo, eu não entendo (só se faz parte do ritual de acomodação) porque para "o caso Pe. Henrique ser julgado, ainda precisam tantos interrogatórios". Já existem tantas provas no processo. Esse vai ser o crime mais provado do século só porque foi praticado por gente rica e influente? Policiais escudados em "canudos de papel" são mais poderosos do que se possa imaginar. O Presidente Ernesto Geisel mandou que se apurasse o caso e nem por isso, leva-se a sério. E ainda bancam os bons brasileiros. Homens que desobedecem ao Chefe Supremo da Nação, fazendo parecer lá fora que aqui se apoia a violência e o crime. Como seria bom que o Presidente Ernesto Geisel soubesse disso.

20 de setembro de 1975. Anuncia-se a breve presença do Presidente Geisel aqui na nossa Recife. Como seria bom se eu pudesse avistar-me com ele, contar-lhe o drama que é a vida de nossa família, pensou Isairas; mas, nem "do alto da arvore" como o fez Zaqueu para falar a Cristo, é-me possível avistar o Presidente Ernesto Geisel. Contudo, baseada no princípio que quando Deus quer, para tudo há jeito, espero que seja possível fazer chegar até o Sr. Presidente, o meu lamento, a minha súplica. Isairas resolveu fazer uma carta, contando resumidamente suas mágoas e pedindo ao mesmo tempo a S. Excia. que, como Chefe Supremo da Nação desse um sopro de coragem no "caso Pe. Henrique".

Não foi possível fazer a carta chegar às mãos do presidente. Contudo, Isairas ainda espera que um dia ele a receba e possa atendê-la. Se há um atraso em qualquer coisa na nossa vida, lá adiante, quase sempre observamos que é para melhor resolução das coisas. Deus faz tudo com muito acerto. Os atrasos, as demoras, os atrapalhos de que às vezes nós lamentamos tanto quase sempre nos trazem um bem. Por isso, eu confio e espero.

- Deus, você que sabe sempre qual a melhor maneira de resolver as coisas, ajude-me, por Jesus Cristo Seu filho e Senhor de todos nós.

7 de outubro de 1975. Diário de Pernambuco. "Agora explode, com a adesão de quase todas as nações do mundo, diante da condenação de cinco jovens por atos de caráter terrorista, considerados pelo governo espanhol como atentatórios a civilização cristã". Mais adiante: "Franco teve o mérito de soerguer, em parte, uma Espanha destroçada. Mas poderá assumir a culpa do crime que comete, amordaçando a sua pátria e ensanguentando-a, uma vez mais com o sangue dos jovens? A violência só gera violência e o mundo inteiro estarrecido e angustiado, espera. Mas a Espanha está amordaçada".

E nós os brasileiros? Será que podemos mesmo falar assim dos atos do governo de Franco? Franco, o Generalissimo é desumano, é medieval; eu concordo plenamente. Podemos até chama-lo Violentíssimo Generalíssimo. Mas nós os brasileiros devíamos considerar no Violentíssimo Generalíssimo uma qualidade que está faltando em muitos "mascarados chefões" da nossa terra – a CORAGEM DE ASSUMIR A VILEZA DOS SEUS ATOS.

Quem somos nós para comentar sobre a maldade do emprego do "GARROTE VIL"? A seis anos passados, o Pe. Antonio Henrique teve as vértebras do pescoço deslocadas, depois de ser puxado por uma corda presa ao carro de policiais policiáveis. Que diferença faz isso do "GARROTE VIL"? Quem somos nós para comentar a VIOLÊNCIA de Franco, se logo depois do assassínio célebre pelos requintes de perversidade do Pe. Henrique, os "mascarados CHEFÕES do CCC" mataram Odijas a socos e a ponta-pés? Quem somos nós para comentar VIOLÊNCIAS de quem quer que seja, se nós temos os exemplos VIVOS de Cândido Pinto apoiado em muletas, vítima do mesmo bando que matou Pe. Henrique, e Luiz Medeiros, totalmente inutilizado, vitimado pelas torturas. Quando MALHAMOS o procedimento do Violentíssimo Generalíssimo esquecemos a violência covarde dos que fazem grande parte de nossa polícia. Homens que em nome da lei, matam na calada da noite e depois, quando se encontram com a dor de uma mãe

inconformada como eu, mandam-me recados ameaçadores.

Quem somos nós para fazer comentários sobre Franco se entre os nossos o maior mal é a falta de FRANQUEZA.

28 de outubro de 1975, Isairas escreveu: se meu filho Pe. Henrique fosse vivo, completaria 35 anos. Como eu interpreto a morte como uma longa viagem da qual um dia, no dia do Juizo Final, todos se encontrarão, eu sinto saudades da presença amiga. Mas espero que chegará o dia alegre do retorno, no qual a saudade se transformará numa rosa não sei se vermelha, não sei se branca, mas sei que será bela como todas as coisas que expressam a paz. Terá folhas verdes, bem verdes nas ramadas, representando a esperança que me acompanha sempre. Não sei se o nome dessa ramada verde é esperança ou se chama fé. Só sei que ela existe e é como o cicatrizante da minha vida que o destino feriu e deixou sangrando. Era preciso que eu comemorasse. Ele gostava de música clássica. Gravei-lhe uns discos das preferidas; mas, também gravei músicas modernas que eu tenho certeza, ele gostaria. Cantei parabéns: "Parabéns pra você/ nesta data querida/ muitas felicidades/ na sua nova vida". Contudo, a comemoração ainda não estava completa. As investigações prometidas desde o mês de agosto (23) dormiam numa gaveta qualquer. Elas também precisavam acordar. Escrevi algumas palavras, em homenagem ao meu filho morto.

E expliquei ao respeitável público que se interessa pelo caso, a causa do andamento no passo de tartaruga: o processo, apenas estava embaraçado e embaraçando muitas pessoas, nos SINUOSOS corredores da Secretaria. Aí, aconteceu o que eu realmente esperava: os inocentes queriam saber o por quê, da sinuosidade, e, os culpados que já sabiam tudo, ENFURECIDOS desencadearam uma sequência interminável de lutas contra mim e os meus. Mas, tem que ser assim, na guerra não se descansa. Ou se vence a luta enfrentando os mais duros combates, ou se morre com dignidade, defendendo os direitos, mostrando ao mundo nas feridas sangrentas a vitória que não tivemos a sorte de ver. Desertar não é possível nem admissível. Se assim o fizesse eu me sentiria indigna de ser a mãe do Pe. Henrique, que preferiu morrer torturado, humilhado, de joelhos, para não trair seu juramento de fidelidade ao seu superior. Eu quero que meu filho um dia me abrace com orgulho, e diga o que eu já escutei emocionada e feliz de um que está vivo:

- Mãe, você é a melhor pessoa que eu já vi no mundo. Desejo que você viva muito, porque você me protege e me dá força pra enfrentar as coisas difíceis (João Henrique Pereira da Silva, irmão caçula de Pe. Henrique).

A minha carta publicada, provocou a reação esperada.

Fui chamada pela quinta vez. E desta vez, para uma espécie de ajuste de contas. O delegado de homicídios, jovem, e tão delicado que nem parecia delegado, o Dr. Abel David dirigiu-me a palavra: "D. Isairas, a senhora confirma a autoria da carta publicada no Diário de Pernambuco de 28 de outubro de 1975 ?

- Claro que confirmo.

- Que quis a Sra. dizer, quando chamou de sinuosos os corredores da polícia?

- Na linha reta, o Sr. anda ligeiro sem sair da linha. Enquanto que na sinuosa, é preciso cuidado para não tropeçar, para não ficar embaraçado. Daí a lentidão do caso Pe. Henrique que já tem um vulgo: o processo do medo. E ainda tenho a acrescentar se o Sr. quiser, uma frase que o jornalista não publicou, talvez porque achou "pesada".

- E qual foi a frase?

-Uma interrogação: será possível que bons brasileiros, tenham coragem de desrespeitar as ordens do Sr. Presidente da República e do Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão?

- E as pessoas que lhe ameaçam com recados, a Sra. sabe os nomes?

- Não; sempre é uma pessoa diferente. Apenas vendo-as serei capaz de reconhecê-las.

- D. Isairas, a Sra. sabe quem está interessada em atrapalhar as diligências, no caso Pe. Henrique?

- Se sei? E ainda lhe digo que essas pessoas foram promovidas.

- Promovidas como?

- O tenente José Ferreira dos Anjos, hoje é capitão e "faz chover" em Serra Talhada; Dr. Bartolomeu Gibson: Cícero Albuquerque que foi guarda-costas no governo Eraldo Gueiros; Rível Rocha que também melhorou de posto; e o "célebre" Rogério Matos do Nascimento, moleque de recado do DOPS, privilegiado pelos serviços prestados.

- Qual teria sido a atuação das pessoas acima citadas no "caso Pe. Henrique", autores, co-autores ou mandantes?

- Dr. O que eles fizeram não sei explicar com detalhes. Só uma coisa eu lhe posso assegurar: são sócios da mesma firma, o CCC.

Dada a palavra ao promotor, Nélson Souto de Araújo, este, perguntou-me:

- D. Isairas, que elementos tem a Sra. para afirmar que o crime de que foi vítima o Pe. Henrique teve como mandantes ou assassinos, políticos?

- Meu filho recebeu antes de ser morto ameaças do CCC. Além disso

consta no processo, o depoimento de D. Maria Helena Fagundes que recebeu telefonema anônimo, só porque viu um carro pick-up caçamba aberta, chapa branca, cobrindo as inscrições feitas pelos estudantes, no dia do enterro. Uma voz masculina disse-lhe para silenciar pelo que vira. Que ela estava sendo "avisada" assim como foi "avisado", o Pe. Antonio Henrique Pereira da Silva Neto.

- A Sra. sabe quais eram as frases?

- Uma delas, Dr. eu gravei: "Uma ditadura assassina matou o Pe Henrique".

- A Sra. acredita que esse crime será desvendando na esfera estadual?

- Dr. Falando sinceramente, acho difícil. Não duvidando da honestidade do Sr. ou do Dr. Abel David. Mas, os entraves, as cordilheiras que surgirão nos caminhos, confundirão tudo. Por isso apelo às autoridades que, caso seja possível, transfiram as diligências policiais desse caso para a polícia federal.

- D. Isairas, não quero dizer-lhe que o crime de seu filho ficará sem solução; mas, se ficar não será o primeiro.

- Então o Sr. acredita no "crime perfeito"?

- Não é isso. Mas há casos como "o crime do Boni", "o crime da Palmira Tavares", "o crime do tenente da Aeronáutica", todos sem solução, sem ninguém preso.

- Dr. os dois primeiros, realmente não há ninguém respondendo por eles; mas o "crime do tenente da aeronáutica" qualquer nego que é suspeito de subversão é imediatamente incluído como um dos matadores do tenente. A penitenciária Barreto Campelo os guarda imediatamente. Agora no caso do meu filho, Dr. todo mundo sabe, muita gente tem provas; mas todo mundo tem medo. Nem advogado consigo, mesmo Dom Hélder prometendo que pagaria. Quem não tem medo de morrer? Os senhores se forem ameaçados e desistirem, eu não os chamarei de covardes. Viver é uma maravilha, Doutor.

- E a Sra. D. Isairas não tem medo?

- É claro que tenho e mesmo como todo mundo tentando tirar minha esperança, eu espero conseguir meu objetivo, descobrir tudo. Jesus Cristo é muito meu amigo. Ele me ajudará e só desistirei se a policia me matar como prometeu.

Pedi uma acareação com os senhores Cícero Albuquerque, Bartolomeu Gibson, Rível Rocha e Rogério Matos, a fim de esclarecer as contradições e mentiras dos seus depoimentos. Pedi ainda que fosse ouvido o ex-policial Raimundo Ferreira que segundo o jornalista Ricardo Nobat, sabe tudo. Pedi mais: que fossem cumpridas as diligências determinadas pelo Dr. Nildo Nery, referente aos depoimentos de Rogério Matos do Nascimento na presença do Dr. Estácio Cardoso.

Foi juntado ao processo xerox das cartas anônimas que recebi. No mesmo dia do depoimento, ao chegar em casa, encontrei o meu caçula apreensivo.

- Que lhe aconteceu, menino?
- Um homem telefonou para você. Como disse que você havia saído, ele deixou o recado.
- Diga a D. Isairas que assassinaram outro filho dela – o Adolfo Henrique. E desligaram.

Já pedi a pessoas de diversos estados que o procurem para mim, frisando que se o encontrarem digam-lhe para não escrever (pode ser um truque da polícia para localizá-lo); telefone-me. Peço a Deus que a notícia tenha sido um "trote". Mas não posso negar que uma dúvida me martiriza.

- Deus, você que é tão meu amigo, descubra Adolfo para mim.

Agora só me resta esperar.

05 de novembro de 1975. Isairas relata: precisei sair. Ao retornar, ainda no taxi avistei em frente a minha casa do lado de dentro do muro, um desconhecido. Contei ligeiramente a minha história ao motorista do taxi e disse-lhe que estava com medo de entrar em casa.

O motorista desceu do taxi e encorajou-me. Pode entrar se eu notar qualquer movimento suspeito eu o agarro. Ainda com medo, dirigi-lhe a palavra.

- Sou pai do Pe. Renato (Sr. João), que é irmão do rapaz que lhe escreveu uma carta mentirosa.

Como o meu filho Pedro estava em casa, agradeci o motorista e entrei.

O homem contou-me que o autor da carta era seu filho, um desajustado mental, com duas entradas para tratamento em casas de saúde (Luiz Inácio e São José). Disse-me que não conhecia Moacir Sales; mas que o filho dele, o desajustado mental, era amigo do filho de Moacir Sales. Que há dois dias passados, fora informado pela esposa que o filho de Moacir Sales, estivera em sua casa para uma conversa com seu filho. Que não sabe o assunto que os dois conversaram e já disse a esposa para "botar pra fora" o filho de Moacir Sales, caso este retorne à sua casa, em Camaragibe. Que se a policia o procurar ele vai afirmar que a letra da carta (mostrei-lhe a carta assinada por Edite Maia de Ataíde) não é de sua esposa e sim do seu filho desajustado. Que deseja que a polícia o prenda; pois já perdeu a paciência para aturar os "mal feitos" do filho.

- Senhor João, tenha um pouco mais de paciência. O seu filho tem culpa é verdade; mas, o filho de Moacir Sales que não tem entradas em casa de saúde, é mais culpado do que ele.

O plano dessa carta, segundo me informaram, era sequestrar-me para um cabaré onde seria assassinada. Aí provariam que Antônio Henrique fora morto, porque eu era uma velha sem vergonha, pelo homem que a imaginação doentia desses monstros criariam para ser meu amante.

Diário de Pernambuco, 17 de novembro de 1975. Sob o título: "velhas calúnias atingem dois mestres de Direito". Uma espécie de apadrinhamento para o Dr. Bartolomeu Gibson, porque o Dr. Estácio Carlos Cardoso, eu apenas soube que o ilustre Dr. escutará um depoimento de Rogério a mando do juiz Nildo Nery, depoimento este que ninguém sabe "que fim levou" dada à gravidade das acusações. Rogério certamente, já cansado de penar só, resolveu incluir o resto da turma comprometida. Mas não falei absolutamente do Dr. Estácio Cardoso, uma vez que nem sequer o conheço. Dizer que ele ouviu uma confissão de Rogério não é falar mal. Mal fez quem desviou o depoimento.

Seu depoimento (mentira da grossa). Ele é mal driblador, isso sim. Se ele mentiu, também é crime falso testemunho. Ele o sabe. E por que mentiu? Agora o que é engraçado é que além dessa desculpa mal arranjada tendo como padrinhos os alunos que não são bobos de falar mal (olhe o vexame da nota baixa) e de Vandenkolk, figura conhecida como inimigo grátis de Dom Hélder, fica tudo por isso mesmo, porque sabem que se puserem (as cartas na mesa) eles estão atolados até o pescoço. A menos que haja uma lei ou decreto que eu não conheça, que aprove o CCC e os seus desmandos.

E o Dr. Gibson continua: "as calúnias, agora renovadas, por essa infeliz mulher, mãe amargurada, são produto de pessoas amorais que nela se escudam".

- Ai de mim se eu estivesse levantando calúnias. Se esse Dr. estivesse "na linha", eu já estaria processada, cadeia mesmo. O caso é que ele não tem elementos para levar a frente, a sua precária defesa. Ele apenas escreve qualquer coisa, para não ficar pior do que já está perante o juiz "povo".

Dezembro de 1975 – O Dr. Nélson Souto começa a transparecer que deseja livrar-se das incumbências que a princípio lhe pareceram fáceis. Começa novamente o "jogo do empurra". Passa para o Dr. Nildo, Dr. Nildo passa ao Procurador Geral da Justiça e.... ninguém sabe o que acontecerá. Mas, um personagem importante falou:

- D. Isairas, quem está atuando nesse processo está doido pra sair, e, quem está fora, não entra por nada dessa vida. Todo mundo quer viver.

Agora arranjaram uma explicação inqualificável.

“Na dúvida, até se realmente a comunicação ministerial recebida por D. Isairas a expressão “assunto encaminhado” se referia ao (caso Pe. Henrique), o juiz achou por bem “dissecar” mais o assunto e por isso requereu novas documentações, antes do despacho final”. Então, fala-se de uma “carta lacônica”, que seria a carta do Sr. Ministro da Justiça. Por que minha gente, o Ministro da Justiça iria mandar-me uma carta para reabrir um processo que não fosse o caso do meu filho? Será que eu fui nomeada “secretária particular” e não sabia?

19 de janeiro de 1976. Isairas escreveu:

- Fui visitar meus mortos. Levei para os coveiros, uns calendários da minha fabricação e me apresentaram uma estudante, Marluce, que costumava rezar no túmulo do meu filho. Conversávamos; eu, Marluce e o Sr. Andrade, um coveiro. Um menino que já havia tentado por duas vezes arrombar a porta de minha cozinha aproximou-se sem que eu notasse. Ele estava numa bicicleta azul e o Sr. Andrade repreendeu-o. Reconheci o menino e chamei-o.

- Você já tentou duas vezes arrombar a porta da minha cozinha e agora esta aqui fazendo o que?

- a princípio o menino disse que viera com duas moças. Procuramos as moças e não as encontramos. Depois disse que um homem o mandara seguir-me. Pedi-lhe para mostrar o tal homem; pois, queria saber o que desejava (já era a terceira vez que o menino me falava sobre esse homem). A princípio ele concordou. Depois começou a mentir: disse chamar-se Emerson (das outras vezes, Zé e Edson), tinha um irmão que de Wellington passou para Roberval; o pai Chaves de Almeida Chaves; a mãe, Maria do Carmo Rosa. Por fim disse que o pai era mecânico da “Expresso Oliveira”. O administrador procurou ajudar telefonou para todas as agências da Expresso Oliveira. Quando o menino se viu descoberto, tentou sair de bicicleta; tomei-lhe a bicicleta; mas ele fugiu correndo. Dentro de poucos minutos trouxe consigo um homem que, logo que avistou Isairas, saiu correndo com o menino.

Isairas, sempre que não fazia ou aceitava as “OFERTAS” dos “homens das leis”, vigentes naquele tempo, recebia os “elogios” de IGNORANTE ou LOUCA. Ela não ligava para a opinião daquelas pessoas que só queriam dificultar e disfarçar os fatos, enganando a opinião pública; porque a dela, eles não conseguiam.

Diante das dificuldades que sempre lhe eram impostas e achando que teria maiores possibilidades para resolver o “caso Pe. Henrique”, ISAIRAS RESOLVEU FAZER VESTIBULAR para o Curso de Direito. Retomou os estudos, realizou o vestibular, com 55 anos de idade, sendo aprovada

e ingressando na UFPE, em 1977. Em 07/08/1982, colou grau obtendo o título de Bacharela em direito, pela Faculdade de Direito da UFPE e no ano seguinte, em 28 de julho de 1983, obteve a aprovação e seu nome inscrito na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, carteira No. 631/83, inscrição número 8018.



IMPEDIMENTOS
DIPLOMA FAC. DIREITO da UFPE
Ordem ... Recife ... Pernambuco ... Expedição 28/07/1983
Isairas Pereira da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO DE PERNAMBUCO
Cartão de Identidade (art. 63 - § - 3º Lei 4215 de 27/4/1963)
ISAIRAS PEREIRA DA SILVA
NOME
José Ferreira dos Santos
FILIAÇÃO
Maria da Conceição Matos dos Santos
PE NATURALIDADE
Viúva EST. CIVIL
30.09.1922 NASCIMENTO
631/83 CARTEIRA Nº
8018 INSCRIÇÃO Nº
ADVOGADO
ASSINATURA DO PRESIDENTE

Como Isairas não nunca perdia a esperança, depois de formada, começou a estudar o processo do filho para ver que “milagre”, em termos de justiça, ainda era possível fazer, depois de tanto tempo.

Como ela dizia, um dia Deus faria a JUSTIÇA prevalecer.

Ao mesmo tempo começou a escrever, simultaneamente boa parte deste livro, sobre o crime do seu filho, e um outro, de poesias, que ela denominou de: O NOVES FORA DA VIDA.

Em 1987, no dia 24 de maio, o Jornal do Commercio publicava a manchete: Pe. HENRIQUE, A IMPUNIDADE DE UM CRIME CONTRA DEUS E OS HOMENS.

Em 28 de maio de 1994, O Diário de Pernambuco, publicou a seguinte manchete, no setor de política: “Missa no Recife homenageia memória de padre Henrique”.

Dom HÉLDER NÃO PÔDE COMPARECER ÀS CERIMÔNIAS. Mais adiante, justificava a ausência porque estava doente.

Em 03 de fevereiro de 1996, o Jornal do Commercio publicou a seguinte manchete “NOVAS PISTAS DO ASSASSINO DO PE HENRIQUE”. Nesta reportagem o ex-major disse: que ficou sabendo da identidade do assassino de PE Henrique pouco tempo depois do crime. “Eu estava sendo acusado de ser o autor do atentado ao estudante Cândido Pinto e comentei com uma pessoa, que tinha acesso ao Exército, que eu não era o culpado pelo crime. O homem me disse que sabia disso porque o tiro havia sido dado por ele e contou-me

também ter matado o Pe Henrique".

Em 10 de fevereiro de 1996, o Diário de Pernambuco noticiou que o nome do Pe. Henrique consta na lista do Ministério da Justiça. Brutalizado e morto em 69 fora uma ação do CCC – Comando de caça aos comunistas ao que Isairas declara ter conhecimento que foi o CCC que matou o seu filho.

Em 11 de fevereiro de 1996 – domingo, o Jornal do Commercio publicou no setor CIDADES, a seguinte manchete: "FERREIRA FOI FORTE NA REPRESSÃO". "O ENTÃO TENENTE FERREIRA PEDIU PAR A SUA AUXILIAR OBTER INFORMAÇÕES SOBRE CÂNDIDO PINTO, QUE DEPOIS SOFRIA UM ATENTADO. A MÃE DO Pe. HENRIQUE VIU A AUXILIAR CONVERSANDO COM O FILHO".

Um dia, em 2001, Isaíras adoeceu, e ficou acamada por um período de aproximadamente dois anos. Neste período ainda pintou alguns cartões de Natal.

No dia seis de junho de 2003, Deus concedeu-lhe o passaporte para a "Grande e definitiva viagem", deixando a vida terrena, com uma grande quantidade de sonhos, ainda por realizar.

Ao velório, compareceram os familiares e amigos.

Após uma missa de corpo presente e a bênção do corpo, uma amiga declamou uma poesia que havia sido escrita pela própria Isairas, "lição de vida", 2 padres, uma nora e outros amigos discursaram e finalmente ela foi enterrada no Cemitério da Várzea, no mesmo túmulo onde estão os restos mortais do filho Pe. Henrique, seu marido José Henrique e dois outros filhos, Amaro Henrique e José Henrique Filho, todos mais velhos que eu.

Passado aquele momento onde parece que todos nós estamos anestesiados, mergulhamos em um mar de saudades, maré bem cheia mesmo, acordei para a nova realidade.

Agora, a família ficou reduzida a nove irmãos.

Dei-me conta que a Generalíssima Vida, havia feito minha inscrição na 4ª posição daquela tropa, no dia 20 de julho de 1946, data em que nasci. Agora, eu era a mais velha da família, deveria, o mais rápido possível, tomar as rédeas e dar continuidade ao trabalho iniciado por meus pais.

Meu nome de batismo foi: Isairas Pereira da Silva Filha; porém, quando casei, em 1977, Ribeirão Preto, São Paulo, com Paulo Antônio Padovan, adotei o Nome de Isairas Pereira Padovan. Agora eu estava casada e mãe de quatro filhos.

Fiquei meditando sobre a nova realidade.

Eu já estava acostumada a cuidar dos meus irmãos; ademais, agora todos já estavam casados e mais espertos que eu. Também, já havia lutado lado a lado

com minha mãe, naquelas batalhas intermináveis sobre o assassinato do meu irmão. Fato que me deixou com várias marcas.

Eu já possuía muitas cicatrizes na alma que também serviam e ainda hoje servem como escudos. Teria que ter cuidado, apenas com as visitas da "D. Saudade" porque agora era uma pessoa a menos na minha "convivência material". O resto, "tiraria de letra".

Acordei daquele devaneio e parti para a ação.

No primeiro momento, todos foram mobilizados para preparar a missa de 7º dia. Nossa mãe dava muito valor a esse tipo de cerimônia.

Portanto, tudo deveria ser bem cuidado e diferente. Ela gostava muito de novidades, tinha uma alma de poetisa e uma sensibilidade maior que ela.

Em vez de ficar chorando vamos ao trabalho! Preferencialmente, algo criativo e original.

Aquela missão foi executada por todos os filhos e netos que estavam em Recife.

Sua missa de 7º. Dia foi celebrada na Igreja das Fronteiras pelo padre João Pubben e confeccionamos os "santinhos", de forma bem diferente da tradicional, conforme o modelo abaixo.



» Isaías - pintura em 2003



➢ 30-09-1922

Felícia, pobre menina,
passeando de casa até a esquina,
parou e olhou o céu,
onde uma nuvem fina como um véu
cobria as estrelas doiradas nascentes
e deixava escapar as estrelas cadentes.
Ai, a pobre menina,
olhou da rua o casebre-da-esquina
onde um menino...







O menino do casebre-da-esquina
também olhou Felícia - Que linda menina!
e saiu do casebre
num passo de lebre.
Olhou a lua boiando no céu
e pediu sorte a Deus, o PAI DO CÉU!
Segurou sem malícia...

HOJE

-Felícia, não chora!
Felicidade é assim: VEM ... MAS, VAI EMBORA
É COMO A ÁGUA DO MAR
que não tem canto certo pra morar
Felícia adormeceu... sonhou que era menina
e acordou lá no céu... junto ao menino do casebre-da-esquina



➢ 06-06-2003



Na lembrança acima, temos uma pintura de Isairas, quando já estava doente.

Uma poesia LIÇÃO, escrita por ela (próprio punho). Em baixo, fotos dela criança; com os filhos Amaro Henrique e Pe. Henrique (o maior); Isairas recebendo a comunhão das mãos do filho padre, ao lado de seu marido José Henrique; uma pintura de Isairas feita por Baltazar Câmara, uma foto ¾ e uma foto de Isairas dando uma entrevista para a televisão.



A HERANÇA DEIXADA POR ISAIRAS

Por ocasião da partilha, chegamos a conclusão que aquela herança, consistia em uma grande quantidade de "sementes de esperança", "sonhos", exemplos, coragem, determinação, perseverança e acima de tudo, "amor ao próximo".

Dei-me conta que aqueles bens, NUNCA deveriam ser divididos. Pelas características, deveriam ser compartilhados.

Também, não pertenciam somente à família. Era para ser repartido com os filhos e todos os seus amigos que comungavam com seus ideais.

Assim, foi feita a partilha, de acordo com seu testamento que estava impresso no coração e consciência de cada filho e amigo, de forma igualitária deixando todos os herdeiros felizes e satisfeitos, plenamente.

O primeiro "sonho" que realizamos em seu nome, foi à publicação do livro de poesias que ela deixou quase pronto, até com título. Só faltava digitar e publicar.

Publicado, o livro "O NOVES FORA DA VIDA", recebeu o ISBN978-85-7716-565-0.





Trata-se de uma coletânea de poesias que ela escrevia nos poucos momentos de trégua daqueles conflitos “polícia/justiça” ou “Guerra das Batatas Quentes”.

Neste livro percebemos que ela pode continuar transmitindo sua “Lição de Vida”, por muitos e muitos anos, não só para sua família e amigos; mas, para qualquer pessoa que tenha sensibilidade.

E as sementes de esperança? Como, quando e onde plantar?

Quais as instruções deixadas por Isairas?

Primeira e única é que depois de crescer e florescer, dos seus frutos, deveremos colher sementes para as gerações futuras.

A única contraindicação é que não devem ser semeadas de uma só vez, porque se o solo não for fértil o prejuízo será imensurável.

Na bula está escrito: – usar com parcimônia. Dosagem de acordo com as necessidades de cada paciente.

E os “sonhos”?

Nenhum homem pode viver sem sonhos para sonhar. Aquele que não os tem, envelhece e morre rapidamente. É o oxigênio da alma.

Eu e minhas irmãs, partimos para realizar o segundo sonho que nossa mãe deixou inacabado.

Minha irmã Maria Concepta, que é Física e trabalha em São Paulo veio passar as férias conosco e selecionou uma grande quantidade de papéis (um rascunho) de parte do presente livro; também, jornais, fotografias e cartas.

Estudei tudo aquilo e constatei que foram dias, meses, anos, de combate cerrado e contínuo, ouvindo-se sempre o toque de avançar e, nas pequenas tréguas de sua vida, uma ou outra condecoração, pelas poucas conquistas, naquela "Guerra das Batatas Quentes".

Agora, só faltava tempo para escrever.

Um dia, fui procurada por um aluno do Curso de Pós Graduação do Curso de História, da UFPE, Diogo Cunha, que realizava uma pesquisa para sua dissertação de mestrado, cujo tema foi: ESTADO DE EXCEÇÃO, IGREJA CATÓLICA E REPRESSÃO: O assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto.

Diogo combinou comigo e, no dia 28 de outubro de 2003, dia que coincidia com o aniversário de nascimento do próprio Pe. Henrique, 63 anos. Concedi-lhe uma entrevista.

Em 2007, Diogo também solicitou uma matéria por escrito. Queria que eu respondesse a uma série de perguntas sobre o caso.

Não tive outra solução. Para responder aquele questionário, precisava trabalhar com mais afinco.

Não podia negar a Diogo aquele trabalho. Não se nega a um jovem, a realização de um sonho.

Debrucei-me naquele passado, reencontrei aquele turbilhão de fatos, boatos, tristezas e todos os problemas vivenciados em decorrência do crime.

Finalmente, entreguei- lhe o questionário, totalmente respondido, por escrito, no dia 15 de fevereiro de 2007.

Depois, voltei à minha vida de trabalho na UFPE, de mãe e mulher.

"Engavetei" novamente aquele pedaço vergonhoso da História do Brasil.

Engavetei no modo de falar; porque todos os dias eu lembrava daquela obrigação, e dizia para mim mesma, que iria recomeçar a tarefa de escrever o livro que minha mãe havia iniciado. Eu não estava fugindo da obrigação; apenas, esperava "ter tempo".

Aquela parte da herança que me coube, eu podia compartilhar; porém, não podia postergar, pelo fato de ser a mais velha e ter vivenciado todo aquele drama.

Também, não poderia deixar a História do Brasil, contada, apenas pela SÚCIA que comandava o País nos chamados "anos de chumbo".

....

- 2 0 0 9 -

100 anos do nascimento de DOM HÉLDER E 40 anos da morte do Pe. HENRIQUE.

Em 2009, houve uma série de homenagens ao Pe. Henrique, nas cidades de Olinda e Recife.

No dia 17 de abril de 2009, a CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA PRESTOU uma homenagem ao Pe. Henrique, conforme documento abaixo:


CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA
Olinda Patrimônio da Humanidade

A Câmara Municipal de Olinda presta homenagem a
In Memoriam Pe Antonio Henrique Pereira
pelos relevantes serviços prestados à Causa Democrática e a República Federativa do Brasil.

Casa Bernardo Vieira de Melo, 17 de abril de 2009

Marcelo Soares
Presidente

Jonas Ribeiro
Secretário

Marcelo Santa Cruz
Vereador
Autor da Proposição

Posteriormente, no intervalo de uma aula que eu ministrava na UFPE, recebi um recado da Pró-reitora de Extensão, Professora Dra. Solange Coutinho. Ela queria falar comigo e era em particular.

No dia 22 de abril, Solange, com a elegância que lhe é peculiar, disse-me que, dentro da Programação de comemorações do Centenário de Nascimento de Dom Hélder Câmara, era intenção da UFPE, através da Pró-reitoria de Extensão da UFPE (PROEXT), também prestar uma homenagem para o Pe. Henrique.

Disse-me que estava previsto a implantação de uma praça, no Campus da UFPE, que seria nomeada “Praça da Liberdade” e que o evento seria no dia 27 de maio, aniversário de morte do Pe. Henrique. Em seguida, marcou-se uma reunião para o dia 30 de abril, às 16 horas, com o grupo da PROEXT, indicado pela Prof. Solange.

Também, foi organizada uma lista de pessoas que deveriam ser convidadas para a citada reunião.

No dia 30 de Abril, às 16 horas, na sala da PROEXT, sob o comando da Professora Solange, as seguintes pessoas: Isairas P. Padovan (Depto. De Histologia e Embriologia/CCb/UFPE); Ivan Melo (CTG e PROEXT); Antônio de Campos - Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP); Lurildo Ribeiro Saraiva (Depto. De Medicina Clínica/UFPE); Socorro Ferraz (CFCH); Sueldo Silveira (CTG); Djanyse Mendonça e Ana Rosa, ambas da PROEXT.

O Professor Ivan, apresentou a idéia do projeto da Praça da liberdade, no Campus da UFPE, na qual ficaria o Memorial do Pe. Antônio Henrique Pereira.

Também, falou que a homenagem seria realizada às 15 horas, do dia 27 de maio de 2009, data dos 40 anos da morte do Pe. Henrique.

O Sr. Antônio de Campos, lembrou que naquela mesma data, pela manhã, o “Movimento Tortura Nunca Mais”, estaria realizando outro evento em homenagem ao Pe. Henrique.

Com a palavra, o Professor Sueldo Vita disse que em 1969, quando passava pelo local do crime, viu o corpo do Pe. Henrique, jogado na grama só de cueca. Eu tinha na mente, aquela imagem do meu irmão, jogado no capim, vestido.

Na mesma hora eu retruquei, dizendo que ele estava enganado, que ele deveria ter visto o corpo de outra pessoa. Meu irmão foi encontrado com roupa. Eu havia visto algumas fotos da polícia técnica. Um amigo nosso, Maurício, que trabalhava para o jornal, sempre conseguia as fotos que nós desejávamos.

Depois, após as sugestões do Professor Ivan Melo e da Profa. Socorro Ferraz, ficou delineado o conteúdo da programação para o dia do evento (27/05/2009). No dia 27 de maio de 2009, foram várias homenagens, em locais diferentes e horários que coincidiram.

Para contornar o problema dos horários e do trânsito, eu e minhas irmãs Teresinha de Jesus Pereira da Silva e Maria Concepta Pereira da Silva Santos, fizemos uma “escala de trabalho”, entre as três, para que fosse possível, a família está representada em todos os lugares, simultaneamente.

Assim, no dia 27/05/2009, sob o comando da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Prefeitura do Recife, prefeito João da Costa. Foi elaborada uma programação conforme as disponibilidades de todos e as homenagens ocorreram da maneira abaixo estabelecida:

Programação

25 de maio
Na Escola Padre Antônio Henrique
15h - Palestra de Abertura
• Carlos Padilha, estudante de direito e membro do diretório acadêmico da UFPE

26 de maio
Na Escola Padre Antônio Henrique
10h - Mesa Redonda "Aspectos Positivos e Negativos da Sociedade na década de 60"
• Pe. Edvaldo, da Paróquia de Casa Forte
• Carlos Padilha, estudante de direito
• Miguel Ramos Pereira, psicólogo clínico com experiência em juventude na área educacional

15h - Mesa Redonda "Uma Vida Dedicada à Juventude"
• Pe. José Augusto, da Paróquia de São José
• Marcelo Santa Cruz, advogado do Centro Dom Helder Câmara e vereador de Olinda

27 de maio
10h - Sessão Solene em homenagem a Padre Henrique
Na Câmara dos Vereadores do Recife (rua Princesa Isabel, 410)

14h - Descerramento de Placa
Na Escola Padre Antônio Henrique

15h - Inauguração do Memorial de Padre Henrique
Na praça Padre Henrique, próximo ao monumento "Tortura Nunca Mais" (Rua da Aurora)

16h - Inauguração da Praça da Liberdade
Na UFPE

PREFEITURA DO RECIFE

Homenagem ao
Pe. Antônio Henrique

Direito à memória e à verdade

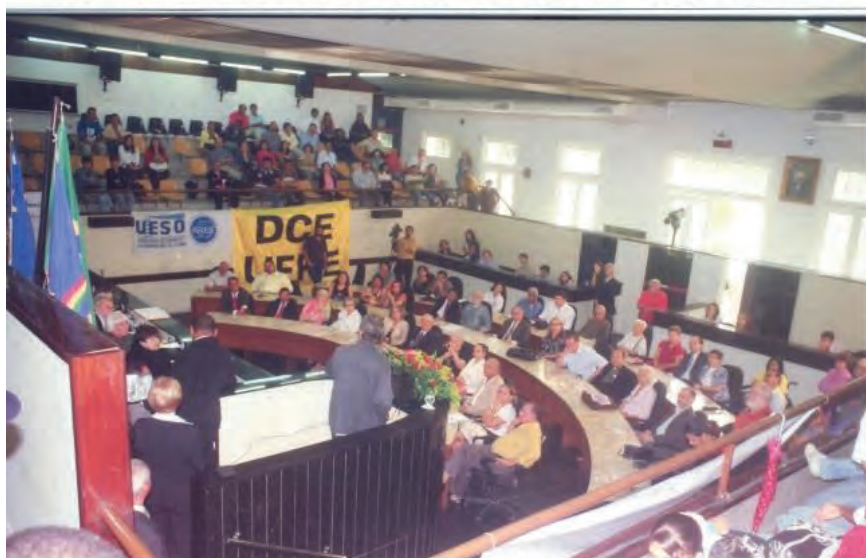
Pe. Antônio Henrique
*1940 +1969

Pela manhã, tivemos uma homenagem na Câmara Municipal do Recife com a presença de várias autoridades locais e do Ministro dos Direitos Humanos – Paulo Vannuchi. Na ocasião, após discursos alusivos ao "caso Pe. Henrique", de várias autoridades ali presentes, recebi das mãos do Ministro, a medalha "José Mariano".

Além da família e dos políticos, estiveram presentes vários amigos padres, amigos leigos e crianças carentes que emolduraram aquela cerimônia, com um maravilhoso número musical.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
HOMENAGEM AO PADRE ANTONIO HENRIQUE NETO,
DIREITO À MEMÓRIA E Á VERDADE. RECIFE 27.05.2009 - PE



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
HOMENAGEM AO PADRE ANTONIO HENRIQUE NETO,
DIREITO À MEMÓRIA E Á VERDADE. RECIFE 27.05.2009 - PE



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
HOMENAGEM AO PADRE ANTONIO HENRIQUE NETO,
DIREITO À MEMÓRIA E Á VERDADE. RECIFE 27.05.2009 - PE



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
HOMENAGEM AO PADRE ANTONIO HENRIQUE NETO,
DIREITO À MEMÓRIA E Á VERDADE. RECIFE 27.05.2009 - PE



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
HOMENAGEM AO PADRE ANTONIO HENRIQUE NETO,
DIREITO À MEMÓRIA E Á VERDADE. RECIFE 27.05.2009 - PE



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
HOMENAGEM AO PADRE ANTONIO HENRIQUE NETO,
DIREITO À MEMÓRIA E Á VERDADE. RECIFE 27.05.2009 - PE



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
HOMENAGEM AO PADRE ANTONIO HENRIQUE NETO,
DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. RECIFE 27.05.2009 - PE



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
HOMENAGEM AO PADRE ANTONIO HENRIQUE NETO,
DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE. RECIFE 27.05.2009 - PE

Posteriormente, participamos da homenagem na Escola Municipal Padre Antônio Henrique, que foi muito rápida, devido à premência do horário. Quase na mesma hora, tivemos duas cerimônias em lugares distintos.

Maria concepta a mais nova das três, foi com o Ministro, para a inauguração de uma escultura, ao lado do monumento "Tortura Nunca Mais", que fica em Santo Amaro. A foto abaixo, ilustra o momento.

Recife, 28 de maio de 2009 | quinta-feira
www.jc.com.br/politica **jornal do commercio**

Padre Henrique

...cerdote para rebater provocação do deputado de extrema-direita Jair Bolsonaro

Manoel Medeiros Neto
mmedeiros@jc.com.br

Os detalhes do crime que levou à morte padre Henrique, há 40 anos, ainda não foram esclarecidos. Isso foi lamentado, ontem, na passagem dos 40 anos do crime, quando não faltaram homenagens ao sacerdote. Na Câmara Municipal do Recife, houve sessão solene e entrega da medalha José Mariano à irmã dele, Isaíras Padovan. O grupo, liderado pelas secretarias de Direitos Humanos da Presidência da República e da Prefeitura do Recife, também visitou a Escola Municipal Padre Henrique, no Derby, e inaugurou escultura ao lado do monumento Tortura Nunca Mais, em Santo Amaro. O ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, participou da comitiva.

Para Vannuchi, os atos de ontem reforçaram o trabalho defendido pelo governo federal de resgatar e valorizar a memória daqueles que enfrentaram o regime repressivo. "Os estudantes confiarão mais no Brasil quando souberem que quem cometeu crimes foi punido", disse, em defesa contundente ao estabelecimento de punições aos torturadores. Ele também fez críticas à postura do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ), um radical de extrema-direita que é contrário às investigações sobre os desaparecidos da guerrilha do Araguaia e afixou na porta do seu gabinete, no Congresso, uma faixa com a frase: "Quem gosta de osso é cachorro". O ministro classificou de "canalha" esse tipo de postura.

Na Câmara Municipal, a solenidade emocionou vários presentes. A sessão foi realizada sob a liderança de dois políticos de gerações distintas. De acordo com Luciano Siqueira (PCdoB), o evento marcava o encontro do "militante de cabelos brancos", como se autodefiniu, e a "juventude" da vereadora Marília Arraes (PSB), nascida às vésperas da redemocratização. Os dois presidiram a solenidade.

Siqueira também lembrou que, com a entrega da medalha José Mariano a Isaíras Padovan, figuras que elegeram a liberdade como fundamento uniam-se. "José Mariano, nascido no berço de ouro da aristocracia, foi um paladino na luta contra a escravidão. Já o padre, discípulo de dom Helder Câmara, aproximava as pessoas, as gerações". Marília, que é a mais jovem parlamentar da Casa, lembrou a importância da atuação dos jovens. "Ainda temos muito para conquistar", disse.

Nascido no Recife, em 1940, padre Henrique desenvolveu atividades junto ao então arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara. Professor, ensinou em algumas instituições religiosas de ensino, como os colégios Marista e Nóbrega. Ordenado aos 25 anos, tinha proximidade com os jovens e era contrário aos métodos repressivos utilizados pela ditadura militar. Na noite de 26 de maio de 1969, foi sequestrado no Parnamirim. No dia seguinte, foi encontrado morto na Cidade Universitária.

Bernardo Soares/JC Imagem/27-05-2009

LEMBRANÇA Escultura para Padre Henrique foi inaugurada ontem

Eu fui para a UFPE, para as homenagens que seriam prestadas ao meu irmão (Pe. Antônio Henrique. Houve inicialmente uma abertura solene das

comemorações do Centenário de Nascimento de Dom Hélder Câmara, pelo reitor Amaro Lins e, nesta ocasião, dentro destas homenagens a Profa. Dra. Gilda Maria Lins de Araújo (Presidente da Comissão de Direitos Humanos D.Hélder Câmara) lançou o prêmio D. Hélder Câmara de Direitos Humanos para o melhor ensaio sobre o Pe. Henrique. Prêmio este, retomado atualmente pela referida comissão, sob a Coordenação da Profa. Maria José de Matos Luna, uma vez que a Profa. Gilda faleceu em 29.09.2009.

Depois, um belíssimo momento musical, que emocionou a todos. Eram músicas da época, da autoria de Geraldo Vandré, Chico Buarque e outros. Tudo isso, executado por alunos do Colégio de Aplicação e sob a direção da Profa. Ladjane Sara.

Posteriormente, uma homenagem, também de alunos da Escola Municipal Padre Antônio Henrique.

Após a homenagem feita pelas crianças, ouvimos diversos pronunciamentos das autoridades presentes, plantamos uma árvore (Pau Brasil) (fotos abaixo) e fizemos o lançamento da Pedra Fundamental da Praça da Liberdade. Nesta, foram afixadas placas, com inscrições alusivas à "história verdadeira" do Pé. Henrique.

Sobre o pequeno pedestal, foi colocada uma pequena escultura denominada "ANJO DA LIBERDADE", cuja réplica será implantada, posteriormente, no local.

Aplausos, emoções e um momento de Silêncio, marcaram o final daquela homenagem.





Um memorial descritivo sobre o Pe. Henrique, também foi distribuído com os presentes.

Memorial Descritivo

Padre Antônio Henrique Pereira

"Quanto mais negra é a madrugada, mais iluminado é o nascer do dia"

Dom Hélder Câmara

ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA NETO
* 28 - 10 - 1940
† 27 - 05 - 1969

Infância e Juventude

Vocação

Contexto 1

Atividades e trabalho pastoral

Contexto 2

Sua Morte

O cortejo

O Inquérito

A Justiça

Viva o Padre Antônio Henrique!

No dia seguinte, 28/05/2009, houve outra homenagem, agora na Assembleia Legislativa, por iniciativa do deputado Pedro Eurico. Fui com minhas irmãs para a solenidade e, enquanto nós esperávamos o início da mesma, sentou-se ao nosso lado, um homem que eu não sabia quem era. Após cumprimentar-nos, ele se dirigiu a minha pessoa e perguntou:

- A senhora está lembrada de mim?

Olhei bem para aquele homem e não consegui lembrar. Então respondi:

- Desculpe-me Senhor, não consigo lembrar.

Logo em seguida, ele foi falando:

- Meu nome é RAIMUNDO. Eu sou aquele homem que estava na foto do crime, com uma pasta na mão. Não está lembrada?

E logo em seguida, antes mesmo que eu falasse qualquer coisa, foi logo dizendo:

- Por que ainda estão falando tanto do Pe. Henrique? Todo mundo que estava no crime já morreu.

Lembrei-me do dia em que o policial, amigo do meu pai havia falado que aquele "homem da pasta" também estava implicado no crime, apagando as marcas e inserindo outras. Imediatamente, exclamei!

- Não senhor. Todos não morreram. O Senhor ainda está aqui.

O Raimundo, mais que depressa, foi perguntando:

- A senhora está dizendo que eu sou um dos assassinos?

Respondi-lhe que eu estava, apenas dizendo, que eu e ele, vivenciamos aquela época e ainda estávamos vivos. Com certo alívio, ele exclamou.

- Ah! Sim! Porque os assassinos foram Rível Rocha, Humberto e "X9" que já estão mortos.

Eu perguntei sobre os mandantes e ele disse que o "Tenente Ferreira", que depois chegou a Major, estava dentro do carro que estava parado na rua de nossa casa. Que se não fosse possível para "aqueles três" pegarem o padre, se o padre conseguisse chegar, na rua de casa, ele mesmo faria o serviço ali mesmo. Que depois que pegaram o padre, o major foi se juntar a eles.

E começou a relatar que: quando chegou à cena do crime, ele fez um favor para o meu irmão. Que ele foi bom para o meu irmão, que até lavou o rosto do meu irmão.

Então, eu perguntei se aquele ato não havia prejudicado a perícia. Ele respondeu:

- Não, senhora. Eu tenho muita prática nessas coisas.

Em seguida ele disse que iria "depor" ali na Assembleia e que iria dizer tudo. Os nomes dos assassinos, dos mandantes, tudo. Que lembrava até da cor da cueca que o padre usava.

Quando ele falou na cor da cueca, lembrei-me do passado. Eu e minha mãe, sabíamos que a cueca que vestia o corpo, não era do meu irmão. Também, lembrei-me do amigo do meu pai que era policial e havia dito, a verdadeira razão, da presença do Raimundo na cena do crime.

Segundo aquele Senhor, Raimundo que estava sorrindo ao lado do corpo, estava feliz porque conseguira "ocultar tudo". Acabar o serviço que foi feito durante a madrugada.

Perguntei ao Sr. Raimundo: - O Sr. Lembra mesmo da cor da cueca? E ele respondeu imediatamente.

- Era rosa.

ROSA, Sr. Raimundo? Tem certeza?

E ele, sorrindo, respondeu:

- Lembro muito bem. Era rosa.

A desfaçatez daquele homem, sob o manto da impunidade, permitia-lhe continuar com a farsa de 1969.

Mesmo após 40 anos, aquele homem, mantinha-se fiel às mentiras do passado.

Não o contestei. Lembrei-me, que havia como desmascará-lo. Eu sabia que poderia lançar mão do RELATÓRIO REFERENTE À MORTE do meu irmão. O relatório do Diretor do Instituto de Polícia Técnica – SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, assinado pelo Diretor daquele órgão, à época, Dr. Armando Samico.

O relatório que apresentaremos no final deste livro, foi obtido na internet porque nas diversas tentativas que fiz, anteriormente, JUNTO AO ÓRGAO RESPONSÁVEL, ouvi sempre um NÃO.

Na página oito, do relatório em pauta logo na primeira linha, está escrito: "**cueca tipo sunga, de cor vermelha**....."

Por que, Raimundo continuava mentindo?

O que tentava encobrir?

O que tentava criar?

No dia seguinte, o Jornal do Commercio trazia a seguinte mensagem:



» HISTÓRIA

Policial fala sobre Padre Henrique

A Assembleia Legislativa lembrou ontem os 40 anos da morte do padre Antônio Henrique Pereira da Silva, sequestrado e torturado durante a ditadura militar. Na sessão solene, além da irmã do religioso, Isaíras Padovan, esteve presente o policial aposentado Raimundo Pereira da Silva, primeiro homem a chegar ao local em que o corpo foi encontrado com sinais de tortura, marca de facadas e tiros na cabeça.

À época (1969) membro da equipe responsável por investigação de homicídio, Raimundo Pereira contou alguns detalhes do crime. Disse que o ponto em que o corpo foi encontrado, em um matagal na Cidade Universitária, no Recife, foi o local exato onde o religioso foi torturado e assassinado. O policial aposentado revelou que um dos três homens que realizaram o sequestro, ao pressionar uma faca contra o padre para forçá-lo a passar informações sobre dom Helder Câmara, o furou. Assustado como excesso de sangue, o trio decidiu executar o sacerdote. "Ele foi morto porque não quis contar onde estava os tais arquivos secretos de dom Helder", afirmou o policial aposentado.

Segundo Raimundo Pereira, havia ainda um plano alternativo para realizar o sequestro do padre Henrique. Caso o trio que estava em um veículo, modelo Rural Willys de cor verde, falhasse, um segundo carro vinha em seguida para fazer a captura. "Eles usaram primeiro o Rogério de Matos do Nascimento como isca para atrair padre Henrique, porque Rogério o conhecia", disse, referindo-se a um dos sequestradores. Raimundo Pereira sustentou que os outros dois eram policiais militares. Todos, garantiu, chegaram a ser detidos como suspeitos, mas depois foram liberados.

A sessão solene foi iniciativa do deputado Pedro Eurico (PSDB), que conheceu padre Henrique, como estudante, na Comissão de Justiça e Paz. O religioso trabalhava com jovens e era próximo a dom Helder, então arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife que despertou a ira da ditadura. "Não queremos vingança, mas apenas justiça", disse Eurico, emocionado e com a voz embargada. A deputada Terezinha Nunes (PSDB) sugeriu que uma cópia com as afirmações do policial aposentado seja encaminhada ao ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que compareceu na última quarta a outra homenagem ao padre na Câmara do Recife.

» RONDÔNIA

Casol afastado por 90 dias

A Justiça Federal de Porto Velho determinou o afastamento do governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido), por 90 dias e ordenou que, neste período, o vice, João Aparecido Cahulla (PPS), assuma o Estado. A decisão é do juiz federal substituto Flávio da Silva Andrade, que acatou pedido do Ministério Público Federal em ação civil pública por improbidade administrativa. A ação é reflexo da denúncia de suposta compra de votos nas eleições de 2006, que teria beneficiado Cassol e o senador Expedito Júnior (PR-RO).

Após todo aquele ciclo de homenagens, eu estava recolhendo algumas fotos que eu levara para o Departamento onde trabalho. Na secretaria, uma colega, olhou uma das fotos, especificamente a foto em que o Sr. Raimundo está com uma pasta. Ela foi logo comentando:

- Uma dessas duas crianças, aí na foto, é Vlademir, meu marido. Vlademir viu o Pe. nu só de cueca.

Fiquei espantada com aquela revelação. E imediatamente, falei: - Fátima ele estava com roupa.

- Não, Isaíras, ele conta que viu o Pe. Só de cueca.

- Fátima, será que teu marido poderia identificar onde ele está aqui na foto?

Ela disse que sim e deixamos para algum dia.

O tempo foi passando e aquilo ficou martelando na minha cabeça. Comecei a juntar e ordenar melhor, as novas peças daquele quebra cabeça.

Em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff assume a Presidência do Brasil. Todos nós estávamos muito esperançosos com suas promessas de campanha.

Era a primeira mulher a assumir o comando do nosso Brasil. Sabíamos da sua trajetória de vida. Ajudou a escrever a História do Brasil, como uma heroína.

Uma MULHER que "deu a volta por cima".

Uma guerreira que não se entregou, apesar da ditadura.

Em novembro de 2011, era um domingo e o Jornal do Commercio publicou uma manchete que chamou a atenção de todos. A manchete dizia;

"Em busca de seu passado"

"DIREITOS HUMANOS Comissão da verdade permitirá ao Brasil encontrar sua própria história. Alguns países conseguiram, outros não"

Mais abaixo fotos e textos explicativos.

Após inúmeros debates e discussões a respeito do tema, enfim a Comissão Nacional da Verdade, sancionada na última sexta-feira pela presidente Dilma Rousseff, está saindo do papel. Um fato que deve ser visto como positivo, ainda que tardio: na maioria dos países que instalaram comissões semelhantes, lembram especialistas, elas foram formadas logo após a transição do regime de exceção para o democrático. No Brasil, já são 26 anos de democracia. O fato de a Comissão da Verdade ter sido sancionada, no entanto, não significa, necessariamente, que ela terá sucesso – conforme pode ser observado em muitas das nações que criaram semelhantes mecanismos para investigar violações aos direitos humanos. Embora hajam casos bem-sucedidos – Argentina, por exemplo –, em outros lugares os resultados ficaram longe do esperado – como Equador e Uruguai.

Em todo o mundo, mais de 30 comissões de verdade foram instaladas com o intuito, principalmente, de levantar informações sobre crimes contra os direitos humanos cometidos em regimes ditatoriais, bem como para identificar mortos e desaparecidos políticos. Berço de inúmeras ditaduras militares na segunda metade do século passado, a América Latina foi uma das regiões que mais assistiu ao nascimento dessas comissões. "Quase todos os países da América Latina passaram por períodos de repressão política liderada por governos militares. Algumas marcadas por extrema brutalidade, com altos índices de assassinato e execuções sumárias", diz Simone Rodrigues Pinto, doutora em Ciência Política e professora do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (UnB).

Em geral, é comum se falar que o Brasil está atrasado em relação ao restante do continente na busca por sua verdade histórica. De fato, o intervalo de 26 anos entre o fim da ditadura militar e a sanção presidencial do projeto que cria a Comissão Nacional da Ver-

Saiba mais

26 anos

Foi o tempo que se passou entre o fim da ditadura militar no Brasil e a criação da Comissão da Verdade pela presidente Dilma. Na maioria dos países, tais órgãos são criados logo após o fim do regime de exceção

1982

Foi quando surgiu a primeira comissão de verdade da América Latina, na Bolívia, dias depois do retorno do país à democracia. Após três anos, nenhuma conclusão foi alcançada

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

HISTÓRIA Momentos difíceis vividos pelo País, especialmente no regime militar (alto), serão reexaminados. Sexta, Dilma sancionou Comissão da Verdade

Aloysio N. Ferrei

"A Comissão vai precisar ter foco"

Após muitos anos, finalmente o governo brasileiro vai começar buscar sua própria história. Relator do projeto de lei que instituiu a Comissão da Verdade, o senador Aloysio Nunes Ferrei falou ao **JC** sobre sua expectativa a respeito trabalhos e declarou se contrário à revisão da da Anistia.

E uma frase, embaixo da foto de Dilma, que dizia:

"HISTÓRIA – Momentos difíceis vividos pelo País, especialmente no regime militar (alto), serão reexaminados. Na sexta-feira, a Presidenta Dilma sancionou a Comissão da Verdade".

Assim que li aquela notícia, fiquei muito feliz. Uma coisa que sempre me preocupou foi a ideia de termos "várias histórias" para uma única realidade e contadas principalmente pelos vilíssimos opressores.

A HISTÓRIA É ÚNICA os boatos é que são infinitos. Reportei-me novamente ao passado e analisei toda a onda de boatos que surgiram sobre o

crime do meu irmão.

Foram diversas e cruéis, as tentativas de encobrir, a todo custo, os desmandos da SÚCIA GOVERNANTE.

Mentalmente, listei, uma série de atitudes que sempre consideramos gritantes:

1 – Não permitiram que a imprensa divulgasse nenhuma nota fúnebre. E como minha mãe bem disse, "até as famílias dos bandidos e ladrões, tinham o direito de publicar uma nota fúnebre. Por que no caso do seu filho, um padre, não podia?".

2 - Por que tentaram impedir o velório?

3 – Por que todo um "aparato policial" no dia do enterro?

4 – E na missa de 7º dia?

5 – E na missa de um mês?

6 – Por que prenderam meu pai, logo após e enterro e ficaram fazendo uma "apologia contra Dom Hélder"? Que papeis eles queriam que meu pai assinasse contra o Bispo?

7 – Por que ofereceram aos meus pais, um papel "de Judas" (dinheiro, casa no exterior, e outras vantagens), quando a "moeda de troca" era "vendermos, com FALSAS MENTIRAS" uma CONDENAÇÃO para Dom Hélder?

8 – Por que tantas tentativas de "FABRICAR" UM CRIME PASSIONAL?

9 – Por que tentar levar o caso para a "GANG DA BOLINHA"?

10 – Por que meu irmão Adolfo Henrique, depois de prestar exames (físico e intelectual) para fazer carreira de oficial da Polícia Militar, ter sido aprovado e, logo após o crime do seu irmão padre, passou a ser marginalizado?

11 – Por que puseram meu outro irmão, Tadeu Henrique para fora do emprego, na SUDENE e ficaram em sua perseguição para que ele não conseguisse outro emprego?

12 - Por que tantas ameaças e tristezas que conduziram o meu pai à morte?

13 – Por que, depois de quarenta anos, o policial Raimundo, que contracenou com os assassinos, ainda tentou mudar a cena do crime?

OUTROS BOATOS QUE TOMEI CONHECIMENTO

Um dia, em uma festa de aniversário de uma vizinha, encontrei com a Sra. Madalena Arraes, viúva do nosso ex-governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar e ficamos conversando, durante quase toda a festa. Trocamos informações sobre nossos problemas do passado. Em um determinado momento, relatou, como ela e o marido Miguel Arraes, tomaram

conhecimento da morte do Pe. Henrique. Disse-me ela que, foi através de uma carta, quando estavam no exílio.

Seus relatos, falavam de uma cena do crime, totalmente diferente da realidade: porém, igual a mais um boato que eu ouvira alguns anos atrás.

Tais mentiras, também estão publicadas no livro "DOSSIÊ DITADURA Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. 1964 – 1985" nas páginas 139-140.

IEVE Instituto de Estudos sobre a Violência no Estado. ISBN978-85-6245-009-0.

Imprensa oficial do Estado de São Paulo– ISBN978 -85-7060-717-1

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO, UM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, publicou uma matéria, em 30 de julho de 2001, com as seguintes manchetes:

"CRIMES QUE ABALARAM PERNAMBUCO". "A DITADURA QUERIA ARMAR UMA FARSA, MAS A IGREJA SE OPÔS" "O SACRIFÍCIO DO PADRE HENRIQUE". Depois de todas as manchetes, exibem uma foto falsa de Pe Henrique, de um homem que não sabemos quem é, até o dia de hoje, 30/07/2012.

Minha mãe pediu uma retratação e nunca foi atendida.

Por que não houve uma retratação?

Posteriormente, encontrei um fotógrafo que havia feito amizade conosco, desde o ano de 1969. Maurício Coutinho que havia trabalhado no Diário de Pernambuco e que agora estava trabalhando na UFPE. Perguntei-lhe o motivo, qual a razão daquela FOTO FALSA?

Desde a época do crime, eles tinham um acervo tão bom.

A resposta de Maurício Coutinho foi;

- Esteve em Recife, um "cara do Rio" e acabou com tudo.

Questionei novamente: Por quê? E Maurício Coutinho respondeu:

- Para não deixar memória.

Os exemplos acima ilustram como a HISTÓRIA vai sendo deturpada ao longo dos anos.

Depois de tudo isso, fiquei imaginando quantas mentiras já ouvi e estudei ao longo de tantos anos, quando cursei a disciplina "HISTÓRIA".

Eu vivenciei toda a História da DITADURA dos ANOS 1964 – 1985. Sei exatamente quando e porque, Jonas José Albuquerque Barros, Ivan da Rocha Aguiar, o Pe. Henrique e tantos outros, morreram; porém muitas pessoas "engolem" as mentiras divulgadas e publicadas em livros como o DOSSIÊ DITADURA acima citado.

Apesar de Jonas e Ivan terem morrido no dia 1º de abril, conhecido como "dia da mentira", é indigno contarem inverdades sobre suas vidas e mortes.

O mesmo eu digo em relação ao caso do Pe. Henrique e a todos os outros que morreram, ou "desapareceram", que não podem mais dizer nada em prol de si mesmos.

Merecem uma MEMÓRIA PRESERVADA com DIGNIDADE. Se não querem dizer a verdade, pelo menos não inventem mentiras.

Retomando o caso do Pe. Henrique e as versõs da polícia, sobre o fato de estar ou não vestido. Se estava ou não usando cueca colorida, resolvi conversar com as pessoas, que haviam passado pela cena do crime.

Queria ouvir suas versões a respeito, para comparar com o relato do policial, amigo do meu pai. Aquele que denunciou, apenas para a família, o "papel sujo" do Raimundo, mudando a cena do crime.

Depois de ouvi-los separadamente, tomei-lhes os depoimentos por escrito, e que passo a exibir abaixo:

Em 28 de maio de 2012 – segunda-feira o Jornal do Commercio noticia: COMISSÂO DA VERDADE LOCAL ESTÀ DEFINIDA. Nove nomes farão investigação. D. Fernando pediu rigor sobre o Pe. Henrique.

HOMENAGEM

Na Missa de Pentencostes, D. Fernando Saburido (bispo de Olinda e Recife) na atualidade, anunciou a transferência dos restos mortais do Pe. Henrique para a SÉ, em OLINDA. Solenidade que ocorrerá no dia 27 de agosto de 2012, data em que se comemora o aniversário de morte de D. Helder Câmra.

Depoimento sobre o caso da morte do Padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto por Vlademir Leite Monteiro

Nascido em Recife, no bairro do Cordeiro, maternidade Santa Rosa, em 02 de abril de 1959. Na época, morador da rua Don João Moura, 451 – Engenho do Meio/Recife/PE.

Portador da Id. 1825500/SSP/PE datada de 18/07/1978.

Filho de Florisvaldo Vicente Monteiro e Juraci Leite Monteiro

No dia 27 de maio de 1969, quando jogava bola com amigos, às 9:30 horas da manhã, no Campus da UFPE próximo ao local que atualmente, é a entrada do Colégio Militar, observei uma aglomeração de pessoas, porém não sabia do que se tratava. Ao chegar no local deparei-me com uma multidão que ladeava um corpo nu, trajando apenas uma cueca branca. Em seguida, fiquei com alguns colegas de jogo observando e me inteirando do ocorrido. Até aquele instante ninguém ainda havia identificado o corpo. A cada instante crescia o número de pessoas ao redor do corpo. Depois, chegou ao local um grande contingente de policiais que afastou todos que estavam ao redor do corpo. Aproximadamente quarenta minutos após pude me aproximar, novamente, do corpo que agora estava vestido com calça e camisa. Em seguida, um fotógrafo registrou aquela cena e eu fui retratado próximo ao corpo. A cena já estava totalmente modificada. Nesse momento tomei conhecimento que se tratava de um padre, o padre Henrique e que seria assessor de Don Hélder Câmara, da Curia Metropolitana do Recife. Eu ouvi comentários entre o homem que está com a pasta marrom e o outro homem de terno, presentes na foto: diziam: “este é o padre Henrique que trabalha com Dom Hélder”.

Vlademir Leite Monteiro

DEPOIMENTO SOBRE O CASO DA MORTE DO PADRE ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA NETO POR SUELDO VITA DA SILVEIRA.

Nascido em Sousa na Paraíba em 1936. Portador da identidade 51.776 – SSPPB.
Filho de Manoel Soares da Silveira e Vicentina vita da Silveira.
Que morava no bairro de San Martin, próximo a Chesf. Que no trajeto para o trabalho, passava pela av. Professor Luiz Freire e, na manhã de 27/05/1969 no trajeto para o trabalho, deparei-me com um grupo de pessoas que observava um corpo jogado no capim, apenas de cueca, em posição lateral, sobre o braço esquerdo, com as mãos amarradas por um cordão e uma corda no pescoço. Olhei a cena e fui buscar a esposa para ver aquilo que não era comum. Que também era militante na época de estudante e participei de todos os movimentos estudantis da minha época de estudante.

Recife, 20/7/2012
Sueldo Silveira

Tais depoimentos remetem-me ao passado, quando eu e minha mãe não aceitávamos e não entendíamos o fato dele estar usando uma cueca vermelha. Nós sabíamos que ele estava usando, uma branca. Conhecíamos suas roupas.

Realmente, aqueles que estavam encarregados de "desvendar" o crime, eram os próprios assassinos e, cada vez que alguém encontrava algum indício, por mais tênue que fosse, que levasse à verdade, imediatamente aquele grupo tratava de eliminar.

Os depoimentos acima foram os dois últimos retalhos que adicionei à colcha de recordações, saudades e denúncias sobre o caso do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, cuja ideia foi iniciada por Isairas (mãe) e herdei, por direito, a obrigação de dar continuidade.

Assim, eu, Isairas Pereira Padovan, repasso ÀS GERAÇÕES FUTURAS, algumas SEMENTES DE ESPERANÇA, que me foram legadas por José Henrique Pereira da Silva Neto e Isairas Pereira da Silva, para que sejam plantadas em suas mentes e corações.

Eu, minha família, os amigos de Padre Henrique e toda a sociedade BRASILEIRA, esperamos que tais sementes germinem, cresçam, floresçam e frutifiquem, para que possamos colher, em um futuro muito próximo, AMOR A DEUS, AMOR AO PRÓXIMO, JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA , FELICIDADES e PAZ.

Paz, não só para os brasileiros; PAZ PARA O MUNDO INTEIRO, desde as crianças de peito até crianças como, simbolicamente, Dona Nezita Santa Cruz, mãe de Fernando Santa Cruz, ainda desaparecido fisicamente; porém, presente, sempre, na lembrança e na saudade de Dona Nezita , seus parentes e amigos.

No dia 1 de junho de 2012, sexta-feira, tomou posse no Palácio do Campo das Princesas, a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara.

O jornal do Commercio do dia 02/06/2012, noticiou e documentou o evento conforme exibimos abaixo.

A reportagem fala da Dona Elzita Santa Cruz e da sua ESPERANÇA em encontrar o filho Fernando Santa Cruz, desaparecido há vinte e dois anos.

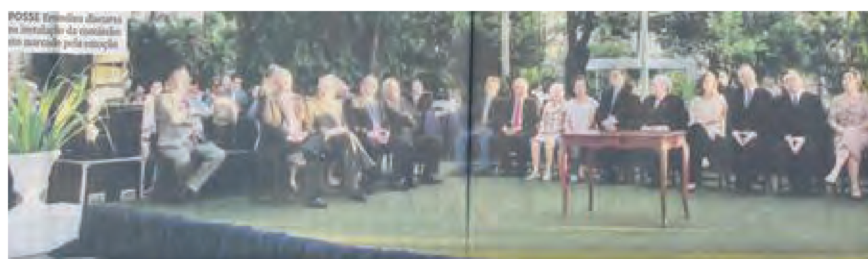
Parabenizo Dona Elzita por ainda espalhar, suas SEMENTES DE ESPERANÇA nos corações de todos os presentes; também, porque ainda tem sonhos para sonhar.

Quando o homem não tem mais sonhos para sonhar, começa a envelhecer e morrer.

Essa regra é inversamente proporcional, e Dona Elzita entende muito bem. Ou seja: quanto mais sonhos Dona Elzita tiver para sonhar, mais jovem ela será.

Assim, terá mais tempo para continuar sua lição de vida, mais tempo para mostrar que o amor de uma mãe não desiste NUNCA.

Motivo pelo qual, Isairas teve o cuidado de manter sempre a qualidade de suas sementes.



Visão panorâmica do evento – Posse da Comissão da Verdade.

Foto reproduzida do Jornal do Commercio.

Quero deixar registrado, em nome da família e dos amigos do Padre Henrique, a nossa confiança na comissão.

Sabemos que todos os componentes são íntegros, compromissados com a verdade e que farão todo o possível, para atingirem os objetivos propostos e desejados. Também, nossos agradecimentos por não se furtarem à tarefa.

Abaixo, fotos dos componentes da Comissão da Verdade, e uma sumaríssima biografia, de cada um. Material retirado do Jornal do Comércio de 02/06/2012.

Por último, anexo, o relatório da Polícia Técnica, referente à morte do meu irmão o Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto.

Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara.

Expectativas

Editoria de Arte/JC

Alexandre Gondim/JC Imagem

Fotos: Alexandre Gondim/JC Imagem



Fernando Coelho
Advogado e ex-deputado federal

"O trabalho maior da Comissão da Verdade é levantar fatos e dados para que a história estabeleça conclusões que não são individuais, mas de um grupo. Há fatos, sobretudo num período nebuloso como aquele, que nunca chegaram ao conhecimento público, e o objetivo da comissão é revelar esses detalhes. Acho, inclusive, que essa comissão deveria ter vindo antes. Mas chegou no momento possível, e vai dar frutos. Sem revanchismos, assumindo o compromisso com a verdade. A justiça é o episódio seguinte".

Henrique Mariano, Presidente da OAB-PE



"Se hoje a sociedade brasileira vive em um estado democrático de direito, devemos grande parte disso aos militantes políticos que deram sua vida pela conquista da liberdade e da democracia. Desvendar e esclarecer os casos de tortura, mortes e desaparecimentos desses heróicos pernambucanos é uma forma não só de preservar a verdadeira história, mas também de se fazer justiça social. Não tenho dúvidas de que a comissão, constituída pelo governo do Estado de modo absolutamente plural, executará esse relevante trabalho com zelo e êxito. Não nos faltará apoio e incentivo do Executivo e da sociedade pernambucana".

Manoel Moraes, Prof de Direitos Humanos



"Minha expectativa é a melhor possível. O País está passando por um momento de revisão da sua história, e cabe às comissões da verdade garantir o acesso à população à memória e à verdade dos fatos. Temos que reconstituir os acontecimentos, aceitando o desafio de dar a sociedade seu direito de acesso ao passado e ao futuro. Mas isso não pode ser feito só pela comissão. É importante manter a mobilização das entidades civis, dos fóruns e redes sociais. Estamos passando por um momento especial em Pernambuco, um Estado que teve uma das repressões mais violentas do País".

Pedro Eurico, Ex-deputado estadual



"Militei nessa área por mais de 30 anos, e digo que se essas comissões da verdade – tanto no plano nacional como nos estaduais – não vingarem, teremos perdido uma grande oportunidade de recontar a história recente do País. Não podemos nos permitir ficar, no futuro, romanceando esses fatos. Não devemos ser levados pelo ódio ou revanchismo, mas temos que ter a dignidade de contar a verdade da história. Pode haver interesses contrariados, ou falta de sintonia por parte de setores da sociedade, principalmente os envolvidos com ações repressivas nos períodos mais duros do regime. Por isso, o trabalho na comissão vai exigir dois adjetivos principais dos seus integrantes: equilíbrio e coragem".

Humberto Vieira de Melo Ex-secretário de Justiça



"Será um trabalho difícil e extenso, mas de extrema importância histórica. Também acredito que ao longo desses próximos dois anos, enfrentaremos certa resistência de setores descontentes com as investigações. Mas é importante que consigamos explicitar a verdade de casos como o assassinato do padre Henrique. Esse caso, inclusive, é um símbolo para a Comissão da Verdade. Estou bastante estimulado com a expectativa desse trabalho, e acho que temos que funcionar de forma "casada" com a Comissão Nacional da Verdade, trocando informações e dando todo apoio que pudermos ao grupo nacional".

Roberto Franca, Fundador do Gajop



"A comissão tem um compromisso importante com o futuro. Temos que rever o passado para valorizar a democracia como uma conquista da humanidade e não apenas como resultado de uma luta política. As investigações serão importantes porque os jovens de hoje não viveram aqueles momentos. Foi uma experiência muito forte e não é fácil transmiti-la às novas gerações. Não bastam livros e textos, é preciso transmitir sentimentos. Por isso, a comissão não tem apenas o missão de dar uma satisfação aos familiares dos que sofreram com o regime de exceção porque, na verdade, toda a sociedade brasileira sofreu. Temos que ser muito honestos e não ser coniventes com quem cometeu atos autoritários, mesmo se estiverem entre os que combatiam a ditadura".

Socorro Ferraz - Historiadora

"Há duas grandes linhas para se estudar a História: uma linha que



procura analisar as várias versões dos fatos e outra linha que procura a verdade dos fatos. No caso da comissão, já existem várias versões dos fatos, e agora nos cabe chegar o mais perto possível da verdade, embora como historiadora, eu tenha consciência de que é difícil recompor os fatos na sua totalidade. Só que do período da ditadura, a verdade na maioria dos casos sequer chegou a ser tangenciada. Quem viveu 64, quem sofreu aquele período, tem uma expectativa muito grande quanto ao trabalho da comissão. Por isso temos que chegar o mais perto possível da verdade, e aí a justiça será um desdobramento do nosso trabalho".

Nadja Brayner - Fundadora da Comissão Nacional de Anistia

"Minha expectativa é que a comissão consiga, de fato, resgatar a



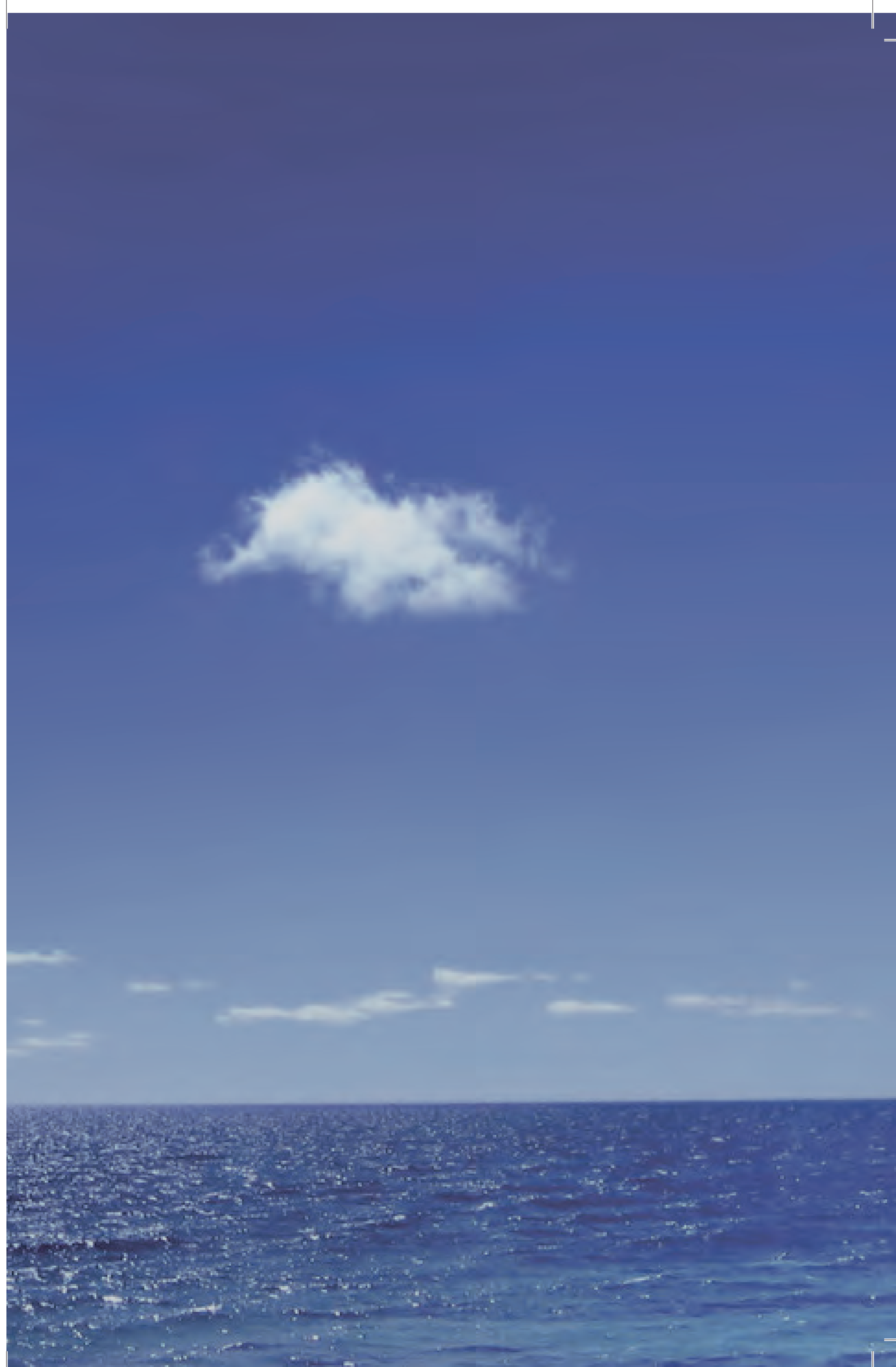
história em Pernambuco, onde a repressão foi particularmente forte. Não cabem polêmicas como essa de investigar um ou dois lados da história. A lei que criou a comissão diz que se trata de investigar a verdade sobre as vítimas da repressão, dos crimes cometidos durante os períodos de exceção desde 1946 e levantar o máximo de informações sobre eles. Há casos gritantes, como os assassinato de Odijas Carvalho, de Ezequias Bezerra ou do padre Henrique, todos com pouquíssimas informações reveladas até agora, muitos documentos desapareceram ou foram destruídos. É preciso investigar tudo isso".

Gilberto Marques - Advogado

"O sucesso do trabalho vai depender do equilíbrio da comissão. Eu



me baseio numa frase feliz da presidente Dilma: 'Nem vingança, nem perdão'. É uma orientação salutar. O mundo mudou e, hoje, quando falamos de Brasil temos que lembrar da Anistia e suas consequências. Mas a história ainda precisa ser contada em muitos aspectos verdadeiros para o futuro. É preciso identificar fatos e personagens. Mesmo os que já morreram, porque uma história bem contada é uma lição de vida".





A morte e as mortes do padre Henrique[1]

A ação do Ministério Público para que o crime não prescrevesse em 1988

Túlio Velho Barreto

É cientista político e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e um dos autores e organizadores dos livros Na Trilha do Golpe – 1964 Revisitado *(Massangana, 2004)*, A Nova República – Visões da Redemocratização *(Cepe, 2005) e* 1964 – O Golpe Passado A Limpo *(Massangana, 2006), entre outros, além de diversos artigos de opinião sobre o regime militar e a redemocratização no Brasil em jornais e revistas do País.*

Este artigo pretende dar uma pequena contribuição à historiografia acerca de um bárbaro crime cometido pelo aparelho de Estado e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) durante a ditadura militar (1964-85). E preencher, assim, a lacuna deixada por parte signficativa dos meios de comunicação, estudiosos e relevantes instituições e atores sociais a respeito do assassinato do padre Antonio Henrique Pereira da Silva Neto. E, como pouco se escreveu ou se disse, nos últimos anos, acerca da tentativa de punir os acusados pelo

1 Agradeço à professora Isaíras Padovan, irmã do padre Henrique e herdeira da luta de "dona" Isaíras Pereira no esclarecimento do assassinato de seu filho e punição dos culpados, pelo generoso convite para participar desta relevante obra, e ao meu irmão Thales Velho Barreto, pela cessão de seu arquivo pessoal sobre a ação do MPPE no caso, aqui utilizado como princial fonte de pesquisa. Este texto é dedicado à memória de Telga Gomes de Araújo, meu pai, e de Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, para dom Hélder Câmara, um mártir que ofereceu seu sangue para ajudar os jovens.

crime, fato que ocorreu ainda no final dos anos 1980, destacar a importante e corajosa iniciativa do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e de seu procurador geral à época, Telga Gomes de Araújo, quando apresentaram inédita denúnciacrime contra alguns dos autores e mandantes daquele brutal assassinato.

De fato, em 1988, o então procurador-geral de Justiça Telga Araújo reabriu o processo sobre a morte do padre Henrique, ocorrida em 1969. Com isso, tentava impedir a prescrição do crime que vitimou um dos mais jovens, atuantes e próximos auxiliares de dom Hélder Câmara, crime que, à ocasião, estava prestes a completar 20 anos. Para tanto, designou o então promotor de Justiça Célio Avelino de Andrade para estudar o processo e oferecer a denúncia. Este, após analisar mais de três mil e quinhentas páginas do processo, elaborou parecer apontando as circunstâncias em que o crime ocorreu e os nomes dos envolvidos – dois dos quais, à época, já falecidos. Em seguida, entendendo não ter competência legal para oferecer denúncia-crime, que envolvia um procurador de Justiça, o promotor devolveu o processo ao procurador geral.

Como chefe do MPPE, e na ausência da denúncia, Telga Araújo elaborou e ofereceu inédita denúncia-crime contra os acusados pelo sequestro, tortura e morte do religioso. E designou a promotora Anamaria Torres Campos de Vasconcelos para acompanhar o processo no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Mas, apesar de o juiz Nildo Nery dos Santos, da 2ª Vara Privativa do Júri, ter acatado a denúncia-crime, o TJPE concedeu ordem para trancar a ação penal. Falava-se em “revanchismo”, embora o procurador-geral baseasse a denúncia-crime no processo, sem descartar as evidentes motivações políticas envolvidas, o que atendia plenamente aos anseios da sociedade por Justiça.

Na época, tais fatos foram amplamente divulgados pela mídia, inclusive a imprensa nacional, que noticiou os desdobramentos do processo. E eram acompanhados pela sociedade e suas entidades, que se manifestavam a favor da ação do MPPE e do julgamento dos denunciados. O País vivia a transição democrática. Em Brasília, o Congresso Constituinte finalizava a nova Carta, que restabeleceria a democracia e o Estado Democrático de Direito. Em Pernambuco, o governador Miguel Arraes de Alencar havia sido eleito em nome da esperança e seu governo gerava enormes expectativas, inclusive em relação à atuação do MPPE.

Portanto, após anos de farsas, quando os entes públicos fingiam investigar e se negavam a apontar os verdadeiros culpados pelos crimes do regime militar,

em especial nos chamados "anos de chumbo" (1968-1973), o MPPE não se omitiu e cumpriu sua missão institucional. E assim escreveu uma bela página em sua história, antes mesmo de a Constituição Federal lhe reservar o papel de guardião dos direitos da sociedade. Infelizmente, a iniciativa do TJPE terminou por servir durante muitos anos de parâmetro para arquivar outros processos. Com isso, em 1988, perdeu-se grande oportunidade de dar novo rumo à própria democracia, que só existe se preservado o "direito à verdade e à memória".

Em 1994, enfim, o processo foi arquivado. Mas as 12 laudas da denúncia-crime foram publicadas na íntegra nos jornais do Estado em 19 de agosto de 1988 e transcritas nos Anais da Assembleia do Estado de Pernambuco – à época, a principal caixa de ressonância daqueles acontecimentos – por iniciativa do então deputado Roldão Joaquim. Como os denunciados não poderão mais pagar por seus atos, a denúncia-crime deve ser urgentemente reintegrada à História, pois ali estão os fatos, os nomes, as motivações e as ações de cada um dos envolvidos no bárbaro crime. Porquanto esta história já foi contada, a sociedade tem o direito e o dever de conhecê-la.

Assim sendo, aqui, busca-se trazer maiores detalhes dos fatos ocorridos em torno da ação do MPPE, em especial da denúncia-crime oferecida em agosto de 1988, mas, sobretudo, dar mais oportunidade para que mais pessoas tenham acesso ao seu conteúdo. Daí a principal razão de transcrevê-la na íntegra ao final deste capítulo.

Notas acerca da redemocratização, a Carta Magna de 1988 e o "novo" Ministério Público

A chamada "Constituição Cidadã" só foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Nela, alargaram-se os direitos sociais, individuais e coletivos, como em nenhum outro momento de nossa história. Com isso, o Ministério Público ganhou dimensão e status de quarto Poder da República, transformando-se em "agente da cidadania", no dizer de uma das principais especialistas na área, Maria Tereza Sadek. De fato, para ela, após 1988, o Ministério Público, a partir da ação de seus membros, tornou-se "um ator relevante". E, como a própria Sadek afirma em seu livro *Justiça e Cidadania no Brasil* (Editora Sumaré/Idesp, 2000), "poucas vezes – se alguma – presenciou-se, em tão curto espaço de tempo, uma instituição sair da obscuridade alçando-se para o centro dos refletores. Quer atuando nos limites de suas atribuições legais, quer promovendo atividades fora do gabinete, os integrantes do Ministério Público

vêm marcando presença, e, consequentemente, provocando reações".

Mas, em Pernambuco, o Ministério Público, antes mesmo da promulgação da nova Carta Magna, agindo de forma inédita, inovava ao transformar-se em caixa de ressonância dos anseios da sociedade e suas entidades representativas. Foi o que ocorreu ao longo do ano de 1988, quando o MPPE não mediu esforços e, superando preconceitos e reações, reabriu o processo envolvendo o brutal assassinato do padre Antônio Henrique, prestes a prescrever. Começava a atuar, assim, como instituição "agente da cidadania", no caso, em consonância, por exemplo, com o Comitê pela não prescrição do crime contra o padre Henrique, formado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Secção Pernambuco, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, Comissão de Justiça e Paz, Centro Josué de Castro, Grupo Tortura Nunca Mais, os Sindicatos de Jornalistas e Radialistas de Pernambuco, Associação de Imprensa de Pernambuco e os Conselhos das Igrejas Anglicana e Metodista.

É relevante lembrar que, do ponto de vista político, vivia-se apenas os primórdios do primeiro governo civil eleito após o golpe militar-civil, que se instalara no Brasil em 1964, com a deposição do presidente João Goulart e, em Pernambuco, do governador Miguel Arraes. E mesmo assim depois de enormes frustrações, como a derrota do movimento pelo retorno das eleições diretas para presidente da República, conhecido como Diretas Já (1984-85), e a morte do líder político que havia conduzido o processo de transição até então, Tancredo Neves (1985). E também enormes limitações na medida em que a chapa Tancredo Neves e José Sarney, este um remanescente do *ancien régime* (antigo regime), foi eleita indiretamente no questionável Colégio Eleitoral, instrumento criado pela ditadura militar para controlar as eleições presidenciais.

Para que se tenha uma ideia ainda mais precisa do momento em que estava mergulhado o País, destaque-se que, em 1988, seria realizada apenas a segunda eleição para prefeitos das capitais. A nova Constituição Federal, que marcaria o retorno do País ao Estado Democrático de Direito, ainda estava em plena elaboração. E a primeira eleição para governador, livre dos casuísmos impostos pelo regime de exceção, só ocorrera dois anos antes, em 1986. Portanto, havia bastante receio de que qualquer ação no sentido de passar a limpo o passado recente pudesse provocar um retrocesso na transição para a democracia, que, entre nós, apenas engatinhava.

Ademais, em Pernambuco, a eleição para governador em 1986 ocorreu carregada de simbolismos e esperanças. Com efeito, era a primeira chance que

Miguel Arraes, que fora retirado à força do Palácio do Campo das Princesas, sede do executivo estadual, tinha de voltar ao cargo para o qual fora eleito em 1962. Reconhecido como um governante de preocupações e relações populares e de marcada atuação em favor dos mais pobres, sobretudo, por suas ações no primeiro mandato estadual e à frente da Prefeitura do Recife, que ocupou entre 1960-62, sua eleição parecia significar "um acerto de contas com a história". Pelo menos, este era o conteúdo de sua campanha, que usava os slogans: "A esperança está de volta", "Ele está voltando", "Arraes taí, arrastaí, meu povo" etc. Ao mesmo tempo, para uma parcela significativa da população, receiosa de um retrocesso político, e para os conservadores e setores ligados ao regime militar, a possibildade de um novo governo Arraes, por seu presente e pelo que ele já representava à época do golpe militar, era motivo de preocupação e medo.

No fim, terminou por prevalecer o forte e inequívoco sentimento de mudança em Pernambuco. Sentimento que emergia em consonância com a mobilização e o desejo da maioria dos brasileiros no sentido de construir um caminho sem volta para a democracia. E embalados pela vontade de que a nova Constituição Federal fincasse as bases do Estado Democrático de Direito na perspectiva da consolidação democrática. Para tanto, contribuiu, ainda, a grande mobilização nacional em torno do Plano Cruzado, que, em 1986, na esteira de outros movimentos frustrados – como as Diretas Já e Tancredo Já – parecia, enfim, trazer um novo alento para os brasileiros, tanto do ponto de vista político quanto econômico.

Neste contexto, portanto, é que se dá a atuação do MPPE no caso da reabertura do processo envolvendo o bárbaro e paradigmático assassinato do padre Henrique.

Ação do MPPE para impedir a prescrição do crime contra o padre Henrique e condenar os agentes do Estado nele envolvidos

Tendo como pano de fundo um contexto apenas relativamente favorável – contexto este propiciado pelo processo de redemocratização em curso –, o então governador Roberto Magalhães, que, embora ligado ao *ancien régime*, participara do movimento pelo retorno das eleições diretas para presidente da República, em 1984-85, nomeou Telga Araújo para o cargo de procurador geral da Justiça. Em seu discurso de posse, em 10 de março de 1986, o novo chefe do MPPE já externava a visão que o levaria a oferecer, dois anos depois, a denúncia-crime contra os assassinos do padre Henrique. Na ocasião, afirmava o procurador geral:

> *"A sociedade brasileira vive uma nova realidade, consubstanciada nas propostas governamentais de implantação do estado de Direito, a partir de uma nova Carta Magna a ser elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, a instalar-se em princípios do ano vindouro, Este é, pois, o momento em que todos nós devemos nos conscientizar da necessidade de mobilizar não somente os integrantes da instituição, mas toda a sociedade, no sentido de reclamar dos constituintes uma correta definição constitucional do Ministério Público, de modo a fortalecê-lo" (Diario de Pernambuco, 11/3/1986).*

Ainda em seu discurso de posse, o procurador geral já deixava claro qual a função que vislumbrava para o Ministério Público em um Estado Democrático de Direito e o quê deveria norteá-lo a partir de então.

> *"O Ministério Público já não representa o papel de defensor dos interesses do Estado. Ao contrário, compete-lhe hoje pugnar pelos direitos do cidadão contra os interesses dos governos e dos governantes. [E] todas as suas atribuições na área criminal, como na cível, conduzem prevalentemente ao desempenho do seu papel de defensor da sociedade, a enfrentar o poder político e o poder econômico, atuando em favor dos necessitados" (Diario de Pernambuco, 11/3/1986).*

Deposto do cargo de governador em 1º de abril de 1964, por um golpe civil-militar de 1964, e sido imediatamente preso e logo depois exilado, em 15 de novembro de 1986, Miguel Arraes foi eleito pela segunda vez para ocupar o cargo de governador do Estado de Pernambuco. Empossado, manteve Telga Araújo no cargo de procurador geral da Justiça.

Entendendo que o bárbaro assassinato do padre Henrique era um dos crimes mais paradigmáticos perpetrados pelo regime militar e o CCC em Pernambuco, e em uma clara tentativa de impedir a sua prescrição, em 28 de abril de 1988, o procurador geral designou o promotor de Justiça Célio Avelino de Andrade para atuar no processo-crime que teve o padre Henrique como vítima. Em curso na 2ª Vara Privativa, o promotor de Justiça encaminhou requisitório em que indiciava os agentes de polícia Rível Gomes da Rocha, Jardo Rodrigues, Benedito Rodrigues, o ex-agente de polícia Henrique Pereira Filho, além do general Lyra Tavares, um dos líderes do golpe civil-militar, que teria ordenado a prisão da vítima, e o procurador de Justiça José Bartolomeu Lemos Gibson, diretor do Departamento de Investigações da Secretaria da

Segurança Pública do Estado de Pernambuco na época do crime. Entretanto, devolveu os autos ao procurador geral por entender que o fato de envolver um procurador de Justiça, no caso, Bartolomeu Gibson, o impedia de promover a ação penal.

Contestando a posição do promotor de Justiça, Telga Araújo encaminhou o inquérito em que se apuravam as responsabilidades na morte do padre Henrique ao juiz de Direito Nildo Nery dos Santos em 10 de junho de 1988. Na peça, voltava a defender a competência legal do promotor de Justiça Célio Avelino para que, em seu requisitório, apresentasse a denúncia contra os autores e mandantes do bárbaro crime. Entendia o procurador geral que "o Ministério Público não pode se omitir [...], pois isso seria o desprestígio, o descrédito" da Instituição. Defendia igualmente a competência do Tribunal do Júri do Recife, e não do Tribunal de Justiça do Estado, para julgar o caso. Tentava, assim, vencer um debate sobre competências diversas surgido em Pernambuco às vésperas da prescrição do crime.

O debate acerca das competências para oferecer a denúncia-crime e julgá-la está bem retratado nas manchetes e reportagens de jornais locais sobre o caso: "Procurador devolve processo a promotor para denúncia" (*Diario de Pernambuco*, 31/5/1988), para que este apresenta-se a denúncia-crime perante o Tribunal do Júri; "Procurador está estudando para elaborar parecer" (*Diario de Pernambuco*, 2/6/1988), neste caso, insistindo na competência do promotor para oferecer a denúncia-crime ao Tribunal do Júri; "Matadores de padre devem ir a júri" (*Diario de Pernambuco*, 10/6/1988), que trazia a íntegra do parecer do procurador geral sobre as competências; "Procurador decide competência sobre processo do pe. Henrique" (*Diario de Pernambuco*, 23/6/1988); e "Procurador diz que promotor descumpriu seu dever funcional" (*Diario de Pernambuco*, 24/6/1988), quando é superada, finalmente, a pendenga, que ameaçava paralisar a tramitação do processo e, portanto, aumentando a chance deste prescrever. Assim, segundo a última reportagem, "o caso do padre Henrique ganha agora rumo definitivo, em relação à denúncia perante o Tribunal do Júri, com o ato do procurador Telga Araújo, que avocou o processo em virtude do promotor Célio Avelino de Andrade não haver promovido a denúncia das pessoas por ele apresentadas no seu requisitório ao juiz Nildo Nery".

Finalmente, no dia 17 de agosto de 1988, depois de avocar e estudar o processo, de mais de três mil e quinhentas páginas, o procurador geral da Justiça Telga Araújo ofereceu a denúncia-crime. No dia seguinte, o juiz de Direito e

titular da 2ª Vara do Júri do Recife Nildo Nery dos Santos aceitava a denúncia-crime e marcava o primeiro interrogatório dos principais envolvidos para o dia 5 de setembro. Com isso, 19 anos depois da morte do padre Henrique, os acusados seriam ouvidos pela Justiça, o que impediria a prescrição do crime em 1989, passando esta para o ano de 2008.

A imprensa nacional e local deu grande destaque ao fato por se tratar de uma clara tentativa de esclarecimento de um crime cometido durante e pelo regime militar.

Em sua edição de 19/8/1988, o jornal *Folha de Pernambuco* dedica sua manchete principal de capa ao caso: "Após 19 anos Justiça ouve acusados da morte do padre". Dedica-lhe igualmente o editorial "Luta de décadas" ressaltando a importância da iniciativa inédita do MPPE e apoiando a ação do procurador geral. Além disso, reservaria duas páginas de seu primeiro caderno ao caso, dando destaque especial à atuação do MPPE e transcrevendo, na íntegra, a denúncia-crime oferecida pelo procurador geral.

No mesmo dia, além de transcrever a denúncia-crime na íntegra, o *Jornal do Commercio* anunciava que os "Autores do crime do padre Henrique são denunciados", explicando que

> *"o procurador de Justiça, José Bartolomeu Gibson, o advogado Henrique Pereira da Silva Filho (agente X-9) e o comissário Rível Rocha foram denunciados ontem pelo procurador Telga Araújo como autores do assassinato do padre Henrique, há 19 anos. O juiz Nildo Nery dos Santos aceitou a denúncia e marcou o interrogatório dos acusados para o dia 5 de setembro. O advogado Mírcio Ferreira, defensor de Rível e X-9, disse que a denúncia não tem fundamento e, por isso, vai ingressar com um 'habeas-corpus' para trancar a ação penal. Com a denúncia, cai o risco de prescrição".*

Já o *Diario de Pernambuco*, também em sua edição de 19/8/1988, trazia a seguinte manchete de capa: "Acusados da morte de padre são denunciados". Ainda na chamada de capa anunciava que "a medida, que evita a prescrição do inquérito, foi festejada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE". No seu interior, trazia, igualmente, o texto da denúncia-crime transcrito integralmente.

Entre os vários jornais nacionais, a edição do dia 19/8/1988 da *Folha de São Paulo* trazia a reportagem "Juiz acolhe denúncia sobre padre assassinado em Recife há 19 anos". De forma inequívoca, seu teor dava uma ideia mais

precisa da importância e do ineditismo da iniciativa do procurador geral da Justiça em denunciar os envolvidos com a morte do padre Henrique.

> *"O procurador-geral da Justiça de Pernambuco, Telga Araújo, denunciou ontem em Recife (PE) os acusados da morte do padre Henrique, ocorrida há 19 anos, ao juiz Nildo Nery dos Santos, da 1ª Vara do Júri "na verdade, da 2ª Vara". O juiz acolheu a denúncia e marcou o interrogatório dos acusados para o dia 5 de setembro próximo. Os denunciados – Rível Gomes da Rocha, Henrique Pereira e Bartolomeu Gibson Filho – podem ser condenados a penas que variam de dois a 30 anos".*

Na sequência, a reportagem historia a longa tramitação do processo e as sucessivas e bem sucedidas iniciativas de instituições e atores sociais no sentido de jamais apurar as responsabilidades dos envolvidos com a bárbara morte do padre Henrique:

> *"Com o acolhimento da denúncia, o processo do padre Henrique não corre mais o risco de ser prescrito no dia 27 de maio de 1989, quando o assassinato do padre completará 20 anos. Desde 69, o processo foi arquivado quatro vezes. Nenhum dos oito promotores que o tiveram sob sua responsabilidade apresentou denúncia contra os acusados. O último promotor designado para acompanhar o caso, Célio Avelino de Andrade, julgou-se incompetente porque entre os acusados, está o procurador de Justiça, José Bartolomeu Gibson, que era delegado na época do crime".*

Lembra, ainda, que "em 1969, a comissão judiciária, formada pelo governador Nilo Coelho para esclarecer o caso, pouco apurou. Não descobriu, por exemplo, a quem pertencia a Rural verde, placa 60.345, carro no qual o padre Henrique viajou com os assassinos. Na Secretaria de Segurança do Estado, sabia-se que a Rural era da polícia e que naquela noite fora abastecida com autorização do então delegado Bartolomeu Gibson".

Como reporta a *Folha de Pernambuco*, de 19/8/1988, edição aqui já citada, a iniciativa do MPPE em oferecer a denúncia-crime e sua aceitação inicial por parte do Judiciário de Pernambuco, gerou o sentimento de "satisfação" generalizada, o que era possível observar na medida em que "o fato tomou conta da cidade do Recife e de seus advogados". Para ilustrar tal sentimento, o jornal transcreveu parte da mensagem oficial enviada aos meios de comunicação

pelo presidente em exercício e a secretária geral da OAB-PE, respectivamente, Jorge da Costa Pinto e Nadeje Domingues. Dizia a mensagem:

> *"O Comitê pela Não Prescrição – convocado pela Comissão de Direitos Humanos – vê hoje recompensado o seu esforço com a denúncia oferecida pelo procurador geral de Justiça, Dr. Telga Araújo, perante a 2ª Vara Privativa de Júri, recebida pelo juiz titular, interrompendo assim a contagem do prazo prescricional que expiraria em maio de 1969, [...] o que fortalece a nossa convicção de que a sociedade mobilizada, com consciência e firmeza nos seus propósitos, pode alcançar os objetivos desejados".*

No final da reportagem, a *Folha de Pernambuco* esclarece que "assinam o pronunciamento, além da OAB, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares [Gajop], Comissão de Justiça e Paz, Centro Josué de Castro, Grupo Tortura Nunca Mais, os Sindicatos de Jornalistas e Radialistas de Pernambuco, Associação de Imprensa de Pernambuco e os Conselhos das Igrejas Anglicana e Metodista". Quanto à escolha da promotora Anamaria Campos Torres de Vasconcelos para atuar no caso, a OAB-PE manifestou-se favoravelmente por considerá-la "independente, jovem, corajosa, preparada e correta", com a certeza de que a promotora "saberá encaminhar dignamente esse processo, sem se dobrar às pressões". E "honrará o processo". Finalmente, a OAB-PE vê "motivo de parabenização ao procurador geral de Justiça pela designação e pela oferta da denúncia".

Apesar da euforia inicial demonstrada pelas assim chamadas "entidades da sociedade civil organizada", e acostumados aos "vai e vem" do caso, os mais próximos ao padre Henrique adotavam uma postura mais cética quanto à apuração e condenação dos culpados por sua morte.

A mãe do padre Henrique, "dona" Isaíras Pereira, por exemplo, afirmava, nas mesmas páginas da *Folha de Pernambuco*, que ainda era cedo para falar em vitória. Para ela, aquele momento significava apenas mais um começo e muita coisa poderia ser feita para dificultar a apuração dos fatos reais e, sobretudo, a condenação dos acusados. Quanto aos denunciados, "dona" Isaíras Pereira não demonstrava surpresa, pois já os conhecia a todos, tendo, inclusive, sido ameaçada por vários deles, citando, na reportagem, nominalmente, o procurador de Justiça Bartolomeu Gibson. De toda forma,

mostrou-se “admirada da coragem do procurador Telga Araújo, pois até um delegado já fora morto neste caso, o bacharel Sérgio Soares de Aquino”. Na mesma linha, se manifestaram o Arcebispo e o Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, respectivamente, dom José Cardoso Sobrinho e dom Hélder Câmara, com quem padre Henrique trabalhara diretamente, afirmando ambos que acreditavam mais na Justiça divina, que não falha, do que na Justiça dos homens, esta falível. Para dom José Cardoso, no entanto, era necessário reafirmar “que a opinião pública precisa de uma satisfação por esse, e por tanto outros crimes semelhantes. Concordo com a reabertura do processo”.

Com a denúncia-crime aceita, o principal defensor dos acusados, o advogado Mírcio Ferreira, logo procurou, por meio da imprensa, questionar a denúncia-crime, taxando-a de “paupérrima”, pois, segundo ele, “as denúncias ou as queixas devem conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, sendo obrigatória a descrição da participação de cada um dos acusados no crime”. E se referia ao procurador geral como “serviçal” – a manchete da reportagem é “Mírcio chama Telga de serviçal” – já que “o ato do procurador foi de puro ‘serviçalismo e uma manifestação de revanchismo político, [que] simplesmente enaltece os que contestaram a revolução de 64, e ainda usa o Poder Judiciário para desfraldar a bandeira dos supostos democratas de Pernambuco contra o movimento de 64”. Para ele, a denúncia-crime deveria ter sido rejeitada pelo juiz da 2ª Vara do Júri. Com isso, o advogado levantava suspeita sobre as motivações de quem a apresentara, bem como dos que defendiam o julgamento dos acusados (*Jornal do Commercio*, 24/8/1988). Contudo, a leitura atenta da denúncia-crime no final deste capítulo bem ajudará ao leitor a fazer seu próprio juízo acerca dos argumentos expostos pelo advogado.

Em seguida, Mírcio Ferreira, por meio de um *harbeas-corpus*, requer o “trancamento da ação penal [...] por inépcia, falta de justa causa e extinção da punibilidade pela anistia” (*Diario de Pernambuco*, 24/8/1988). Registre-se que o último argumento quase constitui um claro reconhecimento de culpa na medida em que apela à Lei da Anistia, de 1979, que, com sua questionável reciprocidade, livrou e tem livrado de julgamento e prisão muitos dos responsáveis por crimes perpetrados durante e pela ditadura militar.

Nos dias seguintes, a imprensa local acompanharia a tramitação do pedido de *harbeas-corpus* e de trancamento da ação penal. Assim, começava a se delinear o que iria ocorrer em breve. Com efeito, inicialmente, o desembargador Geraldo Campos declinou de relatar o processo em função de “participação de

parente". Assim, o devolveu ao presidente do TJPE ("Desembargador devolve ao TJPE o processo do pe. Henrique", *Diario de Pernambuco*, 27/8/1988). A necessidade de sortear outro desembargador para atuar como relator do processo e os sucessivos *harbeas-corpus* impetrados em favor dos denunciados faziam surgir as primeiras notícias sobre o possível adiamento da audiência para a tomada de depoimentos no processo do assassinato do padre Henrique, originalmente marcada para o dia 5 de setembro.

Na ocasião, o desembargador Otílio Neiva, sorteado para relatar o *harbeas-corpus* em favor de Henrique Pereira, o primeiro a ser impetrado, avocou os autos, em 12 volumes, para estudá-los, enquanto *harbeas-corpus* era impetrado, agora, também em favor de Rível Rocha. Os argumentos e o advogado utilizados eram os mesmos, inclusive o recurso à Lei da Anistia no que se refere a "crimes conexos", "crimes políticos" ou "com motivação política" ("Poderá ser adiada audiência do processo do pe. Henrique, *Diario de Pernambuco*, 31/8/1988). Por último, os advogados do procurador Bartolomeu Gibson, Roque de Brito Alves e Bráulio Lacerda, impetravam *harbeas-corpus* em seu favor ("Gibson diz que denúncia contra ele é inepta", *Diario de Pernambuco*, 1º/9/1988).

Em 23/9/1988, o *Diario de Pernambuco* trazia a seguinte reportagem: "Procurador é favorável ao trancamento de ação penal". Nela, pode-se ler que:

> *"entendendo que a denúncia oferecida pelo procurador-geral do Estado [na verdade, procurador geral da Justiça], Telga de Araújo, contra o também procurador Bartolomeu Gibson, o advogado [e] ex-agente de polícia Henrique Pereira 'X-9' e o policial Rível Rocha, acusados do assassínio do padre Henrique, 'não preenche as formalidades legais para início de uma ação penal pública', o procurador Waldir Bitu [do Tribunal de Justiça] deu parecer favorável ao trancamento da ação penal movida contra os acusados. [...] Com o parecer do procurador Waldir Bitu, na qualidade de relator, o desembargador Otílio Neiva dará também seu parecer e possivelmente ainda este ano a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça julgue o pedido".*

É o que, de fato, ocorreria ainda no mês de outubro daquele ano, mais precisamente no dia 21, quando o Tribunal de Justiça, por unanimidade, decidiu, mais uma vez, pelo arquivamento da ação penal contra os acusados pela morte do padre Henrique. No dia 22, jornais do Recife estamparam

em suas capas manchetes sobre o fato. *Jornal do Commercio*: "Procurador vai apelar contra o arquivamento do caso do padre Henrique" e *Folha de Pernambuco*: "Telga recorrerá da decisão". Já o *Diario de Pernambuco*, em seu interior, trazia "Telga contesta Gibson e diz que cumpriu dever".

Os três jornais reproduziam igualmente a íntegra da nota do procurador geral de Justiça acerca do processo e da decisão do TJPE, em que ele reafirmava o (novo) papel do Ministério Público, que logo lhe atribuiria a Constituição Federal:

> *"Na condição de procurador-geral da Justiça, sinto-me no dever de vir a público pronunciar-me a respeito das declarações feitas por implicados no assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Filho, [na verdade, Neto] por mim denunciados com base no inquérito policial, do qual emergem indiscutíveis indícios de sua responsabilidade penal, a evitar, assim, a prescrição, asseguradora de sua impunidade.*
>
> *Tenho convicção absoluta de que entre a criminosa omissão e o cumprimento do meu dever funcional e do compromisso do Ministério Público com a sociedade, escolhi o único caminho capaz de preservar a respeitabilidade da instituição.*
>
> *Nesta oportunidade, o procurador-geral da Justiça não discute o mérito da decisão judicial. Usando das prerrogativas que a legislação processual penal do País lhe defere recorrerá, no momento hábil, daquela decisão [...]".*

Como não podia ser diferente, a decisão do TJPE repercutiu negativamente junto às entidades da sociedade civil organizada. A Comissão de Justiça e Paz, por exemplo, por meio de seu presidente, Luiz Tenderini, "se disse 'estupefato' com o encerramento do processo do padre Henrique. 'Toda a sociedade acompanhou o caso ao longo dos anos, sabe quem são os assassinos e os motivos do crime. A CJP recebe com indignação o fato da Justiça não levar adiante o processo que implica gente poderosa" (*Jornal do Commercio*, 22/10/1988).

Na mesma reportagem, dom Hélder Câmara ratifica a posição adotada no início do processo de tentativa de reabertura do caso pelo MPPE, quando, para espanto de muitos, se posicionou contra. Em sua visão, "diante da certeza

que o padre Henrique sempre teve de que a morte não é o verdadeiro fim, mas o começo da verdadeira vida, ele está em paz". Daí não se importar com a decisão da Justiça. Já a posição de 'dona' Isaíras foi resumida na reportagem seguinte: "Dona Isaíras não acredita na Justiça":

> *"A mãe do padre Henrique, dona Isaíras Pereira, já esperava pelo encerramento do processo que apurava a morte do seu filho. 'Gente rica não vai nunca para a cadeia. Por isso nunca sonhei com a apuração do crime, até porque a gente sonha quando é jovem, com amor', disse sem demonstrar rancor, justificando sua posição. Mesmo quando o caso do padre Henrique veio à tona com a denúncia do procurador geral Telga Araújo [...], dona Isaíras não alimentou esperanças. 'Não fiquei otimista em qualquer momento. Mas agradeço a boa vontade do dr. Telga – cheguei a temer pela vida dele – e de todas as entidades que lutam pela não prescrição do crime', acrescentou".*

No domingo seguinte, 23/10/1988, a *Folha de Pernambuco*, que cobriu mais detalhadamente o caso, trazia em sua capa uma chamada para uma reportagem especial, em que fazia um balanço dos acontecimentos dos últimos meses, dando destaque ao Arcebispo Emérito da Arquidiocese de Olinda e Recife: "D. Hélder não fica surpreso com a decisão da Justiça". No texto da capa, Dom Hélder pronunciava-se de forma mais incisiva pela primeira vez desde o início do processo no primeiro semestre de 1988: "Pra que ligar com o que vão fazer com quem matou o padre Henrique? É muito fácil descobrir os executores, mas cadê os mandantes?". No interior do jornal, dom Hélder preferiu lembrar os dias posteriores à morte do padre Henrique e do clima de terror que se instalou para que o fato não repercutisse nem servisse de motivo de mobilização da sociedade.

Aqui, vale a pena transcrever na íntegra uma longa reportagem daquela edição, que, por uma questão de justiça, devo confessar, influenciou o próprio título deste texto, ou seja, "Padre Henrique, morto novamente", de João Jacques. A reportagem em tela fazia uma síntese da tramitação do processo, mas, sobretudo, da sessão em que a Sessão criminal do TJPE concedeu *harbeas-corpus* aos denunciados e trancou a ação penal.

> *"Padre Henrique morreu. Não é novidade para ninguém. As tentativas de se descobrir os responsáveis pelo trucidamento do sacerdote sucessivamente foram abortadas nesses quase 20 anos*

após o assassinato. Com a reabertura do processo possibilitada pelo procurador-geral de Justiça, Telga Araújo, a sociedade acompanhou com expectativa os trabalhos e o empenho [sic] do Poder Judiciário em elucidar a questão. Em vão. Na última quinta-feira, por unanimidade, a Sessão Criminal do Tribunal de Justiça concedeu harbeas-corpus aos acusados Henrique Pereira da Silva Filho, Rível Gomes da Rocha e José Bartolomeu Lemos Gibson. Com efeito, a ação penal foi trancada às vésperas do prazo de prescrição.

De fato, a decisão do Tribunal está calcada na argumentação técnica [sic] da denúncia ofertada. Em todos os instantes, em todas as justificativas, a base de alegação foi uma só: 'inépcia, falta de provas e demais defeitos técnicos presentes na ação de destrancamento do processo', conforme salientou o advogado Roque de Brito Alves na sustentação verbal de 15 minutos, durante a audiência de julgamento das petições.

Distribuídos pelo critério de dependência ao desembargador Otílio Neiva Coelho, que atuou como relator, os harbeas-corpus foram levados a julgamento quase dois meses depois da entrega da denúncia. Por duas vezes foi adiado o julgamento. Desembargadores convocados para funcionar alegaram impedimento legal. Através de sorteio, vários nomes foram chamados. Diante de tanto impedimento surgido, restou a impressão, segundo um estudante de Direito, 'que eles estão com medo de atuar, omitindo um juízo para um assunto tão polêmico".

Na sequência, o repórter da *Folha de Pernambuco* faz um relato bem preciso de um momento histórico, quando a Justiça pernambucana e seus membros desperdiçaram uma chance única e deixaram de escrever o que seria, certamente, uma página inesquecível nos primeiros anos de redemocratização do País. O subtítulo – "Última pá de terra" – parece conter vários sentidos: a decisão seria mais uma "última pá de terra" sobre o padre Henrique, após outra de suas muitas mortes; a "última pá de terra" sobre a possibilidade de apuração e condenação dos responsáveis pela morte do padre Henrique; a "última pá de terra" em nossas esperanças de ver elucidado um dos mais bárbaros crimes perpetrados por agentes públicos do aparelho repressivo do Estado brasileiro ao lado de grupos paramilitares, como o CCC...

Mas, continua a reportagem, em sua rica descrição:

> *"Com o quórum necessário para o início dos trabalhos, o desembargador João Davi abriu a sessão dos trabalhos. A austeridade e o peso da responsabilidade sobre a decisão a ser tomada combinava, harmonicamente, com os escuros e imensos móveis da sala do júri. Endossando o parecer favorável do procurador Valdir Bitu, o desembargador Otílio pediu a impugnação da denúncia e concedeu harbeas-corpus. Antes de justificar sua decisão, preferiu, entretanto, salientar que 'procuro cumprir o meu dever e não admito que qualquer indivíduo venha me censurar' [sic].*
>
> *Otílio Coelho fez alusão, também, 'ao interesse de certos órgãos de classe que pressionaram através da imprensa'. Lembrou aos juízes presentes 'que não estamos aqui para julgar de acordo com os interesses de grupos. A bem da verdade, há um dirigismo palpável', advertiu a autoridade relatora momentos antes de elocubrar, juridicamente, sobre os artigos do Código Penal, no qual encontrou parâmetros para impugnar a denúncia. Sinteticamente, observou Otílio que a mesma se baseou em conjecturas. 'Suspeitas não podem indicar autoria ou coautoria. Não atendendo às exigências, concedo a ordem de harbeas-corpus', sentenciou o relator.*
>
> *Em seguida, o presidente João Davi deu início à votação. O juiz José Souza Leão também salientou a pressão para que o Ministério Público fizesse a denúncia. Somando-se à decisão de Otílio, que encabeçou o julgamento, votou também pela concessão da ordem, trancando a ação penal. Os desembargadores Amaro Araújo e Etério Galvão, sem justificar o voto, concordaram com explanação do relato apresentado e se posicionaram a favor do trancamento. João Davi, antes de votar, destacou que 'as provas do processo já passaram pelo Tribunal de Justiça. Novas provas não foram produzidas e a denúncia, por isso, não tem base legal. Apesar do apreço que tenho pelo denunciante, concedo a ordem".*

Dias depois, o *Diario de Pernambuco* (25/10/1988) informava, em uma breve reportagem, que o "procurador vai recorrer" da decisão do Tribunal de Justiça. A informação, segundo a reportagem, foi prestada pelo coordenador do

Comitê pela não prescrição do crime contra o padre Henrique, Paulo Cascão. O coordenador do Comitê contestava a concessão dos *harbeas-corpus*, mas, sobretudo, o trancamento da ação penal com a justificativa de que a denúncia era "inepta", argumentando acerca do "conhecimento da lei e da integridade" do procurador geral consubstanciadas em 30 anos de atuação profissional. Formado por diversas entidades, entre elas a Gajop, Comissão de Justiça e Paz e OAB-PE, o Comitê "manifestou de público sua 'solidariedade à decisão do procurador' e declarou que irá continuar com a luta pela não-prescrição do crime".

O procurador geral não permaneceu muito tempo mais no cargo, tendo se afastado em 1989 pressionando o governador do Estado a reconhecer a autonomia plena do Ministério Público de Pernambuco, conforme estabelecia, então, a nova Constituição Federal, o que só seria alcançado anos depois.

Aqui, buscou-se mostrar que, ainda durante o processo de redemocratização do País, o MPPE tentou fazer valer o seu novo papel, que seria legitimado após a promulgação da nova Carta Magna, e escreveu uma relevante página de sua história no esforço de defender o Estado Democrático de Direito e a Cidadania. No entanto, como se viu, seus esforços não foram suficientes para sensibilizar o Poder Judiciário Estadual no sentido de punir os responsáveis pelo bárbaro assassinato do padre Henrique. Sem que isso seja mais possível, renova-se, agora, a esperança e o desejo para que o fatos venhão à tona com os trabalhos das comissões Nacional e Estadual da Verdade e Memória.

Comissão da Verdade, última chance para se conhecer realmente a história da morte do padre Henrique

O Brasil viveu sob uma ditadura militar por quase 21 anos. Durante este período o Estado brasileiro, por meio de agentes públicos, perseguiu, cassou, prendeu, exilou, torturou e/ou matou centenas, talvez milhares de pessoas. Algumas, identificadas, muitas, anônimas; algumas, militantes, outras, sem relação com a oposição parlamentar ou a resistência armada; algumas, de esquerda, tantas, sem qualquer preferência ideológica.

Muitos países tiveram ditaduras com tais características. E, assim como o Brasil dos anos de 1980, fizeram sua transição para a democracia. Mas não foram poucos os que optaram em incorporar às medidas de transição do regime autoritário para um regime de valores e normas democráticas também

uma Justiça de Transição. E, por meio de medidas legais, buscar esclarecer violações de direitos humanos e, consequentemente, realizar reparações, além de promover a reconciliação, reduzir conflitos e combater a impunidade.

Os atores políticos que conduziram a transição para a democracia no Brasil relegaram ao segundo plano a adoção de uma Justiça de Transição, o que significou, entre nós, a tímida ou quase nenhuma reforma mais significativa das instituições de justiça e defesa social. E mesmo o desestímulo à adoção de políticas públicas de educação para a preservação da memória e, o que é mais grave, à mudança de cultura no sentido da valorização dos direitos humanos e da democracia.

Esse foi o cenário até o final da década de 1990, embora reparações econômicas tenham sido feitas. Mas, sem dúvida, a mudança só veio mesmo quando, por iniciativa do governo Lula, foi constituído grupo de trabalho com a missão de elaborar projeto de lei visando à criação da Comissão Nacional da Verdade.

Não deixou de ser uma iniciativa tardia, sobretudo se considerarmos que, nos últimos 30 anos, quase 40 países já a criaram, inclusive nossos vizinhos sul-americanos. Mesmo assim sua criação atendeu às manifestações da sociedade e suas entidades para que memórias individuais e coletivas fossem, finalmente, (re)construídas, e nossa história, passada a limpo.

Em 2012, com mais um passo dado, isto é, a nomeação dos membros da Comissão Nacional da Verdade e Memória, pela presidenta Dilma Rousseff, e, em Pernambuco, da Comissão Estadual, pelo governador Eduardo Campos, espera-se que as vítimas do regime militar e seus familiares possam reconquistar o inalienável direito à verdade e se restaure a dignidade dos atingidos. Para tanto, é necessário que os membros das comissões ajam com objetividade, firmeza e discrição para que os relatórios produzidos possam, posteriormente, viabilizar ações de reparação perante a Justiça brasileira.

Até porque será necessário criar um ambiente favorável para que toda a cadeia aberta com o estabelecimento de uma Justiça de Transição não se esgote "apenas" na apuração e (re)construção de memórias individuais e coletivas. Pois, como este texto procurou apontar, ainda nos anos de 1980, o MPPE, após análise do processo policial, apontou os culpados pelo assassinato do padre Henrique, e ofereceu inédita denúncia à Justiça, que simplesmente a arquivou. Hoje, talvez estejamos tendo uma última oportunidade à verdade. Portanto, não podemos desperdiçá-la.

Íntegra da denúncia-crime contra os assassinos do padre Henrique oferecida pelo MPPE

A "Denúncia" e a "Cota", abaixo transcritas, constam da Ata da Nonagésima Quarta Reunião Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) por solicitação do então deputado Roldão Joaquim, a partir de reportagens do *Jornal do Commercio*, *Diario de Pernambuco* e *Folha de Pernambuco*, nas páginas 310-317 daquele documento. Podem ser acessadas a partir do seguinte endereço eletrônico: www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/016_11-1-002-1-094.pdf. Sua leitura, sem dúvida, apesar de dolorosa, é relevante para que a verdade floreça e aplaque o receio de muitos de regá-la, sempre.

A DENÚNCIA

O Procurador Geral da Justiça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 46, I, do Decreto-Lei nº 83, de 11 de setembro de 1969 em virtude de não haver o Promotor de Justiça designado exercido o seu dever funcional consubstanciado nas normas do Art. 74, I do referido diploma legal, do Art. 3º, I, da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981 e Art. 4º, I, da Lei Estadual nº 9.040, de 27 de julho de 1982, vem, perante Vossa Excelência, com base nas inclusas diligências policiais e no inquérito procedido pela Comissão Judiciária de Inquérito, constituída pelos atos nºs 1.737, 1.738 e 1.739, de 04 de maio de 1969, oferecer a presente Denúncia contra os indiciados adiante nominados e qualificados: 1) Rível Gomes da Rocha, brasileiro, pernambucano, com 47 anos de idade, funcionário público, filho de Luís Gomes da Rocha e de Josefa Sales Rocha, portador da Cédula de Identidade nº 456.056 - SSP/ PE; 2) Henrique Pereira da Silva Filho, brasileiro, natural deste Estado, casado, com 61 anos de idade, funcionário público estadual, filho de Henrique Pereira da Silva e Corina Pereira da Silva; e 3) José Bartolomeu Lemos Gibson, brasileiro, natural deste Estado, casado, com 65 anos de idade, Procurador de Justiça, filho de Arnaldo Gibson e Aline Lemos Gibson, todos pela prática do fato delituoso adiante narrado.

Na madrugada do dia 27 de maio de 1969, à margem da avenida Professor Luiz Freire, na Cidade Universitária, nesta cidade do Recife, na faixa de terreno compreendida entre a avenida Perimetral e uma cerca de arame que demarcava um canavial, à época ali existente, após submetido à tortura, foi

morto a tiros de revólver o sacerdote Antônio Henrique Pereira da Silva Neto.

A morte da vítima teve lugar entre 1 (uma) e 4 (quatro) horas da madrugada do dia 27 de maio já referido (Exame de Local de Homicídio, fls. 64 e 65 dos autos), ocasionada por "hemorragia cerebral, decorrente de ferimentos penetrantes e transfixantes do crânio, por instrumento pérfuro-contundente (projéteis de arma de fogo)" (Inspeção Médico-legal de Corpo. fls. 195).

O crime foi praticado por diversos agentes, consumado de forma violenta, após ter sido a vítima submetida à tortura. Assim concluíram os peritos na Perícia Tanatoscópica de, fls. 197 e 198, ítem 11º da Discussão e Conclusões:

"11º - As sedes das lesões, as suas características, a multiplicidade e diversidade de instrumentos numa vítima jovem, válida, sugerem que o crime foi praticado por mais de um indivíduo;

12º - As sedes das lesões, concentradas somente no segmento cefálico, a multiplicidade e diversificação de instrumentos, a distância dos tiros etc., demonstram a alta periculosidade e perversidade dos agressores;

13º - É impressionante e estranho que a vítima não apresente nenhuma lesão de defesa, nem qualquer outra lesão no resto do corpo, tendo-se deixado imolar, sem luta e nem sequer as reações próprias do instinto de conservação, que são voluntárias".

É que o inditoso sacerdote foi antes submetido à constrição pelo laço da corda que lhe envolvia o pescoço, e foi encontrada sob o seu corpo, (fotos nºs 4, 5 e 7 da Ilustração fotográfica constante do Laudo de exame de local de homicídio, a fls. 76 78 e 81 dos autos), o que produziu "inconsciência, por inibição reflexa (compressão da laringe e nervos de Hering), ou pela anorexia cerebral devido à constrição das carótidas e jugulares", segundo admitido na Perícia Tanatoscópica de, fls. 178.

Dessa forma maltratado por seus algozes, o padre Henrique não pôde sequer defender-se dos violentos ataques à sua pessoa. O único gesto de defesa que pôde esboçar foi aquele de segurar a vegetação (fotografia nº 6, da Ilustração fotográfica que acompanha o Laudo de exame de local de homicídio), o que demonstra ter sido arrastado, posto de joelhos, no local onde foi morto e encontrado, tanto que "na face anterior de cada uma das pernas da calça, no terço médio na altura dos joelhos, há manchas de barro" (foto nº 19, às fls. 105), e, "na parte posterior da calça, em zona correspondente mais ou menos à região sacralda vítima, estando a mesma vestida há manchas de barro, que se estendem um pouco mais pura a esquerda e chegam até a atingir duas arreatas, no cós" (Laudo de exame de local de homicídio, fls 57).

Ainda, a corroborar a conclusão de ter sido arrastado por seus assassinos, que utilizaram a corda enlaçada ao seu pescoço, o que provocou "a disjunção da articulação da terceira vértebra cervical com a quarta vértebra cervical, que deve ser atribuída à tração do pescoço pelo laço" (Perícia Tanatoscópica. Conclusões, a fls. 197 verso), e, a considerar, também, a lesão da parte posterior do antebraço direito, ao centro, que "apresenta uma pequena área onde houve reação vital", ou seja, "escoriação". (Perícia Tanatoscópica, conclusões, a fls. 197 verso).

Por outro lado, recebeu a vítima duros golpes desferidos por seus matadores, talvez socos e pontapés. (ver foto nº VII), produzindo hematomas "no segmento cefálico, onde se destaca o hematoma no olho direito".

A violência contra a indefesa vítima mais se caracteriza ante o exame das lesões encontradas nas regiões paratideonasseterina e retro mandibular esquerda, produzidas, em vida, por instrumento pérfuro-cortante, (fotos nºs XII e XIII), o que demonstra que os criminosos desceram a todos os requintes de perversidade na tortura a que submeteram o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, antes de sua morte.

Após, os trucidadores do inditoso padre, consumaram o crime abatendo-o a tiros de revólver, calibre 38, utilizando cartuchos de carga dupla, um dos quais deflagrado a curta distância, praticamente a queima roupa (Laudo de exame de local de homicídio, as fls. 61, considerações gerais e conclusões), e os demais disparos desferidos próximo à vítima.

O modo de execução do bárbaro crime, registrado pelos peritos do Instituto de Medicina Legal do Estado, demonstra o alto grau de periculosidade e a algidez do comportamento dos autores do homicídio que ceifou a vida do padre Henrique, como era conhecido nos meios estudantis e religiosos da nossa sociedade.

Na noite do dia que antecedeu ao trágico acontecimento, dia 26 de maio de 1969, o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto estivera na Casa do Estudante Diomedes Pontes Valois, à rua do Benfica, no bairro da Madalena onde participou de uma reunião com diversos estudantes, dirigindo-se, após a residência do Dr. Mário Cabral Bittencourt, à rua Dr. José de Góes, no Parnamirim, quando, aproximadamente às 20.30 horas, iniciou nova reunião com a presença de várias famílias.

Antes, a vítima passara pela Praça da Jaqueira, onde segundo ele próprio afirmara a duas testemunhas, iria encontrar-se com um grupo de "maconheiros", não chegando, porém, a fazê-lo, pois naquele local não se encontrava ninguém.

Encerrada a segunda reunião, por volta das 22.45 horas, o padre Henrique, após recusar o convite da Sra. Lúcia Gomes Lins, esposa do Dr. Salustiano Gomes Lins, para utilizar o seu carro, saiu a pé a fim de apanhar um ônibus.

Logo após, seria visto caminhando entre dois homens em direção a uma Rural verde e branca, estacionada ao lado da calçada do abrigo do Parnamirim, na contramão, com a frente voltada para a Avenida 17 de Agosto, no sentido de Dois Irmãos.

Nesse veículo, seria conduzido para a morte que assinalou um dos mais violentos crimes já praticados na cidade do Recife tendo como vítima um jovem sacerdote dedicado à orientação e recuperação de jovens estudantes de diversos colégios.

A participação do padre Henrique nessa cruzada renovadora, em uma fase de repressão por parte dos agentes do Sistema implantado pelo regime de 64, e sua aproximação com o arcebispo D. Hélder Câmara, tornou-o alvo de perseguição dos órgãos de Segurança, a ponto de, por diversas vezes, receber ameaças anônimas, a anunciar o seu sacrifício final.

A exemplo do estudante Cândido Pinto, que restou mutilado após covarde atentado ainda hoje impune o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto foi vítima da sanha sanguinária da máquina de repressão montada na década de 60 em todo o País a silenciar vozes democráticas e progressistas, entre políticos, intelectuais, estudantes e trabalhadores.

Não há dúvida de que a motivação política se fez presente a impulsionar a mão criminosa dos autores do homicídio do padre Henrique, embora não fosse este militante político, apesar do conteúdo político de sua motivação, falta a sua conformidade com a tipificação estabelecida nas leis penais do País.

Aos órgãos de repressão interessava sustar a ação daqueles que esclarecendo os diversos segmentos da sociedade, preparavam esta para a reconquista do espaço de liberdade e democracia perdidas naquela nefasta fase do processo histórico brasileiro.

A individualizar os responsáveis pelo hediondo crime, milita uma cadeia de indícios que constitui o que o clássico processualista João Monteiro denomina Suspeita Jurídica capaz de legitimar a pronúncia dos denunciados e, mais ainda, a denúncia dos que forem encontrados em culpa.

A admissibilidade da denúncia assenta, sem dúvida, na existência de indícios e estes estão presentes no conjunto da prova produzida a apontar os denunciados como autores da ação delituosa praticada contra a pessoa do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto na madrugada daquele remoto dia do mês de maio de 1969.

Assim, o denunciado Rível Gomes da Rocha reconhecido por diversas testemunhas, como um dos integrantes da Rural verde e branca, na qual foi o padre Henrique conduzido, estava segundo ele próprio em depoimento constante

dos autos, “operando no setor de combate à subversão” além de confirmar que “na época do crime do padre estava de cavanhaque que usava e tirava conforme a natureza do serviço a executar”. Foi este denunciado, ainda, quem abasteceu a Rural cujos primeiros algarismos da placa correspondiam aos do carro de igual marca e cores utilizado no sequestro da vítima, e que se dizendo a serviço da Comissão Judiciária de Inquérito aconselhou as testemunhas Ives José Siqueira Maia e Luiz Ferreira do Nascimento, que haviam prestado depoimentos incriminadores dele próprio e dos demais denunciados.

O segundo denunciado, Henrique Pereira da Silva Filho, o X-9, integrava o grupo de agentes da confiança do então diretor do Departamento de Investigações Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson, ao lado de Rível Gomes da Rocha, Benedito Rodrigues, Jardo Rodrigues e outros, os quais realizavam, sempre em conjunto, os serviços para os quais eram designados à época da repressão para o que utilizavam, geralmente, a Rural verde e branca, que servia ao diretor do Departamento de Investigações.

Este denunciado é apontado como um dos implicados no fato delituoso por uma das testemunhas Rogério Matos do Nascimento (fls. 251 verso, dos autos) como também pela testemunha Paulo Barbosa da Silva (fls. 3.211, dos autos), o qual fora autorizado pelo então Delegado de Homicídios, Dr. Artur Rodrigues de Freitas Júnior, a realizar diligências sobre o assassinato do padre Henrique, e, ainda, por Dona Isaíras Pereira da Silva, informante, que tomou conhecimento da participação deste denunciado no crime, através do depoimento da testemunha “conhecida por ‘seu’ Coimbra por sinal naquela época garageiro da Secretaria da Segurança Pública” (fls. 3.238).

As fls. 3.276, e seguintes dos autos, a testemunha Rogério Matos do Nascimento ratifica sua convicção sobre a participação de Henrique Pereira da Silva Filho, revelando, ainda, que o X-9 “era um desses policiais que a imprensa acusava por envolvimento em vários crimes”.

O comportamento do denunciado, após a descoberta do crime e no curso das investigações, corrobora os indícios do seu envolvimento com o trucidamento da desditosa vítima.

Foi ele quem procurou a testemunha Ives José Siqueira Maia, cinco vezes, em sua casa, a pretexto de levá-la à Secretaria de Segurança, para ser ouvida (fls. 2.553), a qual testemunha acabou sofrendo um atentado, após ter sido advertida em tom de ameaça, pelo agente Rível Gomes da Rocha. Ainda em relação à testemunha, Luiz Ferreira do Nascimento, a cujo depoimento assistiu (fls. 2.560) e a quem conduziu “para ir falar com Dr. Accioly” (fls. 3.004 verso).

Mais ainda: é este denunciado que, em companhia do agente Raimundo Ferreira da Silva, vai à casa de Rogério Matos do Nascimento para conduzir este, e sua companheira Bete, à Delegacia de Homicídios (fls. 689 e seguintes), a mando do Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson.

É ele, ainda, que, ao lado do primeiro denunciado Rível Gomes da Rocha, assiste à conversa de Rogério Matos do Nascimento a portas trancadas, no gabinete do outro denunciado, Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson.

Toda a atuação do denunciado, nesse passo das diligências, é marcada pela clara intenção de obstacular, senão impedir, a apuração dos fatos, a encobrir as responsabilidades sua e dos demais implicados.

O terceiro denunciado, Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson, ao tempo, Promotor de Justiça, exercia o cargo de Diretor do Departamento de Investigações da Secretaria de Segurança Pública, com atuação na área de crimes comuns e políticos.

Ligados ao seu Gabinete estavam os policiais Rível Gomes da Rocha, Henrique Pereira da Silva Filho, conhecido por X-9, Benedito Rodrigues de Moraes ou Benedito Pistoleiro, Jardo Rodrigues Humberto Amaro de Souza, os quais, sob sua orientação e comando, realizavam investigações, principalmente, na área de repressão político-ideológica.

Tais tarefas eram de ordinário, cumpridas pelo grupo que utilizava a Rural verde e branca, que servia diretamente ao denunciado, na qualidade de Diretor daquele Departamento de Investigações, com a placa 60345, em outros momentos com outra «placa fria» comumente dirigida pelos investigadores Jardo Rodrigues Benedito Rodrigues (Benedito Pistoleiro) e Rível Rocha, elementos de confiança do Dr. Bartolomeu Gibson (fls. 3.026, dos autos, depoimento de José Coimbra Araújo, encarregado da garagem e das viaturas da Secretaria da Segurança Pública).

Este veículo é o mesmo que na noite de 26 de maio de 1969, véspera do sacrifício do padre Henrique, foi abastecido pelo investigador Rível Gomes da Rocha, também denunciado, (fls. 3 026), e serviu para conduzir o sacerdote para o local onde foi perpetrado o hediondo crime.

As pessoas a que os indícios apontam como participantes do fato delituoso, integrantes do grupo de confiança deste denunciado, Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson, agiam sob suas ordens diretas e, de um modo ou de outro, todas, em suas declarações deixam evidente que na trágica noite de 26 de maio, tinham sido esfalfadas para uma missão especial.

Assim, o próprio Rível Gomes da Rocha declara que, naquela noite, “estava operando no setor de combate à subversão” (fls. 807) ele que abasteceu

a Rural verde e branca do Departamento de Investigações, na qual foi a vítima sequestrada.

Por sua vez, a testemunha Raimundo Ferreira da Silva, agente da Delegacia de Homicídios, às fls. 689, afirma que, ao conduzir Rogério Matos do Nascimento e sua amante Bete à Delegacia de Homicídios, observou que o referido "Rogério usava um sapato de lona sujo de barro" e apresentava, em um dos braços, uma lesão que parecia ser produzida por uma palha – "no local onde o padre foi encontrado existe capim elefante". Apesar de informado a respeito, o Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson, "não mandou apreender os sapatos para preceder ao exame", tampouco, providenciou periciar a lesão constatada no braço do então suspeito Rogério Matos do Nascimento o que constitui inexplicável conduta do denunciado que, desde os primeiros momentos, após ter sido encontrado o cadáver do padre, tão interessado se mostrara em desvendar o crime, embora ainda desconhecesse a identidade da vítima. Longe de procurar robustecer a prova, o Diretor do Departamento de Investigações liberou o suspeito, a quem ouvira em seu Gabinete, sigilosamente, por mais de uma hora, (fls. 689), determinando ao agente Rível Gomes da Rocha que conduzisse Rogério à casa deste, "no jeep da Delegacia com chapa particular".

Foi o denunciado, também, quem ouviu, na presença dos seus homens de confiança, trancado no seu Gabinete, as testemunhas Ives José Siqueira Maia e Luiz Ferreira do Nascimento, gravando, principalmente, tais depoimentos. (fls 549, fls. 2.553 e fls. 591 e 2.560 verso, respectivamente).

Dessa gravação, apenas parte se conhece, tendo ambas as testemunhas afirmado, ao ouvi-la, que a conversa gravada, não corresponde à que eles tiveram com o denunciado.

Esteve o denunciado a demonstrar inusitado interesse na casa da família do padre Henrique, "a procura de indícios", em companhia do outro denunciado, Rível Gomes da Rocha, onde examinou vários papéis da vítima que se encontravam no quarto desta (fls. 807), o que indica, a par de outros elementos indiciários, uma inequívoca vontade de dirigir as investigações no sentido de afastar suspeitas em relação aos agentes policiais envolvidos nos fatos criminosos e proteger o seu grupo que, atendendo a determinação sua, saíra em diligência na sinistra noite do crime.

É um parente seu, Jerônimo Rodrigues Duarte Gibson, que vai à casa de Dona Isaíras Pereira da Silva, a pretexto de visitá-la, acompanhando da avó, e de uma sua tia, e lhe transmite a advertência de que aquela senhora "ou se calava ou levava um tiro pelas costas" se continuasse a falar sobre a

morte do filho, o que foi presenciado e ouvido pelo Dr. José Donino da Costa Lima, conhecido médico, já falecido, e pelo Ten. Cel. da Aeronáutica Agenor Rodrigues da Silva (fls. 1.999 dos autos).

Os indícios referidos e examinados apontam, indubitavelmente, na direção do reconhecimento da responsabilidade dos denunciados pelo homicídio praticado contra a pessoa da vítima, padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, após ter sido submetido a torturas, conforme constatados nas peças técnicas constantes dos autos, o que foi feito objetivando silenciar a voz desse autêntico pastor da juventude, o que, desgraçadamente, lograram com requintes de perversidade.

Outras pessoas, sem dúvida alguma, participaram da macabra empreitada. Deixo, porém, de denunciá-las por terem falecido, ao longo desses dezenove anos, durante os quais vem se arrastando esse tumultuado processo.

Estando, assim, os denunciados Rível Gomes da Rocha, Henrique Pereira da Silva Filho, alcunhado X-9, e José Bartolomeu Lemos Gibson, incursos nas penas do Art. 121, § 2°, Inc. III, (tortura) c/c o Art. 29, do Código Penal, requer o abaixo assinado, recebida a presente denúncia, nos, termos dos arts. 41, 69, VII, 84 e 87, do Código de Processo Penal para que sejam os acusados processados e, ao final, condenados, a todos citando para todos os termos da ação penal ora proposta, pena de revelia, intimadas as testemunhas adiante arroladas, qualificadas e com endereços nos autos, para vir depor sobre o fato, em juízo, sob as penas da lei, com ciência das partes, cumpridas as formalidades legais.

ROL DE TESTEMUNHAS: 1. Luiz Ferreira do Nascimento; 2. José Coimbra de Araújo; 3. Raimundo Ferreira da Silva; 4. Lavínia Gomes Lins; 5. Ten. Cel. Agenor Rodrigues da Silva; 6. Paulo Barbosa da Silva; 7. Rogério Matos do Nascimento; 8. Dr. Salustiano Gomes Lins.

INFORMANTES: 1. Isaíras Pereira da Silva; 2. Adolfo Henrique Pereira Sobrinho, ora cumprindo pena no presídio Aníbal Bruno.

A COTA

Apresento a denúncia em separado, em 10 (dez) folhas datilografadas, devidamente rubricadas, a última por mim assinada.

A presente denúncia é por mim oferecida, perante essa 2ª Vara Privativa do Júri, Juízo competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, de acordo com o Art. 153, § 18, da Constituição Federal, em razão de haver evocado este processo, no uso das atribuições deferidas ao Procurador Geral da Justiça, pelo Art. 46, I, do Decreto-Lei nº 83, de 11.09.69, em face de haver o Promotor de

Justiça designado, Célio Avelino de Andrade, se omitido no seu dever funcional de promover a ação penal, consubstanciado nas normas do Art. 74, I, daquele já referido diploma legal, do Art. 21, da Lei Complementar n º 40, de 14.12.81, e Art. 4º, I, da Lei Estadual nº 9.040, de 27.07.82, embora haja apontado as pessoas e a forma de sua atuação no ato delituoso, não as denunciando, porém.

Àquele Promotor de Justiça caberia ter oferecido, perante este Juízo, no exercício indeclinável da atribuição por este Procurador Geral da Justiça a ele regularmente delegada, conforme o Ofício GPG-58, datado de 28 de abril de 1988, a denúncia daquelas pessoas por ele publicamente indicadas.

Não o fazendo, em descumprimento à designação e determinação do chefe da Instituição, desatendeu o referido Promotor de Justiça preceito legal, pelo que fundamentado nos princípios da unidade e indivisibilidade do Ministério Público, evoquei o presente processo para, oferecendo a denúncia, impulsionar a competente ação penal, a suprir, desse modo, a injustificada feita funcional praticada por aquele membro do parque, de forma a evitar a prescrição da punibilidade dos autores do revoltante crime.

Nesta oportunidade, tendo em vista o que dispõe o Art. 46, I do Decreto-Lei nº 83, de 11.09.69, designo para funcionar no presente processo, em que são denunciados Rível Gomes da Rocha, Henrique Pereira da Silva Filho, alcunhado X-9, e Dr. José Bartolomeu Lemos Gibson, perante essa 2ª Vara Privativa do Júri, devendo acompanhar a instrução e os demais termos processuais, até o final julgamento, a Promotora de Justiça Anamaria Torres Campos de Vasconcelos.

Recife, 17 de agosto de 1988.

Telga Gomes de Araújo
Procurador Geral da Justiça





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA



PERNAMBUCO

RELATÓRIO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA
PERNAMBUCO

Divisão Administrativa

Recife, 02 de junho de 1969.

Ofício nº 478 / 69 - IPT

Do Diretor do Instituto de Polícia Técnica

Ao Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Segurança Pessoal e Homicídios

Assunto : Relatório (remete)

Referência : Delegado de Plantão, em 27.05.69

Anexo : Uma (01) corda.

1. Encaminho a V.Sa., para os fins devidos, o relatório Referente à morte do padre ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO, Ocorrida em 27.05.69, na Avenida Prof. Luiz Freire, na Cidade Universitária, nesta cidade.

2. Apresento a V.Sa. os meus protestos de consideração e aprêço.

Prof. Armando Samico
D i r e t o r

CMGF

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 3 -

Posteriormente esta identificação foi confirmada por sacerdotes e familiares do morto.

4. Ainda na tarde do mesmo dia vinte e sete (27) estêve a equipe de / plantão no local, procedendo a outros exames e fotografias. Novamente no dia imediato, logo cêdo, esteve no local outra equipe do I.P.T., constituída pelo Assistente Técnico Humberto Ratis, (que já estivera lá também no dia anterior) e o fotógrafo José Machado Sobrinho. Neste momento foi procedida outra busca, tendo/ sido cortada a vegetação para melhor facilidade da pesquisa. Estiveram, também, procedendo a novas buscas o pessoal da Delegacia de Homicídios e o próprio diretor dêste Instituto.

Nessas pesquisas foram encontrados vários objetos: uma vela, parcialmente utilizada; um salto de sapato, muito gasto, e uma faca de mesa, quebrada. O pessoal da Delegacia de Homicídios encontrou, no local, dois (2) projéteis de arma de fogo, que foram remetidos a êste Instituto com ofício do titular dessa Especializada e são motivo de outro exame pericial.

a) - O LOCAL

5. A avenida Professor Luiz Freire, na Cidade Universitária, é uma transversal da avenida Perimetral, que fica ao sul (direita) dos terrenos da denominada Cidade Universitária, onde se localizam várias unidades da Universidade Federal de Pernambuco. Inicia-se na avenida Perimetral e termina na avenida Acadêmico Hélio Ramos.

Trata-se de via pavimentada (solo-cimento), com dez metros (10 m.) /

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVI[illegible] TÉCNICA)

- 4 -

de largura. Em seu lado esquerdo (como também no direito), há uma faixa de terra, com vegetação, cuja altura oscila entre trinta centímetros (0,30cm.) e um metro (1,0m.) a um metro e meio (1,50m.), aproximadamente. Após esta faixa, com vegetação, há uma cêrca de arame farpado, distando dois metros e oitenta centímetros (2,80m.) do meio-fio.

À esquerda dessa avenida (em larga faixa da mesma) fica um terreno / baldio, onde existe, em seguida, uma plantação de cana. À direita, não há logo as construções da Universidade, que ficam relativamente distantes do local do homicídio, mas existem alguns casebres, ficando o mais próximo a sessenta e três metros e trinta centímetros (63,30m.) da zona onde foi encontrado o corpo.

Não há, ainda, na avenida Professor Luiz Freire, iluminação, o que existe, todavia, em outras ruas da Cidade Universitária.

6. Nas inclusas FOTOGRAFIAS nºs 1 e 2, no ESTUDO (I) e ESTUDO FOTOTÉCNICO (II), anexos, têm-se reproduções do local, sob vários aspectos.

c) - A VÍTIMA

7. Quando da chegada da equipe do Instituto de Polícia Técnica ao local a vítima se encontrava em decúbito abdomino-lateral esquerdo, na faixa de vegetação que fica entre a pista de rolamento e a cêrca já referidas, a um metro e / meio (1,50m.) aproximadamente do meio-fio, com a cabeça mais próxima dêste e voltada para a parte posterior da Cidade Universitária. Estava na faixa da esquerda da avenida Professor Luiz Freire, aproximadamente a cento e oitenta e sete me-

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 5 -

tros (187,0m.) da esquina com a avenida Perimetral (de uma barraca que fica na esquina, no mesmo lado). Nas FOTOS nºs 1, 2, 3 e 4, bem como no ESTUDO FOTOTÉCNICO tem-se melhor esclarecimento sôbre a posição da vítima.

De longe não se via o corpo (v. a FOTO nº 1), todavia, ao se aproximar o observador do meio-fio poderia vê-lo, parcialmente quase que sòmente as suas costas (v. a FOTO nº 3), mas, se penetrasse um pouco na vegetação então poderia ver todo o corpo (v. a FOTO nº 4), inclusive a cabeça, que estava mais envolvida pela vegetação (v. a FOTO nº 5).

8. Um detalhe logo chamava a atenção: era o fato de estar a mão direita da vítima prendendo firmemente a vegetação (v. a FOTO nº 6).

9. Num exame mais detido, verificava-se que a vítima tinha o braço direito flexionado, estando o esquerdo, parcialmente, sob o abdome. As pernas estavam ligeiramente flexionadas.

Via-se, também, que a corda, adiante descrita, estava com duas voltas em tôrno do pescoço do cadáver (v. as FOTOS nºs 5 e 7). Parte dessa corda / chegava até à faixa de rolamento, junto ao meio-fio (v. a FOTO nº 24).

Não estavam amarradas as mãos, braços ou pernas do cadáver; aquela corda apenas estava em tôrno do pescoço.

10. Afastada a vegetação podia-se ver que o cadáver apresentava sulcos no pescoço, (regiões anterior, laterais e posterior), produzidos por aquela corda numa ação de estrangulamento, ou, melhor, numa tentativa de estrangulamento , bem como possuia outras lesões, na cabeça, adiante descritas (v. a FOTO nº 8). Modificada a posição do corpo, para um melhor exame, pôde-se, então, verificar que

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

- 6 -

afora as lesões no pescoço, resultantes da tentativa de estrangulamento, ainda apresentava a vítima uma lesão pérfuro-cortante na região lateral esquerda do / pescoço e, uma outra, de características semelhantes, localizada na região parotideomassetérica esquerda (v. as FOTOS n°s 9 e 10). Ainda era visível uma lesão pérfuro-contundente, produzida por projétil de arma de fogo, que se localizava / na região frontal direita, tendo em tôrno do orifício de penetração uma característica zona de esfumaçamento de cêrca de trinta e um milímetros (0,031m.) de diâmetro (v. as FOTOS n°s 8 e 9).

Ainda se podia verificar a existência de lesões pérfuro-contundentes na região parietal direita, em número de duas, sendo uma delas localizada acima do pavilhão auricular e outra um pouco para trás. Em face dessas lesões serem em zona pilosa (couro cabeludo) não são visíveis nas fotografias tomadas no local. Mas, como o exame detalhado das lesões da vítima é feito na necroscopia, como devido, ter-se-á no respectivo laudo necroscópico, descrições de tôdas essas lesões.

11. Não foram observadas outras lesões na face (nem nos lábios ou dentes) ou no crâneo (v. as FOTOS n°s 12, 13 e 14), no abdome ou nas costas da vítima (v. as FOTOS n°s 15), ou nos membros superiores e inferiores. O edema que se / observa na região ocular direita é resultante, provàvelmente, de lesão produzida por projétil de arma de fogo, cujo orifício de penetração se localizava na re - gião frontal direita. Contudo, merece mais uma vez destacado, que sòmente no exame necroscópico, com o cadáver desnudo e limpo do sangue, é que se poderia / examiná-lo devidamente para caracterização das lesões. Dessa sorte, já se vê, que o exame no local, neste particular, é sumaríssimo, e apenas se procura veri

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 7 -

car as lesões por ventura existentes no cadáver para relacioná-las com outros indícios materiais que possam estar presentes no ambiente.

12. No momento em que os responsáveis pelo presente iniciaram os exames no local, ou mais precisamente, quando cuidaram da vítima, cêrca das nove horas e trinta minutos (09,30 horas), esta apresentava rigidez da mandíbula, da nuca, das pálpebras, dos dedos das mãos e dos membros superiores, já se notando sua presença nos membros inferiores.

Os fenômenos oculares não eram caracteristicamente visíveis , o que se pode atribuir, em parte, ao decúbito e às condições de umidade do ambiente.

Não foram observadas manchas hipostáticas no abdome e nas faces anteriores dos membros, onde se instalariam em face do decúbito do corpo.

A temperatura não foi tomada, uma vez que não seria cabível aos responsáveis pelo presente obter, naquelas condições, a temperatura interna do corpo, e a externa não teria valor em face de se ter um ambiente úmido (vegetação e terra molhada) e já intensa ação solar.

Também não estava presente a característica mancha verde abdominal.

13. Um outro ponto que carece referido, embora sua comprovação segura sòmente pudesse ser feita a quando da necroscopia, é o fato de não terem encontrado os responsáveis pelo presente quaisquer vestígios materiais, visíveis a olho nú, nas roupas e no corpo da vítima, que indicassem ter havido violação sexual.

d) - OS INDUMENTOS DA VÍTIMA

14. A vítima foi encontrada com uma camisa esportiva, de côr branca; cal

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 8 -

ça, também de modêlo esportivo, de côr cinza; cuecas tipo sunga, de côr vermelha com debruns brancos, meias de côr preta e sapatos preto , cinturão de côr marrom (v. a FOTO nº 16).

Não havia, nos bolsos da calça, qualquer documento, carteira ou importância. Não existia, sequer, um lenço.

15. A camisa, que se encontra reproduzida nas inclusas FOTOGRAFIAS nºs 17 e 18, de tecido de algodão, trançado, de côr branca, é da marca "KLASS", modêlo "Esporte", tamanho "pp". Há na mesma manchas de sangue, quer em sua face anterior como na posterior, produzidas por contacto e impregnação. Ainda se observa, na camisa, manchas de barro e de uma substância de côr cinza-escuro, que serão estudadas em outra análise, em andamento nêste Instituto de Polícia Técnica.

Na parte anterior, nota-se a falta de três (3) botões nessa camisa / esportiva, ou "Slack", que são respectivamente os segundo, terceiro e quarto . Dessarte, há, apenas, o primeiro botão, correspondente à casa junto do colarinho, e o quinto (o último) correspondente à zona da cintura.

Observa-se um rasgão, em sua parte posterior, na altura do ombro direito, de aproximadamente cinco centímetros (0,05m.) de comprimento. Ainda na / parte posterior, na linha mediana, junto ao colarinho, há rasgões interligados / entre si, formando dois dêles um ângulo, com os lados de aproximadamente seis centímetros (0,06m.) no sentido vertical e doze centímetros (0,12m.) no sentido horizontal, havendo também um pequeno rasgão, de aproximadamente três centímetros (0,03m.) na parte da borda livre, formada pelos dois rasgões anteriores (v. a FOTO nº 18, detalhes nºs 1 e 2).

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 9 -

16. A calça em questão é de "Tergal", de algodão, da marca "EPSON", modelo dois (2), tamanho trinta e oito , de número de fabricação cento e trinta e sete mil setecentos e setenta e quatro (137774), feita no Rio de Janeiro (v. as FOTOS nºs 16, 19 e 20). Trata-se de calça de modêlo esportivo.

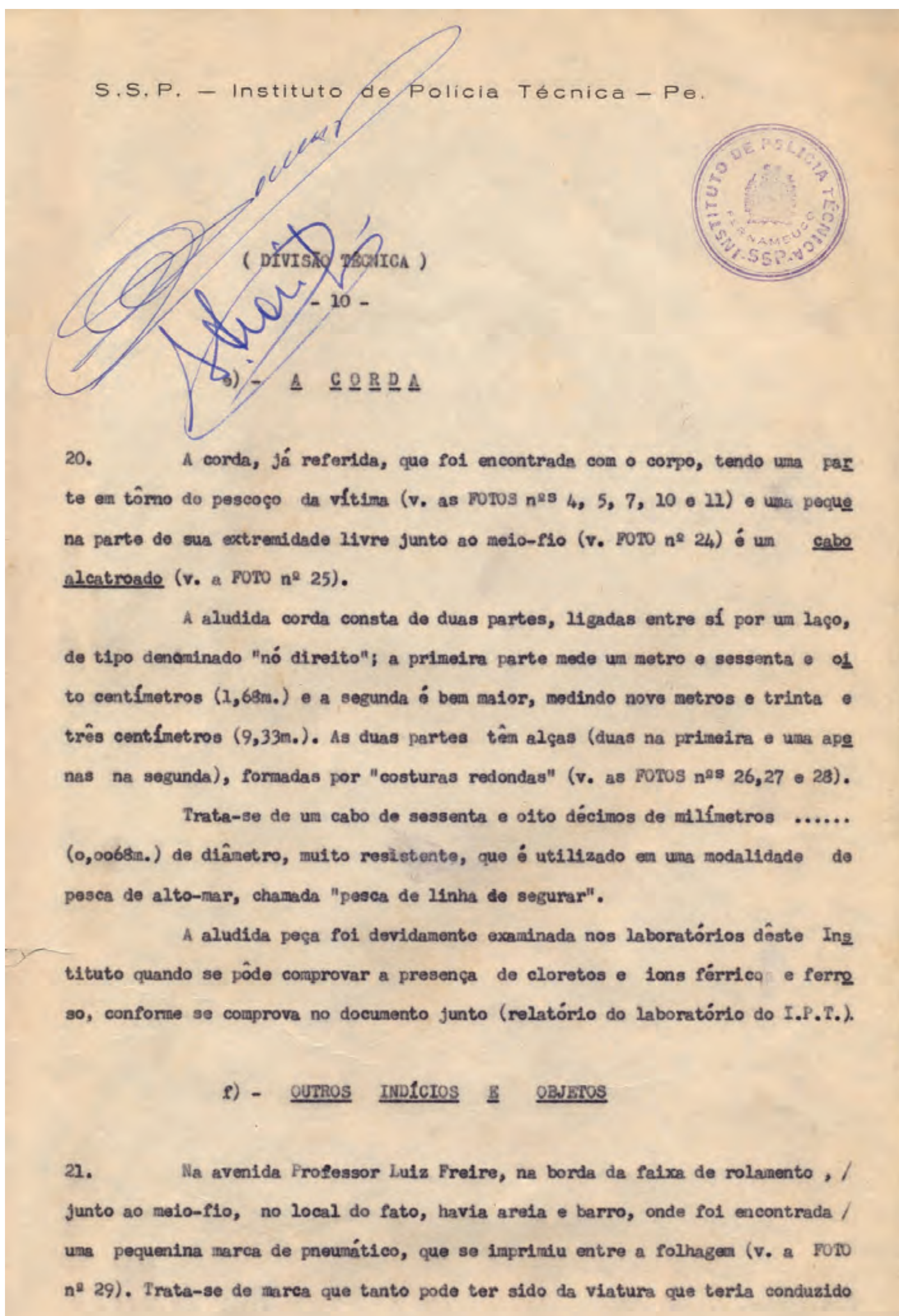
Não há, nessa peça, rasgões ou botões arrancados. Apenas duas das arreatas ou alças destinadas a suster o cinturão foram, parcialmente, descosturadas; são exatamente aquelas duas que ficam nos flancos direito e esquerdo.

Na face anterior de cada uma das pernas da calça, no terço médio, na altura dos joelhos, há manchas de barro (v. detalhe 1 e 2 na FOTO nº 19). Na parte posterior da calça, em zona correspondente mais ou menos à região sacral / da vítima, estando a mesma vestida, há manchas de barro, que se estendem um pouco mais para a esquerda e chegam até a atingir duas arreatas, no cós.

17. As cuecas (sunga), de "Agilon", da marca "KILKER", tamanho "M", de côr vermelha, com debruns brancos nas pernas e reforço dianteiro e cós de elástico branco, com listras azuis e amarelas, de fabricação brasileira, da "Duplex" (v. as FOTOS nºs 16 e 21), não apresentavam qualquer rasgão ou outro sinal de / violência.

18. As meias são de espuma de "Nylon", de côr preta e não apresentam rasgões ou qualquer outra anormalidade (v. a FOTO nº 22).

19. O cinturão é de couro, de côr marrom-clara, trabalhado, com fivela / de ferro e seis (6) ilhoses de metal niquelado, medindo um metro (1,0m.) de comprimento (v. a FOTO nº 23).



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

- 10 -

e) - A CORDA

20. A corda, já referida, que foi encontrada com o corpo, tendo uma parte em tôrno do pescoço da vítima (v. as FOTOS nºs 4, 5, 7, 10 e 11) e uma pequena parte de sua extremidade livre junto ao meio-fio (v. FOTO nº 24) é um cabo alcatroado (v. a FOTO nº 25).

A aludida corda consta de duas partes, ligadas entre sí por um laço, de tipo denominado "nó direito"; a primeira parte mede um metro e sessenta e oito centímetros (1,68m.) e a segunda é bem maior, medindo nove metros e trinta e três centímetros (9,33m.). As duas partes têm alças (duas na primeira e uma apenas na segunda), formadas por "costuras redondas" (v. as FOTOS nºs 26,27 e 28).

Trata-se de um cabo de sessenta e oito décimos de milímetros ...... (o,oo68m.) de diâmetro, muito resistente, que é utilizado em uma modalidade de pesca de alto-mar, chamada "pesca de linha de segurar".

A aludida peça foi devidamente examinada nos laboratórios dêste Instituto quando se pôde comprovar a presença de cloretos e ions férricos e ferroso, conforme se comprova no documento junto (relatório do laboratório do I.P.T.).

f) - OUTROS INDÍCIOS E OBJETOS

21. Na avenida Professor Luiz Freire, na borda da faixa de rolamento , / junto ao meio-fio, no local do fato, havia areia e barro, onde foi encontrada / uma pequenina marca de pneumático, que se imprimiu entre a folhagem (v. a FOTO nº 29). Trata-se de marca que tanto pode ter sido da viatura que teria conduzido

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 11 -

a vítima, como de outra qualquer que tenha encostado no meio-fio. Todavia, foi feita a moldagem da marca, estando o molde no I.P.T. para posteriores comparações

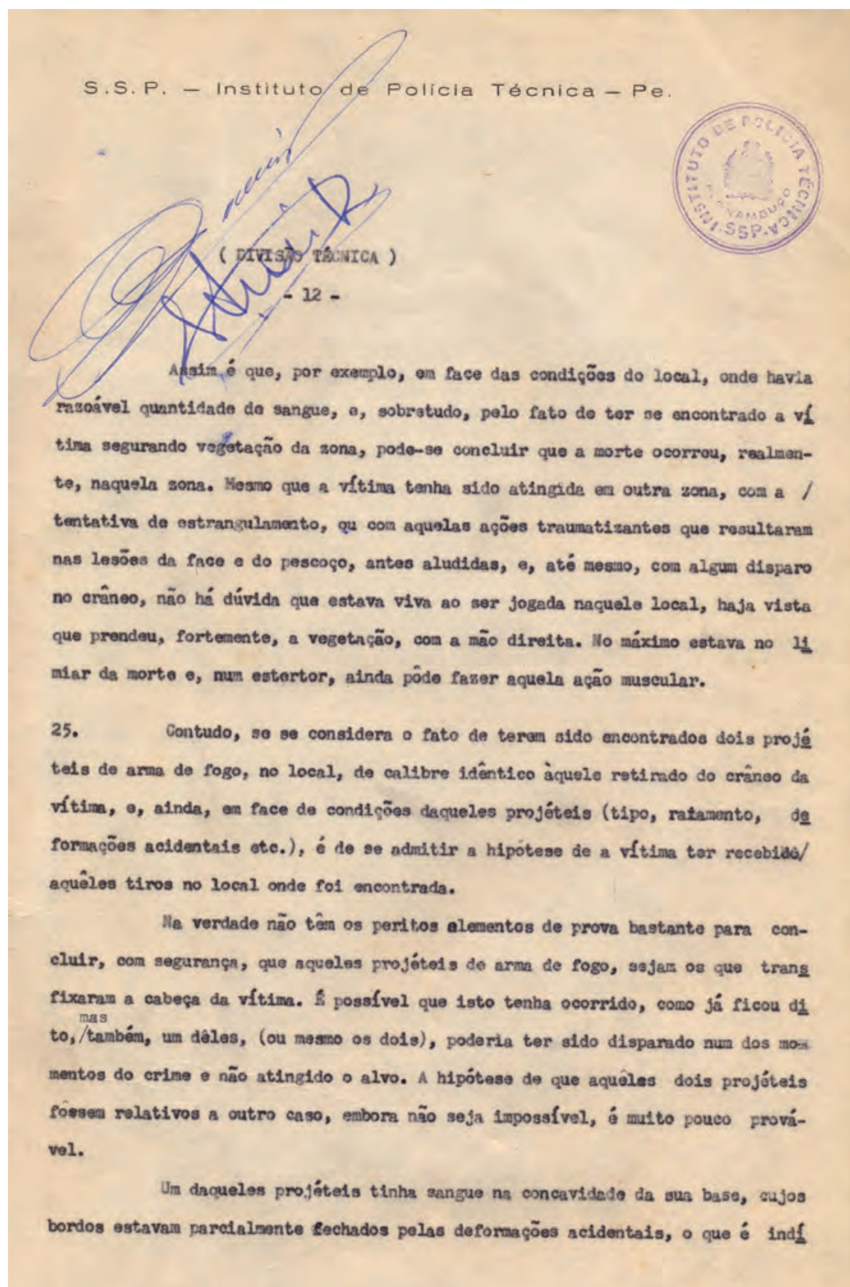
22. Nas buscas feitas no local ainda foi encontrada uma faca de mesa, com a lâmina quebrada, tendo barro e areia na extremidade da lâmina o que indica / que, provàvelmente, aquele instrumento não foi utilizado na prática do crime, em face das condições em que foi encontrada (v. as FOTOS nºs 30 e 31). Contudo, foi a mesma recolhida para posteriores verificações, se necessário.

23. Ainda foi encontrado um pedaço de vela, com dez centímetros (0,10m.) de comprimento, de tipo comum, utilizada e, um salto de sapato, de borracha , muito estragado. Não acharam, os peritos, no local, pingos de cêra que possibilitassem a afirmativa de que aquela vela realmente fôra utilizada como sistema de iluminação, num dos momentos do crime. Poderia, portanto, a mesma vela não ter nenhuma relação com o fato criminoso, em investigação, mas, também poderia ter sido empregada pouco tempo, sem deixar vestígios.

O salto de sapato é muito usado, nada indicando ser evidência relacionada com o caso em lide, sobretudo, considerando como foi encontrado.

g) - CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONCLUSÕES

24. Do que se pode depreender do exposto nêste relatório, bem como, tendo-se em consideração outros elementos de prova, é possível a formulação de várias conclusões, e, bem assim, de algumas hipóteses para posteriores confirmações.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

- 12 -

Assim é que, por exemplo, em face das condições do local, onde havia razoável quantidade de sangue, e, sobretudo, pelo fato de ter se encontrado a vítima segurando vegetação da zona, pode-se concluir que a morte ocorreu, realmente, naquela zona. Mesmo que a vítima tenha sido atingida em outra zona, com a / tentativa de estrangulamento, ou com aquelas ações traumatizantes que resultaram nas lesões da face e do pescoço, antes aludidas, e, até mesmo, com algum disparo no crâneo, não há dúvida que estava viva ao ser jogada naquele local, haja vista que prendeu, fortemente, a vegetação, com a mão direita. No máximo estava no limiar da morte e, num estertor, ainda pôde fazer aquela ação muscular.

25. Contudo, se se considera o fato de terem sido encontrados dois projéteis de arma de fogo, no local, de calibre idêntico àquele retirado do crâneo da vítima, e, ainda, em face de condições daqueles projéteis (tipo, raiamento, deformações acidentais etc.), é de se admitir a hipótese de a vítima ter recebido/ aquêles tiros no local onde foi encontrada.

Na verdade não têm os peritos elementos de prova bastante para concluir, com segurança, que aqueles projéteis de arma de fogo, sejam os que transfixaram a cabeça da vítima. É possível que isto tenha ocorrido, como já ficou dito, mas também, um dêles, (ou mesmo os dois), poderia ter sido disparado num dos momentos do crime e não atingido o alvo. A hipótese de que aquêles dois projéteis fôssem relativos a outro caso, embora não seja impossível, é muito pouco provável.

Um daqueles projéteis tinha sangue na concavidade da sua base, cujos bordos estavam parcialmente fechados pelas deformações acidentais, o que é indi

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

- 13 -

cio maior da possibilidade da mesma bala ter, realmente, atingido a vítima. O sangue existente no corpo (parte externa) de cada projétil poderia ser consequente de contacto com o ambiente (barro sujo de sangue), mas a existência de sangue no interior da concavidade daquela bala não pode ser admitida como sendo devida a impregnação no local.

26. Tem-se que admitir a proximidade de disparos feitos contra o Padre ANTONIO HENRIQUE, pelo menos de um dêles, aquêle cujo projétil atingiu a região/ frontal, onde produziu uma zona de esfumaçamento de cêrca de trinta e um milímetros (0,031m.) de diâmetro. Ora, como é sabido, com um revólver do calibre trinta e oito (38), utilizando-se cartuchos de carga dupla, com pólvora piroxilada, como soem ser os existentes no comércio, tem-se zona de esfumaçamento semelhante àquela produzida quando a arma é disparada entre três a oito centímetros ...... (0,03 a 0,08 m.) do alvo, aproximadamente. Nos outros disparos, feitos contra a zona do couro cabeludo, não se pôde precisar a distância, embora tenham sido também próximos, uma vez que havia grãos de pólvora nos cabelos e zona de queimadura; poderia até, um dos dois, ter sido mais próximo que aquêle primeiro. A necroscopia poderá melhor fixar êste detalhe.

Quando há zonas de queimadura, esfumaçamento e tatuagem, é evidente a proximidade dos disparos.

27. Uma outra questão a considerar é o fato da tentativa de estrangulamento, não consumado, ou, pelo menos, que não deve ter sido a causa determinante da morte, mas que poderia ter sido responsável pela diminuição da resistência da vítima e, até mesmo, ter provocado, por algum tempo, sua inconsciência. Ora, /

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

\- 14 -

aquela tentativa poderia ter sido feita em outro local ou na própria zona onde / foi encontrado o cadáver.

Se se considera o fato, já comprovado, de ter chegado a vítima com vida àquele local, bem como, que a corda foi encontrada ainda envolvendo o seu / pescoço, então poder-se-ia admitir maiores possibilidades daquela ação asfixiante ter sido produzida naquela zona. Mas, não pode estar fora de cogitação a possibilidade de terem passado a corda no pescoço da vítima, para conduzi-la dominada, seja a pé (por uma via deserta) ou mesmo no interior de um veículo. A mente criminosa, máxime daqueles que estão perturbados pela paixão, ou pela ação de substâncias que causam dependência física ou psíquica, é difícil de interpretar.

Neste particular, ainda, se poderia formular a hipótese, menos provável, de ter sido a vítima dominada com a corda, por um ou dois indivíduos, enquanto que um outro fazia uso de arma de fogo. Neste caso a vítima, em vez de ter segurado na vegetação teria, com maiores razões, tentado segurar a corda.

28. A presença de barro na calça da vítima, nas zonas dos joelhos e na parte posterior, permite algumas considerações.

Ora, nas zonas dos joelhos aquêles vestígios indicam, claramente, / que a vítima ajoelhou-se ou foi forçada a se ajoelhar. E bem poderia aquilo ter sido feito quando houve a tentativa de estrangulamento, sujando-se a parte anterior da calça.

Para se justificar a lama na parte posterior da calça não se poderia admitir que isto tivesse acontecido em virtude da vítima ter se sentado em local sujo; se assim fôsse ter-se-ia sujado mais em baixo. Há que se aceitar que

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

- 15 -

a vítima encostou-se em local sujo ou, então, foi puxada, em algum momento, com as pernas e a cabeça levantadas do solo, o que é muito mais provável, e que poderia acontecer até mesmo quando foi jogada no local onde ficou.

Os sapatos da vítima, examinados no local, bem como suas meias, não se apresentaram sujas de barro ou lama.

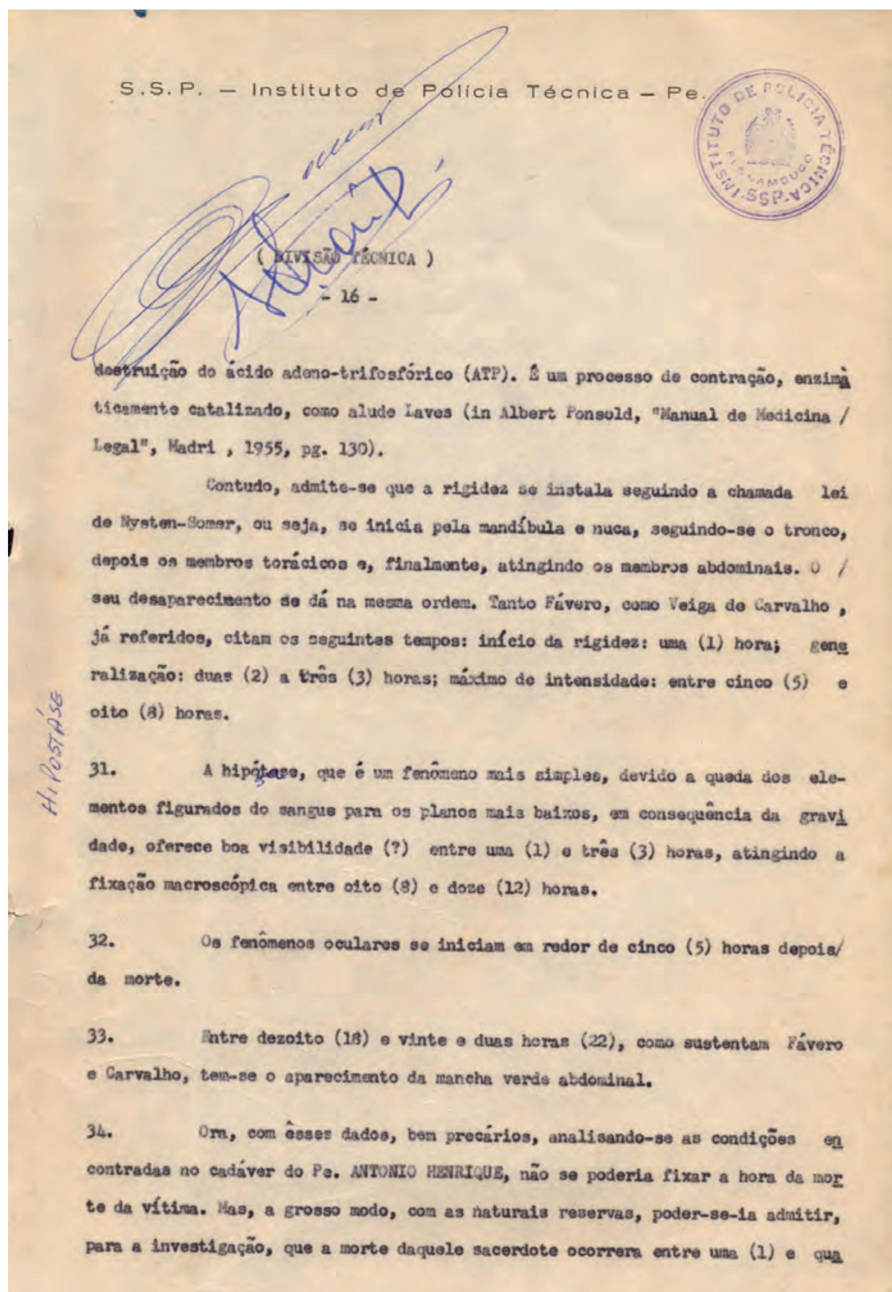
29. O arrancamento dos botões da camisa (três botões) e os rasgões da mesma, sòmente poderiam ter acontecido com ações violentas ou até mesmo quando / se procurava carregar o corpo.

30. Uma outra questão a discutir é, sem dúvida, aquela que se relaciona com a hora ou, melhor dito, com o período em que se deu a morte.

O diagnóstico do tempo da morte, a chamada cronotanatognose,"é assaz difícil de ser estabelecido", como afirmam Hilário Veiga de Carvalho e cols. (in "Licões de Medicina Legal", 2ª edc., São Paulo, 1963, pg. 193), ponderando que os dados são apenas aproximativos .

Assim é que, por exemplo, a rigidez cadavérica, que oferece alguns / elementos comprovatórios do tempo da morte, uma vez que ela "não falta nunca" , como alude Flaminio Fávero (in Medicina Legal, 7ª edc., 2º vol. São Paulo, 1962, pg. 100), mas pode ser "precoce e passageira" ou "tardia, duradoura e intensa", como afirma o mesmo tratadista (op. cit., pgs. 100/101). Porém, merece referido, ainda aceitando-se a opinião do consagrado Mestre paulista, que "instalada a rigidez completa, é possível eliminá-la pela movimentação do segmento" (Favero, op. cit. pg. 101).

O que é pacífico, como demonstraram modernos tratadistas é que a rigidez não segue, rigorosamente, a ordem e o tempo, tidos como clássicos, e que é fenômeno que atinge as massas musculares e está inteiramente relacionado com a


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

- 16 -

destruição do ácido adeno-trifosfórico (ATP). É um processo de contração, enzimáticamente catalizado, como alude Laves (in Albert Ponsold, "Manual de Medicina / Legal", Madri , 1955, pg. 130).

Contudo, admite-se que a rigidez se instala seguindo a chamada lei de Nysten-Somer, ou seja, se inicia pela mandíbula e nuca, seguindo-se o tronco, depois os membros torácicos e, finalmente, atingindo os membros abdominais. O / seu desaparecimento se dá na mesma ordem. Tanto Fávero, como Veiga de Carvalho , já referidos, citam os seguintes tempos: início da rigidez: uma (1) hora; generalização: duas (2) a três (3) horas; máximo de intensidade: entre cinco (5) e oito (8) horas.

31. A hipóstase, que é um fenômeno mais simples, devido a queda dos elementos figurados do sangue para os planos mais baixos, em consequência da gravidade, oferece boa visibilidade (?) entre uma (1) e três (3) horas, atingindo a fixação macroscópica entre oito (8) e doze (12) horas.

32. Os fenômenos oculares se iniciam em redor de cinco (5) horas depois/ da morte.

33. Entre dezoito (18) e vinte e duas horas (22), como sustentam Fávero e Carvalho, tem-se o aparecimento da mancha verde abdominal.

34. Ora, com êsses dados, bem precários, analisando-se as condições encontradas no cadáver do Pe. ANTONIO HENRIQUE, não se poderia fixar a hora da morte da vítima. Mas, a grosso modo, com as naturais reservas, poder-se-ia admitir, para a investigação, que a morte daquele sacerdote ocorrera entre uma (1) e qua

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 17 -

tro (4) horas da manhã do dia vinte e sete (27) de maio. Naturalmente poder-se-á admitir, ainda, uma pequena variação para mais ou menos daquele período provável.

35. A causa determinante da morte, como poderá ser confirmada no competente laudo necroscópico, está ligada às lesões produzidas por projéteis de arma de fogo, não havendo necessidade de maiores comentários no particular, neste relatório.

Não se pode, também, nesta peça discutir o problema de lesões ocorridas post-morte.

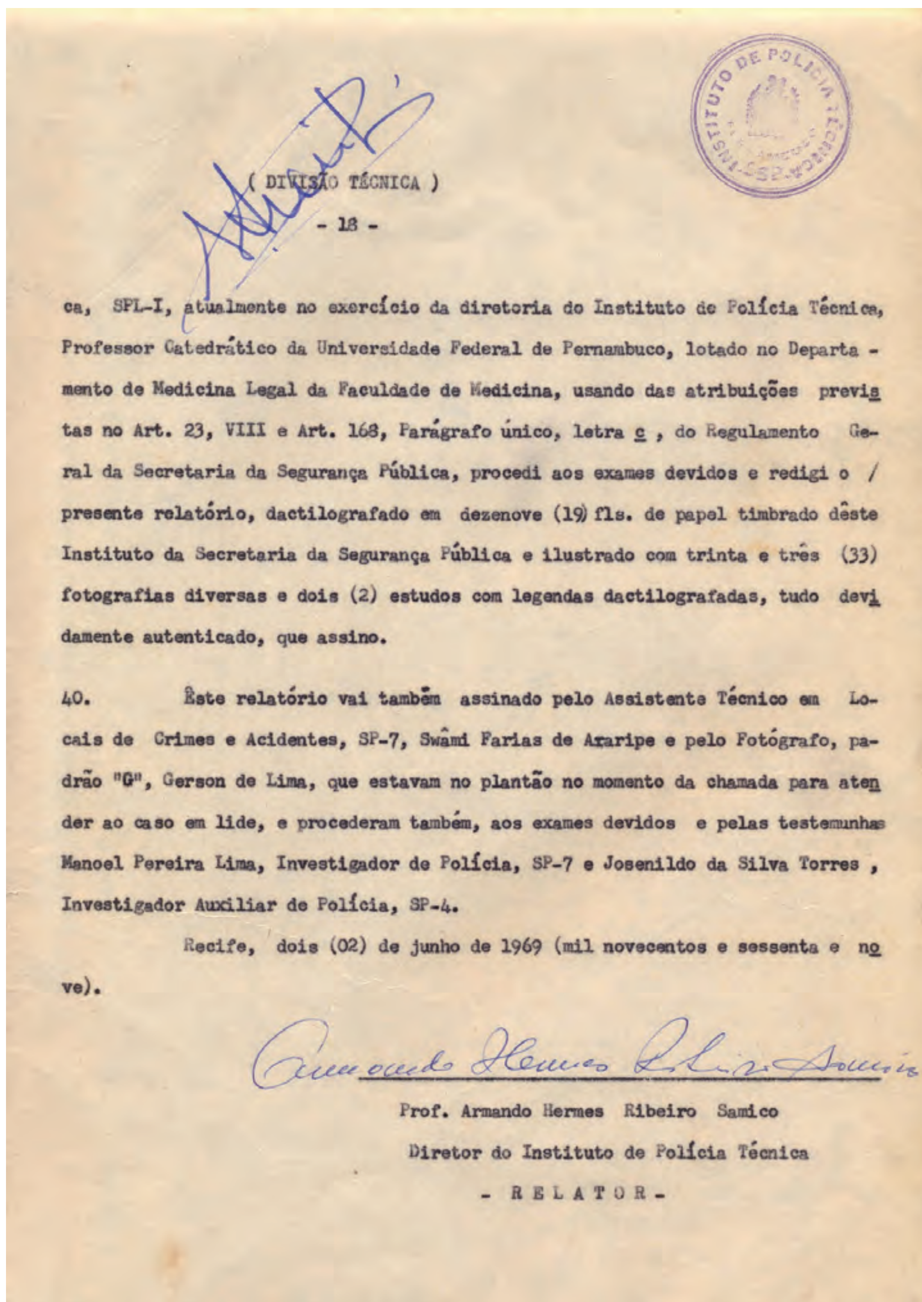
36. Outras questões, como a distancia e a hora onde o Pe. ANTONIO HENRIQUE foi visto, com vida, pela última vez, de que a Polícia já tem conhecimento/ (Praça de Farnamerim), e o local onde foi encontrado o seu cadáver, e os possíveis caminhos de um ponto a outro, bem como o local de sua residência, são estudadas em outro relatório, em andamento.

37. A identificação de terras (barro), de terrenos compreendidos entre/ Parnamirim e a Cidade Universitária é um outro problema a estudar.

38. Evidentemente, com a marcha das investigações, poder-se-á proceder a outras indagações periciais e, certamente oferecer melhores elementos de convicção.

h) - ENCERRAMENTO

39. Eu, Armando Hermes Ribeiro Samico, Inspetor Geral de Polícia Técni



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 18 -

ca, SPL-I, atualmente no exercício da diretoria do Instituto de Polícia Técnica, Professor Catedrático da Universidade Federal de Pernambuco, lotado no Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Medicina, usando das atribuições previstas no Art. 23, VIII e Art. 168, Parágrafo único, letra c , do Regulamento Geral da Secretaria da Segurança Pública, procedi aos exames devidos e redigi o / presente relatório, dactilografado em dezenove (19) fls. de papel timbrado dêste Instituto da Secretaria da Segurança Pública e ilustrado com trinta e três (33) fotografias diversas e dois (2) estudos com legendas dactilografadas, tudo devidamente autenticado, que assino.

40. Êste relatório vai também assinado pelo Assistente Técnico em Locais de Crimes e Acidentes, SP-7, Swâmi Farias de Araripe e pelo Fotógrafo, padrão "G", Gerson de Lima, que estavam no plantão no momento da chamada para atender ao caso em lide, e procederam também, aos exames devidos e pelas testemunhas Manoel Pereira Lima, Investigador de Polícia, SP-7 e Josenildo da Silva Torres , Investigador Auxiliar de Polícia, SP-4.

Recife, dois (02) de junho de 1969 (mil novecentos e sessenta e nove).

Prof. Armando Hermes Ribeiro Samico
Diretor do Instituto de Polícia Técnica
- RELATOR -

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

- 19 -

Swâmi Farias de Araripe

Ass. Téc. em Locais de Crimes e Acidentes, SP-7

Gerson de Lima

Fotógrafo, padrão "G"

Manoel Pereira Lima

Investigador de Polícia, SP-7

- TESTEMUNHA -

Josenildo da Silva Torres

Investigador Auxiliar de Polícia, SP-4

- TESTEMUNHA -

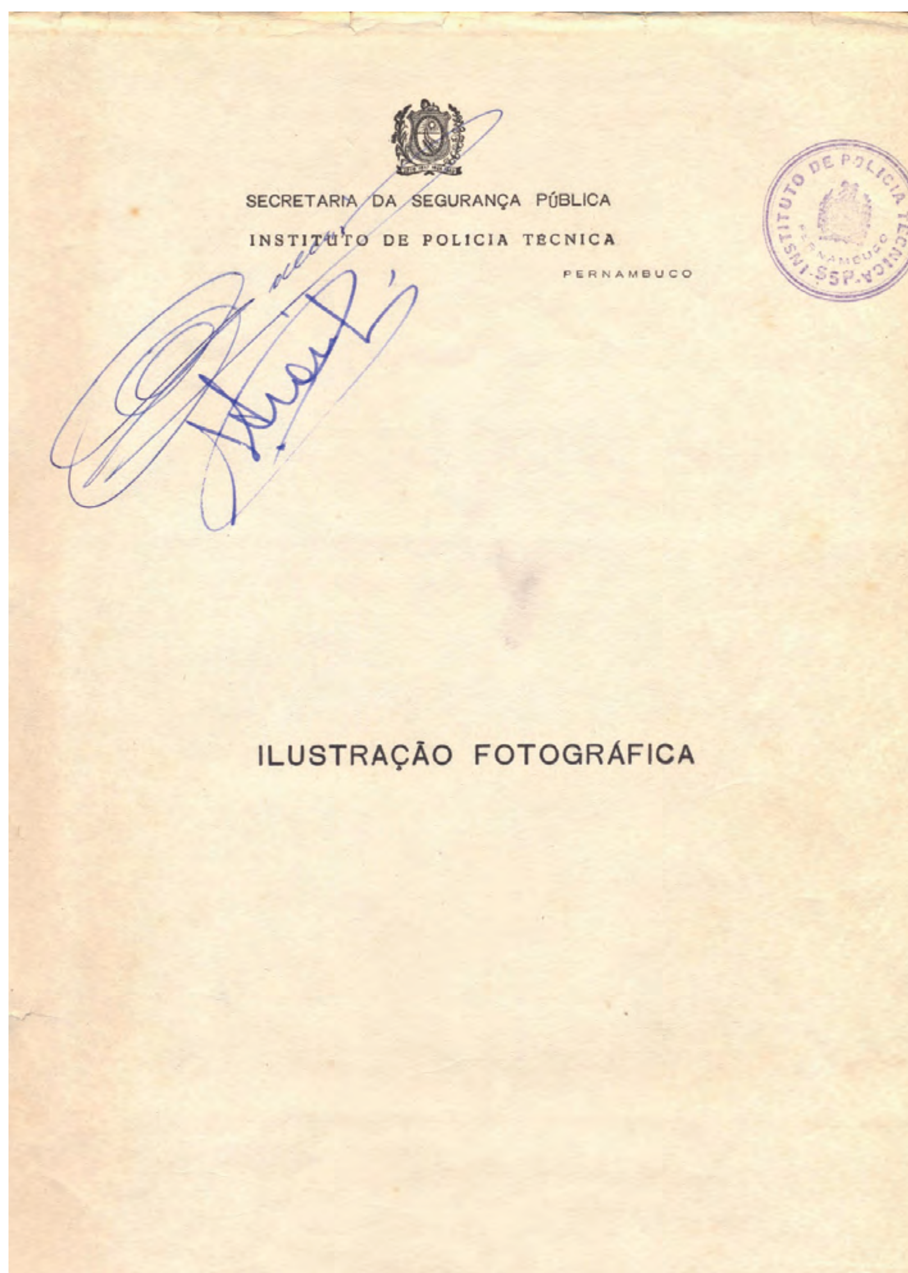

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLICIA TECNICA
PERNAMBUCO

ILUSTRAÇÃO FOTOGRÁFICA

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

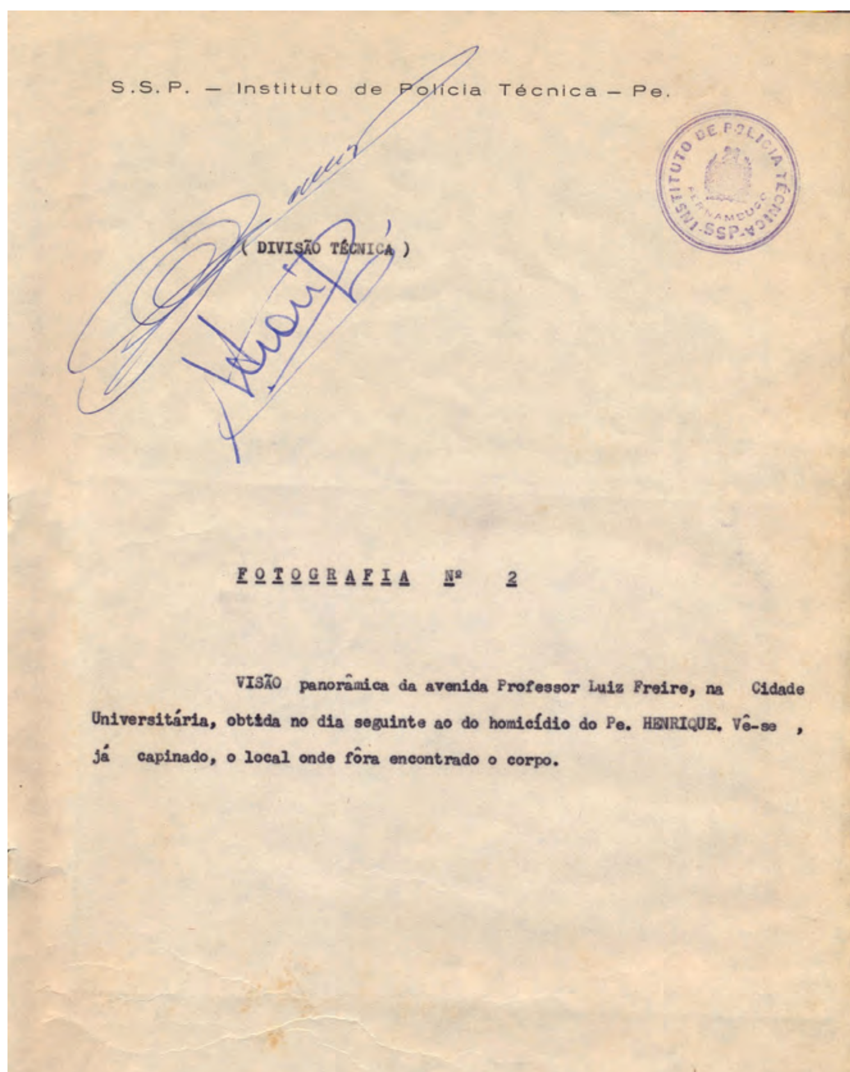
F O T O G R A F I A Nº 1

TEM-SE, nesta fotografia direta, uma visão do local onde foi encontrado o cadáver do Pe. ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO, na avenida Professor / Luiz Freire, na Cidade Universitária, no Recife.

A seta indica o local, entre a faixa de rolamento e uma cêrca / de arame farpado, onde estava o cadáver (v. a FOTO nº 3, obtida mais de perto, bem como o ESTUDO FOTOTÉCNICO).

Para a esquerda, além da cêrca, há um canavial, e, para direita da faixa, ficam os terrenos da Cidade Universitária.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA
PERNAMBUCO
SSP


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA PERNAMBUCO SSP

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 2

VISÃO panorâmica da avenida Professor Luiz Freire, na Cidade Universitária, obtida no dia seguinte ao do homicídio do Pe. HENRIQUE. Vê-se , já capinado, o local onde fôra encontrado o corpo.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TECNICA
PERNAMBUCO
SSP

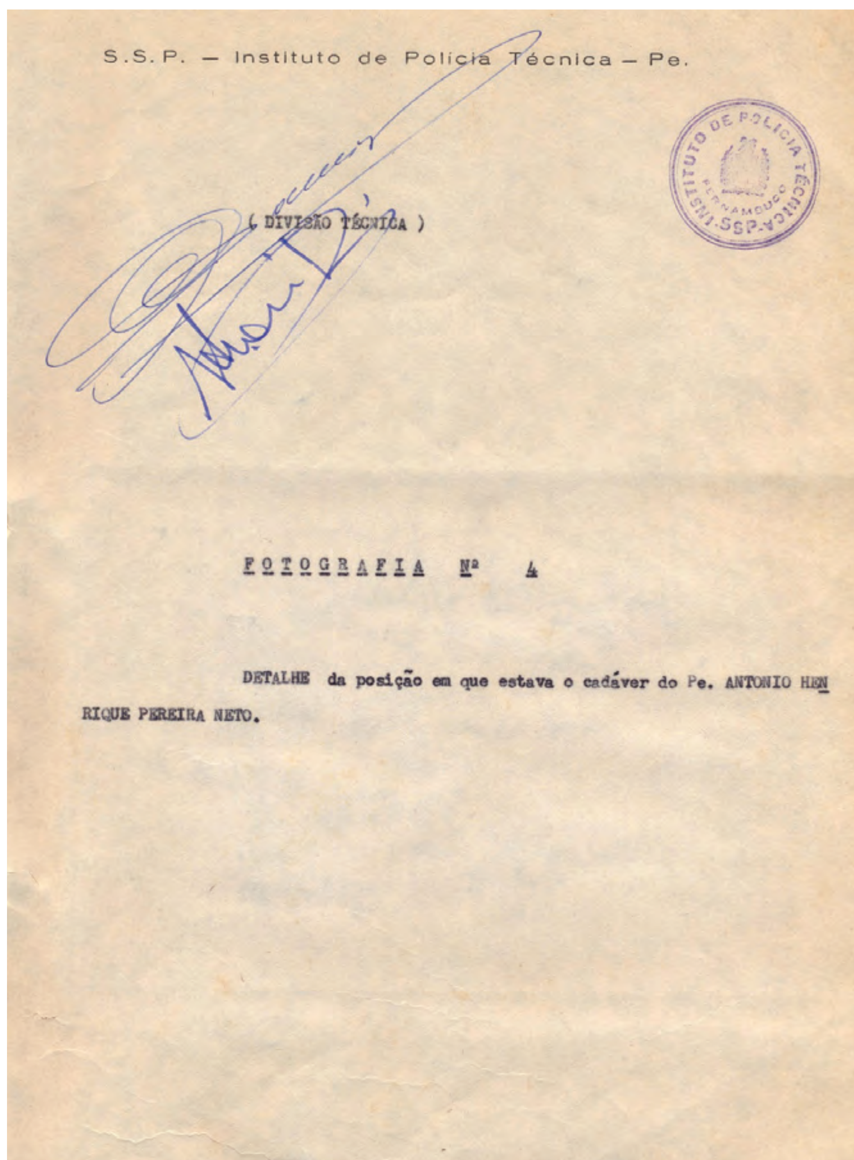
S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

F O T O G R A F I A Nº 3

OUTRA reprodução do local onde foi encontrado o cadáver do Pe. ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO, vendo-se assinalada a posição do corpo.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA PERNAMBUCO -SSP-

FOTOGRAFIA Nº 4

DETALHE da posição em que estava o cadáver do Pe. ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA
PERNAMBUCO
S.S.P.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 5

REPRODUÇÃO parcial do tronco, cabeça e mão direita da vítima, na posição em que estavam no local.

Notar que a mão direita está segurando vegetação da zona (vide detalhe na FOTO nº 6), bem como a presença de cordas sôbre o corpo (v. as FOTOS nºs 7, 10 e 11).


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA
PERNAMBUCO
S.S.P.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 6

DETALHE da mão direita do cadáver do Pe. ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO, como foi encontrada pelos peritos, segurando vegetação da zona.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TECNICA
PERNAMBUCO

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 7

DETALHE da cabeça da vítima, vendo-se a corda já referida.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA

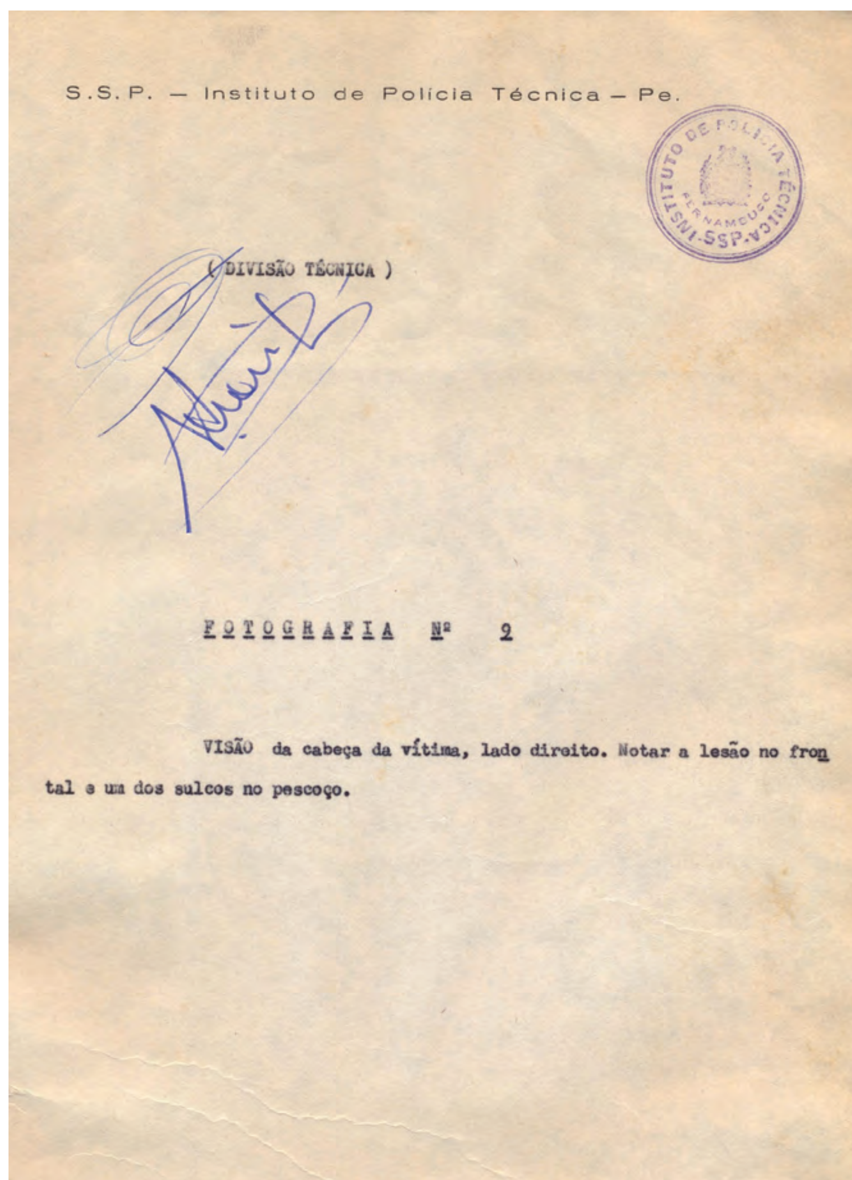
S.S.P. – Instituto de Polícia Técnica – Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

F O T O G R A F I A Nº 8

OUTRO detalhe da cabeça e do pescoço da vítima, em foto obtida no local, vendo-se um dos sulcos existentes no pescoço e uma zona de esfumaçamento, na região frontal direita, em tôrno de um orifício de penetração de projétil de arma de fogo. Ainda se vê, acima do pavilhão auricular, na região / parietal, um outro orifício de penetração de projétil de arma de fogo.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

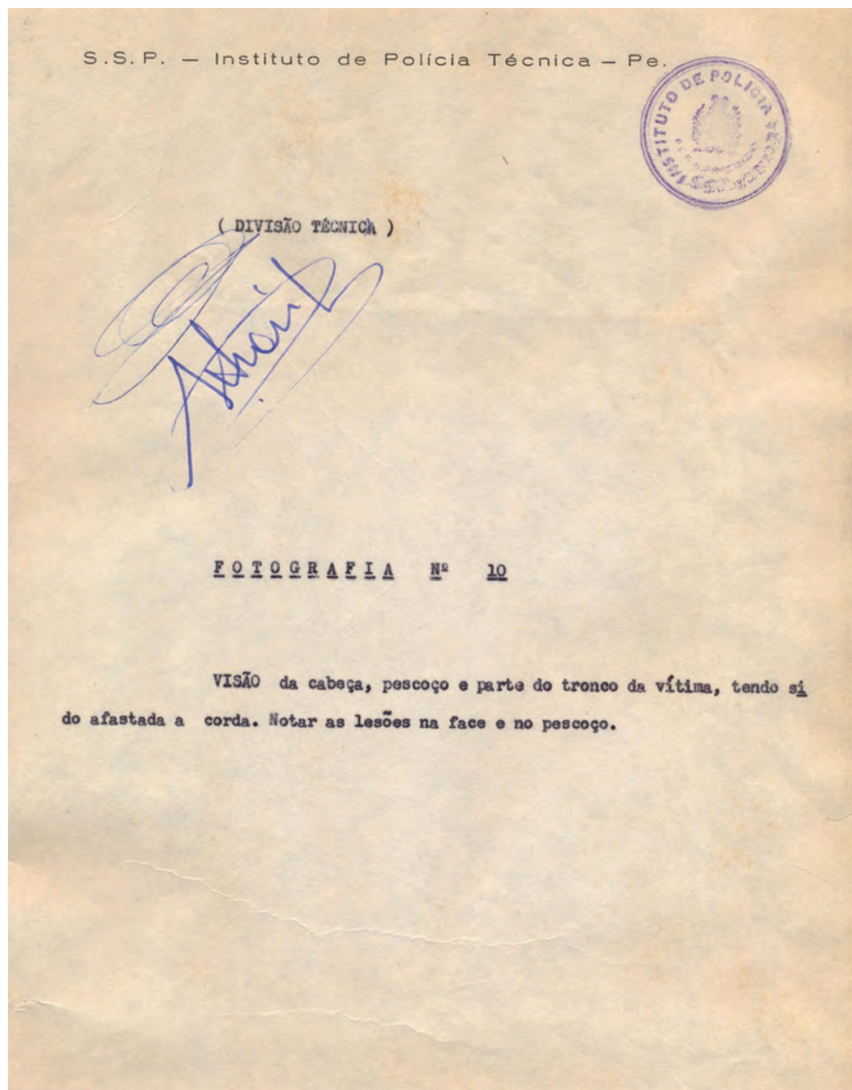
(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 2

VISÃO da cabeça da vítima, lado direito. Notar a lesão no frontal e um dos sulcos no pescoço.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.




S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLÍCIA

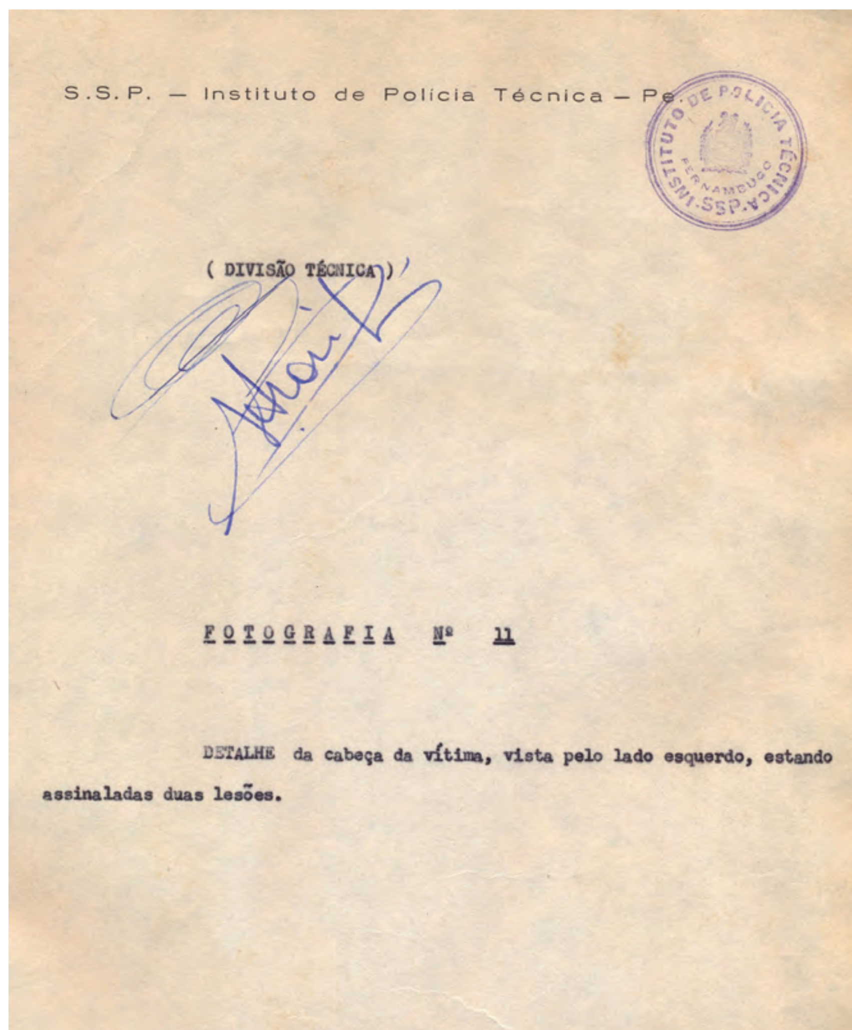
(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 10

VISÃO da cabeça, pescoço e parte do tronco da vítima, tendo sido afastada a corda. Notar as lesões na face e no pescoço.

S. S. P. — Instituto de Polícia Tècnica — Pe.





S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA · SSP · PERNAMBUCO

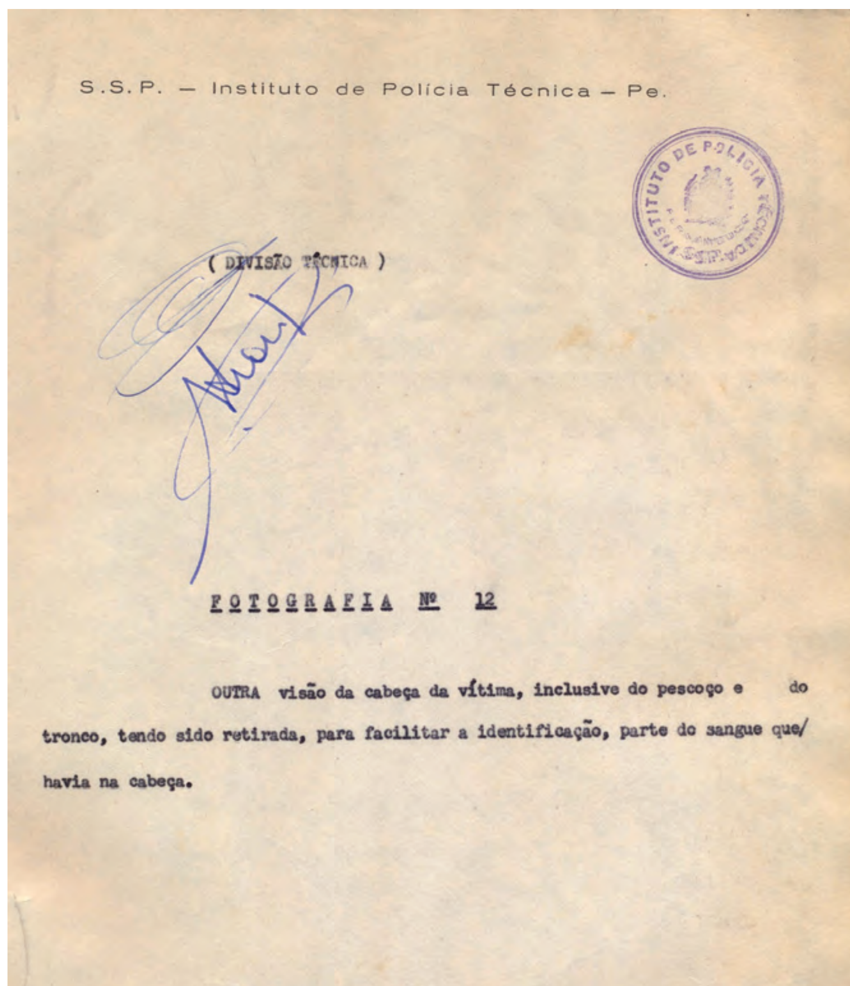
(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 11

DETALHE da cabeça da vítima, vista pelo lado esquerdo, estando assinaladas duas lesões.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica – Pe.





S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

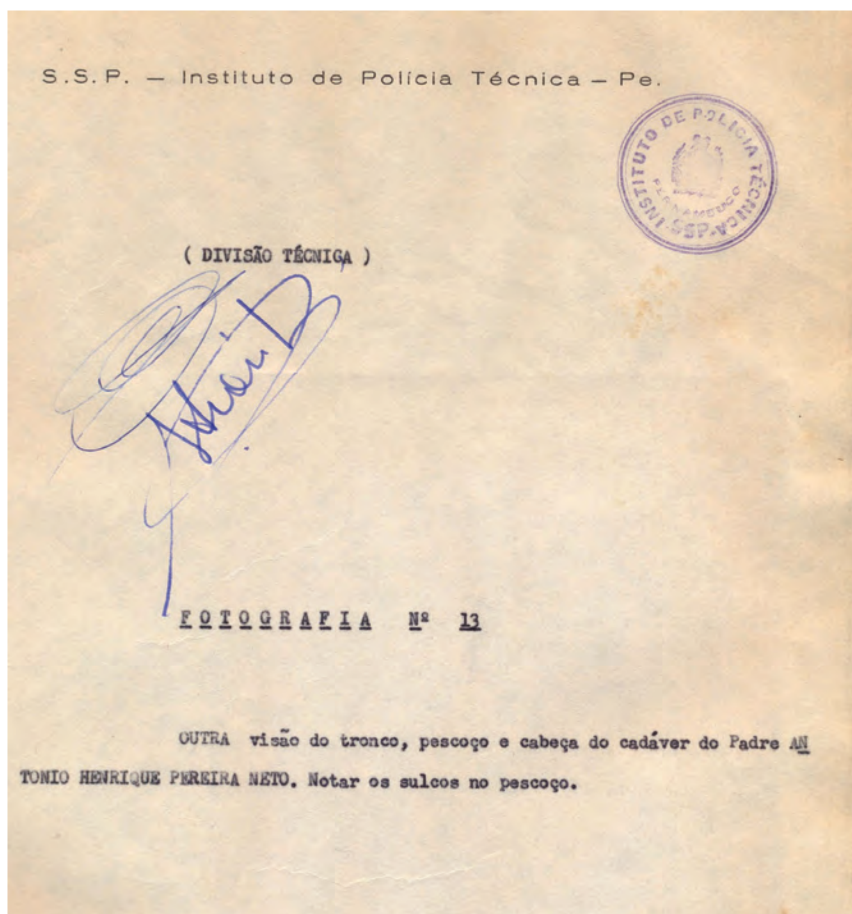
(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 12

OUTRA visão da cabeça da vítima, inclusive do pescoço e do tronco, tendo sido retirada, para facilitar a identificação, parte do sangue que/ havia na cabeça.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.




S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA - SSP - PERNAMBUCO

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 13

OUTRA visão do tronco, pescoço e cabeça do cadáver do Padre ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO. Notar os sulcos no pescoço.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

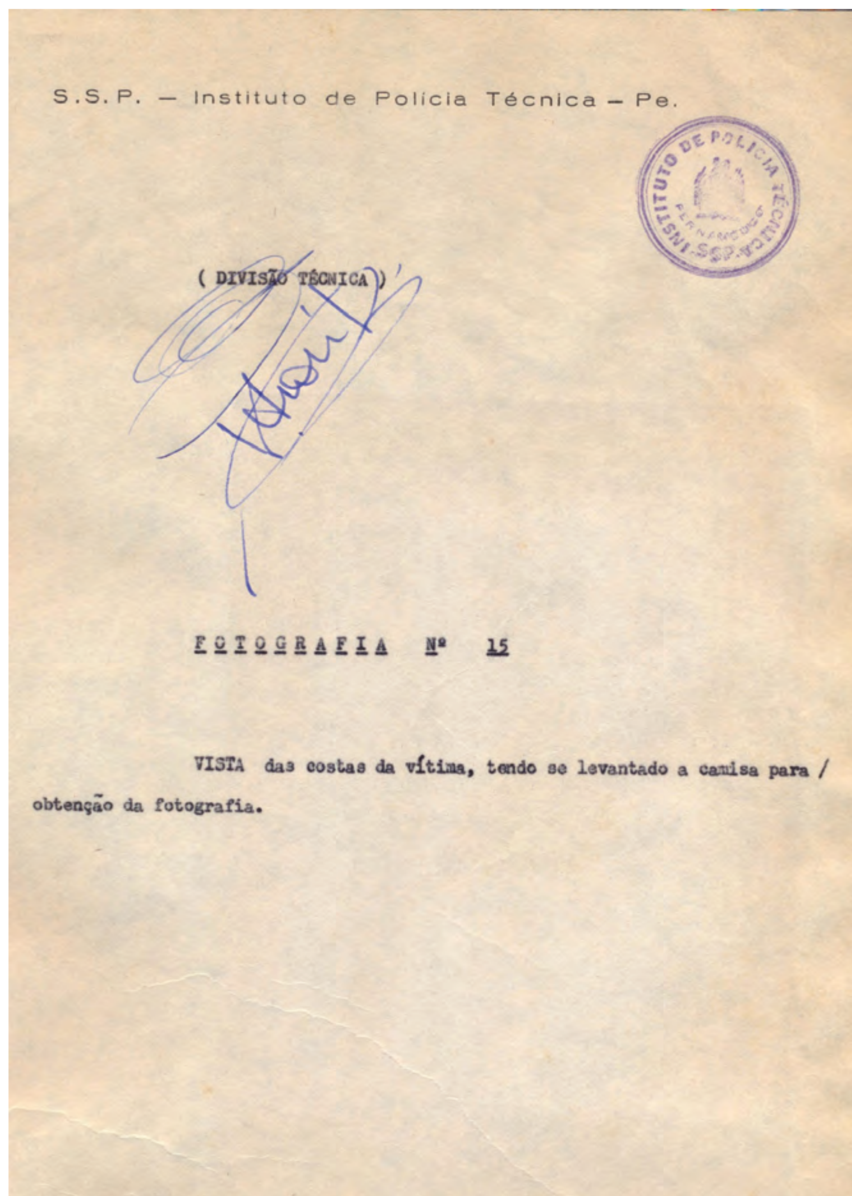
F O T O G R A F I A Nº 14

VISÃO da cabeça e pescoço da vítima, vistos por trás.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.





S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA PERNAMBUCO S.S.P.

(DIVISÃO TÉCNICA)

F O T O G R A F I A Nº 15

VISTA das costas da vítima, tendo se levantado a camisa para / obtenção da fotografia.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA




S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA
S.S.P.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



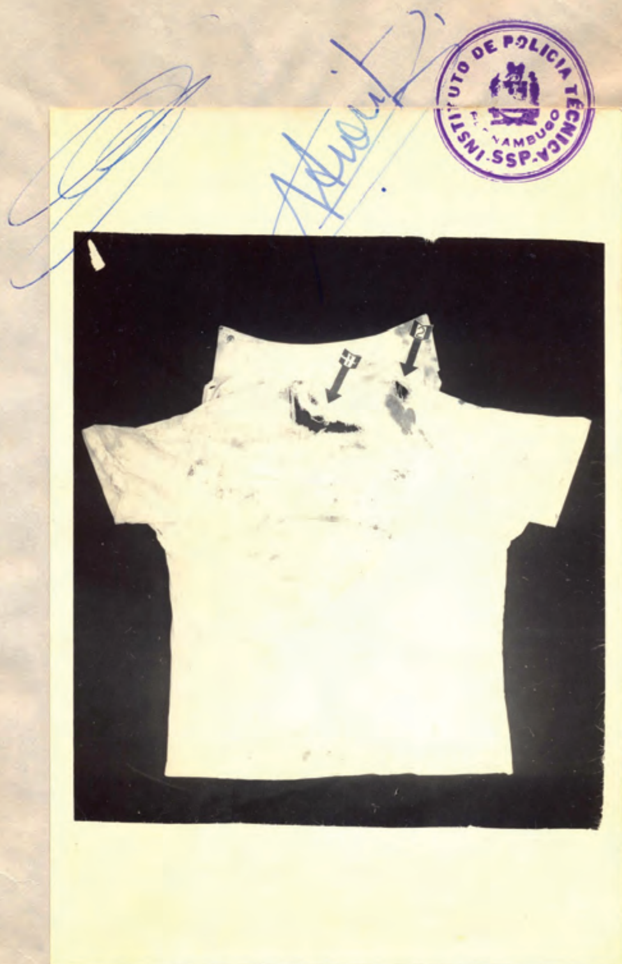
(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 17

REPRODUÇÃO, vista de frente, da camisa esportiva que a vítima/ vestia quando foi encontrada.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 19

VISÃO da calça da vítima, Pe. ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO , vista pela parte anterior. Estão assinaladas as zonas onde há manchas de barro.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



S.S.P. – Instituto de Polícia Técnica – Pe.

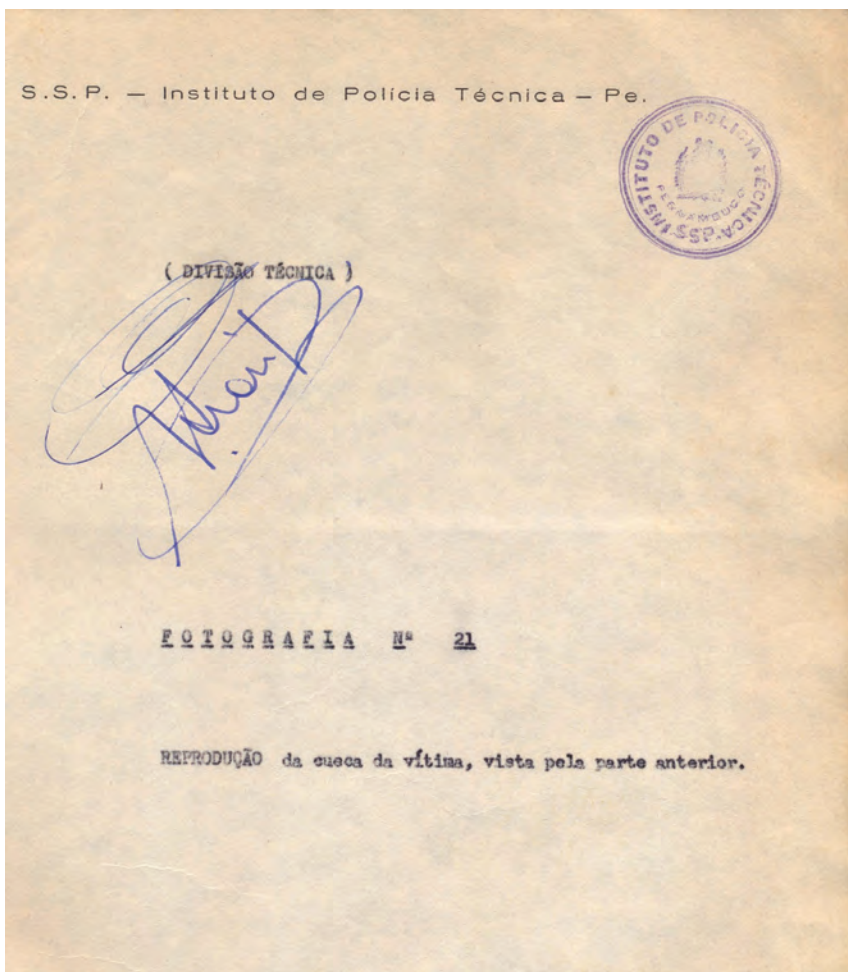
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA · PERNAMBUCO · SSP

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 20

O MESMO indumento a que alude a FOTO nº 19, visto pela parte / posterior.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

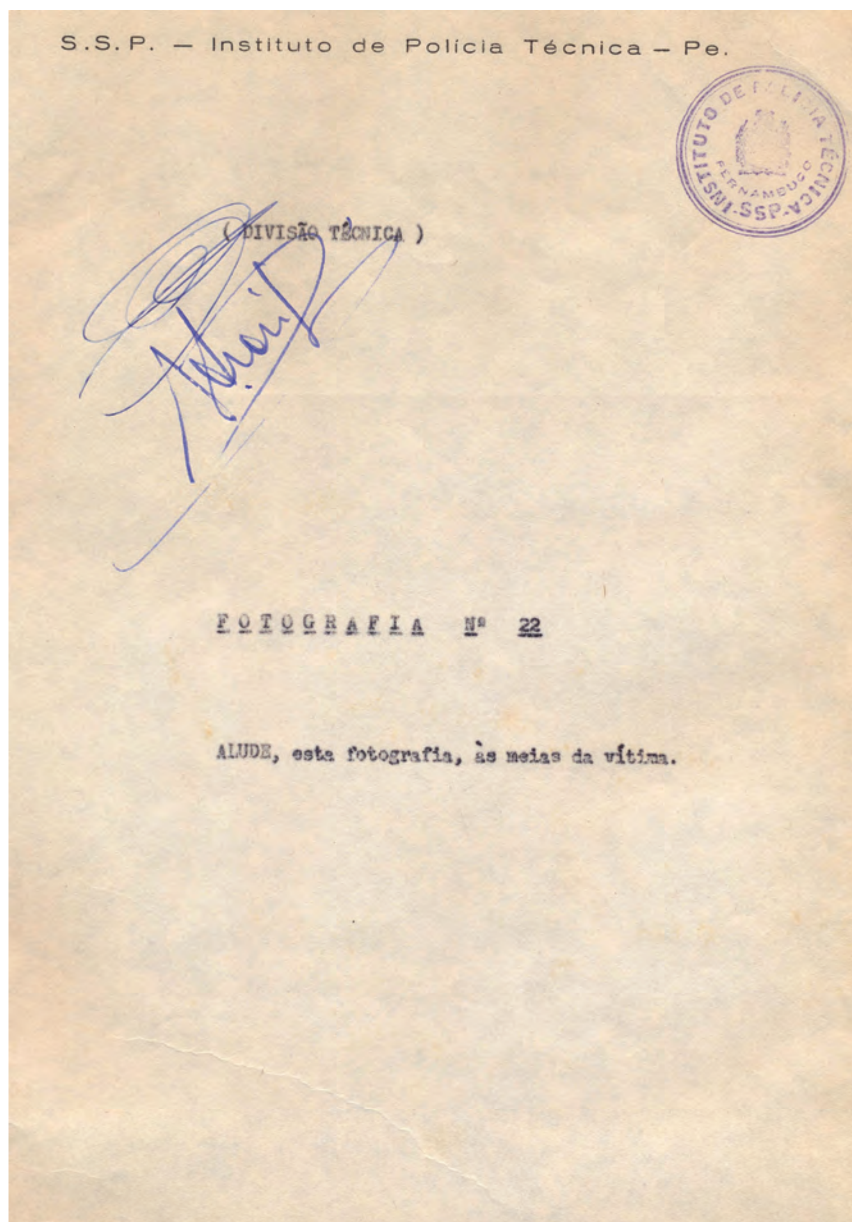
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA - SSP - PERNAMBUCO

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 21

REPRODUÇÃO da cueca da vítima, vista pela parte anterior.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA - PERNAMBUCO - I.M.I.-SSP

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 22

ALUDE, esta fotografia, às meias da vítima.


INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA
PERNAMBUCO
SSP

S.S.P. – Instituto de Polícia Técnica – Pe.

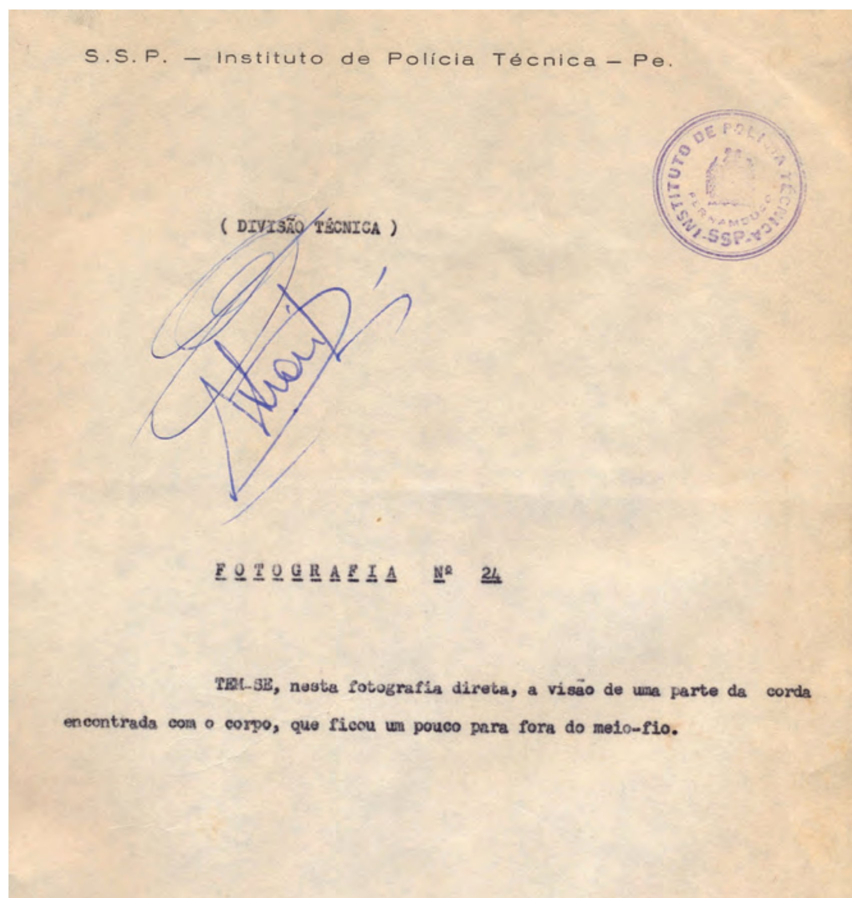


(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 23

REPRODUÇÃO do cinturão da vítima.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA - SSP - PERNAMBUCO

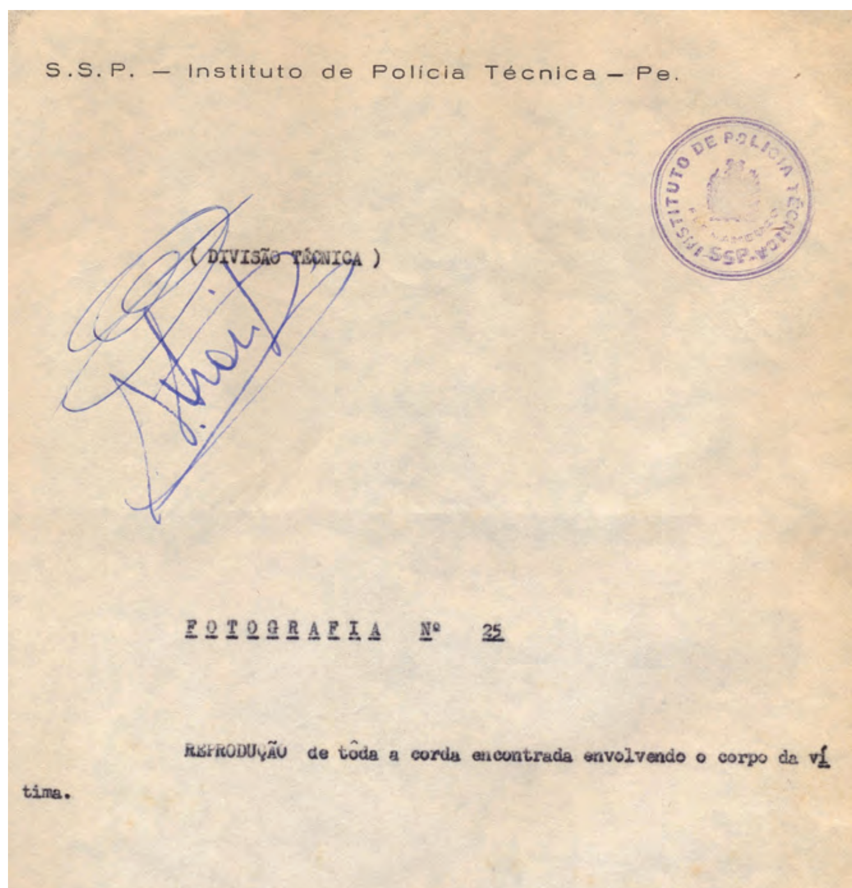
(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 24

TEM-SE, nesta fotografia direta, a visão de uma parte da corda encontrada com o corpo, que ficou um pouco para fora do meio-fio.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.





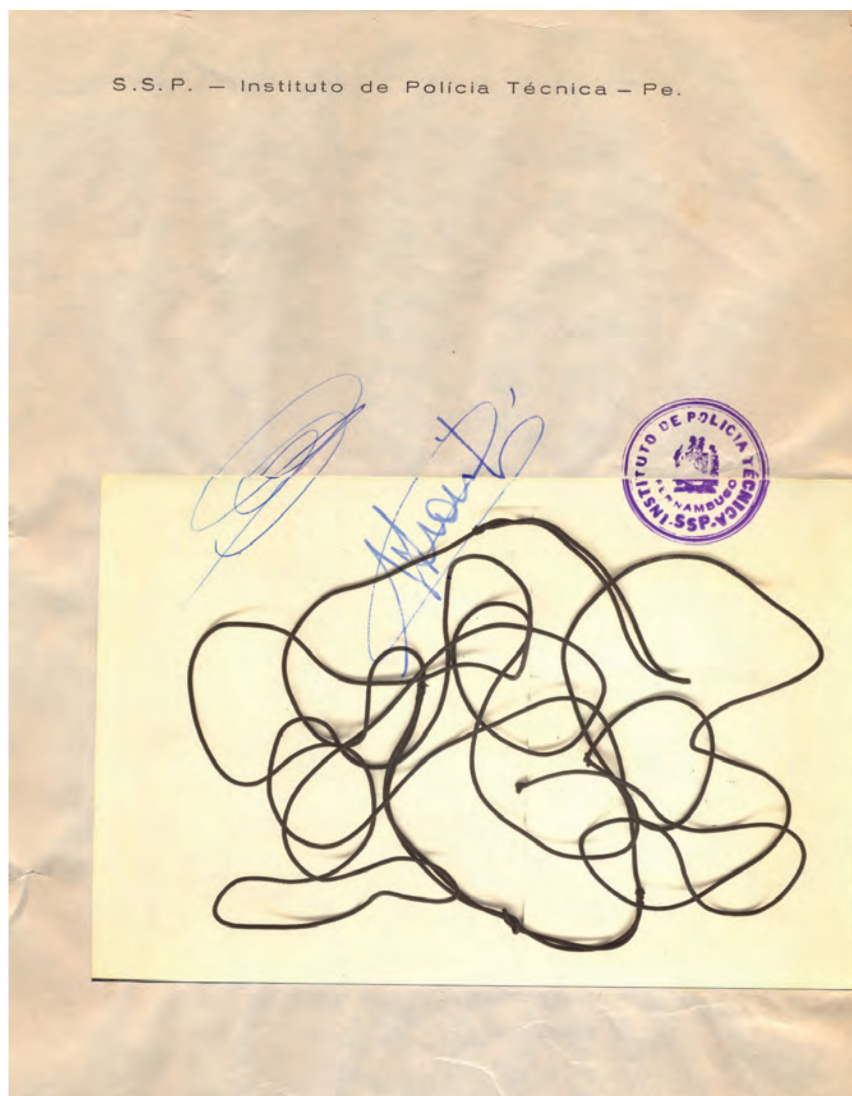
S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

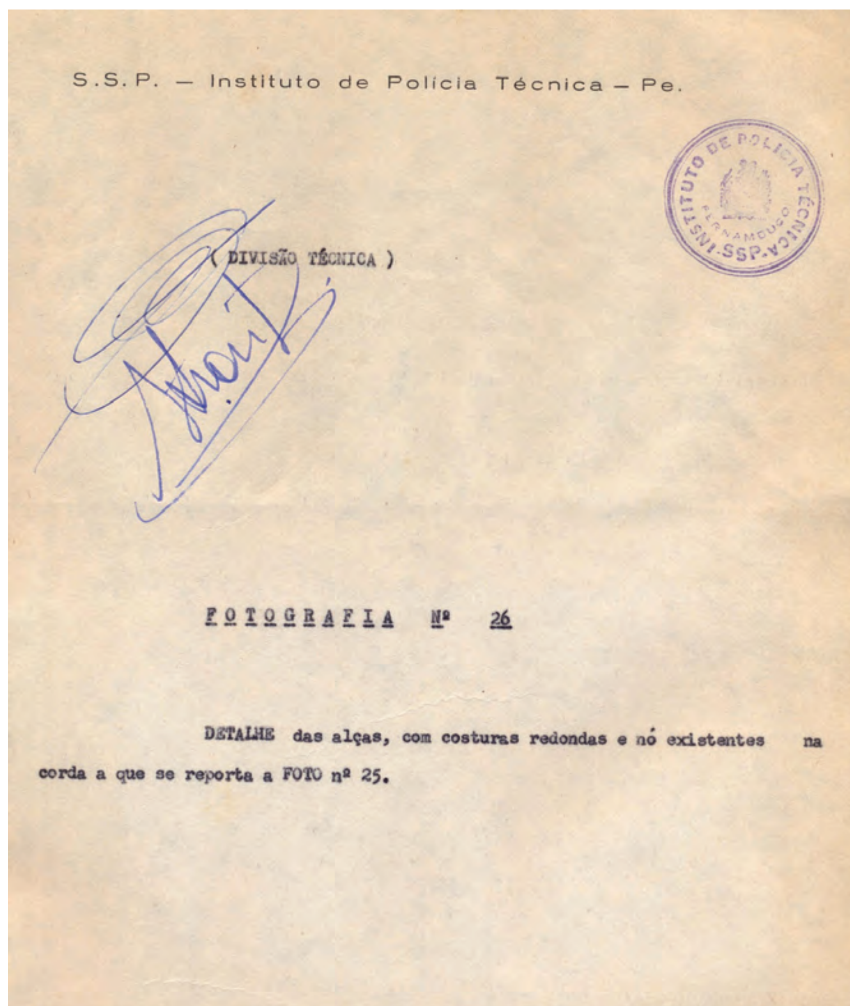
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA SSP

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 25

REPRODUÇÃO de tôda a corda encontrada envolvendo o corpo da ví
tima.


S.S.P. – Instituto de Polícia Técnica – Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA
PERNAMBUCO
SSP



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA · SSP · PERNAMBUCO

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 26

DETALHE das alças, com costuras redondas e nó existentes na corda a que se reporta a FOTO nº 25.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA
PERNAMBUCO
SSP



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

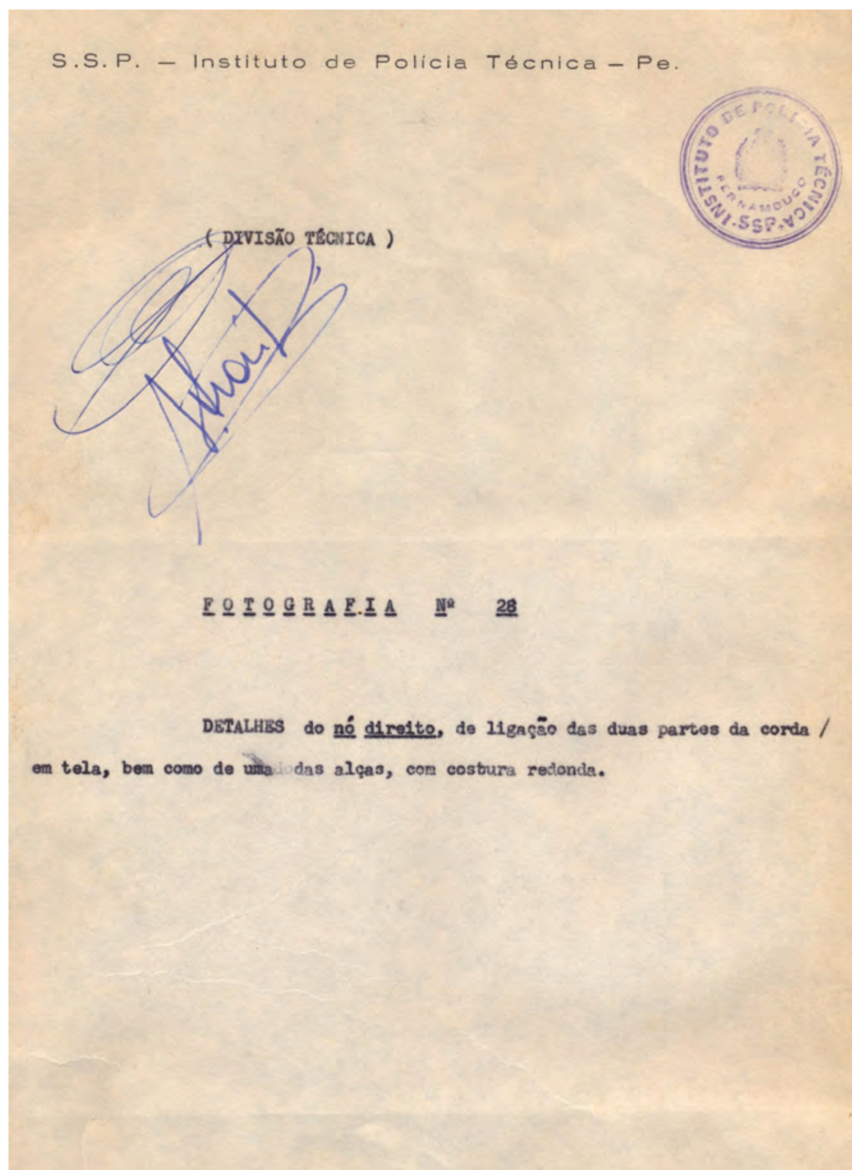
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA PERNAMBUCO SSP

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 27

ALÇA de uma das extremidades da corda em lide.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INST. DE POLICIA TÉCNICA-SSP-PERNAMBUCO



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 28

DETALHES do nó direito, de ligação das duas partes da corda / em tela, bem como de uma das alças, com costura redonda.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 29

VISTA, de parte, da marca de pneumático encontrada no local do homicídio, que foi moldada.

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

F O T O G R A F I A Nº 30

FACA de mesa, com a lâmina quebrada, encontrada no local do homicídio, vista pelo lado direito.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA
PERNAMBUCO
SSP
0
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
1
2
3
4
5

S.S.P. – Instituto de Polícia Técnica – Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 31

A MESMA faca a que alude a FOTO nº 30, vista pelo lado esquerdo.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.
INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA - SSP -
PERNAMBUCO

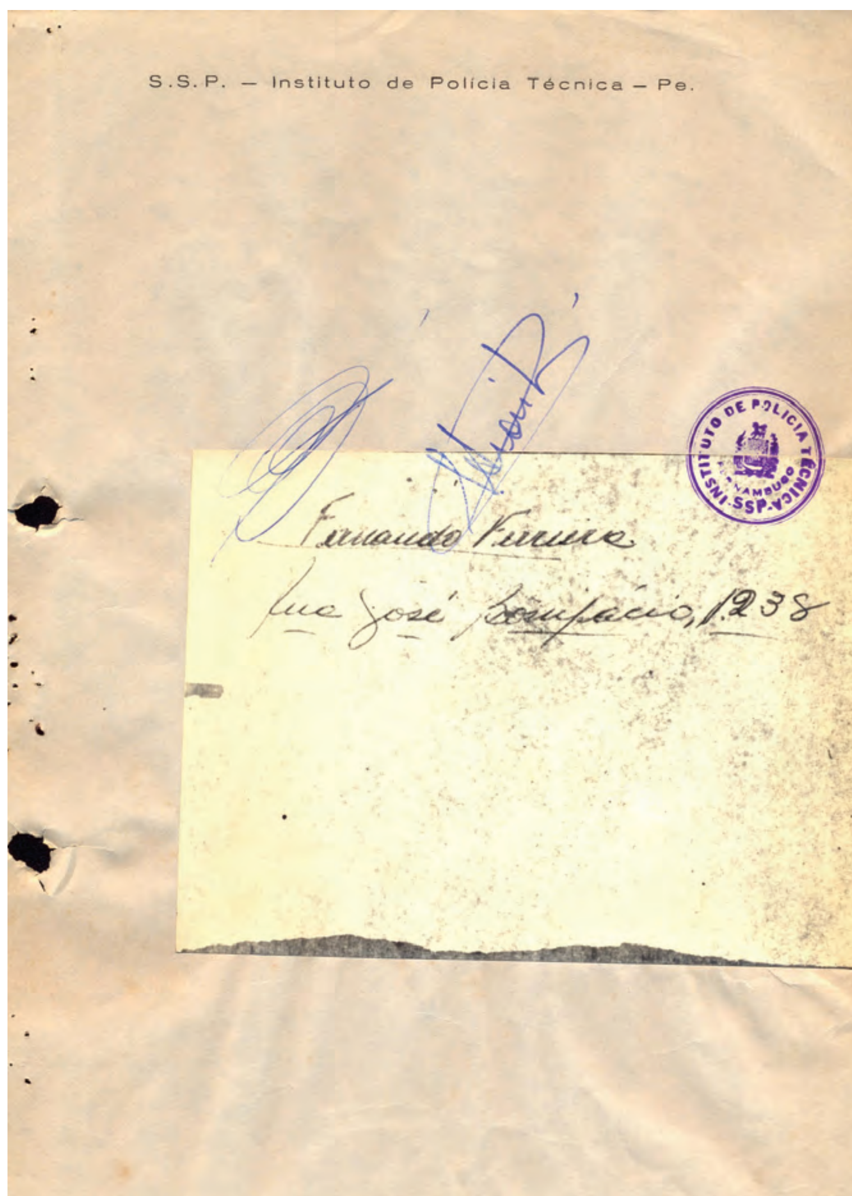
S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

FOTOGRAFIA Nº 32

REPRODUÇÃO fotostática de um papel encontrado no local, da / ocorrência, onde há o nome FERNANDO FERREIRA e o endereço RUA JOSÉ BONIFÁCIO , 1238, grafados em cursivo comum.


S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.

INSTITUTO DE POLICIA TÉCNICA · PERNAMBUCO · SSP

Fernando Ferreira

Rua José Bonifácio, 1238

S.S.P. — Instituto de Polícia Técnica — Pe.



(DIVISÃO TÉCNICA)

F O T O G R A F I A Nº 33

TEM-SE, nesta fotografia, uma reprodução parcial das zonas norte e oeste, da cidade do Recife, vendo-se assinalado (1) o local onde o Pe. ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO foi visto com vida, cêrca das 23:00 horas, na Praça de Parnamirim, e o local onde foi encontrado o seu cadáver (2), na avenida / Professor Luiz Freire, na Cidade Universitária.

